

cadernos do terceiro mundo 18

A MORTE
DO PRESIDENTE NETO

T.-NOV. 1979 — 40\$00 KZ 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — ANO II N.º 18

cadernos do

terceiro

mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Lapa - RJ

CEP 20.021

Tel. 242-1957



IRAQUE: Entrevista com o Presidente Hussein



pretende completar a sua colecção dos

cadernos do
**terceiro
mundo ?**

dirija-se, por carta, à
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*
Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*
Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*
Livraria Bento Jesus Caraca — R. Alcárcova de Baixo, 13 *Évora*
Livraria Populr de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*
Interlivro — R. Pedro Nunes, 9 *A Lisboa*
CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*
Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelimane, 3-C *Lisboa*
Livraria 18 de janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Marinha Grande*
Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*
Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*
Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*
Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*
Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

ou
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*

nesta edição

cadernos do terceiro mundo

4 EDITORIAL

7 NÃO ALINHADOS

ÁFRICA

85 Angola — A morte de Neto

95 Líbia — A Revolução Verde

102 Moçambique — Socialismo Avançado

107 Rep. Centro-Africana — Giscard imperador

111 Sudão — Progressivo isolamento

AMÉRICA LATINA

115 Nicarágua I — Formar grande frente

123 Nicarágua II — Revolução profunda

131 PANORAMA

INFORMAÇÃO

135 Revista Feminina

CULTURA

142 Cinema comprometido

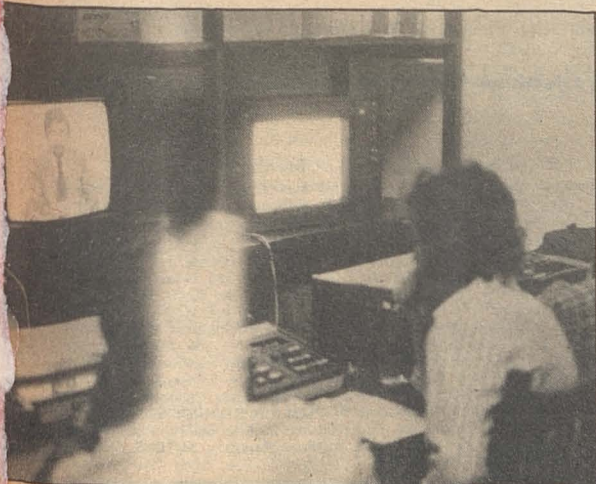
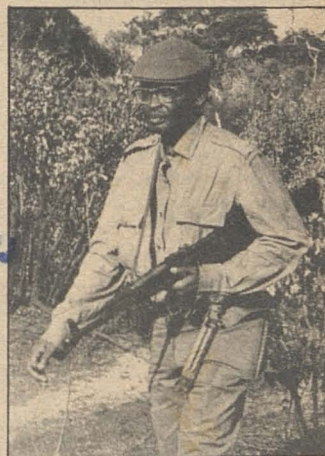
DESPORTO

148 Cuba — Potência desportiva

ECONOMIA

151 A OPEP solidária

155 ALMANAQUE



cuadernos del
tercer mundo

third world

cadernos do
terceiro mundo

Publicação Mensal — N.º 18 — Outubro/Novembro 1979

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo»
e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 34

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerônimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano I — n.º 5

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 18

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Helena Vasconcelos, Lucília Ribeiro

Mário Osava

Colaboram neste número:

Adriana Santa Cruz, Duda Guennes, Etevaldo Hipólito, José Steinsleger, Leonel Urbano, Luís Mair a, Renato Andrade, Vasco, Viviana Erazo.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique), Novembro (Angola) e Prisma (Cuba).

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-
Bissau e S. Tomé e

Príncipe

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

Restantes países

US\$ 17.00

distribuição

ECUADOR: ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. **BELICE:** Cathedral Book Center, Belize City. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdiano do Livro, Rua 5 de Julho, cidade da Praia. **COSTA RICA:** Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal, San Pedro Montes de Oca. **ECUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Mendiburo Guayaquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, García 420 y 6 de diciembre, Quito. **EL SALVADOR:** Libreria Tercer Mundo, Primera calle Poniente No. 1030. **ESTADOS UNIDOS:** Libreria Libro-Libre, 220 W, 14th St., N.Y. 10011. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINE-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rojs de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. **PANAMA:** Libreria Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Libreria Puerto Rico, Calle Huanacao 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amalia Marin esq. ave. Gonzáles, Rio Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez, 41, Santo Domingo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A. Av. México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

correio

denúncia

Presto a minha sincera homenagem à forma condigna como os camaradas têm contribuído para o desmascaramento de manobras subtis e antipopulares adoptadas pelas potências imperialistas. *Ciro Rogrigues Barbosa, Praia, Cabo Verde.*

melhoria

Os Cadernos do Terceiro Mundo têm sofrido, indubitavelmente, uma melhoria de pluralidade dos seus artigos a respectiva apresentação. Felicito-vos por terem iniciado a edição dos cadernos em inglês (o que já se justificava), depois do vosso sucesso em espanhol e em português. *António José Patrício Pacheco, Setúbal, Portugal.*

dúvida

Duvido que haja no momento alguma outra revista sobre os nossos países tão informativa, atualizada e completa. Quando chega aqui algum número novo, a empolgação é igual e a disputa para saber quem vai lê-la é uma verdadeira batalha. *Edi da Silva Rabelo, Petrópolis, Brasil.*

Samora

O discurso do nosso Camarada Presidente na Cimeira dos Não-Alinhados deveria ser publicada inteiramente na nossa revista. Se quiserem ou precisarem enviarei o texto, embora saiba que temos correspondente em Maputo. *Jorge Senjema, Maputo, Moçambique.*

felicitações

C'est avec beaucoup de plaisir que je vous félicite. Votre publication vient remplir l'absence d'informations honnêtes sur le dénomé Tiers Monde. *Jean-Marc Piertsitz, Genève, Suisse.*

A cimeira de Havana

Como os nossos leitores já se deram conta, este número da nossa Revista ultrapassa em trinta e duas páginas o seu tamanho habitual, isto é de cento e vinte e oito páginas. E o preço é o mesmo.

Isto deve-se a uma razão muito simples: o volume de material e a consistência dos assuntos focados, que não nos permitiu, em sã consciência profissional, sacrificar nenhum deles.

O tema proposto e cuidadosamente "trabalhado" é, conforme havíamos prometido no número anterior, a Conferência Cimeira dos Não-Alinhados que teve lugar em Havana, Cuba, onde o nosso Editor Internacional, Neiva Moreira, e a sua Adjunta, Beatriz Bissio, reportam, esmiuçam e analisam os acontecimentos ostensivos e os dos bastidores daquela que foi a reunião mais concorrida de todas quanto já houveram dos Não-Alinhados.

Nessa temática abordamos, desde as áreas mais controversas, como o caso da representação do Kampuchea, às entrevistas de intenso conteúdo político, como é o caso da do Presidente do Iraque, Saddam Hussein ou a de Pham Van Dong, Primeiro-Ministro da República Socialista do Vietnam. E ficamos por aqui para não mais especularmos com a curiosidade do caro leitor.

Da África, especificamente, trazemos um pequeno retrato da Angola de hoje, que vive em toda a sua extensão o trauma sofrido com a grande perda para o Mundo Progressista que foi a morte de Agostinho Neto. Num trabalho despretencioso, procuramos, em curta reportagem, transmitir a angústia e o sofrimento do povo angolano naquela triste fase da sua vida. E também falamos do Sudão e da Líbia, e do "imperador" Giscard que, por mãos interpostas, assume os despojos e a herança de Bokassa I, primeiro e último.

Na Informação, qualquer coisa de muito importante aconteceu. Viviana Erazo e Adriana Santa Cruz analisam a "Revista Feminina" e a sua tarefa de agente do poder transnacional e de criação do "modelo feminino", onde tudo o que conta é o consumismo desenfreado.

Sanjinés, o conhecido cineasta e realizador boliviano, dá-nos a sua visão da importância do cinema no esclarecimento político e na manifestação cultural dos nossos povos, através de uma entrevista concedida a Renato Andrade.

René Ortiz, Secretário-Geral da OPEP, analisa o problema energético e Duda Guennes insere um novo sector nesta revista, que esperamos não fique por aí: o desporto terceiro-mundista.

E só podemos terminar com os votos de boa leitura.

O EDITOR

NÃO-ALINHADOS: um longo e árduo caminho

Poucas vezes um encontro internacional foi precedido por tão intensa campanha internacional destinada a confundir e a dividir os seus participantes, como a que cercou a Sexta Cimeira dos Países Não-Alinhados. Mas essa campanha rendeu, de algum modo, a justa homenagem à importância do Movimento na cena internacional, ao qual aderiram, em distintos graus, cento e trinta e oito países que abarcam a maioria da população mundial.

Sobre a representatividade deste encontro de Havana, basta mencionar o dado de que a ele assistiram sessenta chefes de Estado ou de governo, ou seja, que foi o de maior relevo que teve lugar até aos nossos dias. Isso não pôde ser ocultado, mas, em troca, quis-se demonstrar que o movimento encontrava-se profundamente dividido e em crise.

O *leit motiv* da Imprensa do sistema ocidental consistiu em fazer girar toda a questão dos Não-Alinhados em torno de um facto real: que quanto às relações com os países socialistas há duas posições, uma simbolizada por Cuba, e a outra pela Jugoslávia, e que, portanto, o Movimento encontrava-se quebrado.

Essa foi a idéia *sugerida* insistentemente antes da Conferência, assim como durante a duração da mesma empolaram as diferenças em torno deste assunto e ao tratamento dos problemas do Cam-puchea e do Egipto. Mas o resultado foi que houve compromisso sobre estes dois assuntos concretos, e chegou-se a resoluções que conciliaram as diferentes posições.

Nada houve mais distante da verdade do que o defendido por essa campanha. Basta rever as intervenções dos delegados e ler os acordos adoptados para se comprovar que aquele problema, não obstante a sua importância, foi só um dos numerosos temas em discussão, e que sobre os principais aspectos da situação mundial há hoje um consenso amplo entre os Países Não-Alinhados.

Através da confusão, procurava-se dissimular um facto de profunda significação: que os acordos do Movimento consubstanciavam uma profunda condenação do sistema económico vigente, porquanto gera desigualdades imensas entre o Norte e o Sul, e responsabilizam as potências capitalistas e as empresas transnacio-

editorial

nais por essa situação. Ali figuram numerosas condenações a essas potências, e, em primeiro lugar, aos Estados Unidos, pelo seu apoio ao racismo, e pela sua política neocolonial.

Em troca, não se encontrará nenhuma crítica aos países socialistas, por onde se vê que os Não-Alinhados estão longe de considerar em igual nível os dois blocos.

O balanço final desta Sexta Cimeira, é de que o Movimento dos Não-Alinhados se encontra unido, que se consolida e aumenta constantemente a sua presença numérica, que tem uma visão muito precisa das mudanças que devem ser efectuadas na ordenação internacional.

Não resta dúvida que essas mudanças estão destinadas a afectar substancialmente os países centrais do sistema capitalista. E que para já, o Movimento não tem ainda a força suficiente para impor as suas aspirações. Mas é um facto concreto de que a sua constituição significou o consequente isolamento dos Estados Unidos e dos seus aliados, o que é particularmente visível nos organismos internacionais. Recordemos que imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial, Washington controlava *de facto* as Nações Unidas, e que as suas teses ganhavam invariavelmente todas as votações.

Hoje, pelo contrário, nas decisões que tocam os interesses dos Não-Alinhados, estes asseguram a maioria. A resposta adoptada pelas potências capitalistas consistiu no bloqueio dos debates internacionais, isto é, não fazer concessões às exigências do Terceiro Mundo. Assim sucedeu com o Diálogo Norte-Sul, com a UNCTAD V de Manila, e com as diversas instâncias ao se encarar a aspiração fundamental dos países subdesenvolvidos: a constituição de uma Nova Ordem Económica Internacional que sancione à escala planetária relações justas entre países ricos e países pobres.

Esta resistência do capitalismo central em modificar, mesmo parcialmente, as regras do intercâmbio desigual, traduziu-se no agravamento da situação das nações subdesenvolvidas não possuidoras de petróleo. Daí que os Não-Alinhados fossem bastante severos no julgamento dessa conduta. A dívida externa dos ditos países cresceu em flecha, chegando à astronómica cifra de trezentos

editorial

mil milhões de dólares, que põe os atingidos diante de um quadro de asfixia externa. E as condições de fornecimento de créditos, como indica o Documento Final, tornam-se cada dia mais duras.

Mas chama a atenção o facto de as resoluções não propiciarem de maneira suficiente que, juntamente com o reordenamento das relações Norte-Sul, se proceda por outra das vias apontadas para a correcção dos problemas dos países em desenvolvimento. Referimo-nos à intensificação da cooperação e do intercâmbio económico entre países, à relação Sul-Sul, que é um caminho que poderá minorar gradativamente a dependência do Norte, e extrair benefícios no intercâmbio entre iguais.

Não obstante esta limitação, a Conferência marcou um novo avanço dentro do Movimento através dos acordos aprovados. Mas isso deve ser agora traduzido em termos de eficácia. A instrumentalização dos acordos através da coordenação das actividades políticas e económicas dos países membros é o único meio para conseguir que o isolamento diplomático em que se encontram as potências capitalistas, resulte, na prática, em acções conjuntas que as obriguem a concessões.

Não basta que a unidade seja conseguida a nível de chefes de Estado e de governo, se os passos seguintes não aprofundam as resoluções, e não as fazem objecto de uma impecável coerência. A própria existência do Movimento dos Países Não-Alinhados como uma força alternativa no cenário mundial, o delineamento de uma doutrina própria, a expansão da sua representatividade, constituem por si só um êxito e um factor de extraordinário peso internacional.

Mas não podemos esquecer que até os Não-Alinhados conseguirem articular um sistema próprio de relações — económicas, diplomáticas, de toda a ordem — ou seja, a vertebralização de um centro de poder, e não conseguirem impor a reestruturação do reordenamento internacional, não terão conseguido os seus objectivos finais.

São árduos e longuíssimos caminhos, não resta dúvida, mas são os únicos pelos quais podem transitar os membros do Movimento.

o mundo do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1967

CUMBRE SUMMIT SOMMET

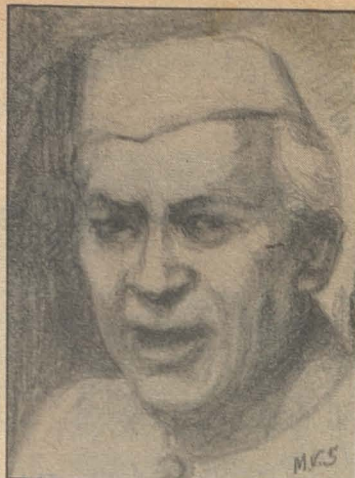
القمة العالمية





**CUMBRE
SUMMIT
SOMMET**

القمة الساسية



o Movimento dos Não-Alinhados

Reunindo quase uma centena de Estados, representando dois terços da Humanidade, poderosos movimentos de libertação e prestigiosos organismos internacionais, os Países Não-Alinhados reafirmam a sua vigorosa vocação de unidade para enfrentar os imensos desafios do nosso tempo.

Neiva Moreira e Beatriz Bissio

AS reuniões cimeiras do Movimento dos Países Não-Alinhados são sempre precedidas de intensas actividades diplomáticas e de campanhas de informação — ou contra-informação, — seja dos que trabalham pelo seu êxito ou dos que se empenham em que fracassem. Os trabalhos da Quarta Cimeira, em Argel, 1973, e os resultados finais da Conferência foram submetidos a uma sistemática campanha de distorção, enquanto se procurou sepultar no desconhecimento a

Quinta, de Sri Lanka, em 1976. Era como se não estivessem reunido os representantes de mais de metade da Humanidade e cujas decisões, de uma maneira ou outra, afectassem a comunidade internacional.

Por vários motivos, a Conferência de Havana foi objecto de uma espécie de "tratamento de choque" por parte da diplomacia e dos serviços de informação e espionagem dos Estados Unidos. Pressões políticas foram exercidas sobre os



Os grandes líderes desaparecidos

A Conferência Cimeira prestou, em diferentes oportunidades, grandes homenagens; não apenas aos fundadores do Movimento — Nasser, Nehru, N'krumah, Sukarno e Tito, dos quais só o dirigente jugoslavo sobrevive —, mas também a outros dirigentes desaparecidos, dos quais o dirigente argelino Houari Boumedinne, recentemente falecido, é seguramente o mais extraordinário continuador daqueles que vulgarmente são conhecidos como «os pais do não-alinhamento». A visão profética desses batalhadores do Terceiro Mundo mudou, sem dúvida, o curso da História e abriu aos povos até então subjugados e dependentes as grandes perspectivas da unidade, da luta e da libertação.

facos
governos mais débeis ou dependentes para que não mandassem representantes a La Habana ou, se os acreditassem, deveriam procurar torpedear os trabalhos da Conferência ou romper a sua unidade interna.

Cada delegação que desembarcava no aeroporto "José Martí" era como se uma pequena batalha estivesse sendo vencida. Mas já nas horas finais da reunião de nível ministerial, era visível que o comparecimento seria muito expressivo. Noventa

e seis delegações, com direito a voto, vários novos membros — a mais numerosa concentração de Chefes de Estado e de Governo já registada, — uma dezena de movimentos de libertação, e as mais prestigiosas instituições internacionais marcaram encontro em Havana, comprovando a ineficácia da campanha contra a grande assembléia do Terceiro Mundo.

1 tr
"Fueron inútiles los esfuerzos para sabotear la Sexta Cumbre de La Habana. Fueron inútiles las presiones, los trajines

diplomáticos, las intrigas para impedir que la Conferencia tuviera lugar en nuestro país. Los imperialistas yanquis, sus viejos y nuevos aliados — me refiero en este caso al gobierno chino, — no deseaban esta Conferencia en Cuba. Ellos elaboraran, además, la repugnante intriga de que Cuba convertiría el Movimiento de los Países No Alineados en instrumento de la política soviética”, disse Fidel Castro no seu discurso inaugural.

DEPOIS DO “DAVID”. O “FREDERICO”

As vésperas da IV Cimeira parecia que também o tempo havia entrado na conspiração da CIA. Primeiro foi o furacão “David”, provocando enorme danos no Caribe e rondando as costas cubanas como uma ameaça permanente. Os estragos em Cuba foram muito numerosos que os que resultaram de sua passagem pela República Dominicana ou em Dominica, mas, não era cómodo, sobretudo a estrangeiros desabitoados a tufões, dormir com um furacão ao lado.

O “Frederico” que, como o anterior, foi considerado entre os mais violentos do século, cairia sobre a Ilha nas horas finais da Conferência, provocando estragos enormes, sobretudo nos serviços eléctricos, nas comunicações, no gás e na rede de abastecimentos de água. Algumas delegações que ainda permaneciam em Havana, como as de Guiné-Conácri, Yémen Democrático, Nicarágua e Vietnam, tiveram de ser evacuadas de suas casas de protocolo.

O aeroporto “José Martí” viu inundada a sua principal pista. Dizia-se, em chalaça, que um pequeno bimotor da “Guyana Airways” que ali estava pousado, desaparecera na tormenta. Só foi encontrado quando homens-rãs da Marinha cubana mergulharam no lago artificial que se formou sobre a pista.

Na verdade, se o “Frederico” caísse sobre Havana dois ou três dias antes, seria quase invencível o desafio de manter funcionando a Conferência.

De qualquer modo, os “astrólogos” da CIA — os que trabalhavam nos laboratórios às margens do Potomec e os que actuavam na Convenção, muitas vezes sem maiores disfarces, — aproveitaram bem os dois furacões para, com falsas notícias e previsões alarmantes, criar o caos na Con-

ferência. Mas, como não são infalíveis, no caso do “David” se adiantaram demais, e no do “Frederico” os seus boletins “atmosféricos” chegaram com evidente atraso.

ENTRE TITO E CASTRO

O prato forte da campanha não estava, no entanto, aí centrado, mas na Conferência pelo diferendo Tito-Castro. Antes da reunião, o marechal percorreu vários países da África e Oriente Médio e especulava-se que se entregava a uma espécie de cruzada para salvar o Movimento de uma “sovietização” iminente. Não faltaram as caricaturas de Tito, “pai fundador”, ralhando a um Fidel travesso, querendo instalar o “urso das estepes” entre um rebanho de desprevenidas ovelhinhas.

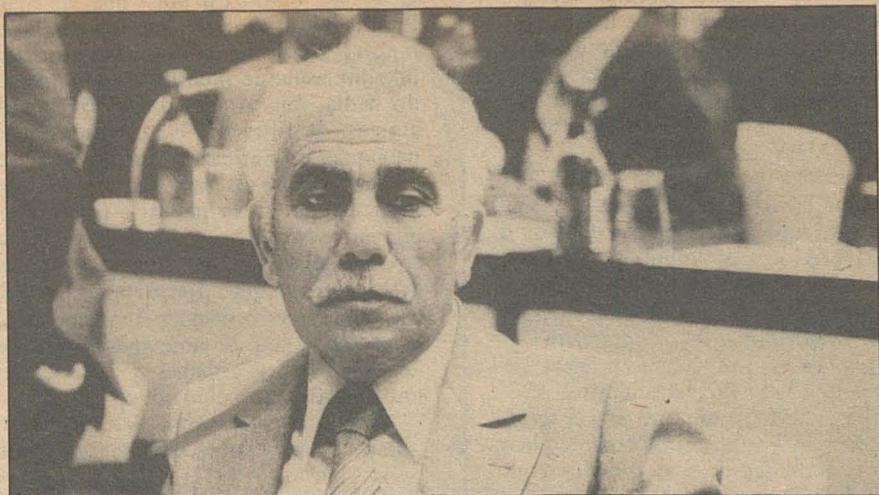
Esses problemas no Movimento dos Não-Alinhados não são novos e decorrem, em parte, da própria estrutura heterogênea desse imenso conglomerado de nações em desenvolvimento. Também não é novo que a propaganda adversária dê às contradições internas uma dimensão muito distorcida.

Em Argel parecia que Kaddhafi e Fidel iriam rebentar a unidade do Movimento, criando-se um clima de tensão exactamente em torno do tema que agora se maneja muito: a definição ideológica dos não-alinhados e suas relações com o campo socialista. Não foram, então, muito coincidentes as opiniões dos dois líderes em relação a esse tema, mas a vasta gama de pontos de convergências superou de longe as suas contradições. Se olharmos para trás, hoje, verificaremos que se consolidou muito a relação Cuba-Líbia, e de Kaddhafi com o campo socialista, com reflexos positivos na unidade do Movimento.

No caso Tito-Castro, a entrevista entre os dois estadistas já em Havana, deixou claro que estava aberto o caminho do entendimento. Um comunicado oficial descreveu-a como “um prolongado encontro que se realizou em um ambiente cordial e de amizade” e foi evidente que a pressão com que alguns colegas jugoslavos, mais realistas que o rei, “administravam” essas discrepâncias se reduziu muito nas horas subsequentes.

Quando o episódio do Kampuchea, uma espécie de pomo da discórdância entre a maioria da Conferência e um grupo

os árabes no Movimento



A delegação árabe actuou com grande unidade na VI Cimeira. As perspectivas que deram os seus representantes, dos grandes problemas internacionais tiveram também um carácter de unidade. Países progressistas e conservadores uniram-se em defesa dos temas fundamentais que interessam não só ao Médio Oriente mas também a todos os povos que lutam pela sua libertação.

Nas fotos: Em cima o Presidente da Argélia, Chadli Bendjedid. Em baixo, à esquerda, o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, embaixador Chedli Kibli; ao centro, à direita, o rei Hussein, da Jordânia; Em baixo, à esquerda, a delegação do Kwait, chefiada por Sabah Al Ahmed Al Jaba, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros.

de nações lideradas pela Jugoslávia, se definiu, melhorou o clima de unidade. Mas para a contra-informação manipulada pelo sistema transnacional de informação era necessário inventar algo, com que se procurava desviar a atenção do êxito da Conferência.

OS SOLDADOS SOVIÉTICOS

De um movimento para outro, a Voz da América, que se escuta em Cuba como uma estação local, mudou de tema; quase todo o espaço era dedicado a uma "notícia-bomba": haviam sido descobertos, via satélite, 3000 soldados soviéticos em Cuba. Algo assim como uma brigada de combatentes e não de instrumentos.

A "descoberta" tinha um duplo sentido: mesclar a URSS com Cuba e ambos com a Conferência, provocando desconfianças com a presidência de Fidel Castro. Mas havia outro motivo mais objectivo: a informação era espalhada às vésperas de um debate pouco cómodo para os Estados Unidos, sobre a presença de suas tropas na América Latina e no Caribe. Nada menos de 14.900 soldados acampados em Puerto Rico, Panamá e na base de Guatanamo. Mais ainda: sabia-se que cerca de vinte países do Terceiro Mundo, incluindo Antigua, Trini-dad-Tobago e Barbados, no Caribe, confrontavam-se com o problema da presença de tropas norte-americanas em seus territórios. Nada menos conveniente que essa discussão, sobretudo porque é um dos temas que mais unem o Movimento, por se implantar nas origens mesmas de sua fundação.

O ÊXITO DA CONTRA-INFORMAÇÃO

Façamos aqui um parêntesis para dedicar alguns parágrafos aos motivos do êxito desse tipo de contra-informação. Não se trata só da eficácia do sistema transnacional de notícias, senão da incompreensão de muitos governos ali reunidos, de que a informação é um elemento fundamental do trabalho político.

Vários jornalistas se queixaram de que era demasiadamente rigorosa a "segregação" entre os informadores e as delegações. Na verdade, as medidas tomadas nesse campo estavam dentro das normas de segurança, comuns em reunião desse tipo.

A falha não estava aí, mas na ausência de parte das delegações dos países progressistas, a começar por Cuba, de algum tipo de mecanismo que permitisse enfrentar aquele dilúvio de notícias deturpadas ou simplesmente mentirosas. Durante todo o dia, seja através de briefings entre amigos, de filtrações bem dosadas ou de pequenas mas eficazes "inconfidências", o certo é que os meios de informação interessados em torpedear a Conferência estavam sempre bem abastecidos. Os outros jornalistas, os que não estavam nessa onda, tinham que interpretar as ascépticas e breves informações do porta-voz da Conferência, ou de empenhar-se para dar de episódios guardados a sete chaves, uma imagem justa e positiva.

É verdade que algumas delegações estiveram atentas ao problema das comunicações. Uma delas foi a de Ghana. O seu chefe, tenente Jerry Rowlings, que acabava de comandar uma revolução vitoriosa e se preparava para entregar o poder aos civis mediante eleições democráticas, fez uma advertência a esse respeito. Em seu discurso, chamou o Movimento a lutar "contra os monopólios da informação imperialista que tanto dano fazem aos processos revolucionários, pelo veneno que espalham pelo Mundo". Mas nem mesmo Rowlings, que teria tanto a dizer, passou da teoria à prática. Nunca encontrou alguns minutos disponíveis para dar aos jornalistas uma informação justa sobre factos que ele sabia estavam sendo distorcidos na imprensa internacional.

Não se pode dizer que não tenha havido, de parte de jornalistas bem intencionados, mas inexperientes, falhas evidentes no seu trabalho. Não poucos foram vítimas do conto dos "bem informados", aceitando, sem conferir o que lhe era transmitido por alguns colegas, com aparência de objectividade, mas que de objectivo nada tinham.

Uma investigação realizada por um colega estudioso da Nova Ordem Informativa Internacional deu um resultado desalentador: além da predisposição a receber qualquer tipo de informação, não havia entre colegas do Terceiro Mundo senão uns poucos com uma consciência clara sobre a necessidade de mudar o sistema informativo vigente.

Houve muitos exemplos de como se manipulam notícias. Um deles foi relacionado com o presidente do Peru, general

África anticolonialista

O jovem tenente Jerry Rawlings tem a seu crédito, não apenas uma posição teórica anti-imperialista muito clara, mas também, o facto concreto de haver derrubado a ditadura que há muito tempo oprimia o seu país, o Ghana. Preside ao Conselho Revolucionário que convocou eleições gerais, das quais saiu vitorioso um candidato fiel às leis de N'Krumah, um dos fundadores dos Não-Alinhados. Rawlings considera urgente enfrentar as transnacionais da Informação.



Além de anunciar que o Governo militar da Nigéria entregará o poder nos próximos dias a um civil, eleito legalmente, o chanceler nigeriano H. E. Adefop foi duro para com o neocolonialismo, o apartheid, as manobras que procuram manter no Governo o bispo Muzorewa, do Zimbábue, e disse que nada disso impedirá a derrota dos racistas. Exigiu medidas concretas contra o Estado sionista de Israel, e deu caloroso apoio à República Saharai. Pediu aos Não-Alinhados que dediquem mais tempo à integração económica, e menos às incompreensões que abalam o Movimento.

O Congo reafirmou as suas conhecidas posições. Reivindicou dos Não-Alinhados uma posição ofensiva em relação ao imperialismo e aos racistas da África Austral, de cuja derrota final não tem dúvidas. O jovem coronel Denis Sassou N'Guesso, Presidente da República do Congo, prestou também uma calorosa homenagem ao assassinado presidente N'Gouabi, e felicitou a Mauritânia por se ter retirado da guerra do Sahara, condenou os acordos de Camp David, e exigiu medidas concretas contra a injustiça económica internacional, imposta pelo sistema capitalista.



Morales Bermúdez. Divulgou-se que esse presidente abandonara zangado a Conferência, por lhe ter sido adjudicado um horário inconveniente para pronunciar o seu discurso, com uma casa menos cheia. Imediatamente, a informação ganhou as manchetas do Mundo, até que o embaixador peruano, Felipe Valdivieso, disse aos jornalistas que a notícia não tinha nenhuma veracidade. Naturalmente, que poucos foram os meios informativos no Mundo que publicaram o desmentido peruano.

Assinale-se que o falso rumor não procedeu da UPI ou da AP, agências norte-americanas tradicionalmente metidas nesse tipo de deturpações, mas, da France Press que, entre as grandes agências do sistema capitalista, é considerada das menos venenosas...

UMA ORATÓRIA CAUDALOSA

A demora das decisões era um caldo de cultura dos boatos. Mas era no entanto inevitável, não só pela própria complexidade dos temas, como pela caudalosa oratória em torno de cada um. A discussão das 394 emendas ao documento final consumiu muitos discursos e houve um dado momento que a Conferência parecia sossobrar na oratória.

Na presidência, Fidel Castro já estava dando sinais de inquietação. Recordou aos delegados que o número de delegações aumentou quatro vezes em relação às cimeiras anteriores, e que o prazo de funcionamento da Conferência não se alterou. Para as próximas reuniões pensa em sugerir ao Bureau de Coordenação que dilate as horas de sessão, ou limite o tempo dos oradores. Era em certo sentido um enfoque também autocrítico...

Em geral, os discursos eram bons e continham um valioso material, não só para análise da situação internacional em todos os seus aspectos, como dos problemas específicos de cada país. Mas nem todos os oradores eram atraentes e por vezes falavam em idiomas próprios, como por exemplo, Menghistu Hailé Mariam, de Etiópia, em amárico, complicando a tarefa dos tradutores.

Houve, entretanto, momentos de uma oratória impactante. O discurso inicial de Fidel, o de Manley, de Bishop, outros mais. O de Samora manteve a conferência tensa e muito atenta. Revelou ele que fo-

ra Sadat quem lhe pedira que bloqueasse as relações de Moçambique com Israel. Agora, está de amores com Beguin. O plenário recebeu com uma ruidosa gargalhada a advertência do presidente de Moçambique de que única coisa que faltava é que Sadat propusesse aos Não-Alinhados o ingresso de Israel.

Entre os assistentes a esse discurso incluía-se o delegado do Egipto, que não pôde resistir ao humor de Samora. "Esta gargalhada — comentou um jornalista do Kuwait, — pode custar o emprego a esse diplomata egípcio"...

Um delegado palestino tentou explicar o tamanho dos discursos através de uma teoria de espaço — tempo. Segundo a sua "fórmula matemática", os discursos estão na razão inversa do tamanho dos países. "Relativamente curto os dos grandes e muito maior o dos pequenos. É como nós, os palestinos, ainda não temos um Estado, o de Arafat foi o mais longo" disse.

AS CADEIAS VAZIAS

Junto com o caso egípcio, o de Kampuchea foi o maior consumidor de discursos e criador de tensões. O problema era ético e politicamente claro, mas prestava-se a interpretações juridicistas dos amigos de Pol Pot. A condenação ao governo desse homicida a quem se chamou no plenário "o carneiro do século" foi esmagadamente maioritária. Na verdade, não houve oradores que se animassem a analisar e defender os seus crimes e as suas matanças maciças.

Os defensores da tese de que o delegado que Pol Pot enviou a Cuba deveria representar Kampuchea agarravam-se bem mais a questões de procedimento. A alegação principal era que o governo revolucionário presidido pelo primeiro-ministro Heng Sarim ainda não havia sido reconhecido a não ser por nove países. Inclusive a maioria dos Estados socialistas não se encontrava nesse número. "Este não é um argumento eficaz, comentavam-nos o primeiro-ministro do Vietnã, Phan Van Dong. É sabido que os governos revolucionários não são reconhecidos rapidamente. Se com um ano de instalado, o Vietnã houvesse conseguido o reconhecimento de nove países, como o do Kampuchea Revolucionário, teria sido

A Àsia distante



O Rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck (entre dois oficiais do seu exército, seus ajudantes de campo), é um assíduo membro dos Não-Alinhados. O seu país filiou-se ao Movimento na Cimeira de Argel. Procedente das grandes altitudes do Himalaia, devia estranhar Havana, ao nível do mar.

Este é o general Zia Ul-Haq (o menor do grupo), governante do Paquistão. Era um dos homens mais isolados da Conferência. A sombra de Ali Bhutto, a quem mandou matar desafiando a maioria do seu povo e a consciência mundial, acompanhava-o sempre.



cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Maldivas é um arquipélago de ilhas de coral, a sudeste da Índia. A grande alegria do seu povo é que uma base inglesa que ali esteve por decênios foi desmantelada. O ministro das Relações Exteriores desse pequeno país de 298 quilômetros quadrados e 125 mil habitantes, teve, na Conferência, uma posição progressista. Disse-nos que é contra os acordos de Camp David, porque desconhecem o centro do problema, que é a autodeterminação dos palestinos.

um grande êxito. Somos pacientes e sabemos esperar".

O choque principal em torno desse problema travou-se na reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros que procedeu à cimeira. O seu ponto crítico ocorreu quando o presidente da reunião, o ministro cubano Isidoro Malmierca, transferiu o polémico tema à consideração dos chefes de Estado, uma vez que não havia consenso a nível ministerial.

Dezasseis países — Jugoslávia, Senegal, Zaire, Singapura, Malásia, Níger, Indonésia, Coreia, Gabão, Bangladesh, Comores, Nepal, Butão, Paquistão, Zâmbia e Somália, — consideraram que se "deviam continuar as consultas para que se chegue a um acordo sobre o texto".

Numa carta a Malmierca, disseram os representantes desses países: "Não obstante a discordância destas dezasseis delegações, o senhor (referem-se a Malmierca) determinou que existe o consenso em favor do vosso texto e que o mesmo seria transferido à consideração dos Chefes de Estado ou governo. Protestamos energicamente contra vossa decisão arbitrária e pedimos que o texto em questão não se transmite aos nossos Chefes de Estado ou de Governo".

Ressalvadas as posições de alguns signatários que actuam apegados às questões de procedimento, figurava entre os dezasseis a fina flor da direita do Movimento dos Não-Alinhados.

Dificilmente o sr. Malmierca poderia tomar outra decisão, que não fosse a considerar que havia amplo — amplíssimo, — consenso em torno do ponto de vista da maioria, de que a representação do Kampuchea deveria permanecer vazia. O número de delegações com direito a voto era de 96, o que significa que 80 não se juntaram à posição dos 16.

E tanto estava correcta a sua decisão, que a Conferência resolveu continuar estudando o caso de Kampuchea e, até que uma comissão especial proponha uma solução (ver quadro), a representação desse país ficará deserta.

O único protesto público à decisão foi o do delegado de Birmânia, U Myint Mauungh, que o fez de maneira tão intempestiva que muita gente, dentro e fora da sala de convenções, não entendeu o que estava dizendo.

U. Myint Mauungh nada menos que a dissolução do Movimento dos Países



Mengistu: «A África é Não-Alinhada»

A importância do Continente Africano no não-alinhamento foi destacado pelo presidente etíope, Mengistu Haile Mariam, que recordou que "não é por acaso que mais de um terço dos Estados fundadores do Movimento são africanos". Mengistu também citou o vital processo nacionalista que se expandiu em África após a Segunda Guerra Mundial. Exemplificando os interesses comuns dos Não-Alinhados e dos países socialistas, citou também a declaração sobre a concessão da independência aos povos coloniais, aprovada nas Nações Unidas em 1960, com os votos socialistas e do Mundo emergente que os Não-Alinhados aglutinam.

Na sua intervenção no Plenário, o presidente etíope sublinhou que "a paz e os direitos humanos são indivisíveis, e os Não-Alinhados devem adoptar uma energética posição em sua defesa".

Felicitou-se pelo facto da luta do grupo de países não-alinhados já ter tido vitórias, como a diminuição da guerra fria e a melhor relação entre Estados, que ficou manifesta nos últimos anos, e destacou que ao trabalhar com esses objectivos, o Movimento "pode identificar os seus amigos e conhecer as foadas contra nós".

Na foto, Mengistu olha para o seu relógio, poucos minutos antes de deixar Havana para retornar ao seu país.

Não-Alinhados e que uma comissão designada o redefinisse, depois de votar um novo regulamento de admissão de membros. Foram poucos minutos de tribuna, sem maiores consequências e o próprio delegado birmanês não se sentiu obrigado a dar consequência às suas palavras. Permaneceu onde estava.

A bancada de Kampuchea ficou vazia, como exigiam cerca de dois terços das delegações. Foi essa sem dúvida uma decisão justa e uma vitória progressista. "Que ocorreria se Amin enviasse uma delegação a esta Conferência?" Não seria um absurdo?" perguntou o primeiro-ministro de Jamaica, Michael Manley, antecipando o que poderia ocorrer se a Conferência permitisse a presença do delegado de Pol Pot.

O CASO EGÍPCIO

O problema criado com a proposta de afastamento do Egípto, apresentado em nome do bloco árabe pelo presidente do Iraque, Saddam Hussein, não tinha as características do caso de Kampuchea, mas apresentava, para a mesa da Conferência, um complexo tema.

Sadat estava órfão de apoio na Conferência. O seu ministro de relações exteriores, Galil Brutus, deve ter ouvido perto de cem discursos em que se atacava duramente ao presidente egípcio e, quase sempre, o apresentavam como traidor. Brutus limitava-se a tomar notas.

O apoio tributado à causa palestina foi o mais vasto e decisivo de quantas cimeiras se realizaram. E isso complicava a posição egípcia. Foram poucos os que ousaram levantar a voz em favor de Sadat, e quando o faziam, eram muito tímidos nas suas posições. Um deles, foi o rei do Nepal, Birenda Bir Bickram Sha Deva, que se limitou a considerar os acordos de Camp David "um passo intermédio", sem ir muito longe.

O conflitivo ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal foi dúbio e confuso. "O problema de Jerusalém e a libertação de todos os territórios árabes ocupados devem estar no centro do nosso combate, até a vitória final, sem nenhum tipo de compromisso", disse ele.

Houve um rumor na sala, pois parecia que o voto do Senegal, defensor público de Egípto, seria agora a favor do bloco árabe. Mas, não. O sr. Mustafá Niasse,

chanceler do presidente Segnhor, concluiu ao contrário: "O Senegal se opõe a toda a forma de sanção contra o Egípto".

O chanceler egípcio seguiu a mesma tática. Reivindicou a desocupação das terras árabes, a libertação de Jerusalém, a autodeterminação dos palestinos. No exacto momento em que Sadat se encontrava em Haifa, com Menahem Beguin, fazendo exactamente o contrário do que dizia o seu chanceler, este pedia que se lhe tributassem as honras de um "revolu-



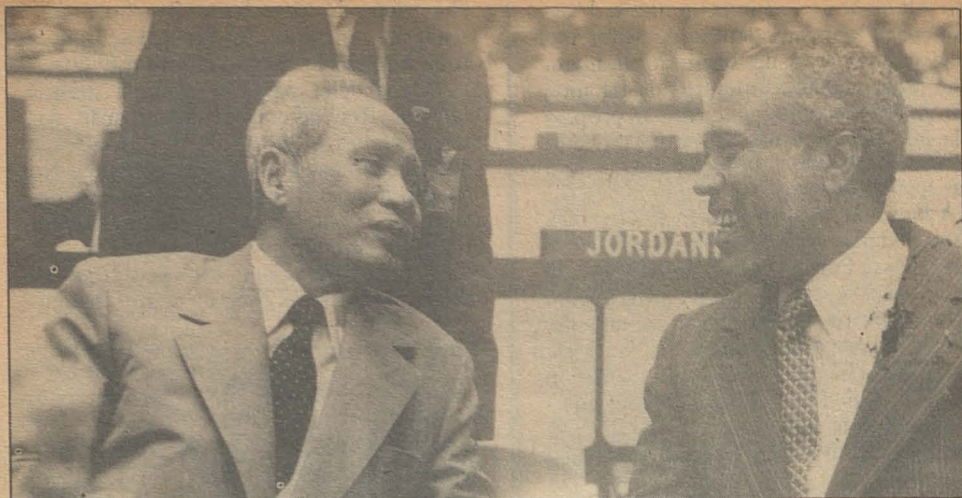
Fidel Castro na presidência da Cimeira. A seu lado, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim.

cionário", no meio de referências à luta dos egípcios em favor da causa árabe.

"É certa a história do Egípto, mencionada pelo representante do governo egípcio — disse o presidente do Iraque. Todos a sabemos. Mas a luta anti-imperialista, anti-sionista, contra a exploração, não foi encabeçada por Anwar-El-Sadat, mas pelo combatente General Gamal Abdel Nasser, a quem Sadat traiu. Traiu a sua história e falsificou todos os documentos sobre a luta do nosso povo irmão, o povo egípcio combatente".

Saddam Hussein referiu-se ao papel dos Estados Unidos nos problemas internacionais. "Agora, os Estados Unidos é o Estado que maiores danos causou aos povos e é o Estado imperialista maior e mais explorado da Terra".

O ambiente favorecia por grande margem o afastamento do governo de Sadat, embora não fosse fácil a questão do procedimento a que se apegavam alguns delegados. No seu discurso inicial, ao contrário do problema de Kampuchea em que fez veladas críticas ao Vietnã, exigindo a retirada de suas tropas daquele país, o



O Primeiro-Ministro vietnamita Phan Van Dong com o Presidente da Guiné-Bissau, Luis Cabral.

marechal Tito deixou claro que não apoiava a posição de Sadat. Disse ele: "Olhando as coisas realisticamente, temos de dizer que os caminhos em separado não conduzem à paz".

Muitos representantes, principalmente de pequenos países, foram inflexíveis na defesa dos princípios do Movimento, claramente violados em Camp David. "Devemos ser intransigentes com os membros que traem o nosso Movimento, se é que queremos preservar a sua pureza de princípios", declarou o presidente de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa.

A solução encontrada exigiu uma maratona de discursos e negociações de quase trinta horas. Quando a sessão se tornou pública, havia marcas de cansaço em quase todas as fisionomias. Alguns delegados dormiam em suas poltronas.

Mas foi graças à sensatez do bloco árabe que se chegou a uma solução de consenso (ver quadro). No fundo, o que os árabes preocupavam, conseguiram no. Uma enérgica condenação aos acordos de Camp David e Washington, e colocar o governo de Sadat sob vigilância, como preliminar de uma decisão final, se antes os egípcios, como os iranianos, não solucionem o problema internamente.

Um dirigente palestino disse-nos que os resultados da Conferência foram muito positivos para a causa árabe. A Conferência manteve as suas posições anteriores ou avançou ainda mais na análise do problema de Israel. "Aqui ficou claro — declarou-nos o secretário da Liga dos

Estados árabes, embaixador Chedli Kibli, — que a luta árabe contra o sionismo tem o mesmo carácter dos movimentos de libertação e dos que se levantam contra o racismo".

FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS

Se algo caracterizou esta Cimeira foi a fidelidade aos princípios em torno das quais, desde Bandung, um número crescente de países se reuniu em torno ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Esses princípios poderiam se resumir na luta anti-imperialista, da qual deve decorrer uma inflexível posição contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o sionismo. No fundo, os problemas têm uma aparência distante, mas são os mesmos. Puerto Rico, e Belize, Palestina ou Timor-Leste são casos típicos de colonialismo ou neocolonialismo, mas, em todos, a raiz imperialista está presente.

A Sexta Cimeira manteve as suas posições em torno dos grandes problemas que são o próprio cerne dos movimentos de libertação. É possível que tenha havido omissões. Não se explica que, ao lado do apoio à luta pela democracia no Chile, não se lhe haja estendido a igual luta na Argentina, no Uruguai, no Haiti, além de outros países latino-americanos. Uma declaração mais geral e mais abrangente poderia ter sido uma solução justa.

A preocupação — de evidente raiz-europeia, — com o bloqueio ficou atendida no contexto do documento. Ao deixar

M
expresso que para ser membro do Movimento, "o país deve ter adoptado uma política independente, baseada na coexistência entre Estados com sistemas políticos e sociais diferentes, e não pertencer a nenhuma aliança militar multilateral concertada no contexto dos conflitos das grandes potências", atendia-se às preocupações de alguns países, sobretudo da Jugoslavia, com o futuro dos não-alinhados nas suas relações com o campo socialista.

I
Fidel Castro abordou com firmeza esse problema, o da "sovietização" dos Não-Alinhados, e o fez com tal estatura e definição de posição, que infundiu na Conferência, mesmo nos seus sectores mais conservadores, a confiança de que a independência do Movimento e a sua identidade seriam inflexivelmente mantidos.

Isso não excluiu, no entanto, o que seria cair para o outro lado, que se expressasse o agradecimento ao campo socialista "pela ajuda prestada aos movimentos de libertação". Incluindo os países escandinavos entre os que recebiam o agradecimento do Movimento, a Conferência foi justa, mas deveria ter ampliado esse gesto às correntes revolucionárias e progressistas de outros países capitalistas, que têm uma larga história de cooperação com aqueles movimentos. Nos corredores do Palácio das Convenções, havia muitos escandinavos, holandeses, alemães, franceses, italianos, mas, sobretudo norte-americanos, negros, chicanos e porto-riquenhos em maior número, absolutamente identificados com a luta do Terceiro Mundo por sua libertação.

Kampuchea: ficou vazio o lugar da representação

Texto da recomendação da Mesa da VI Cimeira ao Plenário sobre a representação do Kampuchea:

A Mesa da VI Conferência Cimeira dos Países Não-Alinhados na sua reunião de 6 de Setembro teve ante si as opiniões resumidas das reuniões do Bureau de Coordenação na sua qualidade de Comité Preparatório, a recomendação da Conferência Ministerial da Cimeira sobre a questão da representação do Kampuchea, assim como o resumo das opiniões expressas na dita Conferência nas ocasiões em que esse tema foi tratado (Documentos: NAC/CONF. 6/ PREP/INF. 1, NAC/CONF. 6/FM/INF. 3/REV. 1, NAC/CONF. 6/FM/DOC. 5, e NAC/CONF. 6/FM/DOC. 6).

Como resultado das suas deliberações, a Mesa determinou propor à VI Conferência Cimeira a adopção da seguinte decisão:

"A Conferência Cimeira, depois de discussões mantidas no Bureau

de Coordenação, actuando como Comité Preparatório, na Conferência Ministerial da Cimeira e após as consultas realizadas, estudou o problema da representação do Kampuchea nos órgãos do Movimento.

A Conferência constatou que existem no seio do Movimento três posições a respeito deste problema:

1 — a daqueles que defendem o critério de que a representação cabe à República Popular do Kampuchea:

2 — a daqueles que defendem que essa representação cabe à República Democrática do Kampuchea.

3 — a daqueles que propõem que o assento não seja ocupado por nenhuma das partes.

A Conferência decide designar uma Comissão *ad-hoc*, integrada pelos países membros da Mesa da VI Cimeira, para que continue a estudar este assunto e apresente o seu informe a uma próxima Conferência Ministerial. Enquanto não for decidido a qual das partes cabe o assento vago nenhuma das partes reclamará os seus alegados direitos em qualquer órgão do Movimento".

Será distribuído além disso um resumo provisório das opiniões expressas na referida reunião.



Dois aspectos da VI Conferência Cimeira. Em cima, Fidel Castro cumprimenta o Presidente Saddam Hussein, do Iraque; em baixo, Sekou Touré, Presidente da República da Guiné, discursa ante a assembleia.



Ao dar a palavra, contra as normas da Conferência — que não previam resposta ao discurso inicial, — ao delegado egípcio, que se propôs responder às “injúrias de Fidel Castro” e ao facilitar o ingresso em Cuba tanto dos delegados de Pol Pot, como os do governo revolucionário de Kampuchea, Castro soube separar, de suas conhecidas e reafirmadas posições,

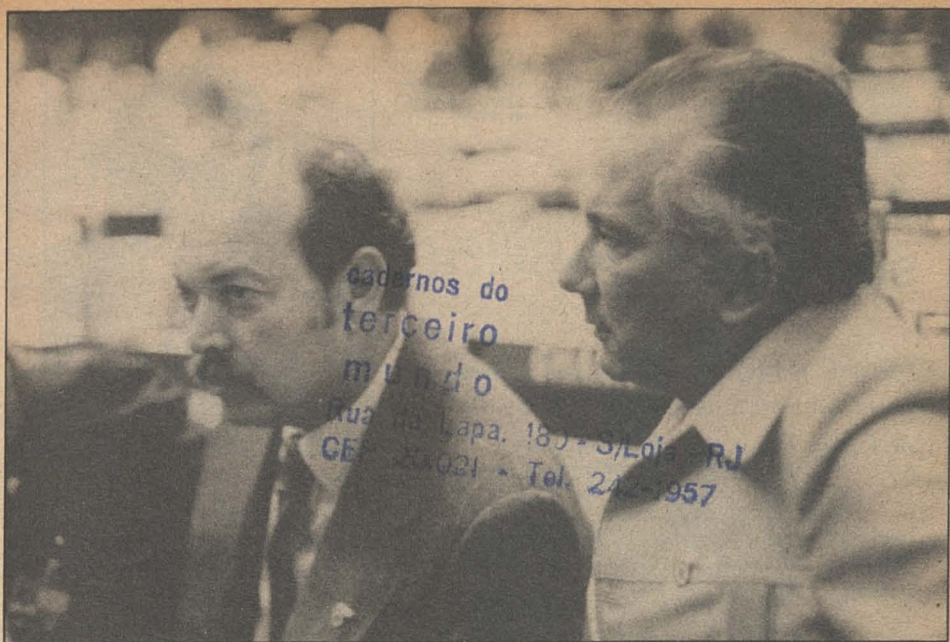
as responsabilidades de dirigir o Movimento, do qual o seu governo é um membro histórico.

Mas isso não significa que não surgirão problemas para o futuro. Basta que se analise o material das reuniões cimeiras para que se verifique que há um processo de radicalização em marcha, independente dos próprios estilos de direcção de Fidel. Um cansaço da boa vontade e do palavrório do sistema capitalista faz com que muitos países, tradicionalmente moderados ou dependentes da política de Washington ou dos países europeus ocidentais, estejam a reclamar uma Nova Ordem Económica Internacional, e que cesse a pilhagem contra os seus recursos naturais. Estados conservadores como os Emiratos Árabes Unidos, fizeram ouvir sua voz, inflexível na condenação às transnacionais petrolíferas, responsáveis, em grande parte, pelo aumento dos preços do petróleo.

A injustiça e as discriminações de um sistema capitalista frente a um Terceiro Mundo mergulhado em problemas e angústias e eternamente explorado, foram objecto de duras críticas e ataques. A estes não escaparam também certos países petrolíferos do mundo emergente que, em

vez de usarem os seus recursos para cooperar no desenvolvimento dos Estados pobres, continuam aumentando o caudal do mundo rico, onde fazem os seus negócios e depositam o seu dinheiro excedente.

“A progressão dos lucros realizados pelas multinacionais — 638 sobre 650 dessas empresas têm a sua sede nos Estados



O Ministro de Relações Exteriores cubano, Isidoro Malmierca, e o Ministro cubano da Educação, Armando Hart, membros da delegação do seu país.

Unidos, — passou de 500 milhões de dólares em 1950, para 10 mil milhões em 1974”, — advertiu o Presidente Ratsiraka, de Madagascar.

A não ser o delegado argentino, que tentou demonstrar as vantagens da actualização das transnacionais, “porque revitalizam as nossas economias”, não houve vozes em sua defesa. E mesmo na intervenção argentina, a resposta foi contundente. O delegado moçambicano fez-lhe sentir que sua posição se assemelha a uma defesa do colonialismo. Simplesmente porque uma empresa, no meio da luta contra o processo explorador, se vê forçada a deixar cair algumas migalhas aos povos que exploram, não significa nenhuma revitalização económica.

Fidel deu dados de grande impacto sobre os gastos armamentistas. “Segundo publicações estatísticas — declarou, — o mundo investe anualmente mais de 300 mil milhões de dólares em armas e gastos militares, e esta cifra é possivelmente conservadora. Só as forças militares dos Estados Unidos gastam, por exemplo, 30 milhões de toneladas de petróleo nesse campo, mais que o gasto de energia de todos os países da América Central e Caribe juntos.

Com 300 mil milhões de dólares poder-se-iam construir em um ano 600 mil escolas com capacidade para 400 milhões de meninos; ou 60 milhões de vivendas confortáveis com capacidade para 300 milhões de pessoas, ou 30 mil hospitais com 18 milhões de camas, ou 20 mil fábricas capazes de gerar empregos a mais de 20 milhões de trabalhadores, ou habilitar para o regadio 150 milhões de hectares de terra que, com um nível técnico adequado, podem alimentar mil milhões de pessoas.

Supor que dois terços da humanidade permanecerão indiferentes ao imenso desafio da libertação política e económica que todos esses problemas refletem, é utópico. A VI Reunião Cimeira dos Países Não-Alinhados foi um momento de denúncia e de unidade. Os que pensavam fazer explodir de dentro esse grande conglomerado de nações emergentes, equivocaram-se. O que as une não são os seus sistemas políticos, nem sempre coincidentes, nem as suas posições ideológicas, frequentemente contraditórias, mas a consciência de que devem romper o círculo de exploração, da pobreza, da marginalização, enfim, tudo isso cujas matrizes remotas ou próximas estão no domínio e na imposição do imperialismo.

Boutros Ghali,
isolado, não con-
venceu ninguém
com a sua defesa
de Sadat.



o Egipto sob vigilância

*Durante a Cimeira de Havana foram
veementemente condenados os acordos
de Camp Davis e de Washington.*

A Conferência de Chefes de Estado ou de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados, de acordo com a proposta apresentada pela Comissão Política que considerou o projecto de Declaração Final, condenou os acordos de Camp David e o Tratado entre o Egipto e Israel, após as consultas realizadas.

Eis o texto da proposta:

Durante a consideração do projecto de Declaração Final na Comissão Política, acordou-se que a proposta apresentada por um grupo de países sobre a suspensão do Egipto como membro do Movimento dos Países Não-Alinhados, fosse remetida à Conferência de Chefes de Estado ou de Governo para seu exame e decisão.

Depois de se haver realizado numerosas consultas entre diversos países e de se haver examinado a proposta de suspender o Egipto do Movimento dos Países Não-Alinhados, a Mesa da Conferência decidiu recomendar ao Plenário a aprovação dos seguintes parágrafos para que sejam incluídos na Declaração Final da VI Cimeira:

A Conferência condena energicamente todos os acordos parciais e tratados separados que constituem uma flagrante violação dos direitos da Nação Árabe e do povo palestino, dos princípios da Carta da OUA e das Nações Unidas, e das relações adoptadas nos distintos foros internacionais sobre a questão palestina, que impedem a realização da aspiração do povo palestino a regressar à sua pátria, à autodeterminação e a exercer a plena soberania sobre os seus territórios.

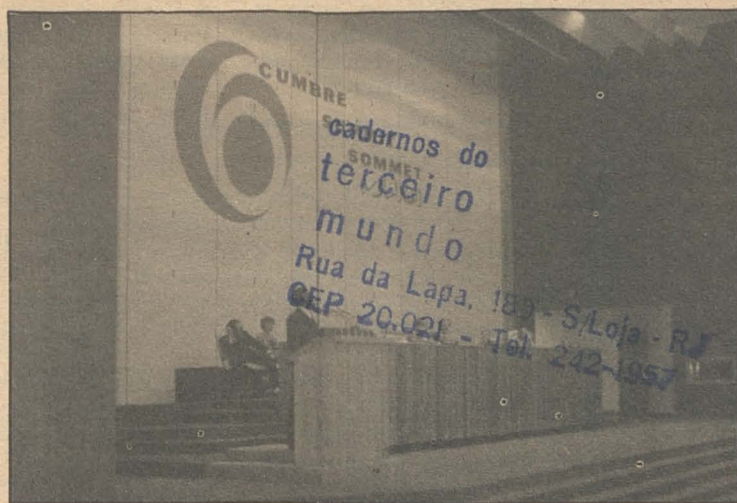
Tendo em conta que os Acordos de Camp David e o Tratado Egipto-Israel de 26 de Março de 1979 constituem um acordo parcial e um tratado por separado, que significa um abandono total da causa dos países árabes e um acto de cumplicidade com a contínua ocupação dos territórios árabes e viola os direitos inalienáveis do povo da Palestina, a Conferência condena os Acordos de Camp David e o Tratado entre o Egipto e Israel.

Neste contexto, os Chefes de Estado ou de Governo tiveram à sua consideração a proposta de que o Egipto fosse suspenso como membro do Movimento dos Países Não-Alinhados por ter violado os seus princípios e resoluções. A Conferência decidiu encarregar o *Bureau* de Coordenação, actuando como Comité *Ad-Hoc*, de examinar os danos ocasionados aos países árabes, particularmente ao povo árabe palestino, pela conduta do governo egípcio ao firmar os Acordos de Camp David e o Tratado de Paz por separado egípcio-israelita.

O Comité *Ad-Hoc* informará sobre este assunto a Conferência Ministerial, que se celebrará em Nova Deli, a qual tomará uma decisão sobre o *status* do Egipto no Movimento.

Samora:

«alinhados contra o imperialismo»



*«É precisamente com o aparecimento dos países socialistas
que se modifica a nosso favor a correlação
de forças.»*

COM o seu estilo franco e objectivo, o Presidente de Moçambique, Samora Machel, definiu o que considera deva ser o Movimento dos Países Não-Alinhados: "O não-alinhamento significa, em definitivo, todos alinhados na luta contra o imperialismo".

Samora entrava assim numa discussão pública, ou

restringida a certos âmbitos, sobre a ideologia do Não-Alinhamento. Destacou que o Movimento tem uma ideologia que "assenta nos interesses dos povos e na luta contra a exploração do Homem pelo Homem. É anti-imperialista, anticolonialista, antineocolonialista, anti-racista, anti-apartheid, anti-sionista. Ela é antifascista, ela é contra as

ditaduras e as tiranias. Ela é instrumento de libertação política, económica, social e cultural dos nossos povos. A luta consequente de libertação é obrigatoriamente anti-imperialista".

Ela foi mais longe, e deu uma explicação clara sobre os danos causados pelo imperialismo: "O imperialismo apodera-se dos nossos minerais e deixa-nos os bu-

racos; explora as nossas florestas e nós ficamos com a terra nua; explora a nossa mão-de-obra, alicia, compra e suborna quadros e dirigentes, impede o nosso progresso e sujeita-nos à dependência. O imperialismo reserva para nós as indústrias marginais e poluidoras, as pequenas e médias indústrias que lhe poderão gerar lucros fáceis e imediatos à custa da nossa mão-de-obra”.

“É neste quadro que se inscrevem os fracassos que têm caracterizado as negociações internacionais tendentes a reestruturar a economia mundial”.

Samora denunciou as manobras do inimigo para dividir os Não-Alinhados, “directamente ou através de porta-vozes no nosso Movimento”. Enfrentava, assim, sem rodeios, uma campanha realizada a nível internacional, que tentava fazer crer que o não-alinhamento é basicamente uma “terceira força rival dos dois blocos”, e demonstrando que o inimigo comum é a rivalidade entre certos países e não o imperialismo.

O Presidente de Moçambique provocou aplausos do Plenário quando disse que o inimigo “Pretende ser nosso professor. Desde quando os antigos colonialistas defendem a nossa libertação? Desde quando (...) pode indicar as vias que levam à emancipação política, económica e social?”

“Desde quando se tornam autoridades sobre o não-alinhamento os que colonizam Porto Rico, ocupam Guantánamo, negam ao Panamá o seu canal, mantêm os regimes de Salisbúria, Pretória, Telavive,

desmembram as Comores, instalam bases no Oceano Índico?”

“Desde quando dá o inimigo bons conselhos?”

“Rejeitemos esses conselhos. Sejamos nós mesmos a criar o nosso futuro. Recusemos ser porta-vozes do inimigo”.

Enumerando uma série de crimes cometidos pelo imperialismo contra os povos sujeitos à sua opressão, Samora Machel declarou: “Estes crimes não são produtos da confrontação entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Estes crimes revelam a natureza brutal e perversa do imperialismo”.

O NÃO-ALINHAMENTO E O CAMPO SOCIALISTA

Outro tema de insinuações ou campanhas confusionalistas permanentes entre os não-Alinhados, é o seu relacionamento com o campo socialista. Esse debate acentuou-se muito com a aproximação da Sexta Cimeira e a perspectiva segura de que Fidel Castro assumiria a presidência do Movimento. O líder moçambicano foi directamente ao tema para analisá-lo com a sua conhecida objectividade e precisão.

Disse ele: “O colonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo, o imperialismo, a pilhagem dos nossos países, a ocupação de parte dos nossos territórios, a agressão contra os nossos povos, de muito antecederam o aparecimento de países socialistas”.

“É precisamente com o aparecimento de países socialistas que se modifica a nossa favor a correlação de forças. Este é um facto histórico incontestável. O im-

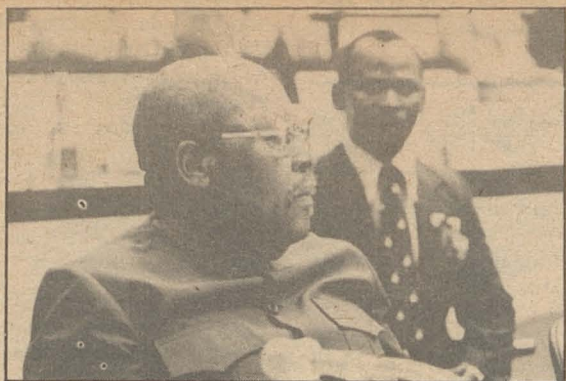
perialismo não mais conseguiu concentrar a totalidade das suas forças contra nós. Os nossos povos passaram a dispor de armas para neutralizar e derrotar as agressões armadas de que eram vítimas. Os nossos povos passaram a dispor de alternativas tecnológicas e económicas para superar os bloqueios e acções de desestabilização.”

“Os países socialistas, são aliados naturais dos nossos povos, constituem uma retaguarda segura para o triunfo da nossa luta de libertação, para a defesa da nossa independência económica — alicerces sobre os quais surge o Não-Alinhamento”.

“Fazemos esta análise como País Não-Alinhado que conhece e vive a realidade da História. Fazemos esta afirmação como país diariamente agredido. Fazemos esta afirmação como país que é retaguarda segura da luta de libertação. Fazemos esta afirmação porque o socialismo que construímos na nossa Pátria, torna possível que a República Popular de Moçambique recupere os seus recursos naturais, se desenvolva e cumpra o seu dever internacionalista”.

DOIS TEMAS CADENTES: KAMPUCHEA E EGÍPTO

A réplica de Samora Machel a algumas delegações que, como as de Singapura e Malásia, tentaram reivindicar para o regime de Pol Pot a representação do Kampuchea, ou a intervenção do delegado egípcio Bautus Ghali, procurando convencer a assembleia de que Sadat está empenhado



Lesbua Jonathan, Primeiro-Ministro do Lesotho.

LESOTHO: sob a ameaça do *apartheid*

LESBUA Jonathan, primeiro-ministro do reino do Lesotho, encravado no coração da África do Sul racista, teve, durante a sua intervenção na VI Cimeira, palavras de reconhecimento para com o regime moçambicano e, em particular, para com o Presidente Samora Machel, "*pelo apoio dado em momentos de perigo*" para a sua Pátria.

Do mesmo modo, Jonathan revelou que o Lesotho paga os mais elevados preços do Mundo pelo petróleo, e solicitou aos países exportadores de petróleo que pertençam aos Não-Alinhados que ajudem o seu governo a diminuir a asfixiante dependência económica em relação ao regime da África do Sul, dando-lhe o petróleo que o Lesotho necessita, ou pelo menos parte dele.

O Primeiro-Ministro do Lesotho denunciou os ataques de que o seu país é vítima por parte de Pretória. "*No Lesotho sofremos directamente a ameaça do apartheid*", afirmou recordando aos chefes de Estado presentes em Havana que as agressões armadas contra esse pequeno Estado, situado dentro da África do Sul, são praticamente diárias.

O Lesotho depende da África do Sul para a saída e entrada dos seus produtos. O *rand* sul-africano é a moeda corrente, e as empresas sul-africanas controlam a economia e as comunicações. O Governo, encabeçado por Jonathan, assumiu nos últimos tempos posições cada vez mais críticas em relação ao regime racista de Pretória.

Quando o Lesotho votou nas Nações Unidas o reconhecimento do Transkei (Bantustão), a África do Sul encerrou as fronteiras com este país e começou contra o regime de Jonathan um férreo bloqueio económico.

em concretizar as metas da luta palestina e em libertar Jerusalém, foi dura e conclusiva.

Primeiramente saudou as quedas de Somoza, Macías, do regime de Granada, de Idi Amin, do Xá e de Pol Pot, que puseram "termo a acções armadas desencadeadas por esta sinistras ditaduras contra membros dos Países Não-Alinhados. As vitórias de Manáguá e Malabo destruíram oligarquias familiares que faziam de países sua propriedade pessoal e de povos seus escravos. Estas vitórias forçaram, sobretudo, uma redefinição da estratégia do imperialismo na Ásia, África e América Latina".

"Com profunda emoção — acrescentou, — saudamos a presença destes novos regimes no nosso seio. Eles representam a luta tenaz dos seus povos pela liberdade, pela dignidade humana, esmagadas por tiranias ao serviço de interesses egoístas e estrangeiros".

Em seguida, Samora Machel entrou directamente no problema do Kampuchea: "Devemos todavia afirmar que é com indignação que constatamos permanecer vazia a cadeira do Estado do Kampuchea. A República Popular de Kampuchea, o seu Conselho Popular Revolucionário, representam a realidade do combate e da vontade do Povo Heróico do Kampuchea. A República Popular do Kampuchea que, em condições ainda trágicas, cicatriza as feridas infligidas por uma tirania demente e belicista, exprime os nossos ideais de Paz e Progresso".

Samora Machel acusou o governo de Pol Pot de ge-

nocídio: "Na História recente da Humanidade, só na racionalidade fria e sistemática da Alemanha nazi encontramos um paralelo igualmente sinistro. Pol Pot classificava as populações para serem eliminadas".

Fez em seguida uma exposição pormenorizada sobre as manobras do inimigo, que faz acusações de ingerência e outras mais, exactamente quando as pratica. E então pergunta: "Será que o cumprimento do dever de solidariedade é ingerência? Será ingerência o apoio à luta antifascista, o apoio da luta dos Povos contra o genocídio de que são vítimas? ...

Respondendo claramente ao discurso do representante do governo de Anwar Sadat, Samora Machel declarou: "Ouvimos estupefactos chamar coragem a ida a Jerusalém. Mas esta é a coragem do suicida que caminha para o túmulo. E quando esse suicida arrasta atrás de si todo um povo, é já um genocídio". E mais adiante assinalou que "Na História da Humanidade, inúmeras têm sido as traições, mas dificilmente encontraríamos paralelo quando vemos ao capitulacionista, o traidor dos nossos princípios vir aqui, defender a público, perante tão augusta assembleia, que por causa do seu vergonhoso acto, a traição já não é traição, a capitulação já não é capitulação, o inimigo já não é inimigo".

Reiterou, ao mesmo tempo, o seu apoio à causa palestina e à recuperação de todos os territórios ocupados por Israel desde 1967, e proclamou: "Entendemos, portanto, que nenhum acordo sobre a Palestina poderá ser apoiado

por nós sem que seja assinado ou ratificado pela OLP".

A LUTA DE LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA

Diante de uma imensa assembleia que o escutava atentamente, o Presidente de Moçambique chamou a atenção do Movimento dos Não-Alinhados sobre o facto de que "a luta de libertação na África Austral atinge uma fase crucial, que exige a nossa solidariedade para com o Movimento de Libertação Nacional e uma compreensão total da evolução dos acontecimentos". Saudou a conferência que se realizava em Londres sobre o Zimbábue como "uma conquista da luta armada, é uma vitória nossa", produto "do apoio firme do nosso Movimento". Mas reivindicou o apoio à luta armada enquanto esta não alcance os seus objectivos, ou seja, o reconhecimento e o exercício do direito dos povos à independência total e completa.

Samora Machel destacou também a importância fundamental do problema da África do Sul, e a sua influência na luta de libertação da Namíbia e do Zimbábue. "A África do Sul é o centro estratégico do imperialismo para a dominação da África Austral e de toda a África em geral. É por isso que se a luta é dura na Namíbia e no Zimbábue, ela é ainda mais dura na África do Sul".

"Todos os esforços do imperialismo destinam-se a proteger este seu destacamento operacional avançado. E o que é a África do Sul, senão um somatório

dos grandes interesses económicos da América do Norte, da Grã-Bretanha, da Alemanha Federal, da França, de Israel e de outros seus aliados? A Força militar da África do Sul, que inclui o desenvolvimento da força nuclear, reside na ajuda destes mesmos países".

Sobre o tema da descolonização, Samora Machel também fez um duro ataque aos países membros do Movimento que hoje pretendem colonizar outros povos. "No nosso seio — afirmou, — a luta anticolonialista é uma constante. Todavia, nos últimos anos, constatámos que certos países membros apresentaram-se como herdeiros do expansionismo colonial. As agressões de que são vítimas a República Democrática de Timor-Leste, a República Árabe Saharaui Democrática, são exemplos flagrantes desta realidade. Temos vergonha de discutir isto, porque alguns de nós já se transformaram em colonialistas".

"Saudamos a coragem política da República Islâmica da Mauritânia que, com honra e dignidade, restabeleceu a Paz e a Amizade com o Povo Saharaui. Este exemplo deve inspirar aqueles que ainda recusam reconhecer e aceitar a realidade nacional dos povos saharauí e maubere".

"Quando entre nós há manifestações de colonialismo e expansionismo, é evidente que teremos dificuldades em definir estes males como inimigos a combater. É evidente que aqueles que persistem em acções colonialistas e expansionistas, têm que recorrer à aliança aberta ou



Parte da delegação moçambicana, vendo-se o Presidente Samora Machel, o Ministro de Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano e a Ministra da Educação, Graça Machel.

camuflada com o imperialismo, traíndo os princípios do Não-Alinhamento.

OUTROS TEMAS

O Presidente de Moçambique abordou o tema económico e disse que "a luta por uma Nova Ordem Económica Internacional não pode ignorar as violências e sujeições impostas às nossas economias e as manobras do imperialismo para as perspectuar. A luta por uma Nova Ordem Económica Internacional tem que integrar o direito de utilizar em nosso benefício os recursos humanos e materiais dos nossos países. Nesse sentido, assume particular relevância a necessidade de revalorizar as matérias-primas essenciais ao nosso desenvolvimento".

Aplicando esse princípio ao problema do petróleo, disse que "a revalorização dos preços (...) é uma medi-

da legítima de defesa e controlo dos recursos dos países produtores". Reinvidicou que os recursos dos países produtores devem ser combinados com os outros recursos naturais e tecnológicos dos países não petrolíferos, de modo a ser promovido o desenvolvimento mútuo. "Os recursos financeiros não devem servir para reforçar aqueles que nos estão a pilhar e que agora nos ameaçam até de agressão. A força política que é o Não-Alinhamento deve materializar-se também ao nível económico".

O Presidente Machel rendeu uma calorosa homenagem ao Vietnã que, na época actual, deu a maior contribuição à luta de libertação nacional. Manifestou também a sua alegria pelo facto de a Sexta Cimeira ter sido realizada em Cuba, um "território em que o imperialismo foi derrotado, onde as agressões e manobras, ameaças e bloqueios não puderam impe-

dir um povo de se libertar, de desenvolver e consolidar a Revolução". Disse também que em Fidel Castro encontraram "um combatente intransigente contra o imperialismo, o dirigente prestigiado pela vitória, o militante modesto e profundamente humano, o defensor determinado e consequente da unidade, solidariedade e ajuda mútua entre os povos".

"O povo cubano, descendente daqueles que com grilhetas atravessaram o oceano, é testemunho vivo de que as grilhetas podem ser quebradas, os povos podem libertar-se da miséria e do subdesenvolvimento, podem edificar a ordem popular que corresponde aos interesses das massas trabalhadoras", proclamou.

O Presidente de Moçambique recebeu uma calorosa ovação do Plenário, e não foram poucos os Chefes de Estado que abandonaram seus lugares para abraçá-lo pessoalmente.

Principais bases ou portos onde as grandes potências dispõem de facilidades diversas.

Em Havana, vários Chefes de Estado — principalmente aqueles dos países da região índica — dedicaram uma especial atenção

ao tema da desmilitarização do Índico, e aos perigos que encerra para a paz mundial o crescente poderio bélico que as potências industrializadas acumularam na região.

Sintomaticamente foram as Ilhas Maurício — representadas em Havana pelo seu representante permanente nas Nações Unidas, Radha Krishna Ramphul — que fizeram uma das declarações mais enérgicas em defesa da desmilitarização e da desnuclearização do Índico. O regime de Port Louis, capital das Ilhas, não se caracteriza pelas posições progressistas, e por essa razão, essas denúncias têm um significado especial.

“Os desejos dos Estados da região estão sendo ignorados. Algumas potências adquiriram e desenvolveram novas bases e instalações militares no Oceano Índico. A base de Diego García é um caso a ser destacado. Quando Diego García foi de nós separada (para passar para a soberania norte-americana), foi-nos comunicado que se transformaria num centro de comunicações. Tornou-se logo claro que se tornaria numa base militar. E agora parece que Diego García pode-se converter na principal base dos Estados Unidos para uma nova Quinta Frota, que estará permanentemente estacionada no Oceano Índico”. Foi com essas palavras que Ramphul começou a extensa alegação em defesa das resoluções adoptadas pelas Nações Unidas e pelos Não-Alinhados.

“Muitos Estados da região — acrescentou — estão alarmados por este e outros



O Presidente Didier Ratsiraka, de Madagascar, um dos pioneiros da luta pela desmilitarização do Oceano Índico.

desenvolvimentos (militares) semelhantes. E dizem-nos que são o resultado da **deterioração da paz e da estabilidade** no Oceano Índico... Mas nós não podemos ter a pretensão, sob nenhum direito, de estabelecer uma presença militar no Mar do Norte ou no Báltico, simplesmente porque alguns oficiais concluem que aí há **instabilidade**.”

“Do nosso ponto de vista, a explicação real para o crescimento da expansão militar no Oceano Índico, é que algumas potências procuram usar a nossa região como uma base a partir da qual possam projectar o seu poder para áreas em que julguem estar os seus interesses ameaçados”.

“Numa palavra, estão preocupados com alguns acontecimentos no Golfo e

Comores

Alinhada com os países mais reaccionários, como Singapura e a Malásia, que defenderam o direito do regime de Pol Pot a conservar a sua representação nos Não-Alinhados, a delegação das Ilhas Comores esteve muito isolada durante a Conferência.

Nenhum dos presentes ignorava que os representantes das Comores que ocupavam a cadeira do seu país foram colocados no poder por um golpe de Estado contra o presidente progressista Ali Sohili, golpe de Estado esse concebido e executado por mercenários franceses e de outras nacionalidades, sob o comando do conhecido aventureiro Bob Denard.

A presença do primeiro-ministro Salim Ben Ali esteve, assim, rodeada de uma atmosfera de mal-estar, dada a falta de legitimidade do seu governo, aliado de Pol Pot. Pelo contrário o facto de Salim Ben Ali se ter manifestado a seu favor, mais que ajudar o enviado de Pol Pot a Havana, prejudicou os seus interesses.

no Mar Árabe, no Corno da África e na África Austral. Maioritariamente, esses esforços estão destinados à preservação do status quo nessas regiões”.

OUTRAS INTERVENÇÕES

Preocupações similares foram expressas na intervenção do chefe da delegação da Índia, Shri S. Mishra, Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país. Depois de deplorar o facto de que a resolução das Nações Unidas de 1971 não tenha sido cumprida, Mishra assinalou que “em particular a expansão das bases militares já existentes — como a de Diego García — não pode senão causar preocupação pela consequente intensificação da corrida armamentista e do retrocesso no desenvolvimento das tensões internacionais na área”.

“Estamos desgostosos pelo facto de que as conversações entre os Estados Unidos e a União Soviética relativas ao Oceano Índico tenham-se interrompido, e queríamos instar no sentido de que o diálogo entre ambas as partes possa ser rapidamente reatado”.

Também o Chefe de Estado do Bangladesh fez extensas referências ao tema quando da sua intervenção.

Recordou, inicialmente, que o seu país sempre apoiou a iniciativa de fazer do Índico uma zona de paz. Recordou além disso, que enquanto existirem bases militares estrangeiras, será necessário prever garantias adicionais de salvaguarda à segurança dos Estados costeiros. E destacou

o apoio do Bangladesh a uma conferência dos Estados do litoral e mediterrâneos, igualmente ameaçados pela corrida armamentista no Índico, convidando os Estados usuários das rotas locais, a discutirem a questão para que cheguem a um “acordo mutuamente aceitável”, que leve em conta as reivindicações dos países da área, e possa facilitar a concretização do estabelecimento no Índico de uma zona de paz.

Por sua parte, Ahmed Mohamed Aden, que encabeçava em Havana a delega-

ção da Somália, referindo-se ao tema na sua intervenção, expressou uma enérgica condenação às “grandes potências” pelas suas actividades militares no Oceano Índico e mares e golfos adjacentes, para onde reivindicou “como país não-alinhado, a supressão de todas as instalações ou bases militares estrangeiras”.

OS SUPERPETROLEIROS DO ÍNDICO

Uma extensa intervenção do Presidente Didier Ratsiraka, de Madagascar, sobre

conflitos fronteiriços

A delegação do Sri Lanka, na sua qualidade de país que exerceu a presidência dos Não-Alinhados nos últimos três anos, apresentou ao Plenário da VI Cimeira um documento de trabalho sobre as controvérsias fronteiriças entre os países membros do Movimento, no qual são feitas importantes recomendações, que foram assumidas pela Conferência.

O tema está a ser estudado desde o próprio início do Movimento, como o prova o facto que a Conferência de Colombo de 1964, preparatória da do Cairo do mesmo ano, e a própria reunião celebrada na capital egípcia já terem mencionado o problema. Mas, em Havana, pela primeira vez, passou-se da análise à implementação de algumas medidas concretas.

Mencionando o facto de que, geralmente, o Conselho de Segurança — que é o organismo das Nações Unidas que tem a responsabilidade da manutenção da paz e da segurança internacionais — “actua depois de que se tenha produzido uma ameaça contra a paz, ou que esta já tenha sido violada”, propõe-se a criação de uma Comissão Política que examine as controvérsias fronteiriças em toda a sua dimensão, com o carácter de órgão preventivo. Teria um carácter conciliatório, e melhor seria “um foro, mais para soluções intermediárias que as de carácter jurídico ou semi-jurídico”. A proposta contempla a possibilidade

o tema do Oceano Índico, pôs em discussão algumas das razões geopolíticas e geo-econômicas que levam as potências capitalistas a acelerar na região a corrida armamentista.

Primeiramente, Ratsiraka recordou que "os aviões de transporte do Comando Aéreo podem alcançar Subis Bay pela cadeia de bases" do Pacífico para atingir Diego García e daí atingir o Médio Oriente sem ter que pedir autorização para sobrevoar terceiros países.

"Diego García — enfatizou — é o complemento in-



O Presidente Samora Machel com o Presidente das Seychelles, Albert René, preocupação: as bases do imperialismo no Índico.

de que "possa desempenhar funções negociadoras quando as partes assim o desejarem".

Os membros de tal Comissão serão cinco — das cinco regiões nas quais o Movimento está dividido, América Latina, África, Ásia, Europa e Médio Oriente, — e recomenda-se que seja integrada ao mais alto nível, de preferência pelos Ministros das Relações Exteriores, seleccionados por consenso nas Conferências Cimeiras.

O mandato seria de uma Cimeira à seguinte, podendo ser renovável. A Comissão receberá a ajuda de um grupo de especialistas em Direito Internacional e em matérias afins. Pode, além disso, utilizar os conhecimentos especializados das Nações Unidas, de outras organizações ou de pessoas. A própria Comissão "estabelecerá os procedimentos para o exame das controvérsias, e informará sobre os mesmos os Países Não-Alinhados".

Estabelece-se que a Comissão "só examinará controvérsias quando as partes nelas envolvidas tenham expresso por escrito que estão dispostas a remeter a controvérsia à Comissão", recomendando-se que os seus membros possam visitar a zona de conflito e realizar entrevistas "sem obstáculos".

A Comissão apresentará "um informe ao Bureau de Coordenação, e também apresentará informes periódicos das suas actividades às Conferências dos Países Não-Alinhados".

Na parte relativa à análise do porquê da existência de controvérsias fronteiriças, o documento recorda que "a maioria dos Países Não-Alinhados são nações surgidas da dominação colonial depois da II Guerra Mundial (...) com fronteiras traçadas pelos governantes coloniais".

dispensável de Subis Bay, das Filipinas e de Guam, na pujante organização do Pacífico ocidental. Por outro lado, com seus aviões de patrulha marítima de longo raio de acção, os Orion P8C, que podem ser reabastecidos em pleno voo em caso de necessidade, os norte-americanos podem cobrir todo o Oceano Índico e, a partir de Diego García podem alcançar Kerguelen (arquipélago austral do Índico, a 3 mil quilómetros de Madagascar, com excelentes portos naturais)".

O Chefe de Estado malgaxe recordou depois que com Simonstown e a Cidade do Cabo, a África do Sul adquire uma importância estratégica fundamental.

"Com efeito" — afirma, — "a Rota do Cabo é por si mesma a rota do petróleo e das matérias-primas: oitenta por cento do tráfico marítimo em torno do Cabo da Boa Esperança estão representados por navios

que pertencem à Aliança Atlântica. Actualmente passam dez superpetroleiros diariamente pelo Cabo, dos quais nove pertencem a países da NATO. Esta última cifra explica por si mesma a desestabilização permanente de que são vítimas Madagascar e Moçambique", afirmou.

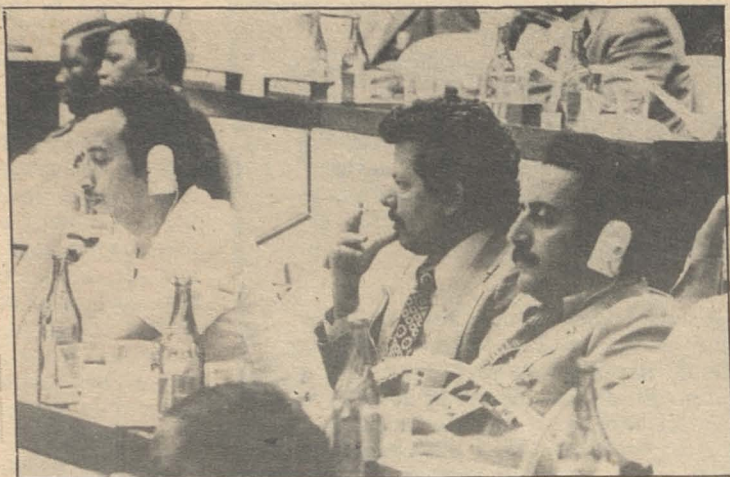
Samora Machel não poderia deixar de se referir ao problema quando, coinci-

dindo com a necessidade de desnuclearização do Índico, afirmou que "a presença das bases militares imperialistas no Canal de Moçambique, em Diego García, Mayote, Reunião e outras, e a intensificação da militarização e nuclearização do Oceano Índico, são um desafio às decisões da comunidade internacional, e constituem uma ameaça constante à sobera-

nia e integridade territorial dos países da região".

Denunciou também que "a decisão de criar uma Quinta Frota norte-americana, especialmente para o Oceano Índico, vem agravar esta situação". E sublinhou ainda que "assim, mais uma vez, impõe-se a acção concertada entre todos os países não-alinhados para responder a essas novas ameaças de guerra".

A reunificação dos «dois Yémenes»



O Presidente Fattah Ismail, do Yémen Democrático, com outros membros da delegação do seu país.

O Presidente da República Democrática e Popular do Yémen, Abdel Fattah Ismail, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Yémen, Hassan Makki, coincidiram nas suas intervenções diante da Assembleia ao destacarem a vigência da aspiração do povo yemenita à reunificação dos dois Estados, dividido artificialmente pelo colonialismo.

"Os colonialistas — sublinhou Makki — criaram dois Estados de uma mesma sociedade, de um mesmo povo. A unidade há-de ser de estabilização e de prosperidade", afirmou.

Enfático na sua denúncia da oposição imperialista à reunificação do Yémen, Abdel Fattah Ismail defendeu essa aspiração do seu povo, e qualificou a sua concretização como um assunto de primeira ordem para que se consiga a estabilidade da região". Destacou ainda alguns passos dados no sentido da unidade, mas insistiu em acusar as forças reaccionárias de conspiração para o boicote desse objectivo de todos os yemenitas. Condenou igualmente as permanentes ameaças do imperialismo contra os países árabes produtores de petróleo, e ressaltou a luta do povo de Oman.



adesão definitiva aos Não-Alinhados

Onze países da região são membros de pleno direito, dez assistem como observadores e dois — Porto Rico e Belize — têm estatuto especial. Só o Chile, a Guatemala, as Honduras e o Paraguai não têm quaisquer vínculos com o Movimento.

Luís Maira

É um facto conhecido que o Movimento dos Países Não-Alinhados constitui nas suas origens fundamentais um bloco de países afro-asiáticos. Ligados por uma origem comum e compartilhando problemas económicos e políticos muito específicos, os novos Estados surgidos do processo de descolonização da Ásia e da África, surgiram na cena internacional com uma vontade política comum para enfrentar os novos problemas que a dominação e a dependência lhes colocavam depois da obtenção da independência política após a Segunda Guerra Mundial.

Isso constituía uma perspectiva que os países latino-americanos, já inseridos na sua relação "hemisférica", sobretudo com os Estados Unidos, e fortemente ligados a este no período da guerra fria, não podiam assumir.

Esta situação explica a completa ausência dos latino-americanos no prolongado processo de gestação da organização dos Não-Alinhados. Na Conferência de Bandung, organizada pelo presidente Sukarno da Indonésia, em 1955, não se fez representar qualquer país latino-americano, nem mesmo na qualidade de observador, no momento em

que se definiram os princípios que inspiraram a acção deste novo bloco de países. E, em 1961, ao realizar-se a Primeira Conferência Cimeira dos Países Não-Alinhados, entre os 25 membros originários do movimento só aparecia uma nação latino-americana, Cuba, que viu na nova estrutura o cenário para projectar o seu então agudo conflito com o governo dos Estados Unidos. Outros três países participaram na qualidade de observadores: Brasil, Equador e Bolívia.

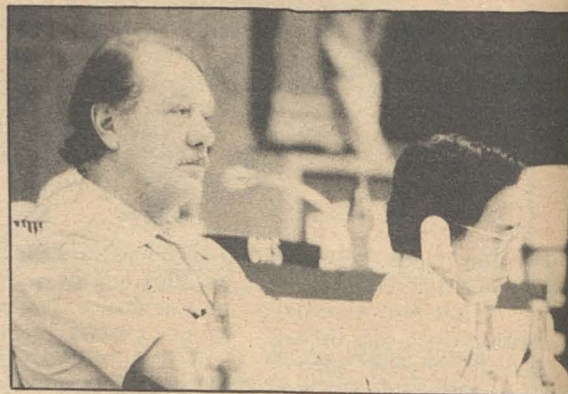
De Belgrado a Havana, no entanto, as coisas alteraram-se substancialmente. Agora o Movimento, que

conta com 95 países membros, é uma força internacional indiscutível e a sua importância deriva, entre outras razões básicas, da sua universalidade. Os países latino-americanos tiveram que ir assumindo progressivamente esse dado da realidade e viram-se praticamente forçados a definir relações com o Movimento dos Países Não-Alinhados. Onze governos da região participaram na VI Conferência Cimeira como membros plenos: Argentina, Bolívia, Cuba, Granada, Guiana, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Peru, Suriname e Trindade-Tobago; dois assistiram com estatuto especial, Belize e Porto Rico, que sem serem ainda Estados independentes receberam o apoio do Movimento na sua luta, enquanto que onze estiveram presentes na qualidade de observador: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, México, Santa Lúcia, Uruguai e Venezuela. Isto significa que naquele continente só permanecem à margem desta organização quatro nações: Guatemala, Honduras, Paraguai e Chile. Este último país, que desempenha um importante papel dentro dos Não-Alinhados nos princípios dos anos setenta, na época do governo de Salvador Allende, foi suspenso da sua qualidade de país membro pelo Bureau de Coordenação, em 1973, por este considerar que o actual governo do general Augusto Pinochet é o resultado de actos de ingerência indevida dos Estados Unidos, os quais foram determinantes no derrube e assassinato do último presidente constitucional chileno.

Ao fazer o balanço da Conferência de Havana, para além de considerações que apenas levam em conta elementos formais, como o número de países participantes, pode-se afirmar que a Sexta Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não-Alinhados constituiu, tanto como decorreu como

pelas suas resoluções, o movimento de integração definitiva da América Latina no Movimento dos Países Não-Alinhados, ao ponto de, num futuro próximo, a não vinculação que determinados países mantêm passará a ser para eles um factor desfavorável de considerável importância. E esta afirmação pode

Castañeda: «o maior perigo para a paz está na África Austral»



Através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Castañeda, o México reafirmou o seu coerente apoio aos princípios básicos do Movimento dos Não-Alinhados. Definuiu o Não-Alinhamento como "uma rejeição deliberada do Mundo concebido em blocos, o repúdio da subordinação de uns Estados a outros, a tomada de consciência de que tem que desaparecer o Mundo em que o abuso, a desordem e a violência continuam a caracterizar as grandes áreas das relações internacionais".

Castañeda advertiu a assembleia sobre a importância do problema da energia, "dentro de um mundo conflitivo". "É um problema que afecta todos os países da Terra".

Destacou que, "dadas as suas vastas implicações, no próximo decénio, de um modo ou de outro, será preciso encontrar uma solução para esse problema". "Devemos assegurar — acrescentou — que essa solução surja das soberanias, da

sêr feita com sólidos argumentos: 1) Um país latino-americano, Cuba, terá nos próximos três anos a direção do Movimento, e a partir desse cargo terá uma grande capacidade para projectar os acontecimentos políticos mais importantes na região; 2) cinco países da área latino-americana integrarão o Bureau

de Coordenação do Movimento dos Países Não-Alinhados, cujo número foi elevado para 36 (antes a América e o Caribe detinham apenas quatro lugares); 3) Contudo, o facto fundamental é que a plataforma e o programa de trabalho do Movimento dos Países Não-Alinhados para o próximo triénio conterà

uma série de assuntos cruciais para concretização de um maior espaço internacional na região latino-americana, o que garante uma nova ênfase e maior actividade dos não-alinhados em relação à América Latina.

A AMÉRICA LATINA E AS POSIÇÕES DOS NÃO-ALINHADOS

sua capacidade de entendimento, e não que seja imposta pelas hegemonias e pela sua capacidade de violência".

Referiu que o Presidente do México, José López Portillo, procurou o foro das Nações Unidas para discutir esse tema, justamente pela sua universalidade.

Castañeda reiterou de maneira muito firme a posição anticolonialista do seu governo. *"Pensamos que os principais problemas do Mundo se devem a não se ter dado cumprimento ao direito de numerosos povos a determinarem por si sós, soberanamente, a sua organização política como Estados independentes. É o que ocorre com o povo saharauí, com o povo da Namíbia, com o de Zimbábwe, com o povo palestino, com o de Belize. No que toca ao nosso povo irmão de Porto Rico, confiamos em que a Nação norte-americana, que nasceu do exercício da livre determinação, cumprirá com a sua oferta de respeitar a decisão soberana do povo porto-riquenho, livremente expressa".* O ministro de Relações Exteriores mexicano anunciou o reconhecimento por parte do seu governo da República Árabe Saharaui Democrática, *"dentro das fronteiras do antigo Sahara Espanhol"* e felicitou a Mauritânia por ter-se retirado da guerra. Ao mesmo tempo, fez um apelo a Marrocos para que respeite a autodeterminação saharauí.

Referindo que *"o maior perigo para a paz centra-se no sul do continente africano"*, Castañeda apoiou as decisões do Movimento sobre essa região e pediu enérgicas medidas às Nações Unidas contra o que considerou *"um crime internacional"*, ou seja a opressão racista na região.

"As minorias raciais e racistas da África do Sul, Namíbia e Zimbábwe mantêm o poder e continuam a receber ajuda política, económica e militar de alguns governos e poderosos consórcios económicos, afirmou. Castañeda saudou efusivamente a libertação da Nicarágua e lembrou que "há pouco tempo os Estados latino-americanos impediram a acção intervencionista da OEA em prejuízo da Nicarágua". Reclamou dos Países Não-Alinhados uma ajuda imediata para esta nação.

Castañeda transmitiu a saudação do Presidente do México à Conferência e afirmou: *"Devo, ao mesmo tempo, estender a saudação fraternal do Presidente López Portillo ao Comandante Fidel Castro, Presidente do Conselho de Ministros de Cuba e Presidente desta VI Cimeira. Sabe o Comandante, porque disso tem tido provas constantes, da solidariedade e dos sentimentos fraternos que animam o povo e o governo do México para com a luta exemplar do povo e do governo de Cuba por manter a sua plena soberania e a sua capacidade autónoma de decisão"*, disse a concluir.

Para analisar o impacto da América Latina durante a VI Conferência Cimeira de Havana é necessário ter em consideração dois elementos principais: o significado político dos processos que vivem alguns desses países e as tomadas de posição da Declaração Final da Conferência que se referem ao futuro da região latino-americana.

A maior presença da América Latina começou a ser notada desde a Conferência de Ministros de Relações Exteriores que precedeu o encontro de chefes de Estado e de Governo. Aí, de seis candidaturas de novos membros aprovadas, três pertenciam à América Latina (Nicarágua, Bolívia e Suriname), enquanto as três restantes regiões viam ingressar dois países asiáticos, o Paquistão e o Irão e um africano, a Frente Patriótica do Zimbábwe. Por sua vez, de quatro novos países observadores aceites, três foram latino-americanos: Barbados, Equador e Santa Lucía.

O primeiro elemento indicativo do novo papel que começam a desempenhar os países latino-americanos no Movimento foi o discurso do Presidente do Conselho de Estado Cubano, Fidel Castro. O discurso de Fidel definiu os problemas

centrais da VI Cimeira. Todas as delegações presentes ao encontro tomaram-no como um elemento de referência. Nos dias anteriores à inauguração havia-se produzido um intenso debate entre quem pensava que o líder cubano faria um discurso conciliador e protocolar, e aqueles que pensavam que ele usaria a tribuna do acto inaugural para definir posições e imprimir carácter a toda a Conferência: apesar dos riscos evidentes que envolvia tal decisão. Pois bem, foi isto mesmo que aconteceu. As posições de Castro passaram a jogar o papel que habitualmente desempenham nas Conferências anteriores como a do projecto de Declaração Final, que ninguém pôde deixar de se pronunciar sobre ele.

Este perfil significativo no novo peso latino-americano no Movimento dos Países Não-Alinhados manteve-se nos restantes cinco dias da reunião, apesar de naturalmente as diferentes delegações dos governos da região terem estado longe de defender posições homogéneas. Nos últimos anos e à medida que o Movimento crescia em número e em força, aumentou também a polarização em torno de critérios políticos contrapostos. Nesta Conferência manifestaram-se três blocos de países com posições claramente diferenciadas. Em primeiro lugar, um bloco de direita, cujas posições se aproximavam nitidamente dos interesses dos países capitalistas desenvolvidos; neste grupo, cujos países líderes foram o Zaire, Senegal, Singapura e Arábia Saudita, actuou abertamente a Argentina e em certos casos o Peru.



Bolívia: uma saída para o mar

A reivindicação boliviana de uma saída para o mar também foi defendida na VI Cimeira, tendo sido feita na Resolução Final uma menção explícita do apoio dos Não-Alinhados à exigência legítima do povo boliviano.

Na sua intervenção diante do Plenário, o delegado desse país, o representante do governo do presidente Guevara Arce, comentou o problema da mediterraneidade da sua pátria com as seguintes palavras:

"Há cem anos, uma guerra de agressão calculada friamente e apoiada pelo imperialismo despojou a Bolívia do extenso litoral sobre o Oceano Pacífico, com o qual nasceu a vida independente. Essa guerra expansionista, planeada nas costas do seu próprio povo, permitiu ao agressor e aos interesses monopolistas que o apoiavam, explorar os grandes recursos naturais dos territórios bolivianos ocupados, e enclausurou a Bolívia entre as montanhas. Mas, apesar de todas as desvantagens, a minha pátria não renunciou e nem renunciará jamais ao seu território, e, apesar da intimidação, da lisonja ocasional e interessada, permaneceu incorruptível e digna."

"Por isso, o propósito indeclinável da Bolívia obter uma saída para o Oceano Pacífico, com plenitude de soberania, é hoje uma das causas da América e da Justiça Internacional, como foi e continua a ser a devolução do Canal aos panamianos, a restituição de Guantánamo a Cuba, a independência de Belize ou a reintegração das Malvinas à soberania argentina, ou Gibraltar à Espanha; como foi e continuará a ser a constituição de um Estado Palestiniano e a libertação nacional dos povos da África que lutam contra o colonialismo e o odioso sistema do *apartheid*. Assim, também a luta boliviana por uma saída para o mar será vitoriosa, como o antecipa a solidariedade militante e activa do Movimento dos Países Não-Alinhados."

Na posição de centro, encabeçada pela Jugoslávia, Índia, Sri-Lanka e Zâmbia, que defendia a estrita adesão aos princípios originais do não-alinhamento tal como foram definidos durante a reunião de Belgrado, e defendia igual tratamento a todas as potências, uniram-se o Panamá, a Bolívia, e, em algumas ocasiões, o Peru e a maioria dos países observadores, nitidamente o México, Venezuela e Equador.

Finalmente, no terceiro grupo de países, de posições mais "radicais", e que eram encabeçados pelo Vietnã, Etiópia e Moçambique — Cuba manteve-se mais à margem — actuaram também a Nicarágua, Jamaica e Granada; o critério central destes países era a reafirmação essencial do carácter anti-imperialista e anticolonial do Movimento, defendendo, em função desta posição, que os países socialistas, em especial a União Soviética, não podia receber o mesmo tratamento que as potências imperialistas, já que constituíam um "aliado natural" dos países não-alinhados.

NOVA PLATAFORMA LATINO-AMERICANA DO MOVIMENTO

Para lá das divergências, das respectivas trincheiras, países houveram do continente latino-americano que exibiram capacidade para atrair a preocupação dos restantes integrantes do Movimento para os seus problemas e posições. Um balanço de conjunto permite considerar as seguintes situações latino-americanas como pontos relevantes da nova plataforma do Move-

mento dos Países Não-Alinhados.

Nicarágua. Os representantes da Junta de Governo de Reconstrução Nacional (Daniel Ortega e Sergio Ramírez) constituíram uma das delegações com maior peso e capacidade de sensibilização. As intervenções de numerosos chefes de Estado e de Governo (especialmente africanos, árabes e asiáticos) referiram-se ao caso da Nicarágua como um triunfo de projecções estratégicas para a liquidação da dominação norte-americana na América Latina. Os representantes sandinistas obtiveram, depois de uma apresentação dramática da sua situação económica actual ("a Nicarágua, afirmou Daniel Ortega, é um país asfixiado por uma dívida externa de 1600 milhões de dólares, dos quais 800 milhões correspondem a dívidas com bancos privados ou capitalistas contraídos por Somoza nos últimos anos, os quais vencem a curto prazo e nós não podemos pagar"), um compromisso de ajuda do conjunto do Movimento para o plano de financiamento especial durante o período 1980-85, o que pode vir a ser determinante para a consolidação desta experiência. Tornou-se claro que a presença da Nicarágua veio fortalecer as posições de esquerda no interior do bloco latino-americano e pode-se mesmo afirmar que a sua participação, juntamente com a de Granada, determinaram um novo balanço de forças cuja projecção pode vir a ser muito importante.

Os Países Andinos. Durante a Conferência de Havana o bloco de países que integram o Pacto Andino

(Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela) constituíram-se num novo e importante sector colectivo. A presença de delegações representativas de todos eles, encabeçadas pelos seus ministros de Relações Exteriores, permitiu-lhes apresentar através do presidente do Peru, general Francisco Morales Bermúdez, a apresentação de "uma posição de conjunto". O chefe de Estado peruano informou que, de futuro, não só estes cinco países prosseguirão os seus intentos de integração económica como, em cumprimento de um acrodo traçado na reunião de chefes de Estado de Cartagena, em Maio passado, procurarão "... articular uma nova função internacional da sub-região" destinada "a apontar uma perspectiva andina ao debate dos grandes problemas da cena internacional contemporânea, caracterizada por uma profunda crise de ordem política e económica". Os mesmo países entregaram uma declaração pública conjunta em que anunciam a sua decisão de actuar concertadamente como um bloco para favorecer no interior do sistema interamericano e mundial uma posição baseada nos princípios fundamentais do não-alinhamento.

Pensamos que isto constitui um facto de grande projecção, cujas consequências mais importantes se registarão no interior da Organização de Estados Americanos (OEA). A existência de uma linha internacional que se define a favor da livre determinação, da segurança, da justiça internacional e da independência dos povos, e que declara ter nas suas raízes

"...um mesmo espírito de vocação democrática" pode assegurar na América Latina uma certa concertação futura de um grupo maioritário de nações capazes de assumir uma posição independente frente aos Estados Unidos, que levem a cabo dentro das organizações da região acções como a que se apresentou ao decidir-se a política a tomar (pela OEA) face à Nicarágua. E isto porque aos cinco países andinos se pode juntar um bloco de países com governos democráticos, como a Jamaica, Granada, Guiana, Barbados, Trinidad-Tobago e República Dominicana no Caribe; México, Panamá e Costa Rica, na América Central, o que configuraria um novo balanço de forças na estrutura interamericana.

Panamá. A causa panamiana e especialmente o interesse do seu actual governo por obter plena execução dos acordos Torrijos-Carter. Talvez isso explique a decisão táctica que o Panamá tomou ao situar-se dentro do bloco centrista que a Jugoslávia encabeçou.

O Panamá, desde finais dos anos sessenta, pode ser considerado como o exemplo relevante de um país que subordina todas as suas decisões na cena internacional às vantagens da sua própria causa nacional. Um dos elementos naturais desta política, é a procura de posições de equilíbrio; outro, é a identificação como suas daquelas causas nacionais que procuram a reintegração de territórios à soberania originária desses países. Por isso não é de estranhar que o presidente Aristides Royo fosse o único a apoiar a reivindicação

Uma visão geral da Assembleia: os delegados à Sexta Cimeira conversam informalmente antes de começar a sessão: um momento propício para uma troca de opiniões.



espanhola sobre Gibraltar, além de ter exigido a reintegração das Ilhas Malvinas na Argentina e tivesse defendido uma solução para a mediterraneidade boliviana.

Os objectivos panamianos viram-se amplamente compensados pelo êxito, ao conseguir o presidente Royo uma resolução através da qual "a Conferência tornou sua a preocupação da nação panamiana para que se dê cabal cumprimento aos tratados sobre o funcionamento e a neutralidade do Canal do Panamá" e dispõe-se a manter em constante vigilância o processo do cumprimento dos tratados Torrijos-Carter.

Porto Rico. Um dos êxitos mais importantes de Cuba e da ala esquerda do Movimento dos Não-Alinhados foi obter uma preocupação especial pelos resíduos de colonialismo na região latino-americana. Apesar do programa anterior dos não-alinhados incluir já um apoio aberto à "luta anticolonial dos povos do Caribe, especialmente Porto Rico, Belize, Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa", e esta ser de novo ratificada, foi indubitavelmente Porto Rico o caso que se converteu no ponto central desta preocupação.

A plataforma de trabalho, cuja implementação o governo de Cuba deverá supervisionar até 1982, juntamente com o pedido de pleno acatamento da resolução 1914 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, reitera "a sua solidariedade com a luta do povo de Porto Rico e com o seu inalienável direito à autodeterminação, independência e integridade territorial". Este ponto pode ser particularmente relevante nos próximos anos na decisão do governo dos Estados Unidos para uma eventual normalização das suas relações com Cuba, pois é sabido que a Casa Branca e o Departamento de Estado consideram os problemas do estatuto de Porto Rico como "um assunto interno do governo de Washington".

Bolívia. A VI Conferência Cimeira de Havana coincidiu provavelmente com o ponto de maior esforço da diplomacia boliviana na busca de apoio para os seus pedidos de solução para o problema de mediterraneidade que defronta desde o tempo da guerra de 1879, contra o Chile. A normalização democrática experimentada nesse país, permitiu-lhe que reintegrasse em vantajosas condições o Movi-



O Presidente Aristides Royo do Panamá.

Uruguai denunciado

Durante a sua importante intervenção, o Presidente Aristides Royo do Panamá denunciou as ditaduras do cone sul-americano. Sobre a situação dos direitos humanos afirmou: *"O Panamá advoga a liberdade dos presos políticos em todas as latitudes e muito especialmente nos países da América Latina. O caso patético do distinto militar uruguaio, general Liber Seregni e do eminente matemático de reconhecido prestígio internacional, Dr. José Luis Massera, os quais sofrem uma prolongada prisão em Montevideo, leva-me a expressar a esperança de que o governo da República do Uruguai lhes conceda a liberdade e tome em consideração a decisão do meu governo de oferecer asilo a estes eminentes homens da América, já que consideramos uma honra recebê-los na nossa terra, que não é mais do que uma pequena porção da Grande Pátria Latino-Americana"*.

Pouco depois de ter pronunciado o seu discurso, em conversa com os enviados dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, o presidente Royo expressou a firme decisão do seu governo de prosseguir a campanha para conseguir a libertação desses dois destacados militantes democratas uruguaios. *"Não descansaremos até os ver livres"*, afirmou. No entanto, não deixou de mencionar o facto de todos os esforços realizados até ao momento terem sido ignorados pelas autoridades daquele país sul-americano.

Uruguai e Venezuela romperam relações diplomáticas em virtude de sequestro dentro da embaixada venezuelana de uma refugiada política que ali havia solicitado asilo.

Dada a sequência alfabética, as delegações de ambos os países ficaram mesmo juntas uma à outra no plenário. Esse detalhe, não previsto pelo protocolo, colocou numa situação difícil o ministro dos Negócios Estrangeiros venezuelano e o embaixador uruguaio, González Casal (ambos observadores), os quais discretamente rodaram as poltronas virando as costas um ao outro durante as sessões:

mento dos Países Não-Alinhados, situação que contrasta com o forte isolamento que afecta o governo chileno de Augusto Pinochet, contra o qual, fundamentalmente, a Bolívia dirige as suas reivindicações. Logo que a Bolívia rompeu relações diplomáticas com o Chile, em Março de 1978, isso passou a constituir uma internacionalização deste problema, o que para a Bolívia é extremamente vantajoso. Conta com o apoio do bloco andino para as suas reivindicações, e tem ao seu alcance uma excelente oportunidade para avançar nas suas pressões na próxima Assembleia Geral da OEA, que se efectuará em Novembro próximo, precisamente em La Paz. Neste contexto, a recente resolução dos Não-Alinhados dando *"o seu apoio à justa reclamação da República da Bolívia de recuperar a sua saída para o mar"* e o requerimento à comunidade internacional a *"declarar a sua solidariedade com esta legítima decisão do povo boliviano"* representa uma importante vitória nos seus esforços internacionais do último período.

Chile. A causa da Resistência Chilena foi provavelmente a única que correspondeu a um caso de luta não relacionada a uma reivindicação contra uma potência colonial que mereceu o apoio expresso do Movimento dos Países Não-Alinhados. Os casos de outras ditaduras do Cone Sul, semelhantes à chilena, tais como as da Argentina, Uruguai e Paraguai, nem sequer foram consideradas na Conferência de Havana. Que, no caso chileno, exigiu o cumprimento das re-



Kurt Waldheim, Secretário Geral das Nações Unidas discursando perante a Assembleia.

soluções sobre o Chile aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, na Comissão de Direitos Humanos, OIT, UNESCO e em outras agências internacionais especializadas que condenaram a ditadura de Pinochet e exigiu o restabelecimento dos direitos humanos no Chile: "Foi reafirmada a firme solidariedade do Movimento de Países Não-Alinhados com a causa do povo chileno na sua resistência contra a tirania. Ante outro aniversário da queda do Presidente Constitucional do Chile, Salvador Allende, a Conferência acordou render-lhe homenagem em memória dos seus nobres e enormes esforços para encaminhar a sua pátria para um novo destino por meio da defesa da soberania nacional, o resgate das riquezas naturais, a elevação do bem-estar do seu povo, uma política externa independente e a incorporação, como membro pleno, no Movimento dos Países Não-Alinhados, empenho que foi

frustrado pela intervenção do governo dos Estados Unidos nos assuntos internos daquele país".

UM COMENTÁRIO FINAL

Todo este conjunto de soluções aplicáveis à América Latina transcendem amplamente os textos e terão, seguramente, um reflexo importante na realidade da região nos próximos anos. A adesão, mesmo que em muitos casos formal, de uma maioria tão ampla de países a princípio claramente antagônicos com as pautas de dominação norte-americana na região, devem-se repercutir nas relações políticas, económicas e militares dos diversos países face aos Estados Unidos e podem determinar — con virá observá-lo na OEA — novas regras no funcionamento dos organismos regionais.

Em segundo lugar, a importância dos países que já assumiram a qualidade de

membros plenos do Movimento, constituirá um importante elemento de reflexão para os países mais importantes do continente, como o Brasil, México e Venezuela, que à data mantêm-se com um simples estatuto de observadores. Finalmente, a circunstância de Cuba desempenhar a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados até à Sétima Cimeira, que se realizará em Bagdad, Iraque, em 1982, constitui outro elemento determinante para acentuar a crescente tônica latino-americana que hoje já assume o Movimento dos Não-Alinhados.

Nesta perspectiva, o balanço do que se passou em Havana para as nações desse continente, não coloca a América Latina só ante uma situação de progresso mais ou menos rápido na expressão dos seus interesses, mas, sim, frente a um contexto internacional com elementos inteiramente novos que haverá que tomar em conta.

nicarágua não-alinhada



Cinquenta anos depois, a Assembleia de Estados e Povos responde ao dramático apelo de Sandino numa Havana diferente daquela de 1928.

O aparecimento da Nicarágua no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados foi um momento histórico da VI Assembleia. Quando o comandante Daniel Ortega, sob explosões de aplausos, encaminhava-se para a tribuna dos oradores para proclamar que "por *Rechazar a intervenção tanque, estamos nos Não-Alinhados*", aclamava-se não só a mudança de posição de um governo, mas também a cul-

minação de uma luta de quase meio século contra a tirania dos Somoza.

O novo governo nicaraguense tinha desculpas para permanecer no limbo político, a desfrutar os louros da vitória contra uma das ditaduras mais odiadas do Mundo. Mas não quis que a vitória se frustrasse em posições políticas indefinidas. "O povo nicaraguense conquistou com sangue o direito de estar hoje aqui, rompendo desta maneira com

um passado histórico de servilismo com a política imperialista", declarou Ortega, definindo as razões ideológicas da decisão do seu país em integrar-se nos Não-Alinhados.

SANDINO EM 1928

Poucas vezes no plenário dos Não-Alinhados poder-se ia marcar com tanta nitidez o avanço do processo revolucionário. A alegação histórica do porta-voz san-

dinista, comparado ao que se havia passado meio século antes e ao que acontece hoje, dá-nos uma ideia das mudanças ocorridas nos nossos países.

"No mês de Janeiro de 1928 — disse o comandante Ortega, — celebrou-se em Havana uma Conferência conhecida como a Conferência Panamericana. Nessa altura, debatia-se o povo nicaraguense com uma luta desigual contra a intervenção ianque. Herbert Hoover, então Presidente dos Estados Unidos, participou na reunião, e o tirano Machado era o Presidente de Cuba".

"Esperando encontrar eco em algumas das delegações, Sandino escreveu a seguinte mensagem: Que as nossas vozes sejam ouvidas em Havana. Aos homens não lhes faltará a coragem moral de dizer a verdade sobre a nossa desgraça. Que digam como o povo da Nicarágua, que luta e sofre heroicamente, está disposto a fazer qualquer sacrifício, até ao seu próprio extermínio, para defender a sua liberdade. Serão nulos os resultados de Havana se o ideal dos povos de língua espanhola não se cristaliza. E se deixam que sejamos assassinados até ao último homem, teremos o consolo de saber que cumprimos com o nosso dever. Pátria e Liberdade. A. C. Sandino.

"E não houve uma só voz que se levantasse na reunião de Havana.

Hoje, Havana é a sede desta VI Cimeira, e são povos e governos movidos por interesses comuns que se fazem respeitar nesta Assembleia".

Daniel Ortega não quis isolar a luta da Nicarágua do contexto da situação in-

ternacional, nem tão-pouco ignorar o auxílio de governos e correntes progressistas latino-americanos que, inclusive, frustraram a iminente invasão dos Estados Unidos quando militarmente já se definia a sorte que correria Somoza.

O APOIO LATINO-AMERICANO

A sua declaração foi escutada atentamente. *"Houve forças que se moveram no governo norte-americano para propor diante da XVII Reunião de Consulta da OEA, em Junho de 1979, a invasão do nosso país. Mas também dezasseis países latino-americanos responderam NÃO à proposta imperialista", afirmou o comandante Ortega. "E aqui — acrescentou, — devemos fazer menção especial à solidariedade militante que combatentes latino-americanos deram à nossa luta. O sangue desses combatentes fertilizou o caminho da vitória", proclamou.*

NÃO PAGARAO AS ARMAS ISRAELITAS

E conhecida a activa participação do governo de Israel na luta a favor de Somoza. Bloqueados diplomaticamente no seu afã de salvar a ditadura somozista pela posição assumida por vários países latino-americanos, os Estados Unidos tiveram que se esconder numa postura mais discreta, transferindo para Israel a tarefa de abastecer o ditador em armas e munições. Hoje, o governo israelita tenta aproximar-se da Junta de Reconstrução Nacional. Tem a esperança de que algum suporte material

à Nicarágua faça o povo esquecer que milhares de jovens inocentes, entre os 8 e os 20 anos de idade — a maioria esmagadora das 50 mil vítimas nos últimos meses de luta era dessa idade — morreram sob as balas de metralhadoras USI ou da espingarda GALIL, do míssil GEDEON ou nos bombardeios com napalm dos aviões ARAVA.

Daniel Ortega fez à VI Cimeira importantes declarações sobre a cooperação militar de Israel com a ditadura de Somoza, e marcou a posição da nova Nicarágua no contexto da luta ideológica, que não é diferente da que mantêm os palestinos na defesa da autodeterminação. E disse ainda o delegado nicaraguense: *"Entre os papéis que o somozismo deixou abandonados, encontramos provas dos créditos que o governo israelita havia dado em armas à ditadura. Israel foi cúmplice dos crimes de Somoza. Israel foi o instrumento que o imperialismo utilizou até o último momento para armar a ditadura genocida de Somoza. Rockets, espingardas, obuses, aviões, canhoneiras e até capacetes e uniformes foram enviados para o ditador. Mas a força do Povo foi maior que a agressão".* x *"Esses créditos, essa dívida que ultrapassa a casa dos milhões de dólares, como dissemos a seu momento, NÃO A PAGAREMOS! Como não pagaremos nenhuma contraída pelo regime somozista. Pelo contrário, é Israel que está em dívida com o nosso povo".*

"Por isso, porque somos sandinistas, e porque o nosso povo vem lutando contra as agressões há mais de cento e cinquenta anos,



Ernesto: cubano e cidadão nicaraguense.

*Saiu de Cuba com doze anos
e voltou, depois de se ter incorporado
na luta do povo de Sandino.*

NA VI Cimeira houve, também, notas humanas dignas de comentário. Merece destacar-se, especialmente, o caso de Ernesto Alóma, um jovem cubano que foi levado aos 12 anos, em 1960, para os Estados Unidos pelos pais, que não estavam de acordo com o regime de Fidel, e que regressou, pela primeira vez, a Cuba durante a VI Cimeira, com a cidadania nicaraguense.

"O meu pai foi combatente do exército rebelde explica — e lutou durante nove meses na Sierra Maestra, tendo chegado a tenente. Depois nomearam-no capitão mas, como fora toda a vida anticomunista, à medida que a revolução se radicalizava, foi-se tornando contrário. Em 1960, foi para os Estados Unidos, saindo pela Base de Guantánamo".

"Pouco depois, a minha mãe levou-me a mim, com 12 anos e ao meu irmão, com 9. Eu estava confuso. Sentia-me orgulhoso por ser filho de um capitão e entusiasmado com a Revolução, mas mais confuso fiquei quando me levaram para os Estados Unidos."

A história de Ernesto é semelhante à de outros jovens cubanos que, como ele, foram arrancados à sua Pátria e se viram na necessidade de subsistir num meio hostil que a sociedade norte-americana representava para eles. Ressentido e desejando militar politicamente, Ernesto integrou-se no movimento índio-americano, tendo vivido nas reservas indígenas do Estado de Arizona. Em 1973 conheceu membros da Frente Sandinista em San Francisco, e integrou-se com eles, nos Estados Unidos, num comité de apoio. Editavam *La Gaceta Sandinista*. Quando, em 1978, se efectuou o ataque ao Palácio de Manágua, Ernesto reconhece o Comandante Número três como um dos seus antigos companheiros, e decide ir para a Nicarágua e integrar-se na luta.

Combateu na Frente Sul Benjamín Zeledón, tendo participado nas batalhas de Sapoá e de Peñas Blancas, sob o comando de Eden Pastora, o Comandante Zero. Foi comandante de pelotão, e a 20 de Julho entrou em Manágua.

E agora?

"Bom, agora estou encarregado da Secção dos Não-Alinhados no Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua. Mas, mesmo estando na Nicarágua, nunca renunciarei à minha cidadania cubana, embora tenha viajado com o meu novo passaporte nicaraguense..."

identificamo-nos historicamente com a luta do povo palestino e reconhecemos a OLP como sua legítima representante, e condenamos a ocupação que faz Israel dos territórios árabes e exigimos a sua devolução incondicional".

"Apoiamos os verdadeiros esforços na procura de uma paz justa e verdadeira no Médio Oriente, que deve ter em conta os interesses de todas as partes e, em primeiro lugar, os direitos do povo palestino."

"A 4 de Maio de 1927, no momento em que surgia Sandino, um traidor nicaraguense pactuou com o governo ianque a soberania do povo da Nicarágua em troca de um dólar por cada espingarda entregue. Condenamos os acordos de Camp David, que da mesma maneira que a vergonhosa traição de 1927, merecem o nosso enérgico repúdio".

No plano concreto dos grandes temas que dominaram o Plenário, o governo nicaraguense marcou com firmeza a sua posição, exigindo o reconhecimento do direito do Kampuchea Popular em ocupar o seu lugar na Assembleia, da mesma maneira que reconheceu a República Árabe Saugui Democrática e a Frente POLISÁRIO "como o único e legítimo representante do heróico povo saharani".

O QUE FICOU

Para que os inimigos da Revolução Sandinista não tenham dúvidas sobre o que representa a mudança ocorrida na Nicarágua, e para que os amigos saibam o que está a ser feito, o comandante Daniel Ortega



Da esquerda para a direita: o padre Miguel D'Escotto, o comandante Daniel Ortega e Sérgio Ramirez, na Conferência de Imprensa, em Havana, a VI Cimeira.

foi muito claro e objectivo na enumeração dos grandes passos dados em favor da mudança social havida nestes poucos meses de vitória. É uma enumeração realmente expressiva.

"O sandinismo encarna a nação. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, como verdadeira vanguarda da grande Insurreição Popular que derrubou a ditadura, impulsiona agora um processo de reconstrução nacional cujas primeiras medidas foram a expropriação maciça dos bens de Somoza e dos seus cúmplices civis e militares. Até ao momento, mais de quinhentos mil hectares — cerca de cinquenta por cento de toda a área cultivável do país, — foram recuperados para o povo".

"Mais de 180 empresas industriais e comerciais passaram para o poder do povo. Nacionalizou-se a banca. Pôs-se em marcha um plano de Reforma

Agrária integral. Nacionalizaram-se as exportações agrícolas. Nacionalizou-se a exploração dos produtos naturais. Ao desvalorizar os bilhetes de 500 e 1000 córdobas, tirando-as da circulação, impedimos as manobras de desestabilização financeira do somozismo derrotado. Está-se a dar uma verdadeira projecção social à Educação, à Saúde e à Habitação".

AJUDAR A NICARÁGUA

"Estabeleceu-se uma política externa de relações com todo o Mundo: passámos a ser parte integral do Movimento dos Países Não-Alinhados. Organizaram-se Comitês de Defesa sandinistas como organismos de participação popular. Estruturou-se o Exército Popular Sandinista como uma necessidade imperiosa para a garantia da defesa e do avanço da Revolução".

Uma das decisões da VI

Cimeira foi recomendar "projectos de emergência de auxílio à Nicarágua". Na sua permanência em Cuba, a delegação nicaraguense constituída, além do comandante Daniel Ortega, por Sérgio Ramirez, pelo padre Miguel D'Escotto, pelo comandante Humberto Ortega, e outros membros da Frente Sandinista, manteve muitos contactos bilaterais, consolidando vínculos y debatendo medidas concretas de cooperação com o devastado país.

Sabe-se que a nova direcção dos Não-Alinhados deu uma grande prioridade aos acordos que prevêm ajuda financeira a países em crise, como é o caso da Nicarágua. "Saímos muito esperançosos de Havana", disse-nos um dos componentes da delegação. "E como se actuássemos dentro de um contexto novo, com uma rectaguarda poderosa e solidária, atenta aos nossos problemas".

CARIBE:

uma presença dinâmica



Maurice Bishop e Michael Manley

Um reflexo significativo dos processos de mudança na zona. Maurice Bishop e Michael Manley foram dois dos Chefes de Estado mais actuates em Havana.

OS representantes do Caribe mostraram uma presença dinâmica e comprometida com as causas mais avançadas do não-alinhamento nesta VI Cimeira. Principalmente Maurice Bishop, primeiro-ministro de Granada, e Michael Manley, primeiro-ministro da Jamaica, mas também os delegados de Dominica e Santa Lucía,

que se incorporaram pela primeira vez numa reunião cimeira, na qualidade de observadores.

Maurice Bishop foi ovacionado várias vezes durante a sua intervenção, e Michael Manley de incluído, num inquérito oficioso elaborado pelos jornalistas acreditados em Havana, entre os Chefes de Estado mais destacados na VI Ci-

meira, pela brilhante exposição no Plenário e por outras definições adoptadas durante o decurso da Conferência.

AGRANADA REVOLUCIONÁRIA

O dirigente de Granada esboçou a crítica situação do seu país desde o colonialismo e da escravidão

até chegar à época despótica de Eric Gairy. Descreveu a extrema pobreza do seu povo, a emigração maciça e a superstição, frutos da herança colonial e neocolonial.

Contrastando com essas imagens, Bishop referiu-se à Granada e hoje, "*justa, livre e revolucionária*", com um "firme compromisso com a comunidade internacional baseado nos princípios fundamentais que coincidem com os do Movimento dos Países Não-Alinhados, pois que vão contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o sionismo, e o desprezível sistema do apartheid".

Foi extremamente duro quando revelou ante o Plenário que, "pouco antes de vir a esta Conferência, na semana passada, recebemos um telegrama do secretário de Estado dos Estados Unidos", no qual "nos informava que se participássemos da Conferência dos Não-Alinhados, estaríamos na primeira linha dos esforços iniciados e dirigidos por Cuba para tratar de destruir e dividir o Movimento. Dizia que esses esforços eram destinados a tentar destruir a OEA, tratando de impedir o papel pacificador dessa Organização, e o que se esperava da nossa Granada, era que nos uníssemos a outras forças para assegurar que isso não pudesse acontecer".

"É claro — disse, — tínhamos diante de nós várias opções. Podíamos ter replicado e respondido ao secretário de Estado, podíamos ter-lhe dito que nunca tentamos dar conselhos a nenhum país, e muito menos aos Estados Unidos, sobre a maneira de co-

mo conduzir os seus próprios assuntos em qualquer organização a que pertencam. Mas não escolhemos essa alternativa".

"O que fizemos foi assegurararmos-nos de que ao participarmos nesta Conferência, ao falar de frente e categoricamente, de acordo com os interesses dos povos oprimidos do Mundo, com os países oprimidos que hoje lutam pela sua liberdade, que hoje lutam pela sua independência, que lutam pelo seu direito à determinação nacional, ao estar aqui presentes, junto com outros noventa e três países, daríamos a resposta mais categórica a qualquer sugestão de que tentaríamos dividir e fazer retroceder o processo não-alinhado".

Pouco depois da sua intervenção na sessão plenária, Maurice Bishop declarava-nos que se as relações do seu país com os Estados Unidos não são boas, "não é por culpa de Granada", e acusou certos grupos nos Estados Unidos de querer deteriorar as relações bilaterais, devido à clara posição anti-intervencionista do seu governo.

Destacou também a ajuda que Granada recebe de países da região, particularmente de "Cuba, Jamaica e Guiana", e denunciou a presença de Eric Gairy na Califórnia, nos Estados Unidos, agrupando mercenários que são enviados de imediato para Angola".

Pronunciou-se pela unidade e cooperação dos países do Caribe de língua inglesa, francesa, holandesa e espanhola, e destacou a importância da recente reunião de chefes de governo de Granada, Santa Lúcia e Dominica, países vizinhos

que assinaram conjuntamente a "Declaração de São Jorge". Afirmou que o actual processo em Granada é parte do processo global de mudanças na região, e precisou que "em Granada não falamos de nacionalizações, mas o que temos dito, é que temos a necessidade de tomar as rédeas da economia do país".

JAMAICA: "AS COINCIDÊNCIAS COM O MUNDO CAPITALISTA SÃO POUCAS"

Ao abordar um dos temas mais candentes, as relações dos não-alinhados com os países socialistas e com o mundo capitalista, Michael Manley foi muito claro. x "Se um dos nossos membros toma uma posição, ou o Movimento como um todo, que coincida com a posição adoptada pelo grupo socialista, dizem que somos testa de ferro do bloco do poder socialista. Nada pode estar mais longe da verdade. Quando isso ocorre, ficamos contentes de que mais alguém compartilhe conosco o nosso ponto de vista. Saibam os países do mundo industrializado, que nós não vamos mudar os nossos pontos de vista de modo a evitar as coincidências com as opiniões do bloco socialista, nem com nenhuma parte do Mundo".

"E para que aqueles que estão preocupados com o facto de que haja crescentes exemplos de coincidência de pontos de vista do Movimento Não-Alinhado e, digamos, o grupo socialista, sobre assuntos como as lutas de libertação, o assunto pode ser remediado,

Uruguai denunciado

Porto Rico

Solidariedade com a causa independentista



Fidel e Juan Mari Brás: um abraço amigo e caloroso.

O Partido Socialista porto-riquenho, cujo secretário-geral é o conhecido advogado Juan Mari Brás, ocupa no Movimento Não-Alinhado um lugar de observador. Na opinião de Mari Brás, a VI Cimeira foi a mais importante de todas no que concerne à luta de Porto Rico pela sua independência. "Realizou-se um trabalho de angariação de apoio com muito êxito, já que é a primeira vez que nós Não-Alinhados há um consenso latino-americano sobre a posição de Porto Rico. Em Cimeiras anteriores não tinha havido consenso", declarou-nos.

Por outro lado, o dirigente socialista porto-riquenho destacou a importância que para a luta da sua pátria a Cimeira teve, ao permitir-lhe "contactar com muitos chefes de Estado, de Governo e ministros de relações exteriores que prometeram enviar delegações de seus países à Conferência do México, com a qual esta ver-se-á consideravelmente fortalecida". Irving Flores, Rafael Cancel Miranda e Oscar Collazo, ocorrida durante o decorrer da VI Cimeira. "É uma vitória muito grande para nós, que durante os últimos quinze ou vinte anos temos vindo a fazer uma campanha internacional pela sua libertação. É um triunfo do Movimento Não-Alinhado, pois o facto da libertação ter ocorrido nesta data não é mera coincidência. Recordemos que na noite anterior a assembleia havia votado uma moção pela libertação dos quatro. Carter teria podido libertá-los antes — sabemos que tinha o decreto sobre a sua mesa desde há algum tempo atrás — e ver-se-ia apresentado ante a opinião pública internacional como um defensor coerente dos direitos humanos. Porém, liberta-os agora, e o Mundo comprova que é uma vitória da VI Cimeira".

simplesmente, se os países desenvolvidos mudam a sua posição e se juntam a nós, o que contaria com um verdadeiro consenso internacional. E nós, certamente, recebemos com agrado todas as ocasiões em que os nossos pontos de vista coincidem com os dos países desenvolvidos. Somente lamentamos que isso ocorra tão raramente", comentou.

O Primeiro-Ministro da Jamaica fez também uma longa exposição sobre o problema energético dos nossos países, e a sua vinculação com a crise capitalista internacional (ver caixa sobre o petróleo), e neste sentido, exaltou a proposta do Iraque de manter os mesmos preços para os países compradores não-alinhados.

Numa conversa com os Cadernos do Terceiro Mundo, Manley denunciou as pressões imperialistas que o seu governo sofreu no passado, e assinalou que "os que esperavam que a VI Cimeira fracassasse, tiveram uma desilusão muito grande", e sublinhou que não pensa que o Movimento esteja situado entre "duas alternativas", como alguns querem demonstrar, mas que "está fundamental e permanentemente comprometido com a luta anti-imperialista".

Por sua vez, o primeiro-ministro adjunto e ministro dos Negócios Estrangeiros, Percival James Patterson, declarou-nos que "o Movimento Não-Alinhado caracteriza-se pelo pluralismo ideológico", mas que há princípios unificadores nos quais está baseado o Não-Alinhamento: "O importante — destacou — é acentuar as questões bási-

cas nas quais coincidamos, e reconhecer honestamente que há temas nos quais podemos divergir”.

James Patterson mostrou-se particularmente preocupado com a luta pela emancipação económica do Terceiro Mundo.

“Necessitamos reconhecer — afirmou, — que ainda que a maior parte dos nossos países tenha conquistado a independência política, existem outras formas de neocolonialismo no Mundo em que vivemos. A libertação económica é um elemento indispensável para que se consiga a independência política total”.

É bom que se recorde que a Jamaica teve um papel activo nos Não-Alinhados desde a Conferência de Argel. Nessa oportunidade, por exemplo, o primeiro-ministro Manley lançou severas acusações contra o sistema do *apartheid*. Na reunião celebrada em Havana, em 1975, Manley propôs pela primeira vez que deveria ser estabelecido um convénio internacional referente à segregação nos desportos, proposta que foi acolhida pela V Cimeira de Colombo, e numa resolução especial.

Em 1976, a Jamaica foi designada para tomar parte no Bureau de Coordenação dos Não-Alinhados, sendo, além disso, coordenadora do programa de acção do Movimento no que se refere ao papel das mulheres no desenvolvimento.

GUIANA, DOMINICA E SANTA LUCIA

O primeiro-ministro da Guiana, Forbes Burnham, expressou o seu apoio à iniciativa tendente à criação



de novas associações de produtores, e elogiou os avanços conseguidos pela OPEP.

“A Organização dos Países Exportadores de Petróleo tem sido um êxito — disse, — e devemos promover uma agência no Movimento Não-Alinhado para fomentar essas iniciativas e garantir a estabilidade dos preços para certos produtos ou metais”.

Mencionou a aspiração do seu país no sentido de que a Conferência mostrasse uma maior determinação e vontade política para levar avante agências que garantam uma cooperação económica mais estreita entre os países em desenvolvimento.

Numa conferência de Imprensa, os representantes da Dominica — país que assistiu à Cimeira como observador, — agradeceram as demonstrações de solidariedade do Movimento face à tragédia que vive o seu pequeno país, praticamente destruído pelo furacão “David”.

Bernard Wiltshire, enviado do primeiro-ministro da Dominica, e o senador Ros-sie Douglas, destacaram a dimensão das perdas materiais e humanas causadas pela passagem do furacão: oitenta por cento da população, cerca de 70 mil habitantes, ficaram sem as suas casas, a economia da ilha ficou destruída, com as plantações de citrinos arrasadas, bem como a quase totalidade do sistema de comunicações.

“Estamos desolados, mas ao mesmo tempo felizes pela resposta solidária e humana do Movimento dos Países Não-Alinhados”, expressou Wiltshire.

Cerca de quatro milhões de dólares foi a soma em dinheiro, recolhida para Dominica durante a Conferência. Além disso, houve várias ofertas de Países Não-Alinhados para prestar ajuda técnica, científica e humana. Os delegados assinalaram que haviam solicitado à Presidência do Movi-

mento que se encarregasse de recolher e distribuir os fundos, constituindo-se Cuba no centro coordenador dessa ajuda. Destacaram ainda o facto de que a maior parte da ajuda recebida ser proveniente de países subdesenvolvidos. **"Os Estados Unidos prestaram colaboração somente com um helicóptero e um barco de guerra"**.

A Comissão Económica da Conferência aprovou também uma resolução de solidariedade para com a República Dominicana, igualmente atingida em

dência, também assistiu à VI Cimeira como observador.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Santa Lúcia, George Odlum, que também ocupa as pastas do Turismo, do Comércio e da Indústria, afirmou que o seu país projecta estreitar vínculos com os países que lutam por uma Nova Ordem Económica Internacional. Referiu-se à recente reunião havida no seu país com os representantes de Dominica e de Granada, qualificando-a como **"um acontecimento de grande**

de uma força conjunta de segurança (leia-se intervenção), destacou o facto — ironicamente — de que **"talvez uma força como essa seja necessária para actuar contra o imperialismo"**, e não, como está idealizada, para dar soluções a problemas internos.

O Suriname por sua vez, é um dos países que na VI Cimeira adquiriram o carácter de membro pleno. A sua delegação foi encabeçada pelo primeiro-ministro Henk Arron, que salientou o apoio do seu país aos processos de descoloniza-



grande medida pelo furação **"David"**. Juntamente com a resolução referente à Dominica, esta foi aprovada por aclamação. Sobre o caso da República Dominicana, assinala-se a resolução de que **"dever-se-á oferecer ajuda imediata, sem a qual esta Nação não poderá sair da actual situação de calamidade"**.

A ilha caribenha de Santa Lúcia, que acaba de proclamar a sua indepen-

importância", e negou que ao terem ficado dela excluídos outros países do Caribe oriental, a reunião tenha tido algum objectivo divisionista, como alguns porta-vozes interessados fizeram transparecer. **"Pelo contrário"**, afirmou, **"não consideramos isso sob nenhum aspecto"**.

Consultado sobre o projecto de que alguns países conservadores da área estejam a impulsionar a criação

ção, fazendo menção especial aos casos do Sahara Ocidental e aos países da África Austral.

Além do primeiro-ministro, assistiram à Conferência como membros da delegação, o ministro Derryck Heineman, o secretário permanente para assuntos económicos, Henry Lont, e o chefe da divisão de assuntos políticos internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ronald Dorn.



Movimentos de Libertação

A importância da sua presença no Movimento Não-Alinhado.

A presença dos Movimentos de Libertação sempre foi de grande importância nos Não-Alinhados, em boa medida, por que são eles quem trava a mais pesada luta contra os vestígios de colonialismo no mundo. Nos últimos anos, muitos antigos movimentos de libertação assumiram o seu lugar nos Não-Alinhados como governos no poder. É o caso das ex-colónias portuguesas, e poderá ser também, no futuro, o dos movimentos que ainda participaram nos trabalhos da Cimeira nessa qualidade, tais como a Organização de Libertação da Palestina, a Frente Patriótica, a SWAPO e o Congresso Nacional Africano (ANC).

Ainda que não estivessem directamente representados na Conferência, a Frente POLISÁRIO do Sahara Ocidental e a FRETILIN, de Timor Leste, estiveram de alguma maneira presentes na VI Cimeira, já que a luta que ambas as organizações travam mereceu o apoio total da Conferência. Os casos da FRETILIN e da Frente POLISÁRIO representam uma particularidade que os distingue de outros movimentos de libertação: ambos estão lutando contra o colonialismo que sofrem de dois países membros dos Não-Alinhados, Indonésia e Marrocos, respectivamente. Se bem que este facto tivesse podido dificultar a condenação dos agressores e a afirmação do apoio aos movimentos em luta, o certo é que a VI Cimeira foi clara a este respeito e actuou coerentemente com os princípios básicos do Movimento.



Zimbabwe

De "importante demonstração do reconhecimento da luta independentista que trava o povo do Zimbabwe contra os racistas rodesianos", qualificou o co-presidente da Frente Patriótica, Robert Mugabe, a admissão do movimento de que ele é um dos líderes nos Não-Alinhados. Mugabe assinalou que esse facto se repercutirá favoravelmente no desenvolvimento da estratégia da Frente Patriótica ante as manobras racistas, e denunciou os regimes do cone sul latino-americano, referindo-se em particular ao Uruguai, pelos seus acordos com os defensores do **apartheid** na África Austral.

Mugabe explicou que a Frente Patriótica está a operar em 90 por cento do território do país, onde foi declarado o estado de emergência, e acrescentou que 60 por cento da terra cultivável se encontra libertada e repartida entre o povo.

Consultado pelos **Cadernos do Terceiro Mundo** sobre o processo de unificação militar que se desenvolve entre a ZAPU e a ZANU, os dois grupos que formam a Frente Patriótica, afirmou: "Presentemente realizam-se acções conjuntas, com uma estratégia conjunta e preparam-se os quadros para a unidade total. No que respeita às grandes opções no plano político, sempre mantivemos as mesmas posições."

Na sua intervenção ante a Assembleia em nome da Frente Patriótica, Robert Mugabe esclareceu que a Frente havia sido convidada para participar na Conferência de Londres e que ela iria participar já que, como afirmou, "a Frente nunca rejeitou as possibilidades de negociar".

Frente POLISÁRIO



Ould Salek, Ministro da Informação saharauí.

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

novas vitórias

Ould Salek, ministro da Informação saharauí, esteve em Havana no decorrer da VI Cimeira. Em declarações à Imprensa, afirmou que "A Frente POLISÁRIO possui provas materiais do abastecimento logístico dos Estados Unidos à monarquia marroquina", apesar das declarações de Washington de que os mesmos "só seriam utilizados dentro das fronteiras marroquinas de 1956".

Salek denunciou a cumplicidade dos regimes de Israel, Egipto e África do Sul com Marrocos, na sua agressão ao Sahara Ocidental, e destacou as vitórias da Frente POLISÁRIO nos últimos tempos, tanto no campo militar como no diplomático, nomeadamente ao haver obtido na XVI Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), na ONU durante o último período de sessões, e, depois, durante a VI Cimeira dos Não-Alinhados "um evidente apoio internacional". Na América Latina vários países reconheceram já a República Árabe Saharauí Democrática, proclamada nas regiões libertadas pela Frente POLISÁRIO, entre eles, recentemente — alguns mesmo durante a VI Cimeira — México, Nicarágua, Granada, Dominica, Santa Lúcia.

SWAPO



Sam Nujoma, presidente da SWAPO.

Uma vibrante denúncia das arbitrariedades e crimes cometidos na África Austral pelos regimes racistas de Pretória e Salisbúria constituiu o discurso ante o plenário do Presidente da SWAPO (Movimento de Libertação da Namíbia), Sam Nujoma.

O dirigente da SWAPO destacou que os racistas têm podido manter a política de exploração e terror no seu país *"porque recebem apoio dos imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal"*.

Nujoma agradeceu a Cuba o seu gesto humanitário de acolher no seu território seiscentas crianças que sobreviveram ao massacre de Kassinga, em Angola, perpetrado pelos sul-africanos contra os campos de refugiados namibianos, e destacou a importância da VI Cimeira se ter realizado em Cuba.

Nujoma afirmou que actualmente os regimes racistas

Timor-Leste não foi esquecido

A presença indonésia em Timor-Leste continua, apesar da resolução das Nações Unidas que condenou a invasão. Mas os timores sabem que o seu país é estrategicamente importante para o imperialismo, e que apesar de longa e difícil, a luta continua.

QUANDO em Havana foi notada a ausência da FRETILIN, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, alguns acreditaram ser certo que os Não-Alinhados não iriam ratificar o seu apoio à luta do povo maubere contra as tropas indonésias invasoras. Mas todas as especulações foram dissipadas, quando se soube que a delegação angolana havia apresentado um projecto de emenda ao documento final, onde era introduzido um firme apoio à FRETILIN e ao povo de Timor-Leste.

"A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados comprovou, com preocupação, que apesar da decisão da V Cimeira (de Colombo), o povo de Timor continua sob a ocupação estrangeira". Assim começa a emenda angolana, que mais adiante proclama o direito do povo maubere à autodeterminação, segundo resolução expressa nas Nações Unidas.

Moçambique também explicitou o seu apoio ao povo maubere, tanto na Conferência de Chefes de Estado, como na reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, quando, com o aval de outros países africanos, insistiu na necessidade de que esse tema fosse analisado.

OS ANTECEDENTES

Timor-Leste — da mesma forma que a actual província indiana de Goa — foi ocupado por tropas portuguesas na época de expansão do império lusitano, em meados do século dezasseis. Com um milhão de habitantes, e pouco mais de catorze mil quilómetros quadrados, Timor-Leste foi proclamado República pouco depois da queda do regime fascista em Portugal pela FRETILIN, que já controlava todo o território.



Angola, através do seu Ministro das Relações Exteriores, Paulo Jorge, foi quem apresentou uma emenda à Resolução Final de apoio ao Povo Maubere.

A vida independente da ex-colónia foi efêmera, visto que somente dez dias depois, tropas da vizinha Indonésia apoderaram-se pela força de Dili, a capital, e de uma importante parte do país, obrigando os patriotas organizados na FRETILIN, a retirarem-se para as zonas montanhosas e a desencadearem uma desigual luta armada.

Apesar de uma assembleia de timores ter proclamado a conversão de Timor em província indonésia, a grande maioria do povo aderiu clandestinamente à resistência da FRETILIN, nas zonas urbanas ou nas montanhas. As Nações Unidas consideram ainda Portugal como "potência administradora" de Timor-Leste, resolução que a Indonésia tem sistematicamente ignorado.

Do saldo de quatro anos de ocupação indonésia, o mais trágico talvez seja o dos quase setenta mil refugiados que a Cruz Vermelha Internacional está a ajudar juntamente com o governo português, e que vivem em piores condições que os outros refugiados do sudeste asiático, cuja sorte é mais conhecida a nível internacional, e que consequentemente, receberam apoio material e expressões de solidariedade.

Fontes responsáveis europeias denunciam que as vítimas da invasão indonésia em Timor já superaram o número de cinquenta mil pessoas, enquanto que a FRETILIN situa essa cifra em perto de 110 mil vítimas do genocídio do regime de Suharto.

O dirigente máximo da FRETILIN, e chefe de Estado da República proclamada nas áreas libertadas, Nicolau dos Reis Lobato, morreu em combate no final do ano passado, tendo assumido o controlo o Comité Central do movimento de libertação.

Apesar da perda do seu dirigente, a FRETILIN continua a travar uma dura batalha, que na Cimeira dos Não-Alinhados foi reconhecida como legítima e apoiada no Documento Final.

tas se têm visto obrigados a falar de soluções pacíficas ante a força crescente dos Movimentos de Libertação e denunciou as agressões contra os países da Linha da Frente. Apelou ao Movimento Não-Alinhado a solidarizar-se e a judar esses países. Sam Nujoma denunciou ainda a detenção de militantes da SWAPO em campos de concentração, sujeitos à intempérie, muitos dos quais estiveram 20 dias sem comer nem beber, o que veio a provocar a morte a muitos deles.

Este é só um exemplo da repressão de que é vítima a SWAPO", afirmou Nujoma. Por último, expressou que a sorte do povo da Namíbia dependia em primeiro lugar da sua própria decisão de lutar, e, também, da ajuda que o Movimento Não-Alinhado lhe conceda".

ANC

Em nome do ANC, (African National Congress) da África do Sul, que dentro dos Não-Alinhados tem a categoria de observador, falou em Havana Oliver Tambo, presidente daquele movimento de libertação.

"Chegou o momento dos Não-Alinhados passarem da retórica à acção", afirmou, destacando que os próximos três anos que separam a reunião de Havana da Sétima Cimeira em Bagdad, "serão cruciais para a luta contra o imperialismo, o apartheid e o sionismo".



Pham Van Dong: «Avança o caudal revolucionário»

«Nem a China, nem os Estados Unidos,
nem Sihanouk poderão impedir que se consolide
a situação no Kampuchea».

UMA das figuras de prestígio excepcional reunidas na Conferência de Havana, Pham Van Dong, primeiro-ministro da República Socialista do Vietnam e um dos discípulos de Ho Chi Minh, desenvolveu uma febril actividade, apesar da sua idade, conquistando amigos com a sua simplicidade, e ganhando o respeito dos adversários.

Sem conter a sua emoção quando Fidel concluiu o seu discurso inaugural, Pham Van Dong levantou-se e foi abraçá-lo. Durante as sessões, nos intervalos, reunia-se informalmente com uma grande quantidade de chefes de Estado e de delegações. Conversou com os jornalistas numa das conferências de Imprensa que despertaram maior interesse em tantas que se

realizaram, e não perdeu a oportunidade para reafirmar as posições revolucionárias e internacionalistas do seu povo.

“A VI Conferência dos Países Não-Alinhados é uma vitória”, afirmou. “Uma grande vitória que nem sequer esperávamos. A vida e o tempo, permitir-nos-ão fazer depois uma avaliação mais global.” E acrescentou: É uma vitória

do conteúdo anti-imperialista, da revolução dentro dos Não-Alinhados, e não é casual. Essa vitória tem origem nas forças de todos os povos do Mundo, nas novas ideias, no fervor da luta revolucionária nos Países Não-Alinhados, em todos os países do Terceiro Mundo. É a força de milhares, de milhões de pessoas que estão a sofrer a opressão e que decidiram pôr-se de pé para fazer a revolução. Essa vitória revela nitidamente a mudança da correlação de forças no Mundo, o avanço do caudal revolucionário que submerge o imperialismo, vindo de todas as direcções."

EM RELAÇÃO À ÁSIA

"O hegemonismo na Ásia (referia-se à China) persegue uma política febril de hostilidade em relação ao Vietnam, ameaçando sem cessar em lançar uma nova guerra de agressão, continua também a agravar a sua intervenção nos assuntos internos do Laos, ameaçando-o de agressão, conspira para restabelecer o regime genocida de Pol Pot e Ieng Sary no Kampuchea, e assim sabota a paz e a estabilidade nessa região do Mundo", disse Pham Van Dong na sua intervenção.

"Sendo um povo que lutou sem descanso durante o meio século passado para reconquistar a independência e a liberdade, os vietnamitas não permitirão jamais a ninguém pôr em risco a sua independência e a sua liberdade que lhes são tão caras, da mesma forma que sentem um grande respeito pela independência e pela liberdade dos outros

povos", declarou diante do Plenário.

Precisando muito detalhadamente a posição vietnamita no "caso do Kampuchea", assinalou: "Face à guerra de agressão desencadeada pela camarilha de Pol Pot e Ieng Sary, instrumento do hegemonismo nas fronteiras ao sudoeste do Vietnam, a República Socialista do Vietnam deu provas da sua moderação no aspecto militar, mantendo-se estritamente no plano das negociações, e procurando por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, do Movimento dos Países Não-Alinhados e de numerosos países amigos, uma solução pacífica para o conflito. Enquanto a camarilha de Pol Pot-Ieng Sary intensificava a guerra e rompia unilateralmente as relações diplomáticas com o Vietnam, o governo da República Socialista do Vietnam manteve relações com o Kampuchea e apresentou a sua posição de três pontos, a 5 de Fevereiro de 1978, calorosamente recebida pela opinião pública mundial."

"Em Março de 1978 — acrescentou — o Vietnam pediu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, na qualidade de Presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados para que ajudasse as duas partes, Vietnam e Kampuchea, a sentarem-se à mesa de negociações. Mas a parte kampuchean não saiu da sua negativa".

"Em Julho de 1978, na Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados, em Belgrado, o Vietnam apresentou um projecto de resolução que convidava as duas partes, Vietnam e

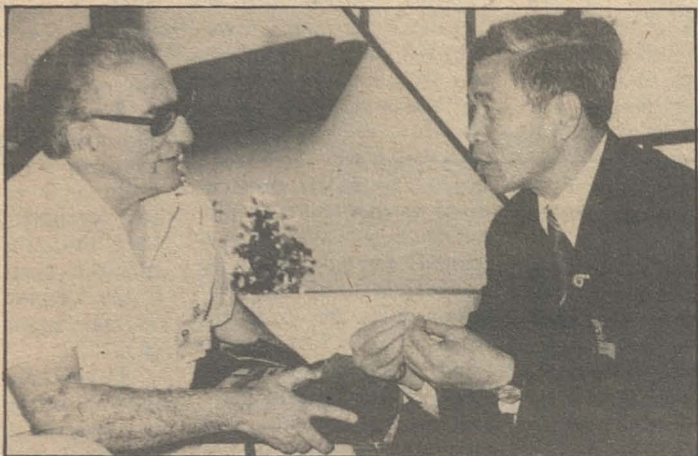
Kampuchea, a solucionar o seu conflito pelo caminho das negociações, mas o Presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, Sri Lanka, e o país anfitrião, Jugoslávia, aconselharam o Vietnam a retirar o seu projecto de resolução em função do protesto do Kampuchea".

"Enquanto eles recusavam toda proposta de negociação do Vietnam, Pequim e a camarilha dos seus agentes Pol Pot-Ieng Sary intensificaram febrilmente a guerra, cumprido o seu desejo de atacar o Vietnam numa dupla direcção".

"Depois do fracasso de todos os esforços tendentes a conseguir uma solução negociada pacífica, e ante o grave perigo que ameaçava a nação vietnamita na sua própria existência, o meu povo viu-se forçado a usar do seu direito de legítima defesa, infringindo merecidos golpes ao agressor. Sob todos os pontos de vista, tratou-se de uma luta de autodefesa, de uma luta justa, tendente a salvaguardar a independência, a soberania e a integridade territorial, uma causa plenamente de acordo com a moral e o direito internacionais, com a Carta das Nações Unidas, com os princípios do Movimento dos Países Não-Alinhados, uma causa que beneficiou da simpatia e do apoio dos povos do Mundo e de toda a Humanidade progressista".

E acrescentou: "Todo o Mundo sabe que o grupo Pol Pot-Ieng Sary instalou no Kampuchea um regime genocida único nos anais da História, e que ao mesmo tempo tinha transformado aquele país num

Ministro das Relações Exteriores do Vietnam aos Cadernos do Terceiro Mundo:



N'Guyen Co Thach, quando conversava com o nosso Editor Internacional, Neiva Moreira.

«os dirigentes de Pequim tiraram as máscaras»

Em declarações prestadas aos Cadernos do Terceiro Mundo, o Ministro de Relações Exteriores vietnamita, Nguyen Co Thach, refere-se aos problemas mais candentes da Ásia.

“Não é novo para ninguém a afirmação de que a China é contra-revolucionária”, sublinhou Co Thach, recordando que desde a década de cinquenta os dirigentes chineses começaram a demonstrar as suas posições divisionistas dentro do movimento revolucionário mundial, as quais, “com o passar dos anos foram surgindo mais abertamente como posições de aliança com o imperialismo, foram deixando cair a máscara”, declarou-nos aquele dirigente.

Em relação aos países que defenderam o regime de Pol Pot do Kampuchea, Nguyen Co Thach foi extremamente duro, declarando que “os mesmos Estados que aludem agora ao Direito Internacional, ao não emprego da força e a outras razões jurídicas de duvidosa validade, guardaram um silêncio cúmplice quando a China agrediu o Vietnam”.

Rebatendo o argumento invocado por esses Estados de que as tropas do Vietnam deveriam retirar-se do Kampuchea, Co Thach adianta uma verdade irrefutável: “os países interessados nessa retirada são os que solicitam que as Forças Armadas norte-americanas se mantenham nas bases do sudeste asiático”. Sublinhou que existem factos concretos que demonstram que quando o Vietnam afirma que se retirará do Kampuchea diz a verdade. “Já em duas ocasiões anteriores tropas vietnamitas participaram na luta do povo kampucheano, e quando cessou a ameaça e completaram a sua missão internacionalista, retiraram-se. Desta vez faremos o mesmo”, mas salientou: “só depois de se assegurar que realmente cessou a ameaça de agressão contra os povos laociano, kampucheano e vietnamita”.

Recordando que na II Guerra Mundial existiu uma rota de abastecimento das forças que se opunham aos japoneses através da Birmânia e, posteriormente, foi traçada a “rota de Ho Chi Minh” que abastecia o Sul através das selvas do Norte, perguntámos a Co Thach se agora, com sinal diferente, não estaria esse papel a ser cumprido pelo território da Tailândia, através do qual Pol Pot poderia estar a ser abastecido pela China.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros vietnamita respondeu-nos afirmativamente: “Pol Pot tem nesse país a sua principal base internacional”.

trampolim para a política expansionista e hegemônica de Pequim. Nestas condições, a grande vitória de 7 de Janeiro de 1979 do povo do Kampuchea, é um facto que se reveste de grande significado: salvou todo um povo do genocídio, reconquistou a independência e a liberdade para o Kampuchea, criou as condições que lhe permitiram edificar um país realmente pacífico, independente, neutral e não-alinhado”.

Mais adiante, enumerando as realizações do povo kampucheano no breve espaço de tempo decorrido depois de Janeiro, Van Dong afirmou: “Estas vitórias mostram de uma maneira eloquente que a situação actual no Kampuchea é irreversível”.

Acusando aqueles que pretendem instalar novamente Pol Pot no poder, Van Dong defendeu “o direito do povo vietnamita, do Laos e do Kampuchea de se unirem para enfrentar o inimigo comum, o imperialismo norte-americano e os reaccionários chineses”. E ao fazer uma resenha das etapas históricas vividas em comum, sublinhou: “Ao longo da longa luta pela independência e pela liberdade de cada um desses países, os povos vietnamita, laociano e kampucheano uniram-se estreitamente, construindo entre eles os laços de uma grande amizade, elogiada pelos amigos e pelo Mundo. Essa foi uma necessidade da História. Depois, como sempre, as forças imperialistas e reaccionárias recorreram à famosa tática de ‘dividir para reinar’ na tentativa de debilitar e anexar esses três países”.

“No decurso da luta contra o inimigo comum, o nosso povo enviou combatentes voluntários para ajudar os povos irmãos na reconquista da sua independência e liberdade. Hoje em dia a História repete-se. As forças armadas vietnamitas retirar-se-ão do Kampuchea quando a ameaça de intervenção e agressão externas tenham cessado, de acordo com o espírito do Tratado de Paz, Amizade e Cooperação assinado entre o Vietnam e o Kampuchea”.

Mais adiante, o dirigente vietnamita afirmou que o seu governo “está disposto a discutir com os países do sudoeste asiático a concretização de uma zona de paz, estabilidade e neutralidade”.

Pham Van Dong retomou o tema do Kampu-

chea na conferência de Imprensa que deu no Palácio das Convenções. Depois de qualificar o problema do Kampuchea como “o primordial da VI Cimeira”, e após recordar que isso vinha sendo discutido há diversos meses, afirmou que “na Conferência estão a lutar as forças progressistas e as não-progressistas”, e que os que defendiam as posições mais avançadas “conseguiram uma vitória de grande importância”.

TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA POL POT

“E em que consiste essa vitória?”, perguntou. É que o Conselho Revolucionário Popular do Kampuchea afirmou-se como o único representante autêntico e legal do povo kampucheano”.



Van Dong e Fidel.
«aquele abraço»...

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Sobre os crimes de Pol Pot, Van Dong descreveu os mais horríveis: "Assassinou quase todos os intelectuais, os profissionais, os homens das cidades, gente de todas as camadas sociais, eliminou as actividades normais da vida humana, acabou com a vida familiar, suprimiu a vida social, cultural e económica do Kampuchea", disse. E convocou a Imprensa para estudar a possibilidade de que se abra "um Tribunal Internacional mais amplo ainda do que o instalado em Phom Penh", que acaba de condenar Pol Pot e Ieng Sary por genocídio. "Há que lutar em todas as partes para que o Mundo conheça os crimes cometidos no Kampuchea", destacou.

Consultado sobre o problema dos refugiados, disse que esse foi provocado pelos imperialistas. Denunciou aquilo que hoje não se diz: é que as emissoras de rádio norte-americanas de ondas curtas exortavam nas suas programações os vietnamitas a sair do país, amedrontando-os sobre o futuro que os esperava na sua pátria, e recordou que os norte-americanos não cumpriram o prometido, que era de alojá-los no seio da sociedade dos Estados Unidos.

Quando os jornalistas norte-americanos insistiram sobre o tema do Kampuchea, referindo-se inclusivamente em termos desrespeitosos ao actual governo, o Primeiro-Ministro respondeu cortantemente: "Que direito têm vocês de falar nesses termos do problema do Kampuchea? Estiveram lá por acaso? Conhecem aquilo que realmente se passa naquele país? Eu não me atreveria

HUN SEN:



«represento o legítimo governo do Kampuchea»

Numa conferência de imprensa realizada em Havana no decorrer da Sexta Cimeira, o Ministro das Relações Exteriores da República Popular do Kampuchea referiu-se ao logro que sofreu o seu povo quanto ao carácter e objectivos de Pol Pot. "Em Abril de 1975, pensámos que iam obter a liberdade, mas, em nome da revolução e do comunismo, a camarilha de Pol Pot-Ieng Sary cometeu os crimes mais atrozes contra o nosso povo", afirmou. Para depois mencionar o facto pessoal de ele ter sido oficial combatente do exército de Pol Pot: "só quando comprovámos a traição é que nos constituímos noutro movimento armado, para lutar pela verdadeira independência".

Ao responsabilizar o governo chinês pelos sofrimentos do seu povo, Hun Sen afirmou: "Os crimes de Pol Pot-Ieng Sary também foram cometidos contra o nosso povo pelas autoridades de Pequim".

Respondendo a uma pergunta sobre a legitimidade que podia alegar o Governo que ele representava, o Ministro de Relações Exteriores kampucheano disse: "Um Estado, um povo, um território caracterizam um país. O Conselho Revolucionário Popular do Kampuchea representa o Estado, ele goza da aprovação do povo e está instalado no território kampucheano".

Durante a conferência de imprensa Hun Sen revelou que a Tailândia tem cedido a Pol Pot o uso do seu território para sabotar o governo popular encabeçado por Heng Samrin, afirmando que a partir de território tailandês e também de território chinês realizam emissões de rádio através das quais se transmite uma permanente campanha de calúnias e desinformação. "a que não é alheio o governo dos Estados Unidos".

"Os chineses não têm fronteira com o Kampuchea, mas também não a tinham os colonialistas franceses ou os militaristas japoneses, nem os neocolonialistas yanques quando há alguns anos nos agrediram", lembrou Hun Sen.

Referindo-se à forma como o regime de Pol Pot foi derrotado, recordou que as tropas daquele regime se viram envolvidas em agressões contra o Vietnam, instigadas pelo governo de Pequim. "Esse foi o factor favorável para que a Frente de União Nacional do Kampuchea (FUNSK), encabeçada por Heng Samrin e que havia sido fundada nas selvas de 1978, apelasse à sublevação que culminou com o triunfo revolucionário do passado 7 de Janeiro", afirmou.

a expressar-me assim nesses termos sobre uma realidade que não conheço”.

E ao insistir na sua afirmação sobre a irreversibilidade do processo, declarou: “Nem Sihanouk, nem a China, nem os Estados Unidos poderão impedir que a situação se consolide. O povo do Kampuchea apoia decididamente o governo popular. Ninguém tem justificação nenhuma para decidir em nome de um povo sobre quem deve representá-lo ou não”. E ao referir-se aos países que em Havana defendiam com alegações o direito do delegado de Pol Pot de sentar-se no Plenário, perguntou: “Por que é que esses países não se pronunciam com a mesma vemência pela retirada da base naval de Guantánamo, mantida pelos Estados Unidos em Cuba, contra a vontade do povo e do seu governo?”.

Consultado pelos Cader-nos se em relação ao povo chinês não iriam realizar uma campanha de esclarecimento similar à levada a cabo com o povo norte-americano durante a guerra, Pham Van Dong respondeu: “Algum dia o povo desse país pedirá contas

“Estamos conscientes de que o perigo existe, mas mantemo-nos vigilantes”, respondeu Van Dong ao jornalista que lhe perguntava sobre uma possível nova agressão de parte da China.

“A China conhece-nos, os Estados Unidos conhecem-nos, e nós também os conhecemos bastante. Se querem atacar-nos é com eles. O nosso país quer a paz, mas uma paz justa”. aos seus governantes sobre as suas acções irresponsáveis. Temos fé no povo chinês. A História avança, te-

mos fé na História, e o facto de que o povo chinês se levante é inevitável”.

Também se referiu à discussão ideológica dentro do Movimento, em relação à definição e carácter dos Não-Alinhados.

“É uma luta que tem lugar nos Não-Alinhados: É a mesma batalha que trava o Mundo entre a revolução e o imperialismo, entre a reacção e o progresso”.

Finalmente, ao abordar o tema da América Latina, qualificou de “histórico” o triunfo da Frente Sandinista e do povo da Nicarágua. “É a vitória mais importante (dos povos da América Latina) depois da cubana”. E afirmou que “o que acontece na Nicarágua é revelador. Ninguém teria imaginado um triunfo revolucionário na Nicarágua. É um Mundo Novo” que está a surgir.

A China e a VI Cimeira

Por ocasião do início da VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, quero expressar, em nome do Governo e do povo chinês, as minhas calorosas congratulações com a Conferência.

O Movimento do não-alinhamento, que conta com uma ampla base, desempenhou desde o seu início um importante papel na luta contra o imperialismo, e pela defesa da soberania estatal, o desenvolvimento da economia e cultura nacionais, o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional e a paz mundial. O Governo chinês apoia firmemente a justa posição e as positivas acções dos Países Não-Alinhados.

Estamos convencidos de que os numerosos países não-alinhados, apoiando-se na sua força unida, persistindo nos princípios e na política de independência, autonomia e não adesão a blocos, seguidos pelo movimento de não-alinhamento, e eliminando a interferência do imperialismo e do hegemonismo, contribuirão, ainda mais, para que o movimento de não-alinhamento melhor desempenhe o seu papel positivo.

Hua Guofeng
Primeiro-Ministro do Conselho de Estado
da República Popular da China.

Pequim, 2 de Setembro de 1979.

IRAQUE



Saddam Hussein:
«A unidade
dos povos em luta»



Aqueles
«Os que são alvo dos desígnios imperialistas
devem coordenar os seus esforços» — declarou-nos
o Presidente do Iraque.

Considerações exclusivas sobre a unidade
árabe, a presença de Israel na Nicarágua,
o recente «complot» em Bagdad e a queda
do Xá do Irã

sem desenvolver

65 Revue de C...

coordena

O presidente do Iraque, Saddam Hussein, que tem vindo a desenvolver uma dinâmica política e diplomática de destaque foi, na VI Cimeira, o porta-voz do bloco árabe na discussão dos importantes temas propostos naquela reunião. Numa entrevista que concedeu, em exclusivo, aos Cadernos do Terceiro Mundo, durante a sua estadia em Havana, Saddam Hussein denunciou a agitação concertada do imperialismo e destacou a importância da unidade dos povos na luta pelos seus direitos, em resposta às manobras do adversário. O presidente do Iraque respondeu às perguntas que lhe pusemos sobre o problema da unidade árabe, a queda do Xá e as perspectivas da situação no Irão, muito especialmente o apoio que a jovem revolução nicaraguense recebe do seu país.

fizemos

M Foi só nos últimos anos que se assistiu a um estreitamento das relações entre o mundo árabe e a América Latina. A distância e a língua, entre outros factores, estiveram na base desse afastamento, que começou, no entanto a esbater-se. Como encara o Iraque as relações com a América Latina?

— Um dos nossos conceitos básicos é que as actividades do imperialismo em todo o Mundo, não importa as formas que adoptem, não importa de onde provenham, estão ligadas entre si, fazem parte de um esquema montado e organizado. Todos os seus movimentos se destinam a manter a situação tal como está. E é evidente a coordenação de informações e de actividades com forças paralelas.

Estes factos demonstram que os povos que são alvo dos desígnios imperialistas também têm que coordenar esforços. Não importa a diferença dos seus programas nacionais. Esses países têm que estar unidos em torno do objectivo comum que é a resistência ao imperialismo e à opressão.

Por esta razão cremos que a luta do Iraque e da Pátria Árabe deve estar estreitamente ligada à luta de outros povos e, muito particularmente à dos povos da América Latina.

ISRAEL NA NICARAGUA

— Mencionou que nos meios utilizados pelo imperialismo há uma aliança com "forças paralelas". Na recente luta do povo nicaraguense pela conquista da liberdade, vimos, pela primeira vez, Israel actuar directamente na América Latina ao lado de uma ditadura, ao apoiar militarmente Somoza. Como vê o Iraque a participação de Israel na Nicarágua sustentando a dinastia somozista?

— Nós consideramos Israel como uma entidade racista, fundada com o objecti-

vo principal de servir os propósitos imperialistas e apoiar as acções contrárias aos desejos dos povos árabes de ter governos independentes. Por essa razão não nos surpreende ver Israel actuar sempre ao lado das forças opressoras, contra os perseguidos, ao lado de governos corruptos, contra os povos dominados. É sobre este prisma que vemos as actividades de Israel em qualquer lado em que elas se desenvolvam.

O Iraque foi um dos primeiros países do Mundo a reconhecer o novo governo da Nicarágua antes da guerra terminar. Hoje a Nicarágua é um país destruído, que necessita do apoio internacional para consolidar a vitória. Em que medida pode o Iraque ajudar esse país nesta etapa de reconstrução?

— Não creio que tenha havido um único povo no Mundo que, lutando pela sua liberdade e, que ao pedir apoio moral e material ao Iraque, não tenha recebido. Há anos que temos seguido essa política.

Tivemos relações e contactos com os militares nicaraguenses muito antes da sua vitória. Agora oferecemos-lhe apoio, de acordo com as nossas disponibilidades e com a possibilidade que eles têm de utilizar essa ajuda em projectos concretos. Estamos dispostos e com vontade de lhes prestar essa ajuda dentro das bases já estabelecidas.

Qual a sua opinião sobre a VI Cimeira dos Não-Alinhados? Pode adiantar-nos uma avaliação dos resultados?

Terá que passar ainda algum tempo para que se possa fazer uma avaliação global e definitiva. No entanto podemos dizer desde já que a Conferência é um êxito e que cumprirá correctamente os seus deveres e responsabilidades no sentido de aprofundar as linhas políticas traçadas pelos fundadores do Movimento dos Não-Alinhados, de aprofundar o seu

carácter anti-imperialista, de continuar a apoiar os povos que lutam contra as forças repressivas e exploradoras.

A UNIFICAÇÃO DO MUNDO ÁRABE

O processo de unificação do Iraque com a sua vizinha Síria está a despertar maior interesse desde que começou a tomar uma forma mais global e profunda do que até aqui. Como encara este processo de unidade árabe?

A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi separada em pedaços e numerosas forças internacionais estão a actuar contra os seus interesses. Mas os povos árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por esta verdade histórica e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos activamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada, de uma maneira ou de outra, e que isso vai de encontro da vontade do povo árabe e do desafio da História porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.

Nós não deixamos, no entanto, de ter em conta as forças e os interesses contrários à causa árabe. Conhecemos bem aqueles que sempre preferiram actuar como pequenas correntes subterrâneas das forças que trabalham na sombra, porque receiam actuar à luz do dia. Preferem ser riachos ocultos que mar largo. Nós preferimos andar à superfície. Para concretizar o processo de unificação — como já demonstramos tantas vezes no passado — actuamos abertamente.

Essas forças subterrâneas enfrentam o processo unificador de múltiplas maneiras: dando golpes pelas costas, sabotando, distorcendo a verdade, fomentando a contra-informação e a contrapropaganda.

O que resumidamente queremos dizer é que o processo de unificação da Nação Árabe expressa sinceramente o desejo de todo o povo árabe, seja ele qual for, ainda que esse desejo se manifeste de maneira diferente de lugar para lugar.

O imperialismo e o sionismo são os principais inimigos da unidade. Eles vão tentar minar a unidade árabe de muitas formas. Mas essa acção, a longo prazo, virar-se-á contra eles. Porque o que conseguem com as suas actividades subversi-

vas é que a Nação Árabe tome cada vez mais consciência de que sem unidade nunca se libertará dessas duas forças malignas.

CONSPIRADORES SEM IDEOLOGIA

Por falar de sabotagem e de forças que preferem actuar na sombra. Pode explicar-nos o background ideológico do recente complot no Iraque, o que esteve na sua origem e com que a Imprensa internacional tanto especulou?

A recente conspiração não tinha "background ideológico". Tratava-se de um grupo de indivíduos ambiciosos que actuaram em aliança com numerosas forças, umas internas outras vindas de fora, que tinham como objectivo comum manchar cobardemente de sangue a revolução e os seus dirigentes, lançando suspeitas sobre o regime. Esta acção só servia

Um dos problemas mais debatidos na VI Cimeira foi o do petróleo e dos meios energéticos. Neste sentido, teve muito bom acolhimento a única proposta concreta apresentada, feita pelo presidente Saddam Hussein, em nome do governo do seu país, importante produtor de petróleo. A proposta está explicitada nos parágrafos que a seguir reproduzimos, da sua intervenção em Havana.

"O governo da República do Iraque, consciente da crise económica que atravessam os países pobres e tendo em conta a identidade de situações que unem o Iraque e os países do Terceiro Mundo, decidiu dar uma compensação equivalente ao aumento nos preços oficiais do petróleo iraquiano desde 1. de Junho de 1979 e até finais do ano, a todos os que têm acordos petrolíferos e a longo prazo com o nosso país."

Fontes árabes responsáveis, assinaram que é muito provável que o prazo dos empréstimos seja prorrogado. A decisão adoptada pelo governo do Iraque cria um precedente que muitos países esperam que venha a ser seguido por outros países produtores de petróleo.

os escuros propósitos das forças imperialistas da região.

Encontrávamo-nos em Bagdad quando tomaram o poder no Irão as forças dirigidas pelo ayatollah Khomeini. Vimos como o povo e o governo do Iraque estavam satisfeitos com a vitória popular que pôs fim à ditadura. O Xá era um inimigo evidente das forças árabes progressistas. Por essa razão as correntes mais avançadas de todo o Mundo estavam em grande expectativa quanto ao futuro das relações entre os governos de Teerão e Bagdad. No entanto as notícias que correm agora a esse respeito não são tão optimistas. Como a da que se vai desenvolver o processo do Irão?

— É natural que a partida do Xá tenha sido acolhida com alegria por todos os povos que lutam nas diferentes partes do Mundo. O regime do Xá estava ligado às engrenagens do imperialismo. Era um bastião do imperialismo e dos interesses que ele defende.

Mas a luta do Terceiro Mundo tem características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma tirania, mas em que medida pode erradicar de um regime essas características e instalar

no seu lugar outro que corresponda aos interesses do povo?

Para alcançar uma mudança profunda do regime, são necessárias medidas muito concretas, de modo a defender claramente os interesses populares. Não basta remover um regime ditatorial e reacçãoário. Se os que tomaram o poder no seu lugar não forem revolucionários, nunca poderão reunir as condições que são necessárias ao processo das mudanças revolucionárias.

Para edificar um regime revolucionário, em que o povo detenha realmente os recursos do Estado e realize as suas aspirações de uma maneira responsável, têm que existir metas definidas e uma clara demarcação anti-imperialista.

Mas não quer dizer que todos aqueles que se propunham mudar um regime o consigam. Nem sequer se pode afirmar que todo o revolucionário venha a poder transformar um regime reacçãoário em revolucionário. Pode acontecer que, se não tiver objectivos bem claros, venha a construir um regime que não tenha os requisitos necessários para que possa chamar-se de revolucionário.

Tarik Aziz:

«somos optimistas em relação ao futuro»



É crescente o descontentamento do povo com o regime de Sadat, e prevê-se uma explosão revolucionária no Egipto.

O dirigente do Partido Árabe Socialista Baas analisa também a evolução do processo iraquiano.

TARIK Aziz é o vice-primeiro-ministro do governo iraquiano, membro da direcção nacional e regional do Partido Baas Árabe e Socialista, membro do Conselho Revolucionário Supremo e Presidente do Gabinete Nacional da Informação e Publicações da Direcção Política.

Em entrevista exclusiva concedida aos **Cadernos do Terceiro Mundo**, durante um intervalo do seu trabalho como membro da delegação do Iraque à VI Cimeira, Tarik Aziz analisou as repercussões do acordo de Campo David no Mundo Árabe e a evolução do processo revolucionário na sua pátria.

Como vê o desenvolvimento dos acordos de Campo David?

Os acontecimentos que se seguiram depois da assinatura dos acordos de Campo David e dos acordos bilaterais entre o regime de Anwar Sadat e o regime sionista tomaram um curso negativo para os interesses do povo palestino e para a Nação Árabe, como não poderia deixar de acontecer.

Sadat e o regime sionista tentam impor aquilo a que chamam "caminho alternativo" que, como sabemos, é uma forma que compromete os interesses do povo palestino.

Pode-se mesmo dizer que o regime de Anwar Sadat chegou a uma posição extrema na aliança com os interesses defendidos pelos Estados Unidos. Trabalham juntos: o regime de Sadat, o regime sionista e o imperialismo. E fazem-no contra as aspirações do povo árabe de independência e da soberania da Pátria Árabe, e também contra os interesses dos países africanos progressistas.

Criou-se uma nova aliança depois de Campo David, entre os Estados Unidos e os regimes egípcio e sionista. E isto constitui um grande perigo para a Nação Árabe. Por exemplo: esta aliança deu alento a Israel nas suas actividades repressivas contra o povo palestino das terras ocupadas e em suas agressões contra o sul do Líbano. É sabido que contra o sul desse país há todos os dias uma agressão. E isto continuará enquanto os sionistas sintam que têm por trás de si todo o apoio de Sadat e dos Estados Unidos. Isso complicou ainda mais a situação na nossa região, a tensão tornou-se mais forte, a atmosfera mais pesada.

O desejo da Nação Árabe é de lutar contra a conspiração de Campo David. E as forças árabes progressistas ainda estão a cumprir as metas que se auto-estabeleceram na Cimeira de Bagdad, de acompanhar os passos dessa conspiração e de combatê-la onde e como for possível.

Tivemos um importante êxito na condenação aos acordos de Campo David na Conferência Islâmica realizada em Marrocos, e maior ainda na condenação expressa pelos Países Não-Alinhados. Lamentavelmente não tivemos igual sucesso na Cimeira da OUA em Monróvia. Uma das propostas do bloco árabe aos Não-Alinhados, era a suspensão do Egipto do Movimento. E em que fundamentávamos essa aspiração?

Tentámos conseguir a suspensão do regime egípcio porque consideramos que o Egipto traiu os princípios do Não-Alinhamento e a causa palestina, e que actuou agressivamente contra os países árabes cujas terras foram ocupadas em 1967 por Israel.

Acreditamos que a luta da Nação árabe e, particularmente, a dos palestinos terá êxito, e poderemos construir uma alternativa válida aos acordos de Campo David, que reflita os verdadeiros interesses dos nossos povos.

O FUTURO DO EGÍPTO

Como avalia o peso e as perspectivas da oposição ao Egipto?

Acreditamos — e essa convicção está baseada num profundo conhecimento e uma ampla informação, — que o regime de Sadat fracassou totalmente na solução dos problemas do seu país e da crise da sociedade egípcia.

O regime fracassou em dar solução à questão da democracia. Pode-se afirmar que o regime de Sadat caminha para uma ditadura. Cada dia que passa são presas mais e mais pessoas, a liberdade de Imprensa é totalmente inexistente, a oposição política está proibida no país.

Outro grave problema, é o económico. Sadat também fracassou rotundamente em dar soluções aos problemas económicos do povo egípcio. De modo que, sob um ponto de vista objectivo, a situação no Egipto está próxima de uma explosão revolucionária.

Dialecticamente, a situação evolui contra os planos de Sadat...

Sim. Cada dia que passa, pode-se esperar um processo de insurreição popular, um terramoto popular. Mas dentro de um ponto de vista subjectivo, as condições ainda não estão maduras: as forças progressistas egípcias devem unir os seus esforços ainda mais, e criar uma ampla e forte frente nacional contra o regime. Do êxito desses esforços, dependerá o quando e o como da concretização do objectivo da mudança de regime no Cairo.

Mas parece que, em definitivo, está claro, dentro do nosso ponto de vista, que a causa defendida por Anwar Sadat não é a causa do futuro do Egipto nem na nossa área. E isto é muito importante. Porque temos uma decisão firme, porque continuamos sem claudicar na luta contra a conspiração do regime sionista, do regime egípcio e do imperialismo, e entendemos que num futuro próximo as forças da região terão uma correlação diferente da de hoje.

Passando do processo interno do Egipto para o do Iraque, o seu país. Como avalia essa situação? Como encara o processo que o Partido Baas começou no Iraque, de mudança social e política?

Nós acreditamos no futuro. Acreditamos que no nosso país a situação está cada dia melhor que no dia anterior. O processo revolucionário, de progresso, de construção socialista, está a avançar para posições mais sólidas.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Uma das acusações mais frequentes ao regime iraquiano feita pelas agências noticiosas capitalistas, é que no seu país não há um nível aceitável de participação popular...

Bem, é claro que para os capitalistas, para os imperialistas, num país onde se desenvolve um processo revolucionário, há uma ditadura. Eles dirão sempre que a participação popular não é tão vasta como deveria ser, porque eles extraem as suas ideias da ideologia liberal e das fórmulas liberais de governo.

Nós temos uma concepção diferente de democracia e da participação popular. Hoje temos no Iraque um milhão de trabalhadores a exercerem uma participação democrática real, através da Organização Federal de Trabalhadores.

Temos um número ainda maior de camponeses que exercem uma participação democrática em todo o país, através das suas organizações. Temos milhares de estudantes, centenas de milhares de mulheres, de profissionais de todos os ramos, que participam democraticamente na vida pública em toda a largura e comprimento do país. Eles têm um substancial poder de decisão cada vez mais crescente, não somente nas suas questões específicas, mas também em assuntos económicos e sociais.

Temos também o Partido. Trata-se de um partido popular, que existe em cada célula da sociedade, e que alenta às massas para que exerçam a democracia revolucionária e para que participem a nível de todo o país.

Eu, pessoalmente, conversei com jornalistas norte-americanos e de outros países ocidentais que visitaram o Iraque, e que criticavam esse aspecto. Demostrei-lhes que no nosso país, se houvessem eleições entre as bases, uma eleição liberal tradicional, venceríamos por uma esmagadora maioria. De modo que não temos nenhuma preocupação sobre isso.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Nós acreditamos que no Iraque já superamos a primeira fase do processo revolucionário do nosso país. Entramos na segunda etapa, a de desenvolvimento. Devemos agora criar novos organismos, novas organizações, através dos quais o povo exerça a democracia.

Em função disso, estamos a discutir actualmente uma lei que cria a Assembleia Nacional, um corpo legislativo. O Presidente e as direcções nacionais estiveram reunidos nas últimas semanas, na preparação dessa lei. Esperamos que seja rapidamente posta em prática.

Com a Assembleia Nacional e as organizações populares de todo o país, a questão da democracia — como nós a entendemos, baseada no nosso conceito de revolução e de socialismo — haverá preenchido os requisitos da verdadeira participação popular.

Um dos aspectos que mais pode falar em favor de um processo revolucionário além do nível de participação popular, é a forma como é organizada a distribuição da riqueza. Isto torna-se mais importante ainda no caso do Iraque, dado o facto de

que se trata de um país produtor de petróleo, sobre o qual se concentra particularmente o interesse internacional. Estão satisfeitos com o nível alcançado na distribuição de riqueza no Iraque?

Bem, dizer que estamos completamente satisfeitos, seria afirmar que a estrutura socialista já estaria completamente implantada, e essa não é a situação.

Nos onze anos anteriores, mudámos decisiva e radicalmente a estrutura da economia e a estrutura social. Hoje, o interesse dos trabalhadores, dos camponeses, dos pobres que estão a trabalhar no Exército, no governo, nos diferentes sectores da sociedade, está a ser satisfeito rapidamente, e em medida apreciável.

Hoje os cidadãos do Iraque não são explorados por nenhum capitalista, por nenhum senhor feudal, por nenhuma

companhia ou organização económica, nacional ou estrangeira.

O nível de vida do cidadão iraquiano, principalmente dos trabalhadores e dos camponeses, desenvolveu-se rapidamente, mas trata-se de um problema de tempo. Ainda enfrentamos dificuldades como, por exemplo, construir escolas suficientes para todos os alunos, suficientes casas decentes para todo o nosso povo, construir hospitais para as massas. Esses são os problemas que estamos a enfrentar.

Mas somos optimistas em relação ao futuro. Estamos convencidos de que o desenvolvimento da estrutura socialista permitir-nos-á alcançar — possivelmente nos dois próximos planos quinquenais — um nível de distribuição de riqueza adequado.

Talvez não saiba **LEITOR** *que*

- Crescemos bastante em ano e meio de vida: de uma tiragem inicial de 19 000 exemplares, paassámos para perto de 35 000.
- Cerca de 25 000 habitantes dos novos países africanos de expressão portuguesa adquirem a revista.
- Existem edições dos **CADERNOS** em inglês e espanhol, da responsabilidade da redacção central localizada na cidade do México, e pensa-se no lançamento doutra em árabe.

A nossa expansão é sinónimo de melhoria de qualidade.

Torne-se assinante dos CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO e receberá a revista onde quer que se encontre.

ASSINATURAS:

Pedidos à **Tricontinental Editora Lda.**
Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto.
1000 Lisboa

PREÇOS:

Portugal	— Anual (12 números).....	380\$00
	Semestral (6 números).....	220\$00
Estrangeiro	— Anual (12 números) por via aérea	
Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São		
Tomé e Príncipe 14 dólares ou.....	600\$00	
	(escudos portugueses)	
Restantes Países	17 dólares	
	USA	

CUBA:

infraestrutura: um enorme esforço



Não só o Palácio das Convenções, mas todas as instalações para a Imprensa, como as telecomunicações e os hotéis, exigiram muito trabalho e avultados investimentos.

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 183 - Lapa - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-357



OBRAS de infra-estrutura importantes, superiores no seu valor a cem milhões de pesos cubanos (mais de cento e trinta milhões de dólares) foram construídas em Cuba para a VI Cimeira. Não menos importantes foram os trabalhos realizados no campo das telecomunicações, com a instalação de uma avançada tecnologia, que estiveram à altura das necessidades criadas por tão importante acontecimento, com um custo avultado em mais de sete milhões de pesos cubanos.

Entre as obras de infra-estrutura, levantadas para poderem albergar de uma maneira correcta todas as delegações dos diferentes países e os jornalistas acreditados, o Palácio das Convenções, o Hotel Triton, e

quase duzentas casas de protocolo (remodeladas), antigas residências da burguesia habanera, são sem dúvida as mais importantes.

O Palácio das Convenções, construído e concebido por arquitectos cubanos, tomando em conta o estilo arquitectónico tradicional do país, no qual se incorporam os detalhes surgidos da experiência das Cimeiras anteriores, é de desenho austero, mas esteticamente bonito e equilibrado, tendo a área global perto de dez hectares.

As casas de protocolo, recuperadas e remodeladas, ascendem a cento e noventa e quatro, número que ultrapassou as cento e quarenta e três iniciais. Até meados do próximo ano, os mesmos organismo que

trabalharam na etapa prévia da VI Cimeira, deverão pôr em funcionamento mais outras duzentas residências.

O edifício de vinte e três andares do Hotel Tritón é visto de muito longe, emergindo do meio da paisagem da zona do Monte Barreto. Tem duzentos e setenta e quatro apartamentos, e modernas instalações.

Também importante foi a conclusão do Teatro Nacional, obra paralisada durante mais de vinte anos, e que fora inaugurada com uma função especial para os assistentes à VI Cimeira.

“Ter dado uma assistência a essas necessidades da VI Cimeira num tempo record, com a qualidade requerida, e sem afectar as demais tarefas paralelas, constitui um triunfo legítimo.”

mo da Revolução e do Povo cubano", afirmou Ramiro Valdés, membro do Bureau Político do Partido, e vice-presidente do Comité Nacional Preparatório da reunião.

Mais de duas mil pessoas receberam cursos de capacitação para as diersas tarefas técnicas, e recepção às delegações e serviços.

Excluídos o Palácio das Convenções e as casas de protocolo, todas as restantes obras executadas para a reunião estavam compreendidas no plano de construção e desenvolvimento técnico, e só foi dada prioridade e apressada a sua realização, em função da necessidade, sem nenhum detrimento dos planos de desenvolvimento económico e social do país.

UM GRANDE ENPREENDIMENTO

Centenas de trabalhadores do Ministério das Comunicações de Cuba trabalharam durante meses a fio em todos os preparativos, em obras de ampliação das comunicações e cursos de adestramento que foram realizados como trabalho preparatório à reunião.

A sala de comunicações internacionais do Palácio das Convenções dispunha de quatorze cabinas de telex para uso directo dos jornalistas, trinta aparelhos de telex manipulados por operadores e ligados aos sistemas internacionais, comunicação automática com setenta e nove países não-alinhados e com o resto das nações do Mundo, facilitando o trânsito com outros países.

Trinta e uma cabinas telefónicas de serviço inter-

nacional, trabalhavam em coordenação com um moderno centro de longa distância, que contava com cinquenta e quatro posições de operadores. A central telefónica automática para o serviço internacional tinha cento e vinte circuitos. Duzentos e sete trabalhadores das comunicações foram especialmente escolhidos para atender esta infra-estrutura do Palácio das Convenções.

Por outro lado, cada residência de Chefe de Estado e delegações esteve directamente ligada ao centro de longa distância internacional, ou com o seu país respectivo, através de telefone directo. Um outro telefone estava ligado à rede de Havana, e um terceiro ligava a residência à central automática do Centro de Comunicações do Palácio de Convenções.

Uma central telefónica de mais de seiscentas linhas ligava as comissões e subcomissões com as unidades de serviço. Cinco conjuntos com quinhentas extensões da bateria central para comunicação entre os gabinetes e as dependências internas da VI Cimeira também funcionaram durante o encontro.

O SISTEMA "INTERSPUTNIK"

As obras completaram-se com a ampliação da capacidade da estação terrestre de comunicação por satélites "Caribe", situada na Província de Havana, e que inclui sessenta e dois canais telefónicos internacionais e um canal de televisão. Outra estação anexa, de média capacidade e vinculada ao sistema "Intersalt", recen-

temente adquirida, proviu Cuba de um sistema adicional de televisão e de mais vinte canais telefónicos.

Um sistema de conexão, o "Intersputnik" (para telefonia, telegrafia, radiodifusão e televisão), foi estabelecido em coordenação com os países socialistas que usam esse sistema, com países europeus como a Itália e a França, com os Estados Unidos, e com diversas nações do Caribe, como por exemplo, a Jamaica.

Os trabalhadores do Ministério das Comunicações também foram responsáveis pela instalação de cinco gabinetes de tradução simultânea, com cento e dezoito canais, do sistema de chamadas de dentro do Palácio das Convenções e do sistema de chamadas aos locais de estacionamento.

Da mesma forma que os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os do Ministério das Comunicações receberam uma preparação especial, com cursos de línguas, manuais de procedimentos e de operações, e matérias político-administrativas sobre o Movimento dos Não-Alinhados.

Juan Almeida, Presidente do Comité Preparatório Nacional da VI Cimeira, e Comandante da Revolução, afirmou que "há algo que não pode ser preparado, que esta sempre preparado. É a hospitalidade, o espírito fraternal, solidário, internacionalista do povo cubano".

A IMPRENSA

Importantes e funcionais foram as instalações que no Palácio das Convenções se

destinaram ao trabalho da Imprensa. Os mil e trezentos jornalistas acreditados na VI Cimeira contavam com salas dotadas de monitores de televisão a cores, transmitindo todas as instâncias do plenário realizadas à porta aberta. As salas, que eram em número de quatro, da mesma forma que as línguas oficiais da

Conferência (espanhol, inglês, francês e árabe), tinham os monitores sincronizados com a interpretação simultânea em cada um desses idiomas — um para cada sala — e máquinas de escrever em todos os teclados das línguas oficiais, incluindo o árabe.

No Gabinete de Informação, situado ao lado das sa-

las da Imprensa, eram distribuídos diariamente os boletins elaborados pela agência Prensa Latina, com as notícias importantes de cada dia, e à medida que os oradores faziam uso da palavra, as suas intervenções eram entregues à Imprensa, impressas e corrigidas, muitas vezes em vários idiomas, outras vezes somente

A CIA não descansou em Havana



Fontes responsáveis de Havana estimavam que durante a Conferência dos Países Não-Alinhados, cerca de uma centena de agentes dos serviços secretos ocidentais, principalmente da CIA, actuaram durante a realização da Sexta Cimeira. Uns haviam entrado como diplomatas, outros como funcionários ligados às delegações estrangeiras, e alguns mesmo como jornalistas.

Muitos deles já eram velhos conhecidos dos serviços de segurança cubanos. "*Chegaram aqui com frondosos antecedentes*", dizia-nos um funcionário da Conferência, atento a essas actividades.

Alguns desses agentes actuaram com tal desenvoltura, que eram facilmente identificáveis. Procuravam tipos de contactos que não eram propriamente inocentes. Mantinham a pleno vapor uma máquina de rumores alarmistas, ou faziam perguntas provocadoras nas conferências de Imprensa, quase sempre sobre a presença dos soviéticos em Cuba, ou no Afeganistão, ou no Vietnã.

O porta-voz da Conferência, embaixador Lisandro Otero, da mesma maneira que o então presidente do Afeganistão, Noor Mohamed Taraki, e o primeiro-ministro vietnamita Pham Van Dong, tiveram que se insurgir contra certos tipos de perguntas provocadoras.

Um episódio revelador da natureza do

trabalho aí realizado, ocorreu com uma agência árabe instalada no Palácio das Convenções. Dois jovens "jornalistas" norte-americanos, que não conheciam ninguém do gabinete onde a agência estava instalada, ali entraram e pediram que lhes fossem guardadas duas malas, muito pesadas, para que não as transportassem durante a execução do "seu trabalho". Uma hora e meia depois, voltaram e levaram as malas.

Por certas indicações, os jornalistas da agência convenceram-se que dentro dessas malas haviam gravadores. E não foi por casualidade que os "rapazes" elegeram esse local: delegados da representação do país ao qual a agência de notícias pertencia, frequentemente se reuniam nesse gabinete, mesmo para discussão da agenda de trabalhos.

Obviamente, nenhum deles ali esteve presente durante o tempo em que as duas malas estiveram ali "depositadas". As conversações gravadas foram limitadas às trocas de impressões entre os próprios jornalistas, sem nenhuma transcendência.

Quando os cubanos divulgarem a "história secreta" da Sexta Cimeira, certamente que episódios ainda mais expressivos que esse revelarão o empenho com que a CIA e outros serviços secretos acompanharam a importante Conferência.

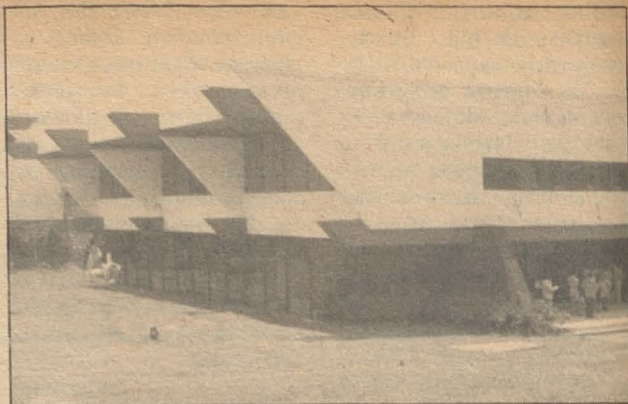
no idioma utilizado pelo orador.

Uma ampla cafeteria e um self-service eram os lugares preferidos da Imprensa para os comentários políticos ou para o descanso, no meio de esgotantes jornadas. Muitas vezes os delegados "passeavam" pela cafeteria, deixando filtrar certas informações, ou dando curtas entrevistas.

A Imprensa esteve alojada em três hotéis: o Nacional, o Vedado e o Saint John, tendo o Nacional uma outra sala de Imprensa, com telefones e telex internacionais.

Um eficiente serviço de transportes, los trompos, como foram baptizados pelos cubanos, levavam os jornalistas dos hotéis para o Palácio das Convenções e para a Casa da Imprensa, uma terceira instalação dedicada às comunicações internacionais.

A maior parte dos jornalistas elogiou a organização que Cuba instalou para a cobertura jornalística do



O Palácio das Convenções, sede da Conferência.

encontro, e alguém mencionou o facto de que a transmissão via satélite era mais eficaz que o sistema montado por outros canais disponíveis. No caso da televisão japonesa, que por ele optou, significou ter recebido a emissão na sua terra com doze horas de antecedência em relação às vias que lhe pareciam mais seguras.

No momento em que a safra açucareira não está nas suas melhores épocas,

pela baixa cotação no mercado internacional — o que cria dificuldades internas — e que Cuba dedica importantes recursos económicos e humanos na cooperação com numerosos países africanos e do Médio Oriente, o esforço pelo povo e pelo governo cubanos para que a Conferência se desenvolvesse da melhor maneira possível, merece um reconhecimento especial.

E nós, como jornalistas, fazemo-lo.

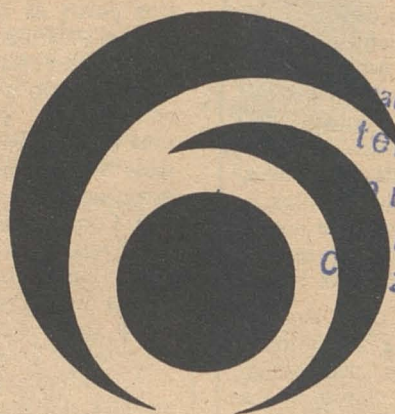
Guiné Equatorial: solidariedade

Face à denúncia realizada pelo Vice-Presidente Florêncio Maye Ela na Assembleia, no sentido de que "*A Guiné Equatorial foi devastada pelo antigo regime*" (de Macias Nguema), denúncia que exemplificou enumerando os males herdados pela economia do seu país, pela saúde pública e outros sectores da vida nacional, a resolução final da Cimeira incorporou uma proposta que exorta todos os governos e organismos internacionais a prestarem a assistência necessária a esse país, a fim de aliviar as carências mais urgentes do seu povo, contribuir para a reconstrução nacional e revitalizar a sua economia.

Essa resolução expressa o beneplácito do Movimento para com as mudanças ocorridas na Guiné Equatorial em favor de um regime que assegure a liberdade do povo e o exercício da democracia, assim como garanta o desenvolvimento sócio-económico e cultural futuro.

Maye Ela, por sua parte, também mencionou na sua intervenção o apoio do seu país aos povos da Namíbia, Zimbábue e Palestina, assim como a outros de diferentes continentes, e terminou as suas palavras assegurando que o Conselho Militar Supremo da Guiné Equatorial que derrubou o tirano Macias, consagrará os seus esforços para manter vigentes os princípios básicos do Não-Alinhamento.

As decisões da Conferência



adernos do
terceiro
Mundo
da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
20.021 - Tel. 242-1957

O Movimento dos Não-Alinhados — diz o documento final — representa a esperança e a vontade de milhões de seres humanos.

A Declaração Política do acontecimento — em cujo preâmbulo se referem todos os países membros que assistiram à Cimeira, bem como os observadores presentes, — começa por afirmar na sua parte doutrinária que se comprovou que para um número cada vez maior de países a política do não-alinhamento constitui uma autêntica expressão dos interesses e das aspirações de um número cada vez maior de países e povos do Mundo.

Os Chefes de Estado ou de Governo expressaram a sua profunda satisfação por se reunirem pela primeira vez na América Latina. Assinalaram que ao ser fundado o Movimento, só um país latino-americano, Cuba, se encontrava entre os membros fundadores. A América Latina — acrescentam, — tem sido cenário de uma luta constante dos seus povos pela

conquista da sua plena independência, e por isso permitiu-lhes desempenhar um papel cada vez mais dinâmico junto dos seus irmãos de África e da Ásia.

Ao reunir-se em Havana, 18 anos depois da sua fundação — salientam, — o Movimento está consciente da sua responsabilidade e das suas perspectivas, representando a maioria esmagadora da Humanidade que luta pela eliminação das desigualdades entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, para suprimir a pobreza, a fome, as doenças e o analfabetismo, e para estabelecer uma nova ordem mundial baseada na Justiça, na Equidade e na Paz, que substitua a ordem actual, em que a riqueza continua concentrada nas mãos de umas quantas potências.

O preâmbulo expressa ainda que a li-

bertação não será completa até que não se tenha assegurado o efectivo coo controle dos recursos naturais e se não tenha conseguido um desenvolvimento económico independente, até que se não tenha podido garantir aos povos as condições de vida digna e decente.

O Movimento dos Países Não-Alinhados, afirma o documento, representa as esperanças e a vontade de milhões de seres humanos, que foram privados da liberdade e do direito de decidir do seu próprio destino.

O documento afirma que esse Movimento, que nasceu no meio da rotura do sistema colonial e da emancipadora luta dos povos da África, Ásia e América Latina e de outras regiões do Mundo e no apogeu da guerra fria, foi um factor essencial no processo de descolonização que conduziu à obtenção da liberdade e da independência para muitos países e povos e à formação de dezenas de novos Estados soberanos, bem como à preservação da paz mundial.

A Conferência reafirmou que a essência da política não-alinhada é a luta contra o imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, racismo, *apartheid*, sionismo; é a oposição a toda a forma de ocupação e dominação estrangeiras e hegemonia; é a luta a favor da coexistência pacífica entre os Estados e a não-ingerência e não-intervenção nos assuntos de outros Países; pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, na base da igualdade, respeito à inviolabilidade das fronteiras, oposição ao uso da força e ao acordo pacífico das controvérsias.

Os Chefes de Estado ou de Governos consideram que os acontecimentos dos últimos decénios demonstraram a validade dos princípios do não-alinhamento e, por conseguinte, comprometem-se de novo a pôr em prática estes princípios. Reafirmam, igualmente, que os critérios para a aceitação como membros devem estar baseados no facto do país ter adoptado uma política independente, baseado na coexistência entre os Estados com sistemas políticos e sociais diferentes e não pertencer a nenhuma aliança militar multilateral concertada no contexto dos conflitos das grandes potências.

A Conferência confirmou que a política do não-alinhamento constitui um factor importante e indispensável na luta pe-

la liberdade e independência de todos os povos e países do Mundo, e expressou o seu agradecimento às forças amantes da paz pelo seu apoio expresso, bem como declarou a sua disposição de continuar a colaborar com essas forças.

O Documento refere que na ocasião em que a Cimeira se celebra em Havana, o Mundo vive uma situação pejada de perigos, mas igualmente portadora de alentadoras possibilidades. Acrescenta que se intensificam os esforços para lograr a paz, fortalece-se a solidariedade com os povos, com as causas da Palestina, Panamá e outros povos da América Latina, América Central e Caribe.

A Conferência saúda os êxitos alcançados pelo Irão e pela Nicarágua pela sua emancipação, a decisão de estabelecer uma nova ordem internacional, a necessidade cada vez maior para conseguir o desarmamento geral e completo.

A Conferência constata ainda que as tendências positivas encontram a resistência do imperialismo, do colonialismo e de outras forças conservadoras e retrógradas, assim como existem graves ameaças ao processo de distensão internacional.

A Conferência observou que os imperialistas continuam com uma política dirigida a manter os seus interesses no Zimbábue, África do Sul e Namíbia.

AS QUESTÕES AFRICANAS

No que respeita às questões africanas, a Conferência analisou-as da seguinte forma: ao passar em revista os acontecimentos ocorridos desde a última Conferência Cimeira, foi apreciado o avanço da luta dos povos africanos e expressou-se a profunda preocupação pelos planos de desestabilização e agressão do imperialismo nessa região. Foi igualmente expressado que a luta dos povos africanos, e, em especial, a luta que travam os povos da África Austral, se encontra estreitamente vinculada com a revolução anti-imperialista e anticolonialista e com o desenvolvimento do Movimento de Países Não-Alinhados.

Neste sentido foi expressado o agradecimento aos países socialistas e escandinavos pela ajuda prestada aos movimentos de libertação.

A Conferência saudou a importante iniciativa de se haver reunido em Maputo,

a nível ministerial, para examinar e analisar a situação na África Austral e fez suas as recomendações formuladas na referida reunião. Pediu a todos os países que prestassem especial atenção à execução do Plano de Acção aprovado em Maputo e posteriormente ratificado e ampliado pelo Bureau de Coordenação.

Os chefes de Estado ou Governos felicitaram a Organização de Unidade Africana (OUA) pelos seus 16 anos de existência e reconheceram a sua importância como instrumento eficaz para promover a paz.

Ao analisar a situação na África Austral, a Conferência reiterou que a consolidação da vitória dos povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe mudou decisivamente a correlação de forças na região.

A Conferência acolheu com simpatia e acordo a decisão do governo do Irão em suspender as suas vendas de petróleo à África do Sul. Como ficou igualmente reconhecida à medida adoptada pela Nigéria contra a **British Petroleum**, cujas concessões petrolíferas na Nigéria foram nacionalizadas devido à empresa não ter observado o embargo de petróleo contra o regime racista da Rodésia, nem ter cumprido a sua promessa de não desviar para o regime de **apartheid** da África do Sul carregamentos de petróleo provenientes do Mar do Norte.

Os chefes de Estado ou de Governo saudaram a decisão dos governos do Irão, Granada e Nicarágua de romperem relações com o regime racista do **apartheid**.

A Conferência chegou à conclusão de que a África Austral era um dos focos de tensão nas relações internacionais e o ponto de confrontação entre o imperialismo e as forças do progresso e da paz.

Quanto ao chamado acordo interno do Zimbabwe, a Conferência manifestou que as fraudulentas eleições de Abril de 1979 eram uma burla às legítimas aspirações do povo do Zimbabwe e de modo algum, constituíram uma solução. A Conferência apelou ainda à Comunidade Internacional e especialmente aos Países Não-Alinhados para reforçar o seu apoio à heróica luta armada do Zimbabwe, dirigida pela Frente Patriótica contra o opróbrio racista e ilegal regime de Salisbury. A Conferência observou que a luta



Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia

armada ganhava em intensidade e se estendia a todo o país. Acrescentando ainda que a Frente Patriótica do Zimbabwe prossegue em igual intensidade a luta nos planos político e diplomático.

A Conferência reiterou que a Rodésia continua sendo uma colónia britânica governada ilegalmente por uma camarilha de racistas e traidores, e manifestou a sua preocupação pelas manobras do governo britânico e por certos elementos do governo dos Estados Unidos com vistas ao reconhecimento do regime ilegal da Rodésia.

A Conferência tomou igualmente nota de que os Chefes de governo da **Commonwealth**, na última reunião de Lusaka, repudiaram o chamado acordo interno do Zimbabwe e reafirmaram o seu compromisso com o autêntico governo da maioria. Destacou que os resultados de Lusaka não receberiam a aceitação nem o reconhecimento internacionais, salvo se no Zimbabwe fosse estabelecido um autêntico governo da maioria e a independência. A Conferência manifestou o seu apoio total à Frente Patriótica, assim como à sua decisão de intensificar a luta armada contra o regime racista e ilegal de Muzorewa.

A Conferência pediu que se impedisse o fornecimento de petróleo e dos seus derivados à Rodésia do Sul e condenou o levantamento das sanções económicas impostas pelas Nações Unidas, como um ac-

to de cumplicidade com o regime de Salisbúria, como repudiou toda a forma de reconhecimento do regime da Rodésia.

A conferência felicitou calorosamente a Frente Patriótica pela sua entrada como membro de pleno direito no Movimento de Países Não-Alinhados.

Com relação à questão da Namíbia, a Conferência condenou energicamente o regime racista sul-africano à sua independência e à sua integridade territorial. Reafirmou, também, o apoio incondicional à luta da SWAPO, como representante único e legítimo do povo da Namíbia.

A Conferência manifestou que a contínua ocupação ilegal da Namíbia pelo regime racista da África do Sul constitui uma agressão não só contra o povo da Namíbia, mas contra todos os povos soberanos de África.

Foi denunciado vigorosamente o estabelecimento de uma "Assembleia Nacional" ilegal e arbitrária e declarou-se categoricamente que os Países Não-Alinhados não reconhecerão nem cooperarão com esta "assembleia" ilegal.

A Conferência repudiou firmemente as manobras da África do Sul destinadas a quebrar a independência territorial da Namíbia, mediante a anexação de Walvis Bay, legitimar a farsa eleitoral de 4 de Dezembro de 1978 e instalar um regime neocolonialista controlado por Pretória.

A Conferência saudou o povo da Namíbia, sob a direcção da SWAPO, seu único e autêntico representante, e fez um apelo a todas as forças progressistas para que de imediato incrementem o seu apoio material, militar e financeiro à SWAPO, de maneira a que esta possa intensificar a luta armada de libertação. Esta assistência deve centrar-se no fornecimento de equipamentos e apoio aos programas de treinamento, bem como o apoio aos refugiados namíbios.

Os Chefes de Estado ou de Governo presentes apoiaram os programas de ajuda humanitária aos namíbios levados a cabo pelas Nações Unidas, Organização de Unidade Africana e outras organizações internacionais.

Os Chefes de Estado ou Governo declararam que a luta de libertação da África do Sul alcançou já uma etapa decisiva. Recorrendo o regime de Pretória à repressão mais brutal, empregando métodos criminosos e fascistas para procurar debili-

tar e destruir a unidade do povo sul-africano.

A Conferência expressou a sua profunda preocupação pela contínua colaboração económica, militar e nuclear das potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, República Federal Alemã e Israel, com o regime racista da África do Sul, e condenou resolutamente tais colaborações, que têm contribuído para incrementar o potencial bélico de Pretória, incluído nos seus planos de desenvolvimento industrial.

O regime de **apartheid** desafia a opinião pública mundial com as suas pretensões de constituir o defensor da civilização branca cristã e ocidental e o **gendarme** do chamado "Mundo Livre" na região.

A Conferência declarou que a África Austral constituía um só campo de operações, em que a África do Sul do **apartheid** era o problema estratégico central. Os problemas da África Austral não podem ser tratados separadamente, já que se encontram vinculados política, económica e militarmente. A Conferência condenou o programa de **bantustanização** das autoridades racistas e repudiou a agressão sistemática contra Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia e Zâmbia. Destacou também que a África do Sul havia incrementado as suas tendências repressivas desde que o colonialismo português fôra derrotado e havia invadido e atacado de maneira sistemática Angola, na tentativa de evitar que este país se consolidasse como Estado independente.

Foi amplamente considerado toda a forma de apoio e assistência aos Estados da Linha da Frente, que serve de rectaguarda segura e prestam a sua solidariedade militante para com a luta de libertação dos povos da África Austral.

A Conferência, reafirmou, uma vez mais, que os Estados da Linha da Frente não estão nem estariam sós, e acordou em que o apoio financeiro e material a estes Estados deveria procurar aumentar a sua capacidade para resistir às agressões e promover medidas eficazes com vista a preservar a sua integridade territorial.

A Conferência expressou, por outro lado, a sua profunda preocupação pela grave situação que prevalece no Sahara Oci-

dental, considerando que a criação do Comité Ad-Hoc da OUA devia assegurar a livre determinação e independência do povo do Sahara Ocidental o mais rápido possível. Ainda em relação a este tema escaldante da África, a Conferência saudou o acordo entre a República da Mauritânia e a Frente POLISARIO, e a decisão da Mauritânia em retirar as suas forças do território do Sahara Ocidental. Ao mesmo tempo, a Conferência deplorou a ocupação armada por Marrocos da parte meridional do Sahara Ocidental — Tiris El-Gharbia, — anteriormente administrada pela Mauritânia.

Sobre a ilha de Mayotte, que continua sob a ocupação ilegal da França, foi expressada a activa solidariedade com o povo das Comores na sua legítima luta pela independência.

Em relação às Ilhas Malgaxes, o Oceano Índico, a Conferência apelou para que estas se reintegrassem na República Malgaxe, da qual foram arbitrariamente desvinculadas pela antiga metrópole colonialista.

O MÉDIO ORIENTE

A Conferência reafirmou que a situação no Médio Oriente continua a constituir uma séria ameaça à paz e à segurança mundiais, devido a crescente possibilidade de uma nova guerra como resultado da determinação de Israel em persistir na sua política de agressão, expansionismo e instalação de colonatos, com a ajuda dos Estados Unidos da América. Este apoio estimula Israel em persistir na sua recusa de reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo da Palestina e na recusa de se retirar de todos os territórios árabes ocupados.

A questão palestina, expressa o documento final, é o centro do problema do Médio Oriente e a causa fundamental do conflito árabe-israelita. A situação da Palestina e o problema do Médio Oriente são um conjunto integral e não pode haver solução parcial, nem acordo que envolva somente uma das partes em conflito. Considerou-se que não pode ser estabelecida uma paz justa nesta região sem que se baseie na retirada total e incondicional de Israel de todos os territórios palestinos e árabes ocupados, que conduza ao estabelecimento de um Estado independente da Palestina.

Yasser Arafat



Os palestinos obtiveram na VI Cimeira uma grande vitória. Desde os países que assumiram uma posição conciliatória aos radicais de esquerda e aos conservadores de direita, todos foram unânimes em renovar o seu apoio ao povo palestino, em reitarar enérgica condenação aos Acordos de Camp David.

Inclusivamente, delegações como a do Egipto, viram-se forçadas a falar da necessidade de libertar as terras árabes ocupadas e, especialmente, Jerusalém.

Os dirigentes da OLP presentes em Havana, sobretudo Arafat e Khadumi, desenvolveram uma grande actividade na Conferência, ampliando muito o apoio concreto à luta de libertação do povo palestino.

Reconheceu-se que a Organização de Libertação da Palestina (OLP) é o único e legítimo representante do povo da Palestina.

A Conferência constatou que a política de alinhamento dos Estados Unidos com Israel implica que aquele país tomou partido contra o povo palestino e seus direitos inalienáveis. Longe de trabalhar

para a paz, os Estados Unidos estão procurando obter soluções que são favoráveis aos objectivos sionistas. Por esta razão, a Conferência condenou a política e as manobras norte-americanas nesta região.

Foi denunciada a posição adoptada por alguns países, nomeadamente os Estados Unidos, de continuar a fornecer moderno armamento a Israel e expressou-se a preocupação pela escalada da força militar israelita, tanto em armamentos convencionais como nucleares. Foi condenada igualmente a cooperação existente entre Israel e a África do Sul, e agradeceu-se a ajuda das forças progressistas e amantes da paz à causa palestina.

A Conferência concedeu o seu apoio à unidade do Líbano e à sua independência e soberania, e condenou vigorosamente os ataques israelitas e a contínua agressão ao sul do Líbano, no qual utiliza os mais modernos aviões e armamento fornecido pelos Estados Unidos da América, causando milhares de vítimas inocentes, na sua maioria, mulheres, velhos e crianças.

Constatou-se com profunda preocupação de que a partir dos acordos de Camp David, entre o Egipto, Israel e os Estados Unidos, Israel intensificou a aplicação da sua política mediante a confiscação de terras palestinas e de territórios ocupados. A Conferência afirmou que a reintegração de Jerusalém na soberania árabe era uma condição indispensável para uma paz duradoura. Indicou, ainda, ao Conselho de Segurança que cumprisse com as suas responsabilidades, impondo a Israel as sanções previstas no capítulo 7 da Carta, medidas que, no entender da Conferência, deveriam incluir todas as sanções que se tornassem necessárias, assim como também a aplicação de um boicote total e a exclusão de Israel da comunidade internacional.

A Conferência deplorou que o Conselho de Segurança das Nações Unidas não tivesse adoptado ainda qualquer decisão com respeito às recomendações feitas pela Assembleia Geral.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Em relação aos assuntos latino-americanos, os Chefes de Estado ou de Governo presentes à VI Cimeira observaram

que a América Latina é uma das regiões do Mundo que mais sofreu com a agressão do colonialismo e do neocolonialismo norte-americano e europeu. Destacaram ainda o ingresso como membros plenos de quatro países e a entrada como observadores de três Estados mais, o que eleva a 24 o número de membros e observadores desta região no Movimento.

A Conferência condenou a presença de bases militares estrangeiras no Caribe, tais como as existentes em Cuba e Porto Rico, que constituem uma ameaça para a paz e a segurança da região, renovando a sua exigência ao governo dos Estados Unidos e às outras potências coloniais para que restituam a estes países a parte inalienável dos seus territórios ocupados contra a vontade dos seus povos e ponham fim à existência dessas bases militares.

Por outro lado, a Conferência expressou o seu apoio à luta anticolonial dos povos do Caribe, em particular aos de Porto Rico, Belize, Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa.

Foi condenado todo o intento de criar a chamada Força de Segurança no Caribe, o que perpetuaria toda a presença da metrópole colonial na região.

Foi reiterada a solidariedade com a luta do povo de Porto Rico e com o seu direito inalienável à autodeterminação, independência e integridade territorial. Exortou-se o governo dos Estados Unidos a que se abstenha de toda e qualquer manobra repressiva que tenda a perpetuar a situação colonial em Porto Rico. A Conferência felicitou-se pelo triunfo que significa a libertação incondicional das quatro personalidades políticas porto-riquenhas que permaneceram encarceradas nos Estados Unidos durante mais de 25 anos.

A Conferência reiterou o seu apoio à autodeterminação do povo do Belize.

Expressou o seu apoio ao direito da República da Argentina exercer a soberania sobre as Ilhas Malvinas. Foi apoiado igualmente a reclamação do povo cubano sobre o território que os Estados Unidos ocupam na base de Guantanamo e foi condenado o injusto bloqueio imposto por esse país contra a Revolução Cubana. Denunciaram-se os actos de hostilidade, pressões e ameaças realizadas pelos Estados Unidos contra Cuba, o que, na opi-

nião da Conferência, constitui uma flagrante violação da Carta das Nações Unidas e uma ameaça para a paz mundial. Os Chefes de Estado ou de Governo reafirmaram a sua enérgica condenação ao bloqueio com que o governo norte-americano continua procurando isolar e destruir a Revolução Cubana e exigiram o termo imediato e incondicional de tal bloqueio.

A Conferência registou com agrado a entrada em vigor do Tratado do Canal do Panamá. Os Chefes de Estado ou de Governo manifestaram, no entanto, a sua preocupação relativamente ao facto de não cumprimento dos tratados Torrijos - Carter, por parte dos Estados Unidos, e expressaram os seus votos para que eles venham de facto a ser cumpridos pelo governo norte-americano na sua letra e espírito.

Foi saudada a decisão do governo de Granada de ingressar no Movimento. Recomendou-se a adopção de medidas para facilitar a mais pronta vigência dos direitos democráticos no Chile.

A vitória do povo da Nicarágua e da sua vanguarda, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), foi saudada com satisfação e acolheu-se com prazer o ingresso deste país no Movimento.

A Conferência alertou sobre a necessidade de executar o mais urgentemente possível projectos de ajuda à Nicarágua.

Foi apoiada a reclamação da Bolívia de recuperar a sua saída para o Oceano Pacífico.

Foi energicamente denunciada a existência crescente de laços políticos, económicos e militares entre o Paraguai e o Chile com a África do Sul. Condenando-se, ao mesmo tempo, os vínculos entre Israel, a Guatemala e El Salvador.

A Conferência expressou a sua satisfação pela declaração emitida em Havana pelos países do grupo Andino.

OUTROS ACORDOS

Outro acordo foi a reafirmação da solidariedade com Chipre e exigir que cesse toda e qualquer ingerência estrangeira nos seus assuntos internos, assim como a retirada imediata e incondicional das forças armadas estrangeiras aí estacionadas.

A Conferência saudou a valorosa acção

de Malta, ao eliminar as bases estrangeiras de seu território.

Foram ratificadas as decisões da V Cimeira que propunham fazer do Mediterrâneo uma zona de paz e cooperação e realçou-se a interrelação entre a segurança europeia e o Mediterrâneo.

Convencida da conveniência de fortalecer o conceito de zona de paz no Oceano Índico, mediante um sistema de segurança colectiva universal sem alianças, a Conferência exortou os Estados costeiros e interiores a absterem-se de participar em pactos militares. Denunciou-se a existência de bases militares na África do Sul e a intensificação da actividade militar deste país na região. Apelou-se ao desmantelamento das bases militares estrangeiras nesse território e reafirmou-se o direito de todos os povos a utilizar livremente o Oceano Índico para a navegação.

A Conferência saudou calorosamente a vitória do povo iraniano e acolheu com satisfação a sua participação no Movimento, saudando igualmente a retirada do Irão e do Paquistão do CENTO.

Os chefes de Estado ou de Governo presentes à Cimeira expressaram a esperança de que continuem as consultas sobre o estabelecimento de uma zona de paz no sudeste asiático.

A Conferência convidou os países a respeitar o direito do povo coreano à reunificação pacífica do seu país.

A Conferência reafirmou o direito do povo de Timor-Leste, que continua sob a dominação estrangeira, à autodeterminação.

A Conferência sublinhou que a coexistência pacífica activa continuava a ser a única opção deixada à Humanidade face ao perigo de um enfrentamento militar da política de força. Considerou-se que a aplicação desses princípios incluíam os direitos dos povos à livre determinação e à independência. Insistiu-se que era impossível alcançar a paz e a segurança enquanto continuasse a corrida aos armamentos.

A Conferência lamentou o facto de a política de dividir o Mundo em esferas de influência, que havia sido empregue durante séculos pelas potências coloniais e causado tanto dano à Humanidade, continue a ser aplicada por certas potências para frustrar a verdadeira independência dos países, especialmente os recentemente

te emancipados, e para frustrar a vitória do movimento de libertação nacional.

A Conferência acolheu com simpatia a assinatura do acordo entre os Estados Unidos da América e a União Soviética sobre a limitação de armas nucleares estratégicas. A Conferência observou que a corrida aos armamentos era incompatível com os esforços encaminhados para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional.

Considerou-se que o fortalecimento dos meios nacionais de informação e dos sistemas de comunicação de massas eram requisitos indispensáveis para o estabelecimento de uma nova ordem internacional na esfera da informação. Observou-se com satisfação que se havia alcançado resultados importantes no desenvolvimento e nas actividades do pool de Agências de Notícias de Países Não-Alinhados.

A Conferência condenou novamente as antigas metrópoles que continuam a pilhagem sistemática do património cultural dos países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos.

QUESTÕES ECONÓMICAS

Sobre as questões económicas, a Conferência concluiu que devia procurar novas formas de negociação efectivas para estabelecer a Nova Ordem Económica Internacional. Os Chefes de Estado e de Governo observaram com profunda preocupação que o actual sistema económico internacional não só é injusto, como também funciona de modo ineficaz e que não apoia o processo de desenvolvimento dos países. A Nova Ordem Económica Internacional implica uma reestruturação básica da economia mundial, que compreende modificações no modelo de produção, consumo e comércio da economia mundial; o exercício de um controlo nacional efectivo, com a utilização dos recursos naturais e a reestruturação do mercado institucional internacional.

O estabelecimento da Nova Ordem Económica é uma das tarefas mais importantes e urgentes que o Movimento dos Não-Alinhados tem ante si.

Reiterou-se a profunda preocupação pela situação económica internacional actual, caracterizada pela agudização da crise da economia mundial. Tendo os Che-



Tito, um dos fundadores dos Não-Alinhados, uma voz preponderante em Havana

fes de Estado ou de Governo presentes à Cimeira acordado que esta crise não é simples fenómeno de natureza cíclica, mas um sintoma de um desajustamento estrutural. A situação vê-se agravada pelo facto das deficiências estruturais e de gestão das economias de mercado se verem acompanhadas por uma tendência constante para a inflação e a desordem monetária como características permanentes da economia mundial.

Foi expressada preocupação pelo deterioramento das condições de comércio externo dos países em vias de desenvolvimento. Expressou-se descontentamento pelas medidas protecionistas introduzidas por certos países desenvolvidos. Manifestou-se preocupação pelo extraordinário aumento da dívida externa acumulada pelos países em vias de desenvolvimento, cuja quantia era estimada em cerca de 300 mil milhões de dólares em finais de 1977.

Manifestou-se uma tendência para a elevação das taxas de juros e

Manifestou-se uma tendência para a elevação das taxas de juro e a diminuição dos prazos de amortização dos empréstimos, com a desfavorável consequência de limitar a capacidade de importação dos países em vias de desenvolvimento. Manifesta-se um contínuo deterioramento da balança comercial, e a relação de troca

conduziu a um incremento do déficit em conta corrente. Houve um escasso aumento de empréstimos fornecidos por organismos multilaterais.

A situação económica que enfrentam os países em vias de desenvolvimento continua a sofrer uma deterioração progressiva, que se agrava e acelera pelos efeitos da crise económica mundial.

Os Chefes de Estado ou de Governo condenaram energicamente as posições inflexíveis assumidas pela maioria dos países desenvolvidos na V UNCTAD.

A Conferência realçou uma vez mais que os preços dos produtos básicos que os países em via de desenvolvimento exportavam para os países desenvolvidos tinham continuado a diminuir ou mantinham a níveis insatisfatórios, e que os preços das manufacturas e dos bens de capital, os produtos alimentares e os serviços que esses países importavam dos países desenvolvidos haviam aumentado, o que provocava um efeito cada vez mais negativo pela sua deteriorada relação de troca.

A Conferência considerou necessário que se formulassem medidas para proteger o poder aquisitivo dos rendimentos provenientes da exportação dos países em vias de desenvolvimento, mediante a regulação das relações comerciais entre eles e os países desenvolvidos.

Os Chefes de Estado ou de Governo ressaltaram a importância de obter um conjunto de princípios e normas para controlar as práticas comerciais restritivas, particularmente as das empresas transnacionais, que repercutem de forma adversa sobre o comércio e o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento.

Os Chefes de Estado ou de Governo puseram em relevo que a questão da energia internacional se deve discutir no contexto das negociações mundiais que se levam a cabo nas Nações Unidas com a participação de todos os países. A Conferência congratulou-se com a decisão das Nações Unidas de convocar em 1981 uma Conferência Internacional sobre Fontes de Energia.

as mulheres na Cimeira

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Gloria Nikoi, do
Ghana

A VI Cimeira teve uma particularidade em relação a outras anteriores: a presença das mulheres foi bastante reduzida e de menor nível político.

Foi notória a ausência de duas grandes dirigentes femininas: a da Senhora Sirimavo Bandaranaike — que, na sua qualidade de chefe do Governo do Sri Lanka, país sede da Cimeira em 1976, tinha presidido à V Cimeira em Colombo, — e a de Indira Ghandi, da Índia, que, aos seus dotes pessoais para a política, alia um mérito adicional, a de ser filha de um dos fundadores do Movimento dos Não-Alinhados, Nehru.

A senhora Bandaranaike, ao perder as últimas eleições do seu país, teve que entregar o poder ao partido do seu opositor, Jayawardene, que esteve em Havana chefiando a delegação cingalesa e presidiu à sessão inaugural. Indira Ghandi, apesar de não estar também no poder, esteve, de certa maneira, presente na VI Cimeira, ao enviar uma mensagem apelando para que o Movimento apoiasse o governo de Kampuchea Popular. "A tragédia do Kampuchea não tem igual na História desse país. Dos quatro milhões de kampucheanos que restam vivos, um milhão é de mutilados", afirma a dirigente indiana na sua mensagem.

Todavia, as mulheres continuaram, de certo modo, a estar presentes nos Não-Alinhados. Dois países africanos, Ghana e São Tomé e Príncipe, têm à frente do Ministério das Relações Externas duas mulheres. São elas Gloria Nikoi e Maria do Nascimento, respectivamente.

Fidel, no encerramento:



«O nosso Movimento
está mais unido que nunca»



*Texto do discurso de encerramento
da VI Cimeira, pronunciado pelo Presidente
do Movimento de Países Não-Alinhados,
Fidel Castro.*

QUERIDOS amigos:

Não vou pronunciar um discurso. Eu próprio, depois de vinte e sete horas de incessante actividade — sem um segundo de descanso, — depois de mais de vinte horas de sessões, não estou seguro que fosse capaz de elaborar um discurso responsável.

Nada de novo poderia ser afirmado que não tenha sido já dito. E nada melhor poderia ser dito do que o já afirmado. E, estou certo, agradecerão a minha brevidade.

Foi afirmado que esta constitui a maior reunião de Chefes de Estado e dirigentes alguma vez já realizada. Mas nunca, talvez, um conjunto de homens responsáveis, de estadistas como os quais se reúnem, tenha estado numa sessão plenária desde as oito da noite até às nove da manhã. Talvez nunca numa conferência internacional se tenha trabalhado tanto como nós trabalhamos nesta Conferência.

Por aqui desfilarão, por esta tribuna, noventa e três oradores, sem contar com os de hoje. Homens realmente brilhantes, talentosos, extraordinários, participaram neste debate. Quando os vimos desfilar por aqui, pensámos e meditámos sobre quantos valores tem o nosso Mundo, quantas figuras surgiram entretanto, quantos dirigentes, que qualidade, que seriedade, que honestidade, que espírito de luta, que entusiasmo.

Poderíamos afirmar, sem exageros, que muitos dos melhores valores do nosso Mundo falaram, expressaram-se e trabalharam juntos durante estes dias.

«Fidel e o Islão»



Para o jovem Ministro de Relações Exteriores iraniano, Ibrahim Yazdhi, "Fidel Castro está mais próximo do Islão que muitos muçulmanos". Yazdhi fez esta declaração no contexto de uma entusiástica apologia do "carácter igualitário e humanitário do Islamismo" e do líder da revolução iraniana, o ayatollah Khomeini.

Yazdhi apoiou todas as causas defendidas pelo Movimento, dando grande destaque à solidariedade com a luta palestina e à resistência contra os racistas da África Austral. "A vitória final dos povos oprimidos do Mundo é inevitável", declarou Ibrahim Yazdhi.

Falando aos jornalistas numa concorrida conferência de Imprensa, o ministro iraniano afirmou que o seu país e o seu governo confiam nas garantias dadas pelo México de que não permitirá que o Xá desenvolva actividades políticas anti-iranianas a partir do seu exílio na cidade mexicana de Guernavaca: "E se essas garantias não fossem respeitadas?", perguntou um jornalista, "Confiamos em que o povo mexicano não toleraria esse tipo de conduta no seu país".

Alguns correspondentes europeus procuraram saber se são verdadeiras as informações sobre a repressão no Irão às mulheres e aos marxistas. Yazdhi afirmou que as mulheres gozam no seu país iguais direitos que os homens e que por se ser marxista não se é perseguido.

"Seja de direita ou de esquerda, quem procure sabotar a revolução será reprimido, mas não pela sua ideologia", declarou. "Somos uma Revolução, ainda que mesmo os soviéticos o não reconhecessem até há pouco tempo atrás. Não é uma Revolução um movimento que derruba o Xá e derrota o imperialismo norte-americano?"

Foi-lhe feita uma pergunta sobre se o ayatollah e o governo do Irão haviam encarregado grupos especiais de liquidar o Xá.

"O Xá foi condenado pelo povo iraniano como um criminoso com um historial conhecido, no entanto, ao contrário do que tem sido noticiado, o governo iraniano não contratou ninguém para o assassinar. Pode ser que haja no Irão grupos ou pessoas interessadas em fazê-lo, mas não o governo".

Meditei sobre a conveniência de que recolhamos todos estes discursos e que os publiquemos em livro para poder enviar um exemplar a cada um dos que participaram nesta Conferência. Eu próprio penso voltar a ler, a analisar e a meditar sobre tudo o que aqui foi dito. Estou certo de que nenhum livro poderá ser mais rico em experiência, nem poderá fornecer-nos mais informação e uma idéia mais real sobre os problemas do nosso mundo.

ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE

Nesta Conferência o espírito de solidariedade brilhou como nunca; nesta Conferência foram analisados os problemas mais importantes e mais urgentes da nossa época; nesta Conferência não houve uma única causa justa, uma só aspiração dos nossos povos que não tenha sido alvo do máximo de consideração e do máximo de apoio; nesta Conferência falou-se como nunca sobre os problemas da paz; nesta Conferência falou-se, mais do que nunca, dos problemas da economia, sobre os quais foi afirmado, com muita razão, que eles devem constituir o centro das nossas preocupações e do nosso trabalho.

Já quase no final da sessão foi apresentada aqui, uma resolução que expressava a preocupação dos membros do nosso Movimento de levar a cabo medidas práticas e concretas. Alegramo-nos de que já no final da Conferência não tivéssemos adoptado, precipitadamente, uma resolução

sobre problemas que requerem atenção, aprofundização, análise e o máximo de seriedade. O facto de não termos adoptado a resolução proposta não significa que deixemos para a outra Conferência ou que deixemos para as calendas gregas a consideração e a adopção das medidas concretas que neste campo temos que tomar.

Há uma questão muito importante, talvez a mais importante de todas, nesta Conferência. Quando os nossos inimigos auguravam que na VI Cimeira o Movimento dos Não-Alinhados estalaria como uma grana-da, tomando em conta o que tantas vezes se disse e repetiu, o facto de constituirmos um Movimento de países heterogêneos, to-

mando em conta sérios escolhos que tínhamos no caminho, o que é certo é que conseguimos superar os escolhos, abordámos os problemas mais difíceis e adoptámos acordos sobre cada um deles mediante consenso quase unânime.

Podemos proclamar assim que o nosso Movimento está mais unido que nunca (*Aplausos*), que o nosso Movimento está mais vigoroso que nunca, que o nosso Movimento é mais poderoso que nunca (*Aplausos*), que o nosso Movimento é mais independente que nunca (*Aplausos*), que o nosso Movimento é mais nosso que nunca (*Aplausos*).

Quanto às responsabilidades que cabem ao nosso país, faremos todos os es-

Chipre e Malta:

Com um terço da sua população submetida à dominação estrangeira, e quarenta por cento do seu território nacional ocupado, Chipre vive uma das etapas mais difíceis da sua agitada história.

Em Havana, Spyros Kyprianou, Presidente da ilha mediterrânea, pediu a solidariedade do Movimento Não-Alinhado para com a sua Pátria. "Cinco anos são passados desde que a conspiração e a agressão tiveram lugar contra Chipre, e a situação permanece a mesma", denunciou. "Milhares de pessoas perderam a vida sem nenhuma razão, ainda temos milhares de cidadãos dados como desaparecidos, cujo destino não podemos precisar devido à atitude negativa do agressor".

Assinalou o facto de que, apesar de ter sido apresentada a origem das dificuldades de Chipre em questões religiosas, "a religião nada tem a ver com o problema de Chipre", e expressando as aspirações do seu povo, terminou: "Façamos de Chipre uma nação livre de tropas estrangeiras".

Kyprianou afirmou em conversa com a Imprensa, incluídos os Cadernos, que "depois de um prolongado impasse, chegamos a um acordo com o dirigente turco-cipriota Rauf Denktash, para reatar as conversações intercomunais sobre a base do acordo que passou a ser conhecido como o de 19 de Maio de 1979".

forças para sermos capazes de dar cumprimento aos acordos adoptados, para o fortalecimento da unidade; porque apesar das nossas diferenças pudemos ver quantos interesses temos em comum, quantos objectivos temos comuns.

Nesta Conferência tivemos a oportunidade de ver como tão perto estamos uns dos outros, como tão iguais somos todos nós, como tão irmãos somos todos nós (*Aplausos*).

Alguém disse esta noite que dentro de algumas horas este salão, sem a nossa presença, estaria muito vazio. Mas, ainda mais vazios vamo-nos sentir por dentro quando todos vocês partirem.

Conferência, que, por vezes, deste pódio, não nos dávamos conta de que realmente estávamos no nosso país; por vezes tínhamos a sensação de que eslavamos de visita a uma conferência noutro país. Foi realmente uma experiência inolvidável.

Não tenho palavras para lhes expressar como estamos agradecidos a todos vocês, quanto agradecidos estamos do apoio ao nosso país. É possível expressar a honra que sentimos com a vossa presença. É possível expressar quanto a vossa presença nos anima e estimula. Apesar das distâncias, apesar dos milhares e milhares de quilómetros que há que percorrer de África, da Europa, da Ásia até ao nosso país, é impos-

sível expressar quanto nos sentimos reconhecidos ao pensar que apesar de todas as campanhas, apesar de todos os augúrios, vocês não vacilaram em participar nesta Conferência.

É impossível expressar quão profundamente sentimos as provas de amizade, as provas de solidariedade, as provas de apoio que re-

cebemos de muitos de vocês. Como nos estimula a continuar lutando, a continuar combatendo, a continuar a praticar a solidariedade, a continuar praticando o internacionalismo. Tudo o que se faça pelos outros, tudo o que se faça pelos outros povos, tudo o que se faça pela Humanidade, é o que pode dar sentido à vida de um revolucionário, é a única coisa que nos permite poder sentir-mo-nos membros da família humana.

Esta Conferência deu ao nosso país um grande prestígio. Mas esse prestígio e essa autoridade não as utilizaremos nunca em benefício do nosso país. Utilizaremos tudo isso para lutar e trabalhar pelos demais. Cuba não se aproveitará na mais pequena coisa por estar nos anos futuros da direcção do Movimento.

Uma coisa podemos dizer: Cuba sacrificar-se-á mais, Cuba trabalhará mais pelos outros!

Não nos cabe a nós dizer que a Conferência, que a VI Cimeira, foi um êxito. Isso caberá à História!

Declaro encerrada a VI Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados.

Muito obrigado. (*Aplausos*).

presentes

Mas logo afirmou que *"Infelizmente, pouco depois ficou evidente que a parte turca não estava disposta a cumprir o prometido, impondo condições inaceitáveis que conduziriam à divisão da ilha"*.

"O problema de Chipre — assinalou, — não é realmente um problema entre os gregos e os turcos cipriotas, mas da ocupação de 40 por cento do território por tropas turcas. É um problema de violação dos Direitos Humanos mais elementares. Insistimos que só o cumprimento das resoluções das Nações Unidas oferece uma solução para o problema de Chipre, já que elas contêm todos os elementos necessários para uma solução justa e viável".

A resolução final apoia totalmente esta reivindicação, e chama todos os Estados para que façam respeitar a integridade territorial e a soberania de Chipre.

Quanto à Malta, que é, juntamente com Chipre e a Jugoslávia, o terceiro país europeu do Movimento Não-Alinhado, o chefe da sua delegação, o vice-primeiro-ministro Joseph Brincat exaltou o apoio do seu país aos princípios do Não-Alinhamento, ao ter suprimido as bases militares encravadas no seu território nacional. *"Malta era um parque de diversões da NATO"*, afirmou, e logo destacou o facto de que agora *"Malta continua a ser estratégica, mas para a paz"*.

Now we speak three
languages!

First



Then



And now,
beginning May 1979,
our English edition

third world

**third
world**

SUBSCRIPTION FORM Special Introductory Offer

Send me _____ issues of *Third World*. Enclosed is a cheque for US\$ _____
addressed to *Periodistas del Tercer Mundo*, Apartado Postal 20-572,
México 20, D.F., Mexico City.

Name _____

Address _____

Rates (including air mail):

☐ 10 issues: US\$ 22.00

☐ 5 issues: US\$ 12.00

☐ single issue: US\$ 2.50

third world is part of a
large-scale project which
aims to:

- provide alternative information
- contribute to increase the knowledge on the realities and experiences of the Third World
- promote the concientization of the Third World peoples on the causes of underdevelopment and the means to overcome it



AFRICA

ANGOLA

O legado de Agostinho Neto

*Quando um homem leva o seu povo, submetido
ao racismo e ao colonialismo, à libertação,
é justo que se lhe chame Pai da Pátria.
Não existe título mais nobre.*

Pablo Piacentini



COM o desaparecimento de Neto, em plena maturidade — iria completar brevemente cinquenta e sete anos, — e quando o país tem apenas quatro de independência, dura e dolorosamente conquistada, também é necessário que se diga que o povo angolano perdeu o seu maior condutor e o seu guia, quando os velhos inimigos, o racismo e o colonialismo, continuam a fustigá-lo.

Certo, reza a tradição política, que nenhum homem é insubstituível, mas apesar dessa certeza, a verdade é que sem a presença tutelar de Agostinho Neto, o caminho de Angola para a sua total independência será mais áspero.

Mas, não obstante essa certeza, tremenda, também é verdade que o Presidente Neto encaminhou o seu país para a rota irreversível do desenvolvimento independente e da construção do socialismo. E este é o grande ensinamento do líder angolano que, à diferença de outros dirigentes africanos, advertiu desde cedo que a independência não pode ser eliminada sem que também seja erradicado o sistema capitalista. O contrário seria passar do colonialismo para o neocolonialismo, continuar sob o jugo das potências ocidentais, promover dentro do país a diferença de classes, e portanto, a injustiça social.

Por isso, para Agostinho Neto e para os dirigentes mais lúcidos e consequentes do Terceiro Mundo, a emancipação deve ser conseguida de modo total e completo. E daí o facto de a luta armada empreendida estar, desde o início, associada com a articulação de um partido representativo das classes trabalhadoras, como foi o caso do Movimento Popular de Libertação de Angola, presidido por Neto de 1962 até a sua morte.

Tal perspectiva foi muito bem compreendida pelos centros capitalistas, que esforçaram-se, sem ter preocupações com os meios utilizados, em criar uma alternativa ao MPLA. E são mais que conhecidos os laços que a FNLA de Holden Roberto teve com a CIA e com o Zaire, assim como os que ligavam ou ligam, a UNITA de Jonas Savimbi com os racistas de Portugal e da África do Sul. Diferentemente do MPLA, essas duas organizações, ou formações, se quiserem, não conseguiram se implantar nas massas; mas, jogando com rivalidades tribais e, sobretudo, actuando com apoio militar e económico

do Ocidente — apoio que ia ao financiamento total de mercenários, com a vantagem singular de operarem a partir de países fronteiriços, — transformaram o período de transição descolonizadora em uma guerra civil.

O projecto restaurador que envolvia esses grupos divisionistas ficou desmascarado quando, depois de se terem mostrado impotentes para deter o avanço do MPLA em todo o país, o exército sul-africano interveio directamente na disputa: os tanques de Pretória penetraram pelo sul desequilibrando as forças. O racismo acudiu em apoio dos seus aliados angolanos, para fazer da nova nação uma possessão do império branco na África Austral, que Pretória procura constituir.

O objectivo era instalar em Luanda um governo neocolonialista, directamente dependente de Pretória. Frente a essa ameaça, o Presidente Neto convocou o internacionalismo socialista, a que somou, em momentos cruciais para Angola e para a África, a vigorosa resistência do povo e das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), derrotando o inimigo racista.

Soldados cubanos e armas soviéticas em África, intervenção comunista, expansionismo vermelho, ameaça para o Ocidente e para a paz mundial, foram os slogans, as manchetes e as parangonas hipócritas desfraldadas pelos dirigentes ocidentais, que a Imprensa do sistema se encarregou de divulgar e de com eles martelar maciçamente os ouvidos e os olhos do Mundo. E, ao mesmo tempo, sentiram-se somente ligeiramente incomodados pela intervenção *in extremis* de um regime racista miniritário, repudiado pela opinião pública mundial, condenado pelas Nações Unidas, para impedir pela força militar a autodeterminação de Angola. Teriam preferido, é claro, os meios menos directos para a consecução dos mesmos objectivos, isto é, que a acção da FNLA e da UNITA resultassem mais eficazes.

O que estava implícito na opção do Presidente Neto e dos seus companheiros, era um esclarecido reconhecimento da real distribuição das forças mundiais. Segundo esta visão, encontra-se de um lado, aquilo que é conhecido por sistema ocidental. Deste, os povos do Terceiro Mundo sabem que, de modo geral, opera para submetê-los à sua dominação. Mas, dentro

A despedida de Lúcio Lara

Alguns excertos das palavras proferidas por Lúcio Lara quando da homenagem prestada a Agostinho Neto no Palácio do Povo.



CAMARADA Presidente,
Querido Amigo,

Que ingenuidade a nossa quando, no incessante derrubar de obstáculos que tem sido a nossa luta, acreditámos que eras invulnerável. (...)

Das prisões portuguesas em Angola, em Cabo Verde e em Portugal soubeste retirar a experiência necessária para as transformar em escolas de luta para o nosso Povo. Das bofetadas da PIDE soubeste aprender que o ódio não é dos homens, mas dos monstros, que o racismo sofrido na carne pode transformar-se em anti-racismo revolucionário, em amor pela Humanidade.

Da ciência médica que adquiriste e praticaste com desvelo, soubeste fazer uma arma contra a exploração do Homem pelo Homem, de luta pela dignidade. Quantos jovens passados no teu consultório do Bairro Operário se tornaram dedicados patriotas, destacados dirigentes da luta do Povo Angolano oprimido. (...)

Perdoa-nos, Comandante, esta desorientação momentânea, estas lágrimas teimosas que queríamos saber conter. (...)

Mas nós vamos também vencer a dor, como vencemos os sul-africanos, e vamos continuar a transformar esta querida Pátria no País que tu projectaste no futuro.

O nosso Povo, o teu Povo, descobre neste momento que tu eras um gigante, maior ainda que a imagem que de ti em todos existia. E é com determinação que memoriza todas as tuas orientações, e que desde já presta juramento solene de que as vai aplicar com entusiasmo na organização do Partido e do Estado, no progresso económico e social da Nação. (...)

Vamos sim respeitar e continuar a aplicar os princípios sagrados da nossa opção socialista que são já um legado da Tua direcção, que são já um traço visível na nova sociedade que aqui forjamos.

Vamos sim, Camarada Presidente, injectar cada vez mais sangue operário e camponês na aparelho do Partido e do Governo.

Vamos sim instituir o Poder Popular e criar a Assembleia do Povo, Tua derradeira preocupação. (...)

Vamos sim, Presidente Amigo, intensificar a construção do nosso Partido, que sob a bandeira do marxismo-leninismo conduzirá Angola para o Socialismo, sob a direcção da classe operária. (...)

Neto Amigo,

Camarada Presidente,

Camarada Comandante-em-Chefe: (...)

A tua fidelidade aos princípios marxistas-leninistas será um exemplo vivo para a juventude e para todos os membros do Partido.

As tuas preocupações com os problemas do nosso Povo estarão nas prioridades da nossa acção.

A luz do teu exemplo iluminará para sempre a Pátria Angolana.

Adeus, Neto Amigo.

Adeus, Camarada Presidente.

A LUTA CONTINUA!

A VITÓRIA É CERTA!

deste sistema, estão presentes destacadas forças progressistas as quais, embora à margem do controlo desse sistema, podem se mobilizar para oferecer e dar solidariedade moral e, em menor grau, apoio material, assim como para condicionar e dificultar as agressões dos seus próprios governos. Com essas forças, Neto e outros líderes africanos mantiveram e estreitaram relações, particularmente dentro da Europa, e no caso angolano, dentro de Portugal, a ex-metrópole.

Não obstante a importância do que já foi dito, é um facto por demais notório de que não existe um centro mundial, fora do campo socialista, que esteja disposto a fornecer a solidariedade em armas e em treinamento militar, requeridos e necessários aos povos africanos em luta.

É isso que hoje acontece no Zimbabwe, e não porque os angolanos, os moçambicanos e o povo do Zimbabwe ponham, hoje ou alguma vez, alguma limitação à recepção de armamento. Na realidade, os governos desses países capitalistas precavêem-se, do fornecimento de tal auxílio. É o caso dos Estados Unidos, que esgrinem o problema racial a nível diplomático, procurando contudo que não sejam afectados os seus interesses económicos.

Não há pois, nenhum espaço para um entendimento com o Ocidente, mas sim com os países socialistas. Esta polarização, nascida da realidade concreta, não pode ser alterada por enfoques subjectivos. Na medida em que mudem as relações do poder a nível mundial, e apareçam centros alternativos, aí sim, poder-se-á falar de pluralismo em favor da libertação.

A enfermidade do Presidente Neto privou-o de assistir à recente Conferência de Havana, que motivou um debate mundial sobre a natureza do não-alinhamento, assim como uma grande campanha destinada a dificultar as coincidências objectivas entre o Terceiro Mundo e os países socialistas. Não pôde, como havia desejado, juntar o seu testemunho ao debate. Mas deixou o exemplo da sua vida, de uma trajectória lúcida e valente, a de um intelectual comprometido até às entranhas com o seu povo.

Agostinho Neto foi um combatente que guiou a luta pela independência, para logo depois presidir à edificação nacional.

Por tudo isso, e porque de maneira sempre constante nas suas decisões apontou a via correcta, Neto entrou na História como o Pai da Pátria Angolana, e um dos maiores precursores de um Terceiro Mundo libertado.

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO MPLA-PT

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, na sua reunião extraordinária de 20 de Setembro de 1979, elegeu os seguintes membros para as vagas existentes no aparelho do Partido:

- 1 — Camarada Manuel Alexandre Duarte Rodrigues (Kito), membro efectivo do Bureau Político.
 - 2 — Camarada Kundi Payama, membro suplente do Bureau Político.
 - 3 — Camarada Roberto de Almeida, membro efectivo do Comité Central.
 - 4 — Camarada Paulo Teixeira Jorge, membro efectivo do Comité Central
- Honra e Glória ao Guia Imortal da Revolução Angolana, Camarada Dr. António Agostinho Neto!

A Luta Continua!
A Vitória é Certa!

Luanda, 20 de Setembro de 1979

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho

Agostinho Neto: a morte de um lutador



Angola, a África e o Mundo foram surpreendidos com a morte súbita do Presidente angolano e do MPLA-Partido do Trabalho. A Imprensa ocidental noticiou o trágico acontecimento, ao mesmo tempo que especulava sobre os problemas que surgiriam com a sucessão presidencial. A morte de Agostinho Neto, lamentável em todos os seus aspectos, encontrou, no entanto, um Povo e um MPLA-PT unidos na dor e no sofrimento pela grande perda, mas também unidos e coesos no propósito de levar a cabo o sonho do Presidente de, fazendo de Angola uma trincheira firme na luta contra o imperialismo, levar a todo o Continente Africano a concretização da sua aspiração de Liberdade e de Paz.

Altair L. Campos

A Revolução vai continuando, a Revolução vai triunfar. Alguns de nós podem desaparecer, alguns de nós podem ser liquidados na primeira esquina, mas a Revolução vai continuar..."

Estas são as palavras do extinto Presidente Agostinho Neto proferidas no passado dia 22 de Agosto, que o **Jornal de Angola** passou a estampar diariamente no alto da sua primeira página a partir do dia 12 de Setembro, quando Angola e o Mundo tiveram conhecimento do trágico desenlace. Palavras que o momento de profunda tristeza que se abateu sobre todo o Mundo progressista, retratam fielmente a disposição daquele que foi e é justamente chamado de Fundador da Nação Angolana.

O HOMEM E O POLÍTICO

Agostinho Neto, oriundo da classe média, era filho de Agostinho Pedro Neto, professor e pastor metodista e de Maria da Silva Neto, também professora, tendo nascido na aldeia de Kaxikane, distante cerca de sessenta quilómetros de Luanda, no dia 17 de Setembro de 1922. Fez os seus estudos liceais em Luanda após o que ingressou nos serviços de saúde coloniais. Em 1947, partiu para Portugal onde se matriculou em Coimbra na Faculdade de Medicina, tendo terminado o seu curso somente em 1958, em Lisboa, curso este interrompido por constantes prisões por motivos políticos.

As manifestações literárias de Agostinho Neto ti-

veram lugar desde tenra idade. Foi durante o seu período liceal que fundou o jornal **Estudante**, ao mesmo tempo que prestava colaboração à revista **Mensagem**. Foi também, desta vez com Lúcio Lara, seu amigo de infância, membro fundador de **O Momento**.

Ainda como estudante, Neto ensinava gratuitamente, principalmente em trabalho de alfabetização, tocado que era pela impossibilidade concreta de instrução do seu povo, explorado pelo colonial-fascismo português.

Casou-se em 1958, com Maria Eugénia da Silva Neto, no dia da sua formatura, tendo o seu primeiro fi-

lho, Mário Jorge, nascido em 1959.

Determinado, mas afável e dotado de um profundo senso crítico, Neto era sempre aberto às opiniões que lhe eram formuladas, procurando de maneira crítica e didáctica analisá-las e contestá-las quando era o caso, o que lhe acarretava o respeito até dos seus inimigos políticos.

Foi com seu espírito aberto e firmeza de carácter que conseguiu levar Angola à independência em duas guerras, contra o colonialismo português e contra tropas estrangeiras invasoras pelo norte e pelo sul, na intenção firme de dar ao seu povo as esperanças e a



A chegada em Luanda, e a homenagem sentida prestada pelo povo angolano.





reconhecimento internacional

Defensor intransigente do Não-Alinhamento, Agostinho Neto teve sempre reconhecido o seu valor como homem político e como estadista por todas as nações progressistas. Como também nunca foram esquecidos os seus méritos literários. Eis algumas das distinções que recebeu:

- Grande Prémio da Literatura Afro-Asiática - LOTUS 1970.
- Medalha de Ouro Juliot Curie, do Conselho Mundial da Paz, em Abril de 1976.
- Prémio Dimitrov, atribuído pelo Conselho de Estado da República Popular da Bulgária, em Junho de 1976.
- Medalha de Ouro da Ordem Playa Girón, atribuída pelo Conselho de Estado da República de Cuba, em Julho de 1976.
- Medalha de Ouro da Cidade de Belgrado, atribuída pela República Socialista Federativa da Jugoslávia, em Abril de 1977.
- Grande Faixa da Ordem dos Méritos, atribuída pela República Popular da Polónia, em Abril de 1977.
- Prémio Internacional Lenine, atribuído pelo Soviete Supremo da União Soviética, em Maio de 1977.
- Título de Doutor *Honoris Causa*, atribuído pela Universidade de Lagos, Nigéria, em Janeiro de 1978.
- Medalha "17 de Novembro", atribuída pela União Internacional dos Estudantes, em Fevereiro de 1979.
- Título de Cidadão Honorário de Moçambique, atribuído pela República Popular de Moçambique, em Setembro de 1978.

certeza de um Mundo onde o futuro de Paz e de Progresso é a meta final.

O POLÍTICO

A vivência política de Agostinho Neto começou quando era ainda estudante. A constatação da sua condição de filho da classe média, com possibilidades de estudar e melhor ver e sentir a situação do seu povo explorado. Isso levou-o a profundas discussões com outros estudantes, e daí vem a sua amizade, que perdurou até a morte, com Lúcio Lara.

Em Portugal, ainda como estudante, foi preso pela PIDE, a famigerada polícia política portuguesa, em 1951, pela primeira vez. A sua segunda prisão acontece em Fevereiro de 1955, no decurso de um comício de estudantes. Mais uma vez a PIDE entrava em acção. Foi nesse mesmo ano que se dá a primeira publicação dos seus poemas.

Em Junho de 1957, foi finalmente posto em liberdade, depois de dez meses de prisão sem julgamento, e após ter sido escolhido como prisioneiro político do ano pela Amnistia Internacional, fruto já do seu prestígio. Em 1958, após doutorar-se em Medicina, e reestabelecer antigos contactos políticos, é um dos fundadores do Movimento Anticolonial (MAC), que congregava patriotas oriundos das diversas colónias portuguesas. São também fundadores Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos.

É somente em Dezembro de 1959 que se dá o seu regresso a Angola, onde passa a exercer a sua profissão de maneira humanitária. Mais uma vez retoma o contacto directo com a ex-

ploração e a miséria em que o seu povo estava mergulhado. Encabeça então a realização de várias reuniões, na intenção de congregar em torno dos mesmos ideais de libertação os grupos de patriotas que despontavam. É nessa altura indigitado para a chefia do MPLA, movimento que por sua vez reunia, desde 1956, as várias correntes angolanas de anseios libertadores.

Já envolvido em actividades clandestinas e conspirativas, Neto foi novamente preso, desta vez no seu próprio consultório, em Luanda, e pelo próprio director da PIDE. Nessa ocasião, uma pacífica manifestação em seu apoio, e na sua aldeia natal, é reprimida à bala pela polícia fascista. Trinta mortos e duzentos feridos foi o balanço final do massacre.

Depois de preso, e temendo uma maior reacção popular, a polícia fascista transfere Agostinho Neto, primeiramente para Lisboa, e em seguida para Cabo Verde, onde pode voltar a exercer medicina, sob constante vigilância policial. Foi durante esse período eleito Presidente de Honra do MPLA.

Se Neto fora transferido para Lisboa, e daí para Cabo Verde, as prisões de Luanda estavam repletas de patriotas que compartilhavam os mesmos ideais de libertação. E na madrugada do dia 4 de Fevereiro de 1961, militantes do MPLA na clandestinidade põem em prática o seu plano de ataque às prisões, com a finalidade de libertar os seus companheiros e dar continuidade à luta. Fracassado no seu objectivo, esse ataque lançaria no entanto a



A dor de um povo.

chama que detonaria a luta armada e consequentemente, o início da Primeira Guerra de Libertação.

Agostinho Neto é novamente preso em Cabo Verde, e daí transferido para Portugal, mais precisamente para a prisão de Aljube, em Lisboa, onde deu entrada a 17 de Outubro de 1961, um mês depois de ter completado 39 anos, sendo posto em liberdade em 1962, ficando todavia com residência fixa.

É em Junho desse mesmo ano que Neto foge de Portugal, estabelecendo residência em Leopoldville, onde o MPLA já tinha a sua sede, e em Dezembro do mesmo ano, é eleito presidente do MPLA, durante a Conferência Nacional do Movimento.

Em 1963, à frente do Comité Director do MPLA, Agostinho Neto lança as bases para a luta armada em Cabinda, então a Segunda Região Político-Militar, até que, em 1967, lançou a palavra de ordem de "Generalização da Luta Armada em todo o Território Nacional". E seja no interior ou no exterior do seu país, Neto é sempre o luta-

dor imparável e imbatível.

Após o 25 de Abril em Portugal, Neto volta triunfantemente a Luanda, no dia 4 de Fevereiro de 1975, catorze anos depois do desencadear da luta armada, onde é recebido no aeroporto por mais de cem mil pessoas, e a 11 de Novembro, durante a Segunda Guerra de Libertação Nacional, proclama finalmente a independência de Angola, sendo investido no cargo de Presidente de todos os angolanos. Nascia mais um país, e o seu principal artífice era o seu Presidente.

A LUTA CONTINUA

A palavra de ordem "chave" do MPLA nunca foi verdadeira. Depois de conseguida a independência, faltava concretizá-la, e levá-la realmente à prática.

Neto ao proclamar a independência, sintetizara nas suas palavras, as metas que deveriam ser atingidas, e quais os meios que deveriam ser utilizados para atingi-las.

Definindo como objectivo estratégico uma sociedade onde não houvesse nem

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 183 - S/Loja - RJ
CEP 20.021-1 Tel. 242-1957



o novo presidente

José Eduardo dos Santos, aos trinta e sete anos de idade, é um dos mais jovens Chefes de Estado do Mundo.

Zé Eduardo, como é mais conhecido, nasceu em Luanda, a 27 de Agosto de 1942, filho de pai pedreiro e mãe doméstica.

Militante do MPLA desde 1961, exercia a sua actividade clandestina na capital angolana, no enquadramento de jovens estudantes, como ele, para a acção política.

Entre 1961 e 1962, esteve na Segunda Região Político-Militar, em Cabinda, tendo sido sucessivamente vice-presidente da Juventude do MPLA em Leopoldville, e primeiro representante do MPLA em Brazzaville.

Integrou-se em 1962 no EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola), mas, em 1963, dada a necessidade imediata de formação de quadros, parte para a URSS integrado num grupo de estudantes do MPLA.

Licenciou-se em 1969 em engenharia de petróleo, ao mesmo tempo em que ingressa numa escola especial, onde faz o curso militar de telecomunicações, que termina em 1970.

Quadro técnico formado, retorna à frente de combate, e de 1970 a 1973 é operador-rádio e responsável-adjunto dos serviços de telecomunicações da Segunda Região Político-Militar.

Em 1974, é designado membro da Comissão Provisória de Reajustamento da Frente Norte, e no mesmo ano, na Conferência Inter-Regional realizada na Frente Leste, é eleito membro do Comité Central e do Bureau Político do MPLA.

Foi em seguida nomeado Coordenador do Departamento das Relações Exteriores do MPLA, e exerceu as funções de Ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola após a proclamação da independência, em Novembro de 1975.

Assume, mais tarde, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro, e no Primeiro Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, em 1977, é eleito membro do Comité Central e do Bureau Político.

Até ser eleito pelo Comité Central, por unanimidade e aclamação, Presidente da República Popular de Angola e do MPLA-PT, desempenhava as funções de Secretário do Comité Central do Departamento de Desenvolvimento e Planificação, e exerceu, desde Dezembro de 1978, o cargo de Ministro do Plano.

O acto da sua investidura como Presidente de todos os angolanos, primou pela singeleza e austeridade.

explorados nem exploradores, deu ao seu povo as perspectivas de realização futura, e ao apontar as principais tarefas, imediatas ou não, necessárias à reconstrução nacional, deu, ao mesmo tempo, através de medidas concretas, condições para o seu início. E nem o cerco e o assédio imperialista, através dos seus fantoches, ao norte, ao sul, e mesmo internamente, quebrou o seu ímpeto e o do seu povo.

A unidade nacional, o combate ao rascismo, principalmente o de sinal contrário, a coesão das FAPLA e, fundamentalmente, o bem-estar do povo e a resolução dos seus problemas, foram as ideias-mestras que nortearam o dirigente angolano.

O MPLA, como movimento, abrigava no seu seio tendências e ideários nem sempre coincidentes, que somente o bom-senso de Agostinho Neto e o seu equilíbrio conseguiram harmonizar. E isto ficou mais do que comprovado quando da tentativa de golpe de Estado fraccionista de 27 de Maio de 1977. Não fosse a ponderação de Neto e o seu pulso firme, e as perdas poderiam ter sido maiores, como se as existentes já não bastassem. E Neto conseguiu fazer do MPLA um partido, o MPLA-Partido do Trabalho, que demonstrou a sua maturidade, unidade e coesão no trágico momento do seu desaparecimento.

De nada valeram as especulações mais estapafúrdias e disparatadas veiculadas pelos canais da Imprensa imperialista. De nada valeram as atoardas esperanças da direita internacional, que passaram de ime-



Alguns dos Chefes de Estado presentes: Samora, Kerekou, Kaunda, Aristides Pereira e Ramalho Eanes.



Agostinho Neto, com Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral na altura da fundação do Movimento Anticolonial (MAC).

diato a apresentar Jonas Savimbi, pasmem, como alternativa de poder. O MPLA-Partido do Trabalho, mostrou e demonstrou a sua maturidade política e o facto de ser consequente na prossecução da obra de Agostinho Neto quando, através do seu Bureau Político e do seu Comité Central, elegeu, unânime e coesamente, José Eduardo dos Santos Presidente da República Popular de Angola até à realização do Congresso Extraordinário do MPLA-PT que designará o Presidente efectivo dos angolanos. E contra a calúnia, contra a insídia, contra a desesperança, contra o imperialismo, a luta continua.

Foi difícil, mesmo para as pessoas mais frias e jornalistas mais calejados, não sentir a dor e o sofrimento

manifestos em Luanda e no resto do país com a morte do Presidente Neto.

As cenas de dor e de desespero foram uma constante durante todas as cerimónias e homenagens de que Neto foi objecto. A massa humana que aguardou a sua vez de ver o corpo, horas a fio, entremeados choro lancinante e silêncio contrito, foi sempre, dia e noite da ordem das dezenas de milhares. O cortejo fúnebre que percorreu as ruas de Luanda, foi um desenrolar de choro, e lágrimas, e soluços sentidos, na prova mais real e cabal de que o povo amava, e hoje venera, o seu Presidente. Vimos a rejeição do facto concreto de Neto estar morto, no abanar das cabeças dos mais humildes, a dizerem não e não. Vimos

militantes e combatentes de duas guerras, homens e mulheres que em matéria de dor e sofrimento acreditavam já terem visto tudo, emudecidos, de olhos secos de lágrimas acabadas, a também dizerem não, num balancear de cabeças mudo de noites não dormidas.

E não foi só.

O "duro" Lara, o muitas vezes apontado como "o metódico", "o frio", "o racional", "a máquina", "o homem do Partido", mal pôde terminar as suas palavras de despedida ao falecido Presidente, terminando em prantos. Quem o viu, quem o ouviu, fez de si as suas palavras. E Angola toda chorou. Angolanos e estrangeiros.

O "Adeus Neto Amigo", o "Adeus Camarada Presidente", chorado, soluçado, foi o Adeus expresso de toda uma Nação, que também chorava, que também soluçava.

Mas, se a dor foi manifesta, a coragem também o foi.

De olhos molhados, o povo angolano atendeu ao apelo do Bureau Político do MPLA-TP e garantiu o pleno funcionamento dos seus centros de trabalho. A mobilização foi geral e espontânea. Desapareceu por algum tempo, tempo necessário à assimilação do triste acontecimento, a alegria e o cantar das ruas de Luanda. Mas é um silêncio e um turvar de olhos momentâneo. A alegria voltará. Voltará com a certeza de que os caminhos já estão apontados, de que o futuro já é quase presente, e de que as palavras do Presidente Neto de que "O mais importante é resolver os problemas do Povo" não foram ditas em vão.

LÍBIA

o 10.º aniversário da «Revolução Verde»



Os «Cadernos do Terceiro Mundo» assistiram em Tripoli e em Benzazi aos festejos do décimo aniversário da Revolução Líbia.

Uma extensa reportagem do nosso enviado sobre o processo liderado por Muammar Kaddhafi.

Pablo Piacentini.

A 1 de Setembro último a Revolução líbia fez dez anos de existência. O processo iniciado pelo jovem coronel Muammar Kaddhafi e o núcleo de "oficiais unionistas livres" que, em 1969, derru-

baram o rei Idris é um dos maiores originais do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar porque se apresenta como uma terceira via (ou Teoria Universal, segundo a exposição de Kaddhafi no seu "Livro Verde"), dife-

renciada do capitalismo e do comunismo, que sem a intervenção de um partido guia aspira realizar o socialismo e eliminar toda a forma de intermediação, assegurando um governo directo das massas. Em segundo

lugar, porque procura conciliar a religião com o socialismo. Por último, porque o seu fervoroso nacionalismo é panárabe, procurando fundir numa só nação todos os povos árabes e porque a sua posição no Terceiro Mundo defende e promove as reivindicações dos países subdesenvolvidos.

Hoje, após um decénio de rápidas mutações e de gigantescos investimentos para o desenvolvimento, o balanço que se colhe ao visitar o país e ao analisar as suas estatísticas é sumamente positivo. Evidentemente que se comprova o longo caminho que falta ainda percorrer para alcançar as ambiciosas metas propostas, não só no aspecto material, o que é natural em qualquer país que parte de um extremo subdesenvolvimento, mas também ao nível da participação e organização popular e na existência de quadros aptos para conduzir um programa de transformações económicas e sociais. Mas o que se vê também é que todos estes problemas são objecto de programa e acções tendentes a superá-los.

Certos críticos da Revolução líbia, talvez pelo seu apego a esquemas intelectuais abstractos, pensam que aquelas limitações devem-se à origem militar do pronunciamento e ao "verticalismo" derivado do regime. Na Líbia, porém, verificamos uma constante exortação à participação por parte da equipa encabeçada por Kaddhafi, assim como a abertura de canais de integração das massas às decisões — quer a nível político como económico, — que para além da ideologia que possam defender, se

contam objectivamente entre os mais amplos que oferece uma sociedade do Terceiro Mundo.

A diversidade de opiniões que recebeu esta experiência e o desconcerto que produz em que a observa a partir de uma formação cultural distante (sobretudo pela particularidade do factor islâmico), e desde sempre a distorção e os ataques que os grandes meios de informação lhe prodigalizam, contribuíram para tornar ainda mais difícil a compreensão deste processo.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Daí que ao traçar um balanço deste período pareça necessário acudir previamente a um breve sumário histórico.

A Líbia foi, entre 1911 e 1943, uma colónia italiana, e tal como tantos outros países anexados pelas potências europeias, esta sujeição não levou a uma transferência real de cultura e de tecnologia do centro para a periferia. Mas no caso da Itália, tratando-se de uma colonização tardia e, para mais, de ideologia fascista (Benito Mussolini governou entre 1922 e 1943), esta mostrou facetas ainda mais negras, longe portanto da colonização de velha tradição imperial e de maior grau de desenvolvimento, como era o caso da Inglaterra e da França. Um exemplo disso foi a educação: impediu-se o ensino superior dentro da Líbia, de modo que ao atingir a independência formal o país se viu com uma carência total de profissionais. Isto para já não falar do crescimento económico,

ausente durante todo o tempo do colonialismo.

De colónia o país passou a monarquia, estabelecida pelas grandes potências, em 1955, em ordem a preservar, no fundamental, as estruturas pré-existentes. Ou seja, manteve-se o sistema feudal sobre a qual assentava o domínio estrangeiro, de modo que a dependência continuou agora sob uma nova roupagem. Na verdade a dependência tornou-se ainda mais profunda, através da penetração dos Estados Unidos e da Inglaterra, que aí instalaram grandes bases militares. Uma "independência" em tais condições foi uma afronta à vocação nacional do povo líbio, deixando um vazio em torno de uma monarquia, que, mesmo no tempo de Nasser, voltou as costas às lutas dos países árabes.

Nesta etapa não se deram alterações de envergadura; ela prolongar-se-ia até 1962, quando se dá início à exploração do petróleo em grande escala. Até então o povo líbio era um dos mais pobres e atrasados do mundo: em 1957 o Produto Nacional Bruto rondava os 50 milhões de dólares e o rendimento anual *per capita* era de 47 dólares. Como é óbvio, quer o colonialismo quer a monarquia impuseram uma forte repressão. Esta, aliada à miséria e ao atraso generalizado, dificultou o aparecimento de um movimento organizado de massas com capacidade de desafiar frontalmente a monarquia. Por isso Kaddhafi procurou um atalho para chegar à libertação em curto espaço de tempo.

Depois de ter conhecido e participado na agitação

estudantil durante os seus tempos de liceu, Kaddhafi fundou um movimento clandestino e dividiu-o em duas alas, uma civil, outra militar. Incitou os militantes a entrarem para o exército para controlar a partir do interior o poder castrense (ele próprio ingressou nas fileiras militares em 1963) e os seus membros seguiram carreira até que se sentiram em condições de assestar o golpe. As condições reais da Líbia, em 1969, não facilitavam outra saída, tal como hoje sucede nas monarquias do Golfo Árabe.

Mas, chegados ao poder, os oficiais unionistas depa-ram com o grande problema derivado de tais condições: como fazer andar a

revolução sem massas politizadas e organizadas, com tão poucos quadros directivos e profissionais? No caso específico da Líbia o reverso desta desvantagem era a grande disponibilidade de recursos financeiros aportados pela exportação de petróleo. Elas permitiram que as grandes transformações iniciais pudessem efectuar-se sem transtornos económicos e sem afectar o nível de vida das populações, como acontece em quase todos os países do Terceiro Mundo quando empreendem tais transformações.

Em breve o espaço de tempo, na primeira fase do processo, o governo expulsou os norte-americanos e britânicos das bases milita-



Muammar Kaddhafi, líder contestado da revolução.

O que é a Jamahiria?

A nova estrutura organiza-se através dos congressos populares de base (CPB), aos quais têm acesso todos os maiores de 18 anos. Os CPB são territórios e correspondem aos distritos ou departamentos eleitorais do sistema democrático liberal. São contudo relativamente pequenos, de uns quatro mil membros cada um. Têm faculdades relativas ao âmbito geográfico que ocupam, ou seja, correspondem às municipalidades.

Dos CPB formam-se os congressos populares (46 em todo o país), que designam os representantes ao Congresso Geral do Povo (CGP) que "é o mais alto instrumento de governo e a maior autoridade política no país e goza de todos os direitos jurisdicionais para estudar, discutir e aprovar as políticas do Estado, a planificação geral", etc.

Os comités populares são eleitos em todas as unidades de trabalho do país, das fábricas ao comércio, das empresas rurais às entidades administrativas, e têm a seu cargo a gestão das respectivas unidades.

Além de nomear as suas próprias autoridades, o Congresso Geral do Povo elege o Comité Geral do Povo, que é o órgão administrativo do país, cujo secretário-geral corresponde ao chefe de governo e os seus secretários aos ministros. Ou seja, o Comité desempenha as funções de um gabinete dependente do Congresso Geral do Povo.

res, assumiu o controle dos negócios petrolíferos (ainda que as operações continuam em mãos das transnacionais), nacionalizou a banca, os seguros e o comércio externo. Com estas e outras medidas pôde começar um processo de desenvolvimento nacional independente. Mas o fortalecimento do Estado podia ser a base para a criação de uma nova burguesia, ainda que de carácter nacional.

A tese delineada pelo comando militar revolucionário (o supremo organismo governamental da primeira fase) excluía tal variante, pois optava por um projecto inédito, o socialismo islâmico. A fim de encaminhar a sociedade para tal meta, o regime abriu duas grandes comportas: a redistribuição de rendimentos, prestação de assistência e serviços, e a participação. A distribuição de rendimentos concretiza-se através do aumento do salário

real dos trabalhadores, de habitações populares, a entrega de pequenas propriedades agrícolas completamente equipadas, a abertura do crédito bancário, a concessão de acções das empresas aos seus trabalhadores, etc., etc. O mecanismo assistencial organiza-se mediante a extensão da educação e a assistência do Estado em relação às necessidades populares.

Ao mesmo tempo impulsiona-se o desenvolvimento com o lançamento de numerosos projectos que procuram fundar as indústrias básicas e substituir importações tanto de manufacturas como de produtos alimentares.

O risco deste programa, não obstante as suas virtudes, consistia — e consistirá enquanto não for aplicado o modelo teórico, — consistia em formar uma pequena e uma média burguesia que reproduza os hábitos capitalistas assente sobre um proletariado composto pelos libios menos favorecidos e por uma boa parte dos trabalhadores estrangeiros (cerca de 700 mil, os quais se bem que recebem amplos benefícios encontram-se à margem da reforma industrial que torna os trabalhadores libios detentores do capital das empresas).

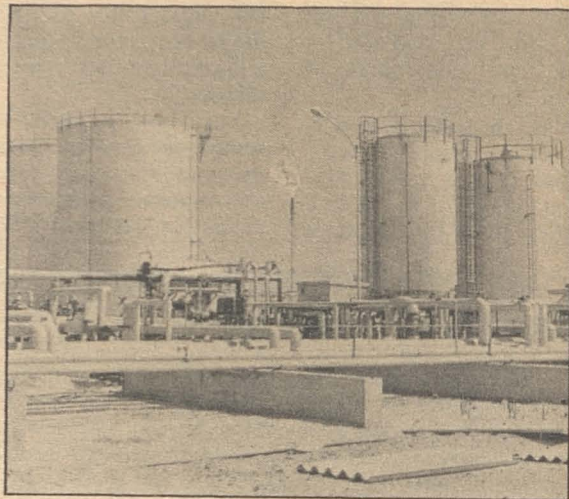
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA

Com a intenção de evitar tais resultados, o "Livro Verde" propõe a participação económica e política. A participação económica está contemplada na segunda parte do livro sob o lema "Não assalariados, mas

sócios". Procura-se eliminar, assim, a propriedade capitalista em todo o tipo de empresas. O trabalhador não é remunerado por um salário, mas pelo rendimento da empresa (cada homem uma acção), que re-

parte os seus dividendos depois de ter dado ao Estado e ao reinvestimento a parte que lhes corresponde. Um comité designado por todos os membros da empresa assume a sua direcção. Uma espécie de au-

A transformação em números



Quando a Líbia saiu do período colonial, em 1951, era um dos países mais pobres do Mundo, com uma média de rendimento anual per capita de 47 dólares e um Produto Nacional Bruto de cerca de 50 milhões de dólares. Mas desde 1962 que a situação se alterou em virtude da grandeza nacional, o petróleo: de exportações diárias da ordem dos quinhentos mil barris de fluido, passou-se a quase 1,5 milhões diários, em 1969.

O que equivale a dizer que o país dispunha de grandes recursos monetários antes da revolução, mas a monarquia não os empregava de modo apropriado no desenvolvimento económico e para o bem-estar social. Durante o sexénio anterior à revolução, as taxas de crescimento médio anual foram de 3 por cento na agricultura e de 7 por cento na indústria.

Eram médias muito baixas, principalmente se se tomar em linha de conta que o Estado tinha de aplicar parte dos rendimentos provenientes do petróleo em estimular uma rápida expansão nestes sectores de molde a convertê-los em suportes da economia líbia depois do esgotamento do petróleo. É o que se está a fazer a partir de 1969, marcando o desenvolvimento industrial um ritmo de 30,7 por cento (média anual). É óbvio que estes sectores não ocupam ainda posições destacadas na produção, pois a valorização constan-

togestão. A mudança foi proclamada a 1 de Setembro de 1978. Virtualmente, um ano depois, todas as indústrias se encontravam sob este sistema, assim como aproximadamente metade do comércio (carece-

-se ainda de estatísticas precisas a este respeito).

A valoração desta mudança tão recente não pode ainda ser adiantada, pois os próprios comités e autoridades se encontram ainda a analisar os balanços, o re-

te do petróleo manteve este valor económico em contínua expansão, dentro de um PNB que em 1978 produziu quase 20 mil milhões de dólares e durante este etapa cresceu à média de 20,5 por cento ao ano. Vão modificando, no entanto, as proporções: a indústria passou de 1,9 por cento do PNB em 1970 a 3,3 por cento em 1977 e a agricultura de 2,6 a 2,9. Em termos globais as actividades não ligadas ao petróleo, que representaram 36,9 por cento em 1969 tinham subido para 44,7 por cento em 1978, mostram pois uma tendência destinada a afirmar-se.

Um sector privilegiado na planificação é a agricultura. Nesta região onde predomina o deserto só 8 por cento das terras eram cultiváveis (o que representava uma extensão de 1 759 540 quilómetros quadrados). Mediante a irrigação e as valorizações de terreno conseguiu incorporar já na agricultura 700 mil hectares de terra anteriormente árida, e trabalha-se em projectos que prevêem a recuperação de 3 milhões de hectares. No campo social os progressos têm sido notáveis. Antes da revolução havia na Líbia uma 300 mil habitações para 365 mil famílias. Ou seja, havia um défice de 65 mil unidades. Porém das existentes, 120 eram casebres e 40 mil encontravam-se em condições extremamente precárias. Ou seja, mais da metade dos habitantes careciam de habitação adequada ou careciam em absoluto dela. Esta brecha agravava-se continuamente, pois durante a monarquia a média de construção era de 5217 fogos ao ano.

Durante os primeiros seis anos da revolução construíram-se 110 200 unidades (uma média de 18 333 fogos por ano) e ao chegar a 1978 o governo já havia levantado mais de 200 mil fogos. A carência habitacional está pois quase ultrapassada. Para além disso o governo concede créditos que permitem aos líbios ser donos das suas próprias habitações a um muito baixo custo, eliminando a relação entre proprietários e inquilinos (relação que foi abolida precisamente quando se celebrava o 10.º aniversário da revolução).

Em 1970, havia 34 camas de hospital e 4 médicos para cada 10 mil pessoas. Em 1978, havia 50 camas e 12 médicos para cada 10 mil pessoas. Ao cabo do plano que irá concluir em 1980, os resultados previstos serão de 1 médico para cada 750 pessoas, sete camas para cada mil pessoas e um médico, um enfermeiro e um auxiliar para cada 10 camas.

Quanto à educação, as estatísticas do governo registam 28,5 por cento da população nos diferentes graus de ensino. Constroem-se aceleradamente escolas e as bolsas nas universidades compreendem alojamento e assistência médica gratuita, mais um subsídio de cerca de 100 dólares mensais. A educação é obrigatória entre os 6 e os 12 anos e até 1985 será igualmente generalizado o ensino complementar.

Em 1968, havia 180 mil meninos e 85 mil meninas frequentando a instrução primária. Em 1978, 310 mil meninos e 285 meninas. Em igual período de tempo a população universitária triplicou.

sultado em termos de produtividade, etc. No entanto, com base em testemunhos recolhidos (inclusive em círculos diplomáticos adversos à revolução líbia) já se comprovam resultados positivos bem como a transformação do comércio. Segundo o programado, atingir-se-á a extinção completa do comércio de tipo capitalista, para passar a fazer a distribuição dos bens de consumo através de 165 supermercados (cooperativas de trabalhadores) em todo o país. Nesta altura a experiência ainda está no início, apesar de estar a ser levado a cabo de forma acelerada, pois pensa-se que durante o corrente ano estarão já em funcionamento cerca de 40 supermercados. E já se estão a assegurar a previsão dos bens básicos aos preços estabelecidos pelo governo. Preços que são aproximadamente cerca de 30 por cento mais baixos que os praticados pelo comércio privado, o que obviamente levará a uma melhoria da capacidade de compra das massas populares.

Como as cooperativas ainda não são suficientes, há que fazer bichas para comprar e por agora nelas se encontram escassos bens sumptuários à disposição do comprador. Um correspondente estrangeiro, porém, garantiu-nos que armado de grande paciência conseguiu comprar numa cooperativa um gravador por 87 dinares, que no comércio privado se encontrava pelo preço de 130 dinares. A descida dos preços no consumidor obedece a um mecanismo simples. A nacionalização do comércio externo e a distribuição dos bens (importados ou

produzidos no país) por meio do Estado às cooperativas, elimina intermediários, o importador e o grossista no caso das importações (que alcançam ainda grande parte do consumo); e o grossista no caso dos produtos líbios. Obtem-se além disso o respeito pelos preços estabelecidos.

"ESTADO DE MASSAS"

Como é natural, esta reforma não conta com o entusiasmo dos comerciantes (uns 60 mil em todo o país), os quais beneficiaram grandemente durante todos estes anos na repartição do rendimento que fez expandir em flexa o consumo. Têm agora de se conformar com um regime de igualdade frente aos seus ex-empregados ou então converterem-se em produtores directos. Este sector situa-se como potencial opositor ao regime, enquanto os canais de participação política se abrem através dos congressos do povo, a instituição central da Jamahiria. Tal é o nome da organização política do país, que significa "Estado de massas".

Kaddhafi, para quem o esquema socialista clássico comporta riscos autoritários e centralistas, sonha com uma sociedade sem governo, na qual as massas exerçam directamente o poder, sem intermediários algum (ver quadro).

Kaddhafi foi até 2 de Março último o Secretário-Geral do Congresso, ou seja chefe do governo, mas depois dessa data renunciou para passar a ser chefe ou condutor da revolução sem qualquer título formal. E além disso o líder

dos comités revolucionários, que são os organismos políticos de base que devem mobilizar o processo, estimular a integração das massas nos canais de participação.

"A condução revolucionária já não está ligada a cargos, secretarias ou comités populares, mas sim unirá as forças da revolução a fim de trabalhar para ela", disse Kaddhafi ao anunciar a sua renúncia ao cargo que até então exercia.

O canal militar é o mais recente, o mais incipiente e do canal menos se conhece a respeito do seu desenvolvimento. Iniciou-se com as milícias populares, formadas por homens e mulheres. Não se conhece o número dos seus aderentes, mas durante o 1.º de Setembro transacto desfilaram milhares de milicianos revelando alta preparação militar. Não só se viram batalhões de infantaria, como também unidades móveis de comunicações e semi-blindados.

Em vésperas do décimo aniversário, Kaddhafi apareceu numa mesa redonda televisada juntamente com o núcleo de oficiais que o acompanharam no pronunciamiento de 1969. Aí anunciou a criação de "comités revolucionários em todas as unidades das forças armadas líbias" para assim se poder realizar a consigna: "todo o povo deve ser armado". Explicou então também o sentido da transformação castrense: "Depois de ter entregue o poder ao povo, agora devemos entregar-lhe as armas, para que deste modo desapareça o exército tradicional. Esta é uma acção histórica cuja execução com-

pete a todos os oficiais unionistas". Têm sido poucas porém as declarações quanto a este aspecto, que seguramente deverá ser objecto de debates ulteriores e que parece ser de execução a longo prazo.

"O FUTURO"

Até aqui limitamo-nos à discrição da teoria da revolução líbia e das suas instituições, bem como do seu funcionamento. Sobre este último ponto não contamos com elementos para a sua valoração, que por outro lado seria quiçá prematura: o processo é ainda recente, está ainda à prova. No entanto podemos arriscar uma interpretação do mesmo. Em virtude do atraso social que a revolução líbia herdou, a tomada do poder não podia seguir uma etapa de participação directa das massas. Daí que a mesma fosse preparada e estimulada através de diferentes etapas, a primeira das quais (1969-1973) significou até ao fortalecimento do Estado, foi centralista. Parece também indubitável, segundo numerosos testemunhos que pudemos recolher, que isso foi necessário, até porque de início se carecia de uma pressão de massas tendente a actuar como protagonista.

Antes este quadro, a condução gira em diferentes direcções que confluem para tornar possível a participação: 1) a incorporação do marginalizado povo líbio na vida nacional — e a consequente tomada de consciência política através sobretudo da redistribuição de rendimentos e a assistência social; 2) a formação de quadros de todos os ní-



veis, o que é patente nas estatísticas de educação; 3) a incorporação de tipo capitalista procura-se evitar por meio das formas autogestionárias de propriedade e por meio dos canais de participação política. O jogo recíproco dos três factores levará segundo os seus inspiradores ao socialismo líbio.

Os críticos da revolução afirmam que a participação estancará a um certo nível — o das decisões que “contam”, — e o que se pretende através deste edifício político é um mecanismo que torne aceitável o domínio de uma burocracia militar e tecnocratas. Referimo-nos evidentemente a certos críticos de extracção progressista, não aos ressentimentos ataque dos grandes meios capitalistas, os quais, pela sua falta de serenidade, não merecem ser tomados em considera-

ção. Essas críticas crêm ver a prova das suas afirmações no facto de não obstante haver renunciado a todas as funções legislativas e executivas. Kaddhafi e o restrito comité revolucionário que assumiu o poder no primeira etapa, continuar a ser o guia da revolução.

Isto implica tomar em consideração as condições objectivas do nascimento desta experiência. Hoje ainda as massas não exercem todas as possibilidades de autogoverno com que lhes brindam os comités e os congressos populares. Por isso se olha a revolução líbia a partir das suas origens concretas e em tanto que processo aberto; pode em princípio aceitar-se a tese de que a distribuição de rendimentos, de serviços e a formação de quadros darão uma vida crescente aos canais da Jamahiriya, aumentarão a participação di-

recta das massas aos mais diferentes níveis.

Até onde chegará essa escalada e que resultados terá, é difícil sabê-lo. E é-o porque as metas a que se propôs Kaddhafi confinam com a utopia. A supressão de toda a forma estatal e de governo, a democracia directa plena, a substituição das forças armadas profissionais, a igualdade absoluta, são objectivos compartilhados por todas as variantes socialistas mas ainda distantes da sua realização, já que nenhuma sociedade no mundo as conseguiu lograr.

Digamos então, simplesmente, que tudo o que o povo líbio aporte no futuro em tais direcções constituirá um contributo a outras experiências revolucionárias e será a prova *a posteriori* de quanto afirma Kaddhafi no seu “Livro Verde”.

MOÇAMBIQUE



metas para um socialismo avançado



*As vitórias já alcançadas na frente económica.
As metas e objectivos que o Partido FRELIMO
traza para o futuro da sociedade
moçambicana; uma sociedade que o Partido
e o povo querem rumo a um
«socialismo avançado».*

Etevaldo Hipólito

A desagregação do regime colonial português em Moçambique repercutiu seriamente na estrutura económica do país. Se antes o domínio estrangeiro em si mesmo provocou distorções ao longo do seu processo de desenvolvimento económico e social, os extorques do colonialismo iriam deixar profundas marcas. Consequência imediata do tumultuoso período de transferência do poder ou simplesmente deriva de premeditados actos de sabotagem, todos os sectores produtivos seriam afectados por uma crise cujos efeitos podiam ser detectados em manifestações de indisciplina, recuo na capacidade produtiva e na baixa de produção. Em 1974, logo após o 25 de Abril em Portugal, os dirigentes portugueses encarregados da administração da então colónia contribuíram para que o quadro existente em muito se assemelhasse à anarquia. Somente em 1977 o governo dirigido pela FRELIMO conseguirá implantar um sistema capaz de contornar os problemas existentes. E eles foram muitos. Como acentuou a mensagem presidencial lida aos participantes da sessão alargada do Conselho de Ministros, realizada na primeira semana de Agosto, não havia estatísticas ou pessoal preparado, nem stocks e muito menos uma relação das necessidades.

Por outro lado, faltava uma visão de conjunto da problemática que caracterizava a situação do país. As procuras verificadas no campo e nas cidades, que em parte poderiam ser satisfeitas através de ofertas mútuas, permaneciam sem

respostas adequadas por falta de uma percepção mais abrangente. Esta situação não impedirá, porém, que se registem alguns avanços. A quebra da produção verificada nos anos 75/76 será superada com o início de recuperação, em 1977. O período seguinte corresponde ao crescimento acelerado da produção. Constatase então que, juntamente com o seu aumento, já se começa a delinear uma actividade económica assente em novas bases, onde a improvisação cede progressivamente lugar ao emprego de métodos científicos de gestão.

MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

O ano de 1978 reveste-se de um significado especial para Moçambique, pois pela primeira vez será esboçado um programa de actividades que toma o país como um todo, enfocando-o em seu duplo aspecto, económico e social. Além de iniciar um rastreio sobre o seu estágio actual, o programa serviu ainda para mobilizar a população em torno das tarefas básicas assumidas pelo governo. Em todos os locais de trabalho, o plano, como necessidade e forma de elaboração, foi um objecto de estudo. Era necessário comprometer os trabalhadores em uma tarefa que eles viessem a assumir porque compreendiam o seu significado.

Como foi sublinhado durante o encontro, a recente sessão altagada ao Conselho de Ministros tem lugar no momento em que a economia moçambicana entra numa etapa de crescimento acelerado da produção e em que uma parte

significativa da actividade económica já conhece um sistema de planificação centralizada. Esta constatação não exclui, porém, a identificação de pontos de estrangulamento que comprometem a materialização das orientações reservadas ao sector. Em uma primeira etapa, as discussões centraram-se na efectividade dos métodos de trabalho em vigor. Críticas foram feitas com relação ao departamentarismo e outras formas de conceber o trabalho como actividade isolada. Como questões inerentes ao problema, abordou-se as formas como até agora foi realizada a participação dos trabalhadores nas empresas e o papel da direcção nas mesmas e nos demais sectores de trabalho.

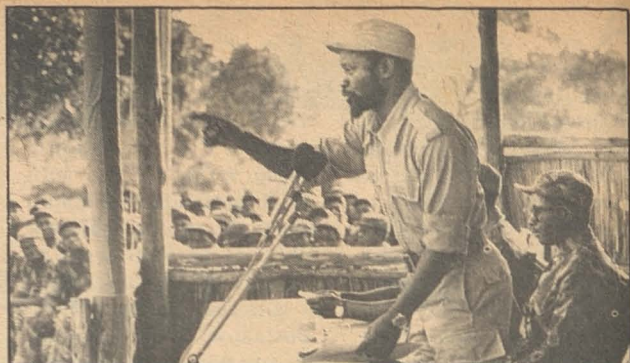
No tocante ao primeiro ponto, uma vez mais se insiste na necessidade de que as decisões sejam elaboradas com a maior participação possível dos trabalhadores. Esta medida traduz a preocupação de que uma tarefa encomendada seja também um elemento de consciencialização, de politização. Desta forma se procura romper com a alienação entre o trabalhador e a coisa produzida, entre o operário e o fruto do seu trabalho. Significativamente constatou-se que as empresas em que houve uma visível recuperação foram exactamente aquelas em que o Partido FRELIMO se logrou implantar. Ao actuar em diferentes níveis, abordando problemas vinculados fundamentalmente com a participação dos trabalhadores nos seus centros de actividades, foi possível estabelecer laços de compromisso entre os projectos

governamentais e aquelas pessoas que na prática diária cimentam a sua própria libertação.

Quanto à segunda questão, reforça-se a necessidade de direcções realmente actuaes, as quais deverão apoiar-se em métodos de trabalhos em todos os sentidos adequados à realidade do seu país. Ao mesmo tempo, porém, que se reafirma o papel dos dirigentes, há uma clara condenação a "ditaduras de padrões ou de gestores". Quer isto dizer que não haverá tolerância para a existência de métodos autocráticos de gestão, exercida por elementos distanciados das bases do poder popular.

METAS

O documento discutido no encontro completa ainda a necessidade do país ampliar o seu leque de intercâmbio no mercado externo. Com os países do campo socialista haverá o empenho de estreitar, na área económica, os vínculos políticos e ideológicos existentes. A proximidade geográfica e política com países como o Botswana, Madagascar, Lesotho e Suazilândia será considerado um importante factor na consolidação de programas de cooperação mutuamente vantajosos. Actualmente funcionam comissões mistas com Angola, Zâmbia e Tanzânia, que futuramente serão completadas por comissões plurilaterais, tendo sempre em vista o importante mercado que constituem as porções oriental, central e austral da África. Este vasto projecto para superar as condições de subdesenvolvimento em que a região se debate inclui ain-



A década de 80 será caracterizada por transformações radicais, afirma o Presidente Samora Machel.

da a participação do Malaui e das Comores.

Dentro da linha de consolidação da independência económica e de fortalecimento de uma importante frente de luta anti-imperialista, terá lugar em Maputo uma reunião cimeira da qual participarão Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Posteriormente, em data a ser fixada, Moçambique estará presente numa reunião extraordinária da Organização da Unidade Africana. Durante este encontro, serão estudadas as formas de dotar a organização continental de instrumentos eficientes na luta pela libertação económica, colocando a África como factor de peso na economia mundial.

Recusando-se a permanecer, em sua relação com os países capitalistas, na contingência de fonte perene de matérias-primas, condição que se manifesta por meio de um esquema colonial mal disfarçado, o governo moçambicano prepara uma importante ofensiva no mercado internacional cuja base de intercâmbio será colocada em novos termos. A posição subalterna em que até agora foram mantidos os países subdesenvolvidos terá de ceder lugar a

um tipo de intercâmbio mais vantajoso, sem prejuízos de ordem económica ou política. Prevê-se a possibilidade de cooperação com empresas de outros países, estatais, privadas ou mistas, e igualmente a captação de recursos e tecnologia no exterior. Para dinamizar esta política, organismos governamentais seleccionarão e difundirão informações relacionadas com as possibilidades oferecidas nas áreas económicas e de mercado.

"SOCIALISMO AVANÇADO"

A década de 1980/1990, como acentuou o presidente Samora Machel, será marcada pela transformação radical do país. Quando comemorar o décimo quinto aniversário da independência, Moçambique terá que "estar em desenvolvimento para o socialismo avançado". Isto implica gigantescos esforços em diferentes sectores directa e indirectamente relacionados com a produção. Na agricultura, deverá estar concluído o processo de cooperativização do sector familiar, a urbanização, a socialização e parte da mecanização. Completando-se

ASSEMBLEIA POPULAR



A Assembleia Popular, uma importante vitória das massas populares.

igualmente a implantação de aldeias comunais, unidas e estruturadas segundo o princípio de produção e propriedade socialistas. Prevê-se a construção de numerosas barragens voltadas para o regadio e electrificação. No tocante a este ponto, a gigantesca represa de Cabora Bassa deverá estar em condições de alimentar em energia o centro-norte e a parte sul do país. Outros projectos relacionados com a agricultura referem-se a edificação da indústria química.

No sector energético, propõe-se o governo fazer um levantamento dos jazidos de carvão localizados na província de Tete e Niassa e dos depósitos de hidrocarburetos conhecidos. Igual estudo será realizado em relação às reservas de zinco, cobre, estanho, bauxite e de pedras raras. Em suma, levantamento cartográfico e inventaria-

ção dos recursos do solo e do subsolo são projectos inadiáveis, uma vez que, dentro do plano geral de desenvolvimento, o governo quer saber quais os empréstimos que devem ser contraídos e como pagá-los. Aparentemente trata-se de uma questão simples, para não dizer óbvia. No caso de Moçambique, porém, trata-se de realfirmar a opção de lograr o desenvolvimento sem sacrificar a independência nas mesas de conversações.

Outro aspecto importante dentro do conjunto de decisões tomadas refere-se aos transportes. Além de atender às necessidades do sector urbano, também terão que responder às exigências ditadas pelos contactos com o exterior. Neste sentido, os portos do país, tantos os pequenos de cabotagem situados ao longo da costa como os de Maputo e Beira, os mais im-

portantes do país, serão adaptados para apoiar esta arrancada rumo ao desenvolvimento económico. De uma maneira geral, eles poderão ocupar um lugar de destaque na região em virtude não só da sua localização geográfica como da capacidade para receber navios de grande calado, havendo ainda a possibilidade de, entre outros serviços prestados, futuramente venham implantar-se unidades de reparação e construção navais. Atendendo de imediato a prioridades internas, como o escoamento de produtos agrícolas e minérios, os portos de Maputo e da Beira são considerados fundamentais para a economia da África Austral. Particularmente no caso da Beira, o facto de se encontrar estreitamente vinculada com os projectos agro-industriais das províncias de Tete, Manica e Sofala, coloca o seu porto em



«Só a Revolução destrói o sistema de exploração».

situação especialmente vantajosa. Situando-se, por sua vez, como rota natural de acesso do Zimbabwe independente, Zâbia, Botswana, além de províncias interiores do Zaire, ao Oceano Índico, a próxima década lhe reserva um papel de transcendental importância.

Além dos temas directamente relacionados com a arrancada económica de Moçambique, o encontro abordou também problemas situados nas áreas da educação, saúde e segurança. Ao situar as forças de defesa e segurança dentro do contexto geral do plano a ser discutido pelos participantes da sessão, o presidente Samora Machel indicou que a edificação de um país socialista ainda se faz historicamente defrontando-se com a agressividade do imperialismo.

Para preservarmos a paz, diz a mensagem, precisamos ser fortes. Para que a escola, o hospital, o lar, a fábrica, a mina possam cumprir com a sua tarefa, precisamos de manter lon-

ge o inimigo. Mas as forças de defesa e de segurança só podem crescer com o crescimento da economia nacional. Elas não podem ser apenas protectoras da economia. A tradição das Forças Populares foi e continuará a ser a da unidade íntima entre o combate, a produção e o estudo. Sacrificar um destes elementos é desnaturar o seu carácter de Forças Populares.

No campo da educação, a meta assinalada para os próximos quinze anos será a eliminação do analfabetismo em Moçambique. À semelhança dos demais sectores, as exigências colocadas nesta área requerem esforços de grande envergadura. Só este ano nascerão 500 mil crianças, o que significa mais creches, escolas e professores em um prazo relativamente curto. Não são apenas quadros e recursos materiais para esta primeira fase que o país requer, há necessidades relativas ao ensino médio, à educação de adultos e à formação de quadros.

Quanto à saúde, uma das metas a serem atingidas se-

rá o aumento de camas hospitalares por número de habitantes. No início da nova década terá que ser atingida a cifra de 1,25 por mil habitantes, um índice que, conforme acentuou a mensagem presidencial, não satisfaz as exigências actuais, mas que representa um importante passo se comparado com a situação anteriormente existente. Os problemas neste sector são particularmente relevantes ao se ter em mente que a política posta em prática não considera apenas o aspecto curativo, mas destaca o carácter preventivo da medicina. Isto implica a aplicação de grandes esforços e recursos no melhoramento das condições sanitárias e higiénicas da população. Resultado já da orientação imposta ao sector está a queda verificada na taxa de mortalidade infantil. O que não elimina a necessidade de continuar envidando esforços neste sentido, pois "no socialismo, as crianças vivem" — ressaltou no seu discurso o presidente Samora.

Giscard D'Estaing:



presidente francês e imperador africano



*O tirano Bokassa foi substituído por um
homem designado por Giscard.*

*Para isso, o presidente gaulês mandou ocupar
a capital centro-africana por tropas francesas.*

*Objectivo: um render da guarda que assegure
a continuidade da dominação francesa.*

Agustín Castaño

O grotesco episódio da destituição do autônomo imperador da África Central, Bokassa I, resultou ser de grande utilidade para pôr a nu, face à opinião pública mundial, a natureza do neocolonialismo. Toda a retórica empregada para tentar convencer o Mundo de que uma potência colonial como a França abandonava as suas ambições de dominação no "ultramar", e que poderia estabelecer uma nova era de cooperação com os países que anexou, converteu-se, graças a este triste episódio vivido pelo país africano, numa grande denúncia do neo-imperialismo francês.

Ficou claro para todos que a concessão da independência por parte da França à República Centro-Africana, em 1960, foi uma mera formalidade. Desde então, e até os nossos dias, quase todos os africanos que se sucederam na administração de Bangui, foram homens mais leais ao regime de Paris que aos seus próprios povos. Paris continuou a ditar a conduta política de Bangui como no passado colonial. E se algo mudou, mas para pior, foram as relações económicas desde que a exploração dos recursos naturais da República pelas empresas francesas se acentuou neste período.

"MUDANÇA DE GUARDA"

Em 1965 era presidente da República Centro-Africana David Dacko, obviamente pró-francês. O Chefe do Estado-Maior do Exército era o general Jean Bedel Bokassa, que a 1 de Janeiro

de 1966, derrubou Dacko, o mesmo que agora regressa ao governo de Bangui protegido pelas baionetas francesas.

A mudança de guarda foi vista pelo *establishment* francês como o produto das rivalidades entre os seus dependentes. Bokassa havia dado provas de sangue da sua lealdade à metrópole. Alistou-se no exército francês, combateu na Indochina ao serviço dos brancos, matando asiáticos que lutavam pela sua libertação, adquiriu o posto de capitão e a cidadania francesa, à qual nunca renunciou, como tão-pouco ao soldo correspondente à sua graduação militar, que continuou a receber mesmo quando era "imperador". Enfim, um homem de confiança.

É sobejamente conhecido o facto de que Bokassa era um megalómano e um delapidador dos fundos públicos em seu próprio benefício, e um cruel repressor do seu povo. Em 1972 proclamou-se presidente vitalício, em 1974 designou-se marechal, e em 4 de Dezembro de 1977, numa farsa que assombrou o Mundo, coroou-se imperador.

Mas, se alguém conhecia, em todos os seus detalhes, os horrores praticados pelo seu súbdito, era o governo do presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing. E na mesma profundidade, a dependência que sofre a República Centro-Africana em relação à França seria suficiente para que um empenho firme do governo de Paris pusesse fim aos desmandos.

Notoriamente, isso não aconteceu senão demasia-

damente tarde. Giscard, que se fez representar na "coroação" de Bokassa por um ministro de Estado, distinguiu este largamente, e tratava-o por "primo". Gostava de participar em safaris como hóspede do país africano, assim como fizera uma recente visita a um palácio, dos muitos que Bokassa comprou na Europa, onde este se alojara quando da sua última visita a Paris.

Esta relação privilegiada entre um presidente eleito democraticamente e um ditador, obedeceu sempre a interesses muito precisos. Antes da independência, numerosas empresas haviam obtido importantes concessões no país. Dela, a mais importante era a companhia *Forestal*, filial do grupo financeiro *SOFFO*, cujo presidente durante quarenta anos foi Edmond Giscard d'Estaing, pai do actual presidente francês.

INDEPENDÊNCIA

Depois da independência política formal, procedeu-se a uma independência económica também formal. "Africanizaram-se" essas sociedades, ou seja, incorporaram sócios locais que representavam os mesmos interesses das ditas empresas. E criaram diversas empresas, sob diferentes nomes, por vezes em forma de sociedades mistas, mas isso de modo singular: o sector algodoeiro é dominado por uma dúzia de empresas pertencentes ao grupo francês *Agache Villot* e ao Estado centro-africano, mas o grupo é majoritário, e consequentemente, o Estado é minoritário.

O tabaco é explorado pela empresa francesa estatal SEITA, e pelas suas filiais. As florestas, por firmas francesas, entre as quais se destaca a *Bois Océan*. O caso do urânio é revelador. A sua extracção estava nas mãos de um monopólio suíço, *Alusuisse*, que foi parcialmente afastado. Outro Giscard D'Estaing, Jacques, primo do presidente, e director financeiro do Commissariado da Energia Atómica da França, negociou acordos pelos quais se entregou o urânio à companhia *URCA*. Nesta participam o Commissariado de Giscard e o grupo Rothschild, com quinze por cento cada um, o governo centro-africano com quarenta por cento, e a *Alusuisse* com trinta por cento. Uma vantajosa operação para a França. Se bem que os chefes Estado fossem primos simbólicos, aparentavam-se agora por interesses económicos.

Passou-se assim muito tempo sem que o governo de Paris se desse por inteirado das barbaridades cometidas por Bokassa. Até que no dia 14 de Maio de 1978, a Amnistia Internacional denunciou o assassinato, ordenado por Bokassa, de uma centena de escolares. A notícia produziu comoção mundial. Ao princípio, o governo francês continuou a sua política de omissão, mas quando uma comissão comprovou a veracidade dos factos, viu-se obrigado a suspender a ajuda económica a Bangui.

A partir desta altura, o pretenso imperador tornava-se incómodo para a França. Sendo evidente para todos que o país africano dependia completamen-



Bokassa: repressão e massacre das crianças...

te de Paris, as suas atrocidades associava-o ao governo francês diante da opinião pública nacional e internacional. O prestígio da França exigia uma mudança de cara.

A Q U E D A

Foi assim que, dois meses antes do golpe, Giscard D'Estaing ordenou que se preparasse um plano que destronasse Bokassa. É difícil de imaginar por que razões os seus assessores conceberam um programa de intervenção tão descaradamente aberta como a empregue. Certamente o facto de que Bokassa reprimira duramente toda a oposição, civil ou militar, e que em razão disso os seus adversários encontravam-se no exílio, apresentava alguma dificuldade.

Mas, não deve ser esquecido que, em função da sua

influência sobre os militares centro-africanos, a alternativa de induzir um golpe interno parecia a mais indicada. Por essa via, ainda que de maneira hipócrita, Giscard D'Estaing ter-se-ia evitado a acusação de intervencionismo colonial.

Não houve também o cuidado de passar o governo a sectores que, de alguma forma, pudessem dizer que representavam a oposição. Escolheu-se a ocupação militar directa, e designou-se um presidente, que foi levado para Bangui no mesmo avião em que ia parte das tropas francesas.

Estas tropas ocuparam a capital na noite de 20 de Setembro, e levaram Dacko, conselheiro de Bokassa e por ele derrubado, à presidência daquela que voltou a ser a República Centro-Africana.



Bokassa e Idi Amin, dois ditadores a menos.

Estes dados não surgem, como poderia parecer, de uma denúncia da oposição de esquerda. Foi o próprio Dacko quem numa conferência de Imprensa cometeu indiscrições rodeado de pára-quedistas franceses, enquanto em Paris as autoridades se esforçavam para minimizar a sua participação.

"Fui transportado para Bangui por um avião da Força Aérea Francesa, chegando à capital poucos minutos antes de ler a declaração na qual foi anunciada a destituição de Bokassa. A operação havia sido cuidadosamente preparada e baptizada de 'Operação Entebe'."

"Felicito-me pela presença das tropas francesas na África Central, onde poderão permanecer um longo tempo, e se for necessário, por dez anos".

O FRANCÊS BOKASSA

O facto de que Bokassa, de visita a Trípoli durante o golpe, se dirigisse no seu avião para Paris, levou o reino do grotesco à capital francesa, já que Bokassa é cidadão francês, e não se

lhe pode negar ingresso. Mas depois de acolhê-lo ter-se-ia que processá-lo pelos crimes que cometera.

Giscard D'Estaing não queria, em definitivo, a sua presença incômoda, e violando as leis nacionais, fê-lo partir para a Costa do Marfim, onde lhe foi proporcionado o asilo. O mesmo governo que não concedeu residência ao francês Bokassa, impediu ao mesmo tempo o regresso à sua pátria de um dirigente centro-africano, Ange Patasse, ex-primeiro-ministro de Bokassa.

Não obstante as autoridades francesas tenham afirmado que a documentação de Patasse não estava em ordem, este demonstrou que o seu passaporte estava ainda válido. Mas, apesar disso, retiveram-no arbitrariamente até que Paris considerasse que estavam criadas as condições para que o governo do seu protegido, Dacko, estivesse estável.

Com esse mesmo objectivo, o governo francês pôs em acção aquilo que a Imprensa francesa apelidou, ironicamente, de "Operação Clorofórmio". Enviou-se dinheiro para que fossem pagos os ordenados em

atraso dos funcionários públicos, e "choveram" carregamentos de cerveja, e enquanto que com aqueles meios tranquilizava-se os ânimos em favor do presidente imposto, este impedia uma manifestação de protesto, apoiada pelas forças militares, incluídas as francesas.

Parece certo que, se bem que se tenha tratado de evitar os excessos próprios de Bokassa, pouco terá mudado para o povo centro-africano enquanto essa situação se mantiver.

A França de Giscard D'Estaing demonstrou a evidência que os seus militares intervêm nos países africanos na defesa dos seus interesses, e portanto, contra a independência e os interesses desses mesmos países. Giscard D'Estaing arrogou-se essa função, levando as suas tropas ao Zaire, ao Chade e ao Sahara Ocidental para combater os movimentos de libertação.

E ainda que, no presente caso, o que tenha sido conseguido, seja o afastamento de um ditador detestado universalmente, o objectivo é o mesmo: a manutenção do império francês.

SUDÃO

o progressivo isolamento



Gaafar Al-Numeiry, presidente do Sudão.

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1967

Quer devido à sua política interna repressiva, quer pelo crescente apoio brindado ao regime de Sadat, complementado com um projecto de unificação progressiva do Sudão e do Egipto, o governo de Kartum encontra-se cada vez mais isolado.

O mundo árabe critica-o, e, internamente, o seu povo desce à rua enquanto as tentativas de golpe de Estado se repetem de quando em vez.

Beatriz Bissio

POUCOS chefes de Estado no mundo se podem vangloriar de ter feito abortado tantas tentativas de golpe de Estado como Jafar Numeiry, do Sudão. É fácil encontrar nos arquivos da Imprensa internacional artigos que assinalam as poucas possibilidades do chefe do Estado sudanês de conservar o poder. Alude-se, inevitavel-

mente, à crítica situação interna gerada pelo crescente mal-estar social e ao descontentamento que reina entre a oficialidade. Mas os prognósticos fracassaram e até agora Numeiry continua à frente dos destinos do seu país.

No entanto isso não significa que, efectivamente, Numeiry não esteja cada vez mais isolado. Uma das

mais graves crises dos últimos tempos vem-se gerando desde o passado mês de Julho e, aparentemente, culminou com a destituição do primeiro vice-presidente da República, Abdel Gassem Mohamed Ibrahim, a 12 de Agosto. Ibrahim, que era também secretário-geral da *União Socialista Sudanesa* (USS) — partido único criado por decreto de Nu-

meiry quando, em 1969, ilegalizou todos os outros agrupamentos políticos, — havia adoptado algumas medidas tendentes a minimizar as tensões sociais. Na ausência de Numeiry, quando este se encontrava em Monróvia, capital da Libéria, na conferência cimeira anual de chefes de Estado da Organização de Unidade Africana, o vice-presidente destituído havia apoiado os funcionários públicos e os ferroviários nas suas reivindicações de aumentos salariais e havia suprimido o “imposto de regadio” pago pelos camponeses, instituído por Numeiry supostamente para usar esse dinheiro na melhoria dos salários dos funcionários do Estado. Porém, consta em Kartum que o governo cobrou o imposto mas não o utilizou no aumento prometido.

Na ausência de Numeiry e ante o deteriorado ambiente político, caracterizado por manifestações estudantis violentamente reprimidas que deixaram um elevado saldo de vários feridos, e no meio de greves importantes, como a dos ferroviários (mais de 250 mil trabalhadores paralisados em protesto contra o aumento de custo de vida), Ibrahim decidiu adoptar algumas medidas que contribuissem para distender a situação. Mas isso significava ir contra a “política de austeridade” de Numeiry.

No entanto, os factos posteriores mostraram que o caminho seguido por Ibrahim era praticamente o único que restava ao Governo.

Após o seu regresso, Numeiry destituiu o seu próximo colaborador para sal-

var a situação, mas, ao mesmo tempo, teve que adoptar medidas para minorar o descontentamento social, como controlo de preços do pão e dos cereais. Na sua alocução anual do mês de Agosto, Numeiry anunciou a sua intenção de reorganizar a União Socialista Sudanesa. Fontes oficiais mencionavam o descontentamento do chefe de Estado com a prática do partido oficialista e especulava-se com possíveis sanções contra alguns dirigentes, acusados de inoperância.

REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS

Apesar do alcance do descontentamento social, não se pode negar que o pano de fundo do problema é essencialmente político. Num *memorandum* que os dirigentes estudantis fizeram chegar ao presidente Numeiry, fazem-se algumas reivindicações claramente políticas, que traduzem o sentir das maiorias oprimidas do país. Reclama-se o restabelecimento da liberdade de informação, a liquidação do partido único, a renovação do governo.

Como medida preventiva, Numeiry pôs em estado de alerta as Forças Armadas e reforçou a guarda a todos os edifícios oficiais, particularmente a rádio. Criou tribunais de excepção para julgar os manifestantes. Política repressiva esta que é a continuação da perseguição desencadeada pelo regime nos meses de Março, Abril e Maio passados.

Os sectores nacionalistas e progressistas foram duramente atingidos durante esses meses. Mais de trezen-

tas pessoas detidas, acusadas de pertencerem ao proscrito Partido Baas (ligado ao partido iraquiano do mesmo nome), e a vários advogados de renome internacional foram-lhes retirados durante esses dias os passaportes para assim impedi-los de que viajassem para a Síria, onde, nesse momento, se desenrolava um importante Congresso de Juristas árabes, local em que os advogados sudaneses encontrariam seguramente importante eco para as suas eventuais denúncias. Durante esses meses registaram-se também detenções de destacados oficiais patriotas, acusados de intentar derrubar o governo de Numeiry por discordância com a política do Chefe do Estado de apoio a Sadat na abertura em relação a Israel.

Todo este mal-estar foi utilizado demagogicamente por Numeiry, na sua alocução nacional do mês de Agosto para acusar uma vez mais os seus opositores, particularmente o Partido Comunista (ilegalizado e duramente reprimido) e responsabilizá-los pela grave crise social e política que o país não consegue superar.

Existe outro factor que torna ainda mais crítica a situação. Numeiry não conseguiu dar uma solução adequada ao tradicional problema da rivalidade norte-sul no país.

O sul, animista e de raça negra, opõe-se ao norte, árabe e muçulmano. São de origem árabe os mais importantes dirigentes que o país conheceu e é também o norte o mais privilegiado na repartição da riqueza nacional. Depois de mais de dez anos de guerra civil

(com um custo de mais de um milhão de mortos), Numeiry acordou, em 1972, com os dirigentes guerrilheiros do sul a paz negociada na base de uma relativa autonomia administrativa. Daí nasceu o governo de Juba (capital do sul). No entanto, numa das últimas tentativas de golpe de Estado, Numeiry afirmou que nele estava envolvido Samuel Aron Bol, ex-vice-presidente do governo local do sul. As tensões estão, pois longe de terem encontrado solução.



A FRACASSADA RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Todas as dificuldades que Numeiry encontrou nos últimos tempos levaram-no a procurar o que ele desingou desde finais de 1977, por "reconciliação nacional". Trata-se de conseguir uma aproximação com dois tradicionais opositores, os *Irmãos Muçulmanos* e o *Partido Unma*, estreitamente ligado aos *Ansar*, seita da parte ocidental do Sudão. Sadek al-Mahdi, dirigente máximo da *Unma* e Cherif el-Hindi, da *Frente Nacional*, coligação que integra os *Irmãos Muçulmanos*, são os líderes com quem Numeiry procurou conciliar posições.

A Frente Nacional goza de todo o apoio da Líbia. Foi nesse país que Cherif el-Hindi passou nove anos no exílio. Aí eram treinados os grupos armados da Frente Nacional. El-Hindi era ministro das finanças do governo derrubado em 1969 por Numeiry e não aceitou integrar-se no processo de "reconciliação" nacional instrumentado pe-

lo Chefe de Estado. Esta atitude não impossibilitou, no entanto, a melhoria das relações diplomáticas entre a Líbia e o Sudão, reiniciadas em 1978.

El Mahdi que se reuniu em Fevereiro deste ano em Trípoli com Cherif el-Hindi, havia em princípio aceite integrar-se no processo de reconciliação de Numeiry. Porém, uma vez comprovados os estreitos vínculos que unem o Chefe de Estado do seu país a Sadat, declarou que rompia os seus compromissos. Afirmou que se sentia liberto deles devido às últimas declarações de Numeiry em apoio às negociações de Washington e a Camp David.

O ALTO CUSTO DO APOIO A SADAT

O Sudão é, juntamente com Oman e com Marrocos, o terceiro país árabe a não ter rompido relações com o Egipto depois do chefe de Estado daquele país ter aprofundado a sua política capitulacionista face às exigências de Washin-

gton em relação aos tratados de paz em separado com Israel. Porém, no caso do Sudão, as complicações deste apoio são mais profundas.

Em 1976, o Sudão e o Egipto firmaram um Pacto de Defesa Mútua que custou o posto a 17 altos oficiais, que naquele momento expressaram o seu desacordo com a medida. Entre eles encontrava-se o coronel Khaled Hassan Abbas, o qual, juntamente com Numeiry, havia dirigido o golpe de Estado que levou este dirigente ao poder.

O Pacto egípcio-sudanês foi ampliado mais tarde a outras áreas, com acordos que ligam os dois países nos domínios económico, cultural e social. A unificação do ensino, por exemplo, está prevista para 1981. O estabelecimento de leis comuns em matéria de legislação do trabalho, estado civil, exploração comum de milhares de hectares de terras fronteiriças e a eliminação das taxas aduaneiras são medidas também

previstas para serem levadas à prática durante esse ano.

Assinale-se ainda que, nos últimos tempos, aumentaram em cerca de noventa por cento os intercâmbios comerciais entre os dois países. A 25 de Junho passado, numa reunião conjunta dos parlamentares egípcios e sudaneses — que teve lugar em Kartum, — foi dado aval político a esses acordos. Nessa oportunidade Sadat visitou o Sudão ante a indiferença e até a hostilidade do povo deste país. No discurso que então pronunciou ante as duas assembleias legislativas reunidas, o chefe de Estado egípcio falou sem rodeios. Entre os principais objectivos dos acordos com o Sudão estava, afirmou, o de “*contratacar a subversão comunista em África*”

Tanto a Frente Nacional como a Umma consideraram que era demasiado. As aproximações que com estes grupos Numeiry havia penosamente conquistado, viram-se novamente frustrados.

El-Mahdi qualificou Sadat de “*xá dos árabes*”, e em conjunto com el-Hindi,

em representação das suas respectivas organizações políticas, deram a conhecer os quatro pontos porque se opõem ao governo de Numeiry e porque impedem a continuação da chamada “*reconciliação nacional*”: a política interna, a posição de Kartum em relação às negociações Israel-Egipto; a integração com o Egipto; e a posição adoptada pelo governo ante a revolução iraniana.

Para compreender o sentido deste último ponto, convém mencionar um facto significativo: quando se conheceram no Sudão as primeiras informações sobre o derrube do xá no Irão, as massas lançaram-se às ruas festejando a vitória do povo irmão e uma grande solidariedade se estendeu aos novos dirigentes de Teerão.

A Frente Nacional e a Umma temem os resultados e as implicações da política de integração com o Egipto. Não se trata de um processo levado por diante entre iguais, mas sim, entre um país com superioridade militar e económica, o Egipto, e outro mais pobre e profundamente dividido,

o Sudão. Pior ainda: vêem um Egipto convertido num aliado de Israel e ponto de apoio dos regimes mais retrógrados de África, como são a África do Sul e a Rodésia.

Torna-se evidente que Numeiry prosseguirá este projecto de unificação progressiva com o Egipto com um enorme custo político: o seu isolamento interno e internacional. O apoio a Sadat na sua política em relação a Israel significa inexoravelmente para o Sudão o seu isolamento no Mundo Árabe. Se a isto somarmos o descontentamento de importantes sectores das Forças Armadas, que se sentem atraídos por Numeiry por levá-los a apoiar o que consideram uma traição egípcia, constata-se claramente que o chefe de Estado sudanês se encontra em posição delicada. Seguramente outras tentativas de golpe de Estado se irão produzir em futuro próximo. E se bem que até agora Numeiry tenha saído dessas “*vicissitudes*” com inegável habilidade (e crueldade), nada lhe assegura que continue a contar com a boa sorte do passado.

Pub.

Lê — Assina — Divulga

FAROL DAS ILHAS

(Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 150\$00
Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa



AMERICA LATINA

NICARÁGUA

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 183 - S. Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

«Formar uma grande frente latino-americana»



Daniel Ortega, membro da Junta de Governo da Nicarágua e da Direcção Nacional Conjunta da Frente Sandinista, convoca governos, partidos e movimentos políticos a formar uma frente latino-americana nacionalista, democrática e revolucionária.

Diego Achard

EM entrevista de transcendente significado, pelo alcance das propostas políticas que formula, Daniel Ortega Saavedra, comandante sandinista, membro da Junta de Governo, respondeu assim às perguntas colocadas pelos Cader-nos do Terceiro Mundo:

Comandante Ortega, que ensinamentos forneceu a revolução nicaraguense para a América Latina?

A grande lição que, em nosso entender, deixa a revolução nicaraguense é a seguinte: Na Nicarágua combateram-se os esquemas. A Frente Sandinista também caiu em determinado momento no esquema, na tendência a imitar fielmente os passos que haviam seguido outras revoluções triunfantes no seu aspecto táctico. E, do ponto de vista político, também se deu determinado sectarismo, um dogmatismo ideológico e político. Na medida em que conseguimos romper com essa situação, as possibilidades de revolução ficaram mais ao alcance da mão.

Na Nicarágua, por exemplo, jogou um papel importante a integração do povo, das massas, na luta armada insurreccional. Não era uma força nascida fora das massas, que tinha como projecto libertá-las.

Esta tendência deu-se na América Latina após o triunfo da Revolução cubana. Grupos armados, isolados das massas, com uma posição objectivamente paternalista, queriam libertar as massas, que esperavam que o redentor descesse da serra ou da montanha.

Pensamos que nesse aspecto se deu um grande salto na Nicarágua, e tornou possível a revolução. Integraram-se as massas através da luta armada nas cidades.

E nas cidades não foi a luta de um esquadrão, ou de dois esquadrões, de um punhado de homens isolados da população, como super-heróis; foi o povo que se tornou aqui em herói, em combatente, no sector desta revolução.

ROMPER COM O DOGMA

O povo levantou-se em armas nas cidades e aqui encontramos uma coincidência quanto à acção armada nas cidades, nas zonas rurais, nas zonas montanhosas. Toda a geografia do nosso país, nos seus diferentes sectores urbanos e sectores rurais, torna-se uma grande frente de luta,

toda uma grande frente principal de combate.

A revolução nicaraguense mostra a necessidade de projectar uma linha política possível, real. Obrigou a romper com o dogma, com o esquema, com o sectarismo. Isso provocou indiscutivelmente muita discussão, muita contradição, mas ao fim de contas houve uma resposta consequente da Frente Sandinista de Libertação Nacional e uma implantação consequente desta ampla linha política.

Existe aqui um factor importantíssimo que pesa sobre tudo isto: ainda que a linha correcta fosse definida pela força revolucionária ou por um sector da população, se ela não fosse aceite por toda a gente, ou pela maioria, acabaria por cair no vazio. As verdades podem ser ditas em qualquer momento, e se não são aceites, pois não tomam força. Aqui o importante foi a unidade do movimento revolucionário nicaraguense, que teve a experiência suficiente para poder entender a linha a seguir, soube fortalecer essa linha, soube aplicar essa linha.

A unidade foi um factor determinante. O triunfo da revolução nicaraguense é o triunfo da unidade da força revolucionária da Nicarágua.

Não temem que se procure copiar o vosso esquema — tal como sucedeu noutras ocasiões, — e se produza um ressurgimento do guerrilheirismo na América Latina sem uma análise madura, real e muito objectiva das condições de cada um dos países?

Pensamos que a maior experiência que podemos transmitir é dizer que não nos imitem, que não se sujeitem a nenhum esquema e que não se deixem inebriar, podemos dizê-lo assim, com as revoluções triunfantes.

TAMBÉM COMETEMOS ERROS

Afirmou que os sandinistas também cometeram erros...

Também nós caímos nesse erro em determinado momento. Claro que sim. Se é certo que o sandinismo obedece a todo um desenvolvimento histórico do nosso país, evidentemente, não podemos isolarmo-nos do Mundo, e sobretudo no campo militar, tendia-se a cair em determinadismo esquematismo. Isso não fazia mais que



Combatentes sandinistas «pousam» para a foto junto ao Cadillac blindado de «la Hope» (mulher de Somoza).

encerrar-nos num círculo vicioso, porque não tínhamos possibilidade de evolução. As possibilidades de evolução deram-se à medida que fomos rompendo com esse esquematismo e fomos encontrando uma resposta de acordo com a própria realidade nicaraguense.

Com a autoridade que lhes dá o facto de ter feito uma revolução na Nicarágua, vocês poderão ser o eixo, o ponto de união entre diversos movimentos revolucionários na América Latina...

Nós estamos interessados em lutar pela unidade latino-americana e vamos pôr todos os nossos esforços nesse sentido, para atingir essa unidade latino-americana, sobre objectivos comuns que nos façam pôr os pés sobre a terra para ir avançando. Mesmo quando as conquistas parecem pequenas, serão grandes à medida que são conquistas. Se avançamos com metas que não se podem alcançar, em lugar de avançar, o que fazemos é retroceder.

Como conseguiram vocês manter excelentes relações com governos democráticos, e, em alguns casos, inclusivamente com governos militares, como o do Equador, e ao mesmo tempo cultivá-las com as forças revolucionárias desses países?

O que se pôs em primeiro lugar, como dizíamos, foram objectivos comuns. Objectivos comuns a todos estes interesses, a todas estas forças, a todos estes sectores.

Os militares equatorianos viram com simpatia a revolução nicaraguense, na medida em que têm uma posição de autodeterminação. Uma posição nacionalista. E as forças revolucionárias latino-americanas também olhavam com simpatia a revolução nicaraguense por razões óbvias.

O importante aqui, é que se conseguiu trabalhar, conseguiu-se unificar critérios em torno de objectivos muito preciosos e que correspondiam a interesses comuns.

PCR UMA FRENTE LATINO-AMERICANA

Comandante, você em discurso recente avançou com a ideia da criação de uma frente latino-americana. Em que consistiria essa frente? Que funções deveria cumprir?

Quando falamos da formação de uma grande frente latino-americana, estamos a partir de uma situação que indiscutivelmente tem vindo a mudar o rumo dos povos latino-americanos.

Devemos tomar em conta, em primeiro lugar, a batalha que os povos têm travado pela sua independência e que de uma maneira ou de outra tem repercutido em muitos governos latino-americanos. As contradições que se têm dado no campo económico, são factores a tomar em conta em primeiro lugar. Esta necessidade de fortalecer um capitalismo com características nacionalistas em alguns países latino-americanos, coincide neste momento com os interesses da revolução.

Frente a um capitalismo dependente, um capitalismo submetido ao ditado pela política norte-americana — o tradicional na América Latina, — este capitalismo que emerge tem uma projecção positiva. Na medida em que, por exemplo, na Venezuela se nacionaliza o petróleo, este acontecimento tem uma repercussão tanto a nível económico, como também político.

Isso é o que nos pode fazer entender a atitude política de uma série de governos latino-americanos, que, com uma visão diferente da defendida nos anos 50 ou 60, de dependência total e absoluta ante os Estados Unidos, assumem uma atitude política contrária, como o demonstraram na 17.^a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Insistimos muito nisto da 17.^a reunião da OEA, porque é o momento que evidencia o avanço que teve a América Latina. Evidentemente que não podemos atribuir apenas méritos aos governos latino-americanos. Em primeiro lugar, temos que ressaltar a atitude dos povos que continuamente pressionaram no sentido de uma verdadeira independência, por uma verdadeira atitude soberana na ordem internacional.

O caso da Nicarágua foi um elemento que serviu para mover diferentes forças no Continente em torno de um objectivo que gozava da simpatia e do apoio dos povos latino-americanos.

Dessa maneira, nesta decisão tomada pela OEA, decisão que era defendida e apoiada pelos povos latino-americanos, pelos movimentos de libertação latino-americanos, pelas forças revolucionárias latino-americanas, centra-se um precedente muito importante a tomar em conta: demonstra a urgência de fazer coincidir a força dos diferentes sectores políticos latino-americanos em torno de objectivos comuns.



pág. 118 - n.º 18 (Out.-Nov. 79)

Existem grandes objectivos comuns para a América Latina. Pensamos que o avanço revolucionário da América Latina não pode dar-se segundo o desejo de determinados movimentos de libertação, de determinados partidos, de determinadas forças políticas, mas que o iremos conseguindo de uma forma lenta mas segura. Isso vai-se conseguir à medida em que se dê esse fortalecimento de posições positivas para o movimento revolucionário continental.

COORDENAR ESFORÇOS

Não se trata de antepor posições de grupos, posições partidárias, mas de fazer valer o sentimento estratégico das forças revolucionárias latino-americanas a partir do desenvolvimento histórico que vive o continente.

Não podemos saltar etapas, não podemos tratar de violentar experiências. Pensamos que a América Latina, após o triunfo da revolução cubana, viu-se pressionada por diferentes forças. Caiu-se em atitudes dogmáticas, em atitudes esquemáticas, e isso não podia fazer avançar a revolução na América Latina.

Como poderia ser constituída essa frente? Sobre que bases, sobre que condições ou plataformas?

O problema está aí. Na possibilidade bem objectiva, bem concreta...

Trata-se agora de coordenar os esforços dos movimentos revolucionários latino-americanos, dos movimentos de libertação, dos governos democráticos. Coordenar esses esforços em torno de objectivos comuns...

Ou seja, procurar os factores que unam e não os factores que dividam. Pensamos que isto tem que conduzir a uma resposta rápida, mas não forçada. Uma resposta que tem de surgir da mesma maneira que surgiu em torno da luta nicaraguense, que continua a ser, também, um elemento aglutinador, sobretudo nesta nova etapa de reconstrução nacional.

Quando nós pedimos solidariedade para um a Nicarágua, não o fazemos partindo de uma posição meramente regionalista ou localista, como queira. Pensamos que os interesses da revolução latino-americana estão em jogo.

Estamos travando uma grande batalha de séculos. Neste momento ganhámos

uma batalha no Continente, mas isso implica novos combates, novas batalhas. E vamos ganhá-las à medida em que consolidemos esta revolução.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO

A América Latina tem que ir definindo, de uma vez por todas, posições unitárias sobre objectivos muito concretos, como, por exemplo, conseguir uma abertura democrática, lograr a democratização de países que se encontrem ainda dominados por ditadores de cariz fascista.

A formação de uma frente antifascista latino-americana poderia ser, nesse sentido, um elemento aglutinador?

Sim. Poderia sê-lo. Seria questão de encontrarmos o nome adequado. Não podemos ser rígidos. Pensamos que tal deverá surgir, e haveria que dar um pouco mais de voltas à ideia para poder concretizá-la em algo que nos permita realmente aproveitar as circunstâncias históricas. Trata-se de não deixar passar a ocasião.

Falar disto há cinco ou seis anos teria sido uma utopia. Teria sido romantismo. Mas hoje existem condições muito concretas, muito reais, obrigam-nos a concretizá-la. A atitude que tiveram muitos governos latino-americanos face à ditadura fascista chilena não teve precedentes. A união em torno da luta pelo Canal do Panamá é outro elemento importante. A luta pelos recursos naturais que travam muitos países latino-americanos é outro factor a tomar em conta.

E, aí, entra também a luta de libertação, como a que travou o povo nicaraguense. Os elementos estão aí, pensamos que este é o momento histórico e que é obrigação das forças revolucionárias acabar com o sectarismo, acabar com as posições de grupo e tratar de encontrar uma resposta dentro das possibilidades históricas que se colocam neste momento.

Nestas condições, que papel pode jogar a social-democracia?

A social-democracia está sendo obrigada a jogar um papel na América Latina. E ela tem que fazê-lo respeitando sobretudo, e em primeiro lugar, os critérios latino-americanos. Se apoiassem as inquietações latino-americanas, a política dos povos latino-americanos, nessa medida participariam também da grande frente de luta latino-americana.

Um elemento novo para a América Latina, no caso da Nicarágua, foi a participação activa de Israel em apoio de Somoza e, em contrapartida, o reconhecimento de dois países árabes — o Iraque e a Líbia, — do Governo de Reconstrução Nacional antes mesmo que este se instalasse na Nicarágua. Como vêem o futuro destas relações?

O PAPEL DOS ÁRABES

Na Nicarágua experimentámos o apoio permanente do governo de Israel ao governo somozista. Até ao último momento Israel armou Somoza, fortalecendo as posições somozistas. O que os nazis fizeram com Israel, veio agora Israel fazer na Nicarágua. A presença de Israel na América Latina foi bastante negativa neste aspecto.

E, por outro lado, e isolamento em que esteve a América Latina em relação a outros países da Ásia e da África facilitou a dominação da política dos sectores mais reacconários dos Estados Unidos. Facilitou a implantação dessa política e possibilitou que esses sectores ganhassem força nos Estados Unidos.

Na medida em que os países árabes constatarem isso, e apresentaram possibilidades concretas de fortalecer relações, aumentam as possibilidades de independência da América Latina, já que os países árabes podem jogar um papel muito importante neste sentido no continente latino-americano.

A necessidade de fortalecer essas relações estende-se não só aos países árabes, como a outros países da Ásia, África e inclusivamente aos países do continente europeu, com os quais as relações, tanto a nível económico como político, têm sido muito limitadas.

Pensamos que se a América Latina conseguir abrir-se ao Mundo, estaríamos assentando as bases para reduzir as posições dos sectores mais reacconários dos Estados Unidos e fortalecer posições mais de acordo com os interesses da independência, soberania e autonomia latino-americana.

Passando à situação interna da Nicarágua. Quais são as possibilidades de uma contra-revolução?

A ameaça da contra-revolução está latente. Na Nicarágua existem sectores

reaccionários. É composto por aqueles sectores economicamente poderosos que fizeram dinheiro à sombra da ditadura somozista, que foram cúmplices do somozismo, que sempre mantiveram uma atitude de repúdio a toda a mudança, que diziam, por exemplo, que Somoza era a garantia da Nicarágua, que o que vinha era o comunismo e que no último momento, quando viram que a situação de Somoza era insustentável, assumiram uma posição contra a ditadura.

Estes elementos, estes sectores, que são relativamente pequenos no nosso país, não têm uma projecção popular. São, no entanto, os sectores que se prestariam a conspirar e os que de facto já estão conspirando contra a revolução.

Mas, no fim de contas, vemos neles uma grande debilidade, tanto moral como real, já que estes sectores foram incapazes de criar a sua própria resposta e

submeteram a sua resposta política à ditadura somozista, foram simples serventuários da ditadura somozista.

Pensamos, pois, que se é certo que esta gente está conspirando e vai continuar a conspirar, o povo tem a capacidade suficiente para neutralizar, afogar, liquidar essa conspiração.

A revolução sandinista continua sendo ampla, continua sendo generosa e mantém a sua posição de dar lugar a todos os sectores sociais, económicos e políticos dentro do processo de reconstrução nacional, sempre e quando estes não atentem contra a revolução.

Evidentemente que esta gente tem terror ao reformismo, para já não falar das transformações mais profundas de cunho revolucionário, e é isso que os move a esta atitude ofensiva. O povo nicaraguense não lhes irá permitir essa atitude. Eles podem ser parte do processo de recons-



GUIA terceiro mundo

suplemento anual
dos «Cadernos»
foi um sucesso editorial
na edição em espanhol
para 1979.

A versão 1980 está a ser preparada,
também em português,
para sair em Dezembro deste ano.

trução nacional, mas dentro do que é a revolução sandinista e não procurando desviá-la, sabotá-la, como o estão fazendo.

O QUE VEM DEPOIS?

Muita gente pergunta a si própria o que virá depois da etapa de reconstrução nacional...

Nós temos um objectivo estratégico, fundamentado nas necessidades históricas do povo nicaraguense, que foram assumidas por Sandino. Penetrar em Sandino, mergulhar no pensamento de Sandino, dá-nos suficientes elementos teóricos para poder projectá-lo numa estratégia posterior a esta etapa de reconstrução nacional.

Mas quais são estes objectivos estratégicos?

Estão orientados no sentido de que a revolução não pare depois desta etapa de reconstrução nacional, mas vá avançando dentro de caminhos que permitam fortalecer as posições dos sectores mais explorados do nosso país, dos operários, dos camponeses. Que estes venham a ter cada vez maiores possibilidades de participação, maiores possibilidades de superação, maiores possibilidades de poder político no nosso país.

Nesses planos está inscrita a formação de um Partido Sandinista. Que tipo de partido será esse? Que características irá apresentar?

Pensamos que o partido é uma necessidade, mas neste momento o que fazemos é fortalecer a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Encontramo-nos na tarefa de organizar o povo nicaraguense e o assunto do partido pensamos que é algo que deverá brotar mais lá para a frente, produto de todo um trabalho a partir das bases. Seria um despropósito decretar agora a formação do partido, quando não existe uma base de carácter partidário realmente estruturada.

NÃO HÁ "HOMEM FORTE"

A imprensa norte-americana insiste e projecta determinados personagens dentro da política nicaraguense, em busca de um líder, a "figura". Existe o "homem forte" de que tanto se fala?

Na América Latina, o normal historicamente tem sido a presença de figuras centrais com uma maior projecção, e também com grande poder.

Nos Estados Unidos o fenómeno é similar. É por isso que quando há uma mudança em determinado país, seja fascista ou revolucionário, a Imprensa internacional tem de procurar os "homens fortes". Procura o homem que controla e tudo maneja.

Neste sentido a revolução nicaraguense tem características muito particulares. Existe uma Junta de Governo de cinco membros. Não há um presidente. E isso foi bem visto pelo povo, porque a presença de uma ditadura como a de Somoza por tanto tempo, criou um repúdio ao caudilhismo. Criou um repúdio ao poder pessoal tão grande que o povo não poderia aceitar uma situação parecida.

Existe uma Direcção Nacional Conjunta da Frente Sandinista, que é composta por nove membros, e tanto a nível de governo como na direcção do conjunto do sandinismo o que existem são funções. Os dirigentes cumprem com funções.

Hoje podemos estar em determinado lugar a cumprir uma função, amanhã podemos estar em outro lado onde a organização ache por bem colocar-nos, de tal maneira que nenhuma destas funções irá servir para dar poder a tal companheiro, a determinado dirigente. Aqui as funções respondem a espírito colectivo e respondem a uma linha colectiva, e o companheiro responsável não é mais que o responsável, o encarregado de aplicar a linha, aplicar a política do governo, da organização, e tem de responder ante os organismos respectivos pelos erros que aí se cometam, encontrando-se submetido a críticas permanentes, a uma vigilância permanente dos organismos de direcção e do povo.

Está-se a dar, a pouco e pouco, na Nicarágua, uma diferenciação entre o aparelho estatal e a Frente Sandinista...

Sim, sim, evidentemente. Neste momento é necessário por questões de administração, que o aparelho de Estado funcione com determinada independência da Frente Sandinista como organização revolucionária, como partido, por assim dizer.

Tem que se dar uma diferença. E isso vai-se conseguindo à medida que as forças sandinistas, que antes eram irregulares e que eram compostas por grande parte da população, se vão estruturando dentro de um exército regular, à medida que as funções administrativas a nível do governo ou se traduzem em funções militares dentro do exército. Cada um vai ocupar o lugar que lhe corresponde nesta fase de reconstrução nacional.

ESTAR À ALTURA DO MOMENTO HISTÓRICO

A situação na América Central, que se apresenta explosiva, não poderá ser perigosa para a consolidação da revolução nicaraguense?

Quando a revolução nicaraguense se encontrava na sua etapa de luta contra a ditadura somozista, os problemas sociais na América Central já existiam. Já se haviam dado, inclusive, situações que tinham levado o governo do presidente Carter a tomar medidas de acordo com a sua política em prol dos direitos humanos, como foi o caso das medidas contra o governo salvadorenho.

De tal modo que ninguém pode vir hoje dizer que é a Nicarágua que está a provocar situações em El Salvador ou na Guatemala. Pensamos que o incremento da actividade revolucionária em El Salvador ou na Guatemala, por exemplo, não

tem em que afectar a revolução nicaraguense. Claro que há quem queira aproveitar a circunstância para agredir a revolução nicaraguense. Mas esses problemas são problemas do povo salvadorenho com o seu governo, são problemas do governo guatemalteco com o seu povo, e terão que ser os salvadorenhos e os guatemaltecos a resolvê-los.

Aparentemente, os Estados Unidos estão a elaborar uma nova política para a América Latina a partir da revolução nicaraguense. Qual poderá ser a resposta latino-americana ante uma nova política norte-americana?

Pensamos que a resposta latino-americana é a aglutinação e formar essa grande frente. A nova política dos Estados Unidos, essa sim, é uma realidade. E o mais grave é que estão procurando impor as suas medidas, que são agressivas, que procuram desarticular qualquer possível abertura democrática na América Latina. A frente latino-americana terá de lutar contra essas posições e fortalecer as que defendem a abertura democrática na América Latina. Seria um primeiro passo e é uma questão urgente, como dizíamos, a integração da frente latino-americana para poder sair ao encontro das manobras dos sectores mais reaccionários dos Estados Unidos, das manobras imperialistas, e também, para poder estar à altura do momento histórico que vive a América Latina.

Leia — Assine — Divulgue

O Jornal de Felgueiras

Semanário regionalista

Sede:
Avenida de Santa Quitéria
4610 FELGUEIRAS

NICARÁGUA

Uma revolução profunda



Carlos Nuñez, membro da Direcção Nacional da FSLN, afirma que no seu país foram utilizadas novas formas de luta e que o processo herda o legado histórico de outras revoluções, caracterizando-se, também, pelas suas particularidades próprias.

Leonel Urbano

NA Nicarágua um regime ditatorial foi derubado. Carlos Nuñez, membro da Direcção Nacional Conjunta da Frente Sandinista de Libertação Nacional explica-nos as características do processo que levou ao derrube do somozismo.

“É um Estado revolucionário o que está nascendo. Surgiu de uma revolução profunda. É democrático e a força que o move reside

nas massas. Especialmente nos trabalhadores. Estas forças reconhecem na Frente Sandinista a sua vanguarda e a sua direcção. O sandinismo já não é só um antecedente histórico legado por Sandino. É a combinação de todos esses antecedentes que nós herdámos com tudo o que de novo foi gerado.

A FSLN criou uma política de alianças sociais, utilizou formas de luta novas,

combinação da guerra de tipo convencional, digamos, com a guerra de guerrilhas, com as insurreições. Criou uma teoria militar, ainda não processada, não classificada.

Todos estes elementos levaram a que as massas, as bases, as forças sociais maioritárias, neste momento, se encontrem aglutinadas em torno da FSLN. De tal forma que este novo governo cumpre a condição

necessária de preencher esse vazio de poder deixado pela ditadura."

A Nicarágua encontra-se destruída pela guerra. Tivemos a oportunidade de visitar a cintura industrial da zona norte de Manágua, acompanhados de um combatente internacionalista, passar frente a fábricas bombardeadas, incendiadas, saqueadas. Dizia-nos o nosso acompanhante que essa terrível visão lhe parecia "um acto de imolação do velho sistema". A nós, no entanto, parece-nos algo mais: um plano premeditado e sistemático para deixar o novo regime nas piores condições. Para atrasar por vários anos o desenvolvimento do novo sistema. A primeira revanche da contra-revolução.

O comandante Carlos Nuñez fala-nos sobre a actual fase:

"Toda a programática da revolução está agora em função da reconstrução. As forças sociais, a base social, encontra-se com a Frente Sandinista, e o nosso objectivo é que isso se mantenha. No novo Estado a base social é operária e camponesa, bem como existem sectores da pequena burguesia das cidades. O eixo é a aliança operário-camponesa e popular, combinada com sectores da burguesia que neste momento apoiam o programa de reconstrução.

São sectores que não têm por agora independência política e que se encontram muito debilitados. A direcção do processo está no sandinismo e o sandinismo é uma expressão dos interesses operários e camponeses."

E como se expressa tudo isso a nível económico?

Este é um país capitalista dependente e que além do mais se encontra destruído pela guerra. As forças produtivas do velho regime esgotaram-se. O Estado representava o capitalismo

dependente, e tal como se deu o desenvolvimento histórico da Nicarágua, o capitalismo deu tudo o que tinha a dar neste país. Isto tem que ver com o futuro rumo das transformações.

o assalto ao quartel de Estelí

«Peligro» e «Once», dois combatentes sandinistas, contam-nos a verdadeira história do avião fumigador que participou na luta de libertação.

Meados do mês de Julho, quando a guerra abalava a Nicarágua, travava-se uma das mais longas insurreições que a História conhece. Nesse mês as agências noticiosas internacionais fizeram eco de uma informação divulgada pela *Oficina de Relaciones Públicas da Guardia somozista*. Tratava-se de "um avião russo pilotado por um cubano" que tinha bombardeado a guarnição de Estelí. Agora que a guerra acabou, podemos conhecer a verdadeira história.

Viajámos de Manágua para o Norte num "Toyota" recuperado, e fomos acompanhados por quatro combatentes. Entre eles encontram-se "Peligro" e "Once". Ambos eram combatentes da frente norte, Carlos Fonseca Amador. São de Estelí. É para lá que nos dirigimos, 150 quilómetros ao norte da capital.

"Peligro" conta-nos a história.

Em Abril tinham conseguido ocupar a cidade. Tinha conseguido cercar a *Guardia*. Mas entretanto tinham entrado em acção as tropas do CONDECA, * muito superiores em armamento, e os sandinistas tinham-se visto obrigados a retirar. A cidade e as pessoas foram arrasadas pela selvajaria dos militares. Em Julho, em plena insurreição, as colunas guerrilheiras ocuparam de novo a cidade. A aviação somozista descarregou a sua fúria sobre as serras circundantes e sobre as casas. O *napalm* destruiu tudo.

Enquanto percorremos a Estrada Norte, podemos ver as colinas verdes cobertas de vegetação, mas aqui e ali com imensas clareiras: são os efeitos do *napalm*, que, nalguns pontos, "limpou" montanhas inteiras.

Os guerrilheiros haviam cercado a guarnição. Mas esta encontrava-se muito bem defendida. "Peligro" e "Once" contam-nos que nela se encontrava um importante contingente de mercenários da Coreia do Sul. O chefe da guarnição era um tal Zúñiga, alto oficial somozista. Uma semana antes da queda da guarnição, um helicóptero veio em seu socorro, mas o fogo dos guerrilheiros impediu-o de se aproximar. Os combatentes tinham entretanto posto sob "escuta" as comunicações somozistas. E as tropas que vinham em socorro de

Em primeiro lugar, apoiamos-nos na confiscação de todos os bens do somozismo. Em segundo lugar, apoiamos-nos nessa base social, a base da revolução, que é quem pode pôr em

marcha os recursos produtivos, incorporando-lhe o trabalho.

A revolução Sandinista é anti-imperialista. No entanto as necessidades prementes do pós-guerra colocam

a urgência de um financiamento. Não amarra esta situação a revolução a laços de dependência? Existe a possibilidade de estabelecer esses vínculos sem que, ao mesmo tempo, se caia na dependência dos organismos financeiros do imperialismo?

Nós previmos esta situação. Esta é de facto uma situação perigosa, mas procuramos sempre deixar bem claro que somos independentes quanto à nossa política. Manter amizades com todos os povos do Mundo e relações com todos os governos, sem aceitar pressões. Sobreretudo amizade com os povos latino-americanos, para quando a revolução triunfe, e uma boa relação com os governos, procurando neutralizar as forças internacionais que estariam interessadas em fazer cair sobre a Nicarágua um bloqueio político e um bloqueio económico. Procuramos manter uma política aberta e conseguimos a formação de uma frente anti-intervencionista. Deixámos claro que não aceitaremos nenhum tipo de pressão. É nesta política que se mantém a Frente Sandinista como se mantém o Governo de Reconstrução. O próprio Governo através do companheiro Robelo reafirmou esta decisão.

Quais as perspectivas?

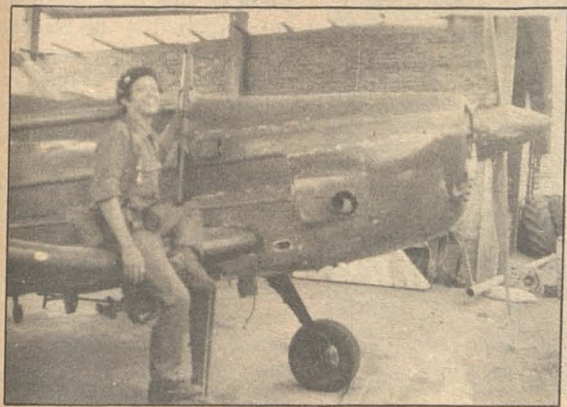
Cumprir esta etapa de transição democrática o mais depressa possível e avançarmos para uma etapa futura de transformações mais profundas, que nos permitam caminhar mais rapidamente.

Vocês desde o início tomaram medidas profundamente revolucionárias. A nacionalização da Banca

Zuñiga afirmavam-lhe que ele já estava perdido: "Já não conseguimos desalojar esta gente nem a napalm".

Os sandinistas intimaram-nos várias vezes a renderem-se. Só poucos o fizeram. Foi então que foi planeada a tomada de assalto.

"Peligro" sabia que numa quinta próxima de La Trinidad, uma povoação próxima de Estelí, havia um avião fumigador. Em La Trinidad, onde todo o povo é sandinista, os guerrilheiros tinham uma "base" de explosivos. Uns canos de aproximadamente um metro de largo serviam de cápsulas. Cápsulas estas que foram enchidas com cerca de 15 quilos de explosivos e posteriormente adaptadas com umas elegantes asas na parte traseira e na frente com um detonador. Assim ficaram armadas as bombas. "Peligro" adaptou no avião um mecanismo que permitia colocar quatro bombas e lançá-las simultaneamente. A pequena avioneta — com uma única hélice central — foi camuflada com uma lona verde.



«Peligro» com o avião fumigador que bombardeou o quartel de Estelí.

O ataque foi coordenado para a madrugada do dia 16 de Julho. Duma esquina uma grua começaria por derrubar o muro do quartel; de outro ângulo, um morteiro caseiro lançaria as suas cargas. Do ar, o "avião russo pilotado por um cubano" bombardearia. Assim sucedeu. E esse foi o começo do fim do último reduto somozista na "cidade mártir".

"Peligro" tem só 19 anos e dois de militância na Frente Sandinista. De início desenvolvia apenas trabalho político legal entre os estudantes do ensino secundário de Estelí. Mas teve de passar à clandestinidade e internou-se nas montanhas. Aí encontrou "Once", de 20 anos de idade.

Na Nicarágua há muitos "peligros" e "onces". São os "muchachos". São o povo. O povo em armas que hoje dirige os destinos do seu próprio país. O avião fumigador fica hoje aqui como mais um episódio da guerra.

*Ver Cadernos do Terceiro Mundo n.º 13.



Ao centro os comandantes Victor Tirado, Daniel Ortega e Carlos Nuñez.



«Aqui jaz um cão mercenário»

privada implica que o Estado Revolucionário expropria a maior parte do capital existente, já que só irá repor aos accionistas os valores nominais. Ou seja, o Estado confisca a maior parte do capital, já que o Banic e o Banamérica captam 70 por cento da poupança interna. Por outro lado, esses bancos têm ramificações conhecidas em pelo menos 14 empresas de forma directa e em 25 subsidiárias de forma indirecta,

pelo que essas empresas passam a ser absorvidas pelo Estado...

As instituições em que a maioria do capital era propriedade de somozistas ou do próprio Somoza, são as que imediatamente passaram para a propriedade do Estado. Em alguns casos a composição era heterogênea e por isso se discute agora se esses accionistas ficam em funções ou se lhes atribuirá a sua parte de acordo com o decreto de

expropriação, que fixa em 6,5 por cento ao ano, de acordo com os valores nominais. Mas a parte do somozismo sofreu uma confiscação, isso ficou claro.

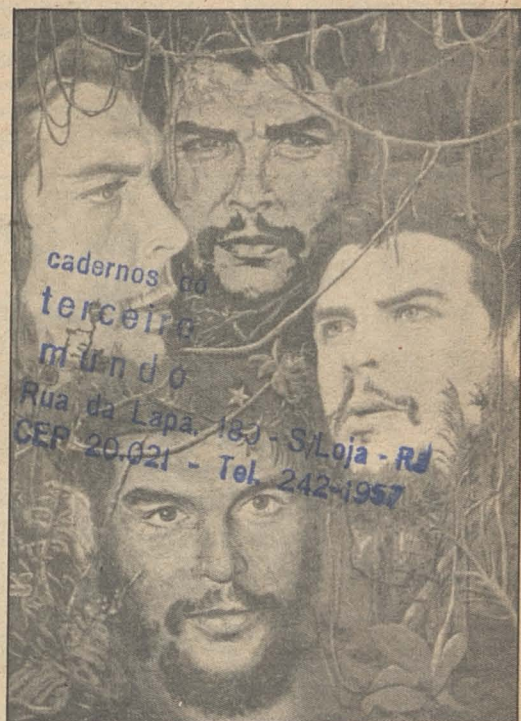
A REVOLUÇÃO SANDINISTA: RAIZES NACIONAIS E CONTEÚDO INTERNACIONALISTA

Muito se falou desta revolução, sobre as suas particularidades e características. Numa das "comparações ante o povo", o comandante Daniel Ortega colocou duas questões. Afirmou que o sandinismo tem uma raiz histórica nacional, que herda toda uma tradição política de luta anti-imperialista de Sandino e de luta contra a exploração das classes burguesas e latifundiárias e contra os seus partidos tradicionais, o conservador e o liberal. Que, por outro lado, herda elementos da luta revolucionária dos povos do mundo contra o imperialismo, citando o caso concreto do Vietnam. Pode-se definir a Revolução Sandinista como uma forma nacional que herda todo esse legado histórico, e, ao mesmo tempo, esse conteúdo internacional?

Correcto. Queria assinalar que a nossa revolução herda o legado histórico de outras revoluções, a sua teoria científica. A Frente Sandinista aproveitou em grande medida as experiências de outras revoluções. E hoje, como dizia Fidel Castro a 26 de Julho passado, a nossa revolução tem algumas particularidades próprias e também algumas semelhanças com a Revolução Cubana.

«CHE» GUEVARA, o «guerrilheiro heróico»

No passado dia 8 de Outubro foi lembrada pelo mundo progressista a morte do «Che», um dos heróis da Sierra Maestra e paladino do internacionalismo combatente.



NASCI na Argentina, não é segredo para ninguém. Sou cubano e também sou argentino e se não se ofenderem as ilustríssimas senhorias da América Latina, de qualquer país da América Latina, e no momento em que fosse necessário, estaria disposto a entregar minha vida pela libertação de qualquer um dos países latino-americanos, sem pedir nada a ninguém, sem exigir nada, sem explorar ninguém...”

Assim esboçava Ernesto “Che” Guevara os rasgos de sua vida, que foram tomando forma na luta.

Nasceu em 14 de Junho de 1928 em Rosário, Santa Fé, na República da Argentina, numa família de nível cultural e económico elevado. O seu pai, dono de uma plantação de erva-mate em Misiones, humanista influenciado pelo pensamento social de esquerda, rompe com a tradição do salário em vales e paga aos seus operários com a moeda de curso legal.

O clima da selva começou a ser prejudicial à asma precoce do pequeno Ernesto, facto este que decide a venda da plantação. A família muda-se, então, para o centro turístico monta-

nhoso de Alta Gracia, a 36 km da cidade de Córdoba. Ali, Ernesto frequenta a instrução primária nas escolas “San Martín” e “Manuel Belgrano”. Anos depois frequentará o colégio Nacional “Deán Funes”.

Ao terminar o liceu, tudo parecia indicar possuir ele uma definida vocação para as matemáticas. No entanto, matricula-se inesperadamente na Faculdade de Medicina. A morte de sua avó, após uma dolorosa agonia, teria amadurecido essa decisão. Porém não espera até formar-se. Durante quatro anos, enquanto ia passando nas disciplinas bá-

g. 1

sicas do curso, trabalha num instituto de investigações alérgicas. E, sempre que podia, viajava. Com o seu amigo cordobés, o bioquímico Alberto Granados, percorre a América.

"Comecei a viajar pela América e conheci-a toda. Graças às condições em que viajei, comecei a entrar em contacto directo com a miséria, com a fome, com as doenças, com a impossi-

no laboratório e aos cuidados directos dos doentes.

Em 20 de Junho de 1952, empreendem a viagem de regresso, atravessando a Colômbia e a Venezuela. Em Caracas, separaram-se com a promessa de se encontrarem no ano seguinte. Ernesto deve voltar a Buenos Aires para prestar exame das últimas disciplinas pendentes. Em 11 de Abril de 1953, depois de 6

Guevara propugna pela imediata organização da defesa popular e reclama em vão que o enviem à frente de combate. Hóspede da Embaixada argentina, Guevara ajuda seus amigos cubanos, argentinos e guatemaltecos a escapar da ferocidade reaccionária. Viaja de comboio até ao México e no caminho conhece Julio Roberto Cáceres, "El Patojo", jovem re-



Manifestação do 1.º de Maio em Havana.

bilidade de curar um filho por falta de meios, com o embrutecimento que a fome e o castigo permanentes provoca", diria ele mais tarde, comentando a experiência.

Um objectivo encorajava-os: estudar e combater a lepra. Numa velha motocicleta que eles chamavam A Poderosa, a pé, em balsas de troncos pelos rios, chegam ao seu destino: o leprosário San Pablo, numa ilhota da Amazônia peruana. Ali arranjam trabalho, dedicando-se à investigação

meses de estudo intenso, obtém o seu diploma com a pontuação máxima e retoma o caminho da América.

A situação explosiva da Guatemala, onde o imperialismo se dispõe a liquidar a incipiente revolução de Jacobo Arbenz, atrai o jovem médico, que chega à capital com uma carta de recomendação para um funcionário do Governo e com a aspiração de exercer a medicina e a investigação científica na selva do Petén.

volucionário guatemalteco.

Médico no Hospital Geral da Secretaria de Saúde Sanitária e Assistência, partilha com Hilda Gadea, militante peruana deportada da Guatemala para o México (e que a seguir seria a sua companheira e mãe da sua primeira filha), um pequeno apartamento. A amizade iniciada na Guatemala com Nico López e outros revolucionários cubanos torna-se mais estreita. Pouco tempo depois, estes apresentaram-no a Raul e posteriormente a Fidel Cas-



Che: criar, criar... o Homem novo.

tro. Desde o primeiro encontro, aquele que a partir daí a História chamará de "Che" incorpora-se como médico da futura expedição do Granma.

A repressão de Fulgêncio Batista chega ao México: consegue a prisão de Fidel e de um grupo de seus companheiros, que serão encerrados no cárcere de Miguel Schultz. Entre os

Mas não foi apacando a dor das feridas dos seus companheiros e sim empunhando a espingarda que este primeiro comandante concordou em vestir o uniforme verde oliva.

Além deles, bem poucos na América acreditavam na vitória que posteriormente alcançariam. Eram vistos como um grupo de jovens líricos em busca da imortalidade. Porém o ditador fugiu assustado e os sonhadores tomaram o poder. Ernesto Guevara foi nomeado presidente do Banco Nacional de Cuba e mais tarde ministro das Indústrias.

Em 1965, silenciosamente, deixou os altos postos na revolução cubana e foi para o Congo, à frente de uma legião de voluntários cubanos, participando, sob o pseudônimo de Tatu (que significa dois em swahili), na luta anticolonialista.

Da sua passagem por África ficam testemunhos na Tanzânia, Argélia e Benín.

Regressa a Cuba e durante dois anos planeia o que

poder popular a partir de Nancahuazú, região de onde havia surgido a guerrilha, e daí expandir sucessivas frentes guerrilheiras aos países vizinhos do continente.

A CIA estava no seu encalço. Os seus perseguidores eram os rangers bolivianos treinados e assessorados pelos boinas-verdes vindos do Vietnã. Na noite de 8 de Outubro de 1967, cercam-no e o comandante Guevara cai ferido. Levado à aldeia de La Higuera, agentes cubanos da CIA reconhecem-no. Na segunda-feira, 9 de Outubro, o sargento Mario Terán Ortuno assassina-o com duas rajadas de metralhadora. O seu cadáver, amarrado ao trem de aterragem de um helicóptero é levado a Vallegrande, onde é secretamente sepultado. As suas mãos amputadas serviram de prova de identificação para peritos provenientes da Argentina.

No dia 18 de Outubro desse mesmo ano, o comandante Fidel Castro dirigia-se da Praça da Revolução, ao seu povo, com estas palavras: "A morte do Che (...) é um golpe duro, é um golpe tremendo para o movimento revolucionário na medida em que o priva, sem nenhuma sombra de dúvida, do seu chefe mais experimentado e capaz.

Poré enganam-se os que cantam vitória. Enganam-se os crêem que a sua morte é a derrota das suas ideias (...) porque aquele homem que caiu como homem mortal, como homem que se expunha muitas vezes às balas, como militar, como chefe, é mil vezes mais capaz do que aqueles que com um golpe de sorte o mataram".

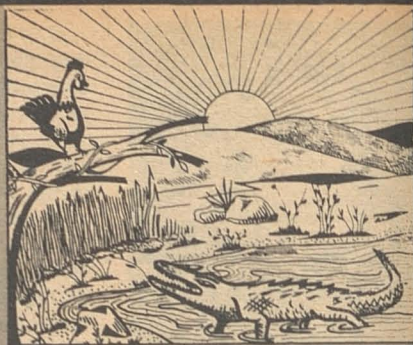
A biografia do Che que aqui reproduzimos é uma das muitas biografias que integrarão o *Guia do Terceiro Mundo* que estamos a preparar com todo o cuidado, especialmente para si. Em Dezembro será posto à venda.

detidos estão Che e a sua companheira.

"Digo-lhes que o meu futuro está ligado à libertação cubana; ou triunfo com ela ou morro lá", dizia aos seus pais numa carta enviada da prisão.

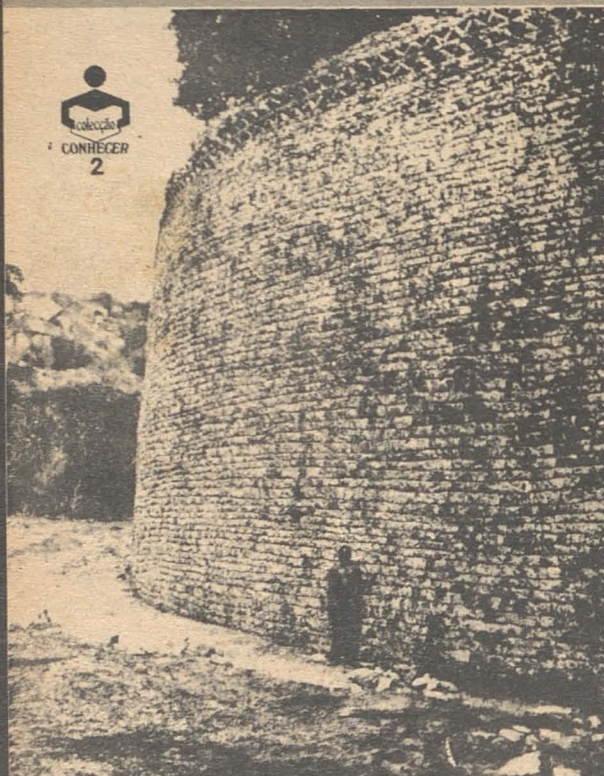
ele mesmo chamara a vietnamização da América Latina. "Criar dois, três, muitos Vietnams", dissera.

Chega à Bolívia enquadrado dentro do ELN, Exército de Libertação Nacional. Procurava criar um



Poesia de combate

Contos moçambicanos



distribuição
do
instituto
nacional
do livro
e do disco

HISTÓRIA DA ÁFRICA
EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO IDEOLÓGICO
FRELIMO

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO



Os «quilates» de Giscard.

Já com o nosso artigo "Giscard presidente francês, imperador de África" na composição, veio a lume na Imprensa um novo episódio do triste folhetim Valéry Giscard d'Estaing-Repubblica Centro-Africana.

A 10 de Outubro, o conhecido jornal satírico de Paris Le Canard Enchaîné revela pela pena do seu director, Claude Angeli, e com base em documentos oficiais centro-africanos, que Giscard d'Estaing e alguns dos seus familiares receberam ao longo dos últimos anos valiosíssimos diamantes de Bokassa.

O semanário, célebre por muitas manchetes denunciadoras de escândalos na alta roda político-financeira francesa, afirma que só um dos presentes de Bokassa a Giscard, quando este era em 1973 ministro das Finanças, foi um diamante de 30 quilates, no valor de doze mil contos.

O jornal publica o fac-símile de um ofício enviado pelo futuro "imperador" ao Gabinete Nacional de Diamantes Centro-Africano, ordenando o envio ao seu "primo" da referida pedra preciosa. Le Canard Enchaîné vai mais longe e assegura que esse tipo de "lembranças" eram habituais nas frequentes viagens de recreio efectuadas pela família Giscard d'Estaing aos países africanos seus "amigos".



Toda a Imprensa relacionou de imediato esta notícia com a ânsia com que os pára-quedistas franceses, enviados pelo governo francês para Bangui, procederam à transferência por helicóptero para a embaixada francesa de todos os arquivos do "imperador" deposto.

O caso que alguns jornais apelidaram de "Watergate francês" está no seu início. O silêncio inicial do governo de Paris em comentar estas revelações leva a supor que muitas e espantosas descobertas são ainda de esperar.

Conferência Mundial de Solidariedade do povo árabe e a Palestina

Realiza-se em Lisboa, de 2 a 6 de Novembro, a Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a Causa Palestina.

Promovida pelo Congresso do Povo Árabe — organismo que reúne dezenas de organizações políticas, sindicais, culturais e religiosas do Mundo Árabe — a Conferência conta também com o apoio de uma comissão Internacional Preparatória que em Roma, a 10 e 11 de Fevereiro de 1979, congregou 68 organizações representativas das mais variadas tendências políticas da Europa Ocidental e de outros continentes.

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loj - RJ

CEB 20.001.101 - Tel. 242.5577

وقفة المكنة - فلسطين
—

WORLD CONFERENCE IN SOLIDARITY
WITH THE ARAB PEOPLE AND PALESTINE
CONFERENCIA MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE
COM O POVO ARABE E A PALESTINA

Após o de Roma, seguiram-se outros encontros internacionais preparatórios em Beirute, Basileia, Atenas, Helsínquia, Lisboa, Paris e Tripoli. Foi na reunião de Beirute (18 e 19 de Março) que essas entidades escolheram Lisboa como a capital europeia mais indicada para a realização da Conferência, confiando a organização ao Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Espera-se a participação na Conferência de cerca de quinhentos delegados, portugueses e estrangeiros, representando diversas correntes da opinião pública, dirigentes políticos e personalidades de governos, estes a título não oficial. A presença Yasser Arafat está unicamente dependente da atitude do governo português, uma vez que o presidente da OLP, considerado internacionalmente um chefe de Estado no exílio, aguarda ainda a formalização do convite pelas autoridades de Lisboa para participar na Conferência.

PANORAMA
TRICONTINENTAL

JAMAICA

as pressões das transnacionais

NA visita que fez a Moçambique o Primeiro-Ministro da Jamaica, Michel Manley, afirmou que o seu país espera tomar no curso do próximo ano as medidas necessárias para emendar a Constituição, organizando um referendo com o objectivo de submeter ao povo a iniciativa de converter o país numa república.



Michael Manley

“É uma completa contradição ter uma Constituição supostamente monárquica e um governo progressista e até socialista”, afirmou Manley. Entretanto, em Kingston, capital da Jamaica, as transnacionais exploradoras da bauxite que operam no país, lançavam uma campanha tendente a obrigar o governo a reduzir o imposto que estabelecera em 1974 com o propósito de aumentar significativamente os rendimentos fiscais.

A produção de alumínio desceu cerca de 5 por cento este ano na Jamaica, em relação ao ano passado, como consequência da “definitiva e irreversível” decisão das empresas

transnacionais de reduzir o uso da bauxite deste país. As fábricas que operam na ilha estão a trabalhar abaixo de 75 por cento da capacidade instalada.

A reivindicação das companhias é o abaixamento do imposto de cerca de 7,6 por cento actual para 5 ou menos por cento. O governo opõe-se a essa medida. As negociações com as companhias estão em curso desde Maio deste ano. Várias empresas recorreram a acções legais para lograr a redução ou a abolição total do imposto, que no momento do seu lançamento fora calorosamente saudado pelo mundo em desenvolvimento como exemplo de acção firme e valorosa por parte de um pequeno Estado do Terceiro Mundo para obter mais recursos na exploração das suas riquezas naturais.

O que o governo se propunha obter com o imposto, obteve-o: durante o primeiro ano essa medida significou para o país um rendimento de 168,7 milhões de dólares jamaicanos (aproximadamente 110 milhões de dólares norte-americanos). Para o corrente ano prevê-se que esses rendimentos ascendam a 200 milhões de dólares norte-americanos.

A situação do governo é difícil. Se cede às pressões e reduz o imposto, diminuirão sensivelmente os rendimentos fiscais, sentindo-se então as transnacionais com força para impor novas medidas que lhes sejam favoráveis. Mas pelo contrário, se o governo se mantiver firme, terá que aceitar uma redução ainda maior na produção. Qualificando de “extorsão” as práticas das transnacionais, (que controlam grande parte da utilização do alumínio no mundo ocidental), o *Daily News*, diário que se publica na Jamaica, em editorial recente afirma que a solução do problema passa pelo controlo directo e completo da Jamaica sobre este importante recurso natural.

Seminário da OPEP

Em Abu Dhabi, capital dos Emiratos Árabes Unidos, foi anunciado que terá lugar em Viena, durante o mês de Outubro, um seminário promovido pela Organização de Países Exportadores de Petróleo com o título: *"A OPEP e os futuros mercados de energia"*.

Prestigiadas personalidades dos países produtores e consumidores de petróleo falarão sobre os diferentes aspectos do tema escolhido para o seminário. A reunião será presidida pelo dr. J. Mana, Ministro do Petróleo e Recursos Mineiros dos Emiratos Árabes Unidos e actual presidente do Conselho Ministerial da OPEP.

Por parte dos produtores assistirão ao seminário representantes de vários países, entre outros o Ministro da Energia da Venezuela, Humberto Calderón Berti; o Vice-Ministro da Economia e Relações Exteriores do Irão, Cyrus Ebrahim Zadeh; o secretário-geral da OPEP, René Ortiz; o governador da companhia estatal Petromin, da Arábia Saudita, dr. Hadi Taher; Nordina ait-Laoussine, Vice-Presidente executivo da SONATRACH (Argélia) e o Director Geral da Companhia estatal mexicana, PEMEX, Díaz Serrano.

Por parte dos consumidores assistirão, entre outros: Shigeaki Ueki, presidente da companhia estatal de petróleo brasileira; André Giraud, Ministro da Indústria de França; David Howell, Ministro da Energia da Grã-Bretanha e o dr. Aracello Colitti, director da Planificação de Itália.

Entre os temas principais a abordar no seminário destacam-se os seguintes: o *"balanço energético mundial"*; o *"papel do Estado como regulador dos mercados energéticos"* e o *"papel futuro das companhias petrolíferas estatais"*.

A Nicarágua está disposta a aceitar médicos norte-americanos, desde que eles por sua vez, se disponham a ganhar 25 dólares por mês (cerca de 1350 escudos portugueses) a trabalhar em qualquer ponto do país nas condições de alimentação e habitação existentes, sem qualquer espécie de luxo e com privações de todo o género — disse numa entrevista em exclusivo à agência espanhola EFE o célebre "Comande Zero", Éden Pastora, actual vice-ministro do Interior em Manágua.

A entrevista, incidiu sobretudo sobre os "riscos" de a Nicarágua vir a ser "marxista-leninista", e Éden decidiu explicar as coisas de maneira muito directa. Esta questão dos mé-



dicos por exemplo: os cooperantes cubanos fazem a vida descrita por Éden Pastora. Será que os médicos norte-americanos aceitam viver assim?

Respondendo a outros pontos concretos, Éden Pastora explicou que o facto de a banca ter sido nacionalizada não indica que haja um regime marxista em perspectiva, pois por exemplo, a Costa Rica também o fez e não seguiu a via revolucionária.

Por outro lado, Manágua rejeitou os empréstimos astronómicos que os EUA se dispunham a conceder, porque créditos dessa ordem obrigariam o povo da Nicarágua a passar toda a sua vida a pagar as dívidas externas.

A entrevista terminou com uma pergunta: "Qual será o futuro da Nicarágua?". Resposta: "Aquele que o povo quiser".

PANORAMA
TRICONTINENTAL

EUA o velho estilo imperial

Os Estados Unidos assumiram, nas últimas semanas, duas posições não só contrárias às normas de convivência internacional, como típicas de uma política imperialista que o governo do Presidente Carter insiste em haver superado.

O desrespeito das doze milhas marítimas, adoptadas pela maioria dos países como o limite da soberania nacional, e o pedido de indemnizações ao México pela presença em algumas praias norte-americanas de manchas de petróleo provenientes do Poço Ixtoc-1, revelam que neste como noutros casos a Casa Branca não se libertou dos velhos estilos diplomáticos.

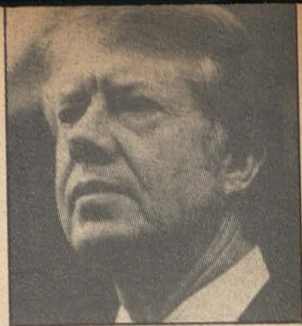
Existem múltiplos antecedentes de que o limite das doze milhas se apoia num amplo consenso internacional, além de ter sido reconhecido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. É tanto assim, que as nações participantes nesta Conferência manifestaram a sua "surpresa e preocupação" pelo facto do governo norte-americano ter dado instruções à sua esquadra para actuar a partir de um limite de três milhas marítimas, como se a partir desse limite passassem a ser águas internacionais.

É evidente que para impor tal política, os Estados Unidos terão de adoptar medidas de força e enfrentar justas reacções da maior parte das nações do Mundo. Seguramente não o poderá fazer. Procurando justificativas para a sua decisão e intentarão como o vêm fazendo até agora, bloquear os esforços da Conferência do Mar para que o respeito daquele limite já reconhecido seja expressamente incorporado no Direito marítimo internacional.

Antes mesmo que amainasse o debate originado por esta provocadora decisão, é dado a conhecer em Washington — dando-se mesmo um adiantamento na divulgação da notícia pelos canais diplomáticos, — a reivindicação norte-americana de uma indemnização pelos eventuais danos que pudessem causar o petróleo escapado do poço mexicano.

Esta exigência é contrária às normas internacionais e o governo dos Estados Unidos sabe isso melhor que ninguém. Durante um longo período, as águas poluídas do Rio Colorado inutilizaram valiosas terras agrícolas mexicanas, enquanto as águas do Golfo do México eram transformadas em vazadouro, provocando graves danos ecológicos na região.

Um investigador do Instituto Politécnico Mexicano, Rodolfo Ramírez, falando



ao diário *Excelsior*, afirmou que os Estados Unidos são responsáveis por setenta por cento da contaminação das águas internacionais, sem que, no entanto, façam nada para o evitar, nem mesmo até ao momento se terem proposto indemnizar quem quer que seja pelos danos causados.

Os mexicanos repudiaram com grande determinação a exigência norte-americana, registando-se um grande movimento de virtual unidade nacional em apoio à coerente posição assumida pelo governo. Esta posição foi claramente definida pelo presidente López Portillo quando afirmou que a exigência dos Estados Unidos carecia de qualquer base jurídica. Nesta alusão indirecta mas bastante compreensível das eventuais pressões de que se exercem sobre o México, O presidente López Portillo afirmou: "Afrontaremos o que vier, como vier, com a consciência tranquila."

A resposta mexicana não deixou margem a dúvidas. A exigência dos Estados Unidos não tem o apoio do direito internacional. Os próprios norte-americanos nunca se preocuparam em indemnizar as vítimas das suas práticas contrárias à manutenção do equilíbrio ecológico. O incidente do poço de petróleo Ixtoc-1 é um facto comum neste tipo de operações. Ao mesmo tempo que se produzia o acidente em questão, cerca de setenta poços em diferentes partes do Mundo provocavam igualmente derrames, cujo controlo exigiu também tempo e sacrifícios.

Os dois acontecimentos têm relação evidente. Mostram que apesar das oratórias de Carter e da sua permanente invocação ao direito internacional, o seu governo actua como os demais governos norte-americanos. É certo que com mais moderação que nos tempos do velho Theodor e Roosevelt, mas igualmente inflexível na defesa das exigências imperiais dos Estados Unidos.

Esperemos que as reacções das setenta e nove nações na defesa das doze milhas e a activa posição do México sirvam a Carter como oportuna advertência sobre o justo respeito aos direitos das outras nações. Sobreretudo para que actue menos arrogantemente, pois hoje, os tempos são outros.

INFORMAÇÃO

a «revista feminina»,
um agente
do poder transnacional.

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Um estudo pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais, define as características do modelo feminino que a ordem transnacional promove.

Viviana Erazo
e Adriana Santa Cruz



QUE armadilhas esconde esse produto de fácil digestão e aparentemente inofensivo que é a Revista Feminina? Como a Coca-Cola, ela pode ser contratada no voo transatlântico de um faustoso Concorde, ou nas mãos de uma modesta dona de casa num autocarro de um bairro popular. É vendida nos drugstores mais "transnacionalizados" do Terceiro Mundo, mas também está, lido e manuseado, juntamente com as histórias aos quadrinhos e novelas cor-de-rosa, nas pequenas lojas onde as donas de casa adquirem revistas usadas.

É também, distraída ou concentradamente, que esse tipo de publicação é folheado em consultórios médicos ou cabeleireiros, como um inofensivo passatempo que põe a leitora (ou o leitor) a par do último "caso" amoroso de Carolina de Mônaco, ao mesmo tempo que ensina como tirar uma nódoa de gordura do vestido de terylene ou similar, ou de como resolver o problema da verruga no dedo.

Quase sempre confeccionada em papel brilhante, cheia de esplêndidas fotografias, provida da mais alta tecnologia em cores e diagramação, a Revista Fe-

minina é vendida muito abaixo do seu preço de custo, pondo ao alcance de muitos as suas secções de cozinha, moda, beleza, conselhos, e até notícias. E porquê isso?

O PODER ECONÓMICO E IDEOLÓGICO DA PUBLICIDADE

Em primeiro lugar, a Revista Feminina é um excelente veículo para a publicidade de produtos destinados a seduzir as donas de casa. É ela, dona de casa, quem maneja mais de 80 por

«Para entender a América Latina»



PARA entender a América Latina, contributo colectivo dos cientistas sociais em Puebla", é o título do trabalho que acaba de ser editado pelo CEASPA (Centro de Estudos e Acção Social Panamericano).

Os trabalhos aqui compilados "foram pedidos a especialistas em cada tema para que reflectissem em poucas páginas o que consideravam como o essencial do problema, e a forma mais correcta de encará-lo", e foram realizados durante o decurso da Conferência, "à medida que os bispos solicitavam a nossa opinião. Não estão aí todos os temas importantes que foram tratados em Puebla, mas somente aqueles sobre os quais foram pedidas rápidas e breves opiniões, ou aquelas que, por iniciativa dos cientistas sociais, eram apresentadas aos bispos por serem consideradas que deviam ser tratadas ou analisadas dentro de uma perspectiva diferente", expressa o prólogo.

O nosso colaborador, Xavier Gosroitiaga, jesuíta, economista e director do CEASPA, encarregou-se de contactar e coordenar um grupo dos Centros de Investigação e cientistas sociais da América Latina, Estados Unidos e Europa, que acorreram a Puebla para colaborarem na III Conferência dos Bispos.

Patrocionaram o citado trabalho o IPS (Institute for Policy Studies), com sede em Washington, o ILET (Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales) e o CIDE (Centro de Investigación y Docencia Económica), do México, o CIASCA (Centro de Investigación y Acción Social Centroamericano) e o CEASPA.

O Comité Coordenador da reflexão e escritos sociais realizados em Puebla, foi integrado, além de Gosroitiaga, por Luis Alberto Gomes de Souza, do IUPR (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), Fernando Danel Janet, professor da UAM (Universidad Autónoma Metropolitana) do México, e Richard Barnett, do Institute for Policy Studies.

"Todos os trabalhos foram realizados dentro de uma perspectiva popular. Nenhum de nós acredita que as Ciências Sociais sejam neutras. A nossa análise é comprometida e parcial. Procura uma mudança das estruturas que criam a pobreza, a marginalização e a violência em que vive o nosso continente. Acreditamos que são os próprios interessados, os pobres e os oprimidos, os agentes primários da mudança social. As Ciências Sociais, para que sejam objectivas e honestas, devem manifestar qual é a sua opção profunda e a sua perspectiva de análise", concluem.

que são estéticas, chamativas, decorativas, é o foco utilizado pelo sistema para sintetizar os aspectos mais psicológicos e ocultos da identidade do ser feminino requerido, assim como muitas determinantes da sua vida afectiva, cultural, social e política.

É assim que, a partir desse modelo físico, aparecem as demais condicionantes de um modelo mais complexo e abarcador dos diferentes elementos que configuram a imagem da mulher ideal.

Através das diferentes secções das revistas, vemos aparecer essa imagem física do modelo como presença essencial, que dá coesão aos diferentes temas tratados. Assim, podemos distinguir os seus contornos nos conselhos onde procura-se conduzir a leitora pelo caminho que a levará a uma total identificação com essa imagem.

Veremos emergir das reportagens, artigos, ficção e das suas ilustrações, cada vez mais definidas as suas características impositivas até mesmo nas situações de permanente mudança.

O *jet set* da actualidade cinematográfica, ou as reportagens com pessoas vinculadas ao cinema ou à televisão, proporcionam-nos a imagem desse modelo inserida numa realidade, num estilo de vida que passará a fazer parte, também, das aspirações da leitora.

Nas secções de moda e beleza e na publicidade é onde se fecha o círculo. A promoção do modelo físico encontra aí o apoio mais aberto e definitivo. São as secções mais abertamente interessadas em sua divulgação e projecção. Os cosméticos e o vestuário são os pontos mais altos desse aspecto do modelo, que se sobrepõe às diferenças culturais, raciais e sociais.

A moda em geral, e muito particularmente, a moda no vestir, explora habilmente o desesperado afã das classes médias em se integrarem nas classes altas, e a necessidade dessas últimas, em conseguirem se distinguir das suas inferiores. As revistas dão páginas a umas e ou-

fig. 1

tras para que consigam os seus objectivos de eternas mudanças.

ALVO: A VIDA Efectiva

Tendo em conta que as revistas femininas dependem da publicidade para o seu financiamento, e que as indústrias dos cosméticos e da moda são as suas anunciadoras mais importantes, aparece como consequência lógica a estreita colaboração que as revistas lhes prestam, fundindo-se para objectivos que, na prática, são comuns.

É neste marco que se inscreve a vida afectiva da mulher, e para onde disparam os manipuladores da indústria cultural. É, sob a promessa de gratificação afectiva, que se promovem produtos e se incita a recorrer a eles para que seja conseguida a felicidade plena no amor.

O êxito sexual dependerá do vestuário, da maquilagem e do acatamento submisso dos diferentes conselhos dados pelos meios de comunicação dirigidos à mulher que redundarão, sempre, em actividades de consumo.

Nas revistas femininas vemos como o mundo afectivo da mulher se limita ao amor maternal e, muito especialmente, à relação com o homem, a sua busca desesperada e desenfreada dele, e a luta encarniçada para conservá-lo.

Faz-se caso omissio das relações fraternais, das relações de amizade, filiais, ou familiares de outro tipo. Esta mulher, a quem foi apontado como principal objectivo na vida o de chegar ao matrimónio, formar uma família, sem a qual se sente fracassada e é considerada como tal na sociedade em que vive, centra as suas forças na obtenção desse objectivo.

A sua juventude será um processo de procura incessante, até chegar ao casamento. O resto da sua vida será dedicada essencialmente, à formação e manutenção da família. É aí onde concentra a sua bagagem de sentimentos: a família será o

marco da sua vida afectiva, o eixo das suas preocupações, dos seus medos e das suas angústias.

A Revista Feminina e a sua grande associada, a publicidade, conscientes e eficientes estimuladoras desta situação, apelam a todos os sentimentos que se desprendem desse mundo solitário e monótono, limitado e sufocante, para sacar os proveitos económicos que necessitam.

Qualquer actividade que realize a mulher, trate-se essa do trabalho do lar ou exterior a ele, se se preocupar com o seu aspecto físico, com a compra de um perfume, com a ginástica diária, essa preocupação terá

como recompensa o êxito no âmbito afectivo.

Neste âmbito encontramos o ponto-chave de uma libertação mítica, que é o da emancipação sexual da mulher. Por um lado, o estímulo sexual é utilizado pela publicidade como o chamariz mais eficaz para a venda de produtos e, por outro, camufla sob essa pseudo-libertação a sua deliberada intenção de manter o *status quo*.

A IDEOLOGIA

O tratamento que a Revista Feminina dá ao trabalho, um aspecto fundamental da vida da

GUATEMALA:

ALERO: luta cultural e luta política

URANTE a presente década, os intelectuais e artistas conscientes da América Central gozaram de um espaço jornalístico e académico que veio a ser um insubornável veículo de luta ideológica e uma eficiente correia de transmissão democrática: a revista ALERO, da Universidad San Carlos de Guatemala (USCG).

Uma homenagem prestada pela Associação dos Jornalistas da Guatemala ao escritor Luis Cardoza y Aragón, celebrada na Cidade do México, levou o insigne poeta e pensador a afirmar: "Sabemos o que significa ser jornalista democrático na Guatemala".

Nas palavras de Cardoza y Aragón, os números do "Inferno guatemalteco" diziam o resto:

"...Desde 1958, ano da intervenção norte-americana pelo ar, mar e terra, 70 000 mortos e desaparecidos; temos um médico para cada cinco mil habitantes; um educador activo para mil, e um soldado para cada cento e quarenta habitantes. Seis milhões é o número da nossa população. Dela 60 por cento é de analfabetos; 58 por cento são vítimas do desemprego, e 54 por cento são subempregados.

Segundo dados da AEL-CIO norte-americana, a força laboral é calculada em 1 884 000 trabalhadores. Destes, 60 por cento são de desempregados do meio urbano; 52 por cento da área rural, e 12,5 por cento subempregados nas cidades, como 42 por cento no meio rural... Somente 6 por cento da força de trabalho estão organizados em sindicatos. E dela, menos de um por cento está amparada por acordos colectivos e pactos dessa natureza. Falar de sindicalismo é expor a vida. Muitos perderam-na por isso..."

mulher, é de vital importância para mascarar a realidade objectiva de uma sociedade de classes, cujas relações de trabalho são essencialmente aquelas onde imperam a injustiça e a alienação.

Não obstante, é importante que as posições que as revistas assumem a respeito dos papéis da mulher na sociedade — incluindo o seu papel na produção — estão determinadas por políticas de supremacia de um sexo sobre o outro, além das necessidades das classes dominantes, para quem a teoria sexista é extremamente funcional.

Esta ideologia avaliza e apresenta como “perfeitamente natural” o trabalho não remunerado que a mulher desempenha no interior da sua casa, e legitima a sua relegação aos trabalhos mais indesejáveis, precários e mal pagos da escala laboral (a maior parte das vezes invocando as tarefas afectivas que não pode deixar de atender em troca de profissões mais ambiciosas, com horários mais inflexíveis, etc.), factores esses de enorme importância para a diminuição dos custos da produção e para a própria reprodução das forças do trabalho.

Através de páginas que con-



duzirão e orquestrarão os diferentes âmbitos da sua vida, as revistas femininas darão à mulher a maneira como deverá aperceber-se de si mesma e do que a rodeia, dar-lhe-ão as aspirações que deverá perseguir e as receitas de como poderá conseguir e, através de muito bem elaboradas fantasias, até se lhe proporcionarão meios eficazes de evasão.

Isto conformaria um “carácter feminino”, como parte do que Erich Fromm chama de “carácter social”. A função deste “consiste em moldar as energias dos indivíduos, de modo tal que a sua conduta não seja assunto de decisão consciente quanto ao seguir ou não as normas sociais, mas objecto de querer trabalhar como deve trabalhar, ao mesmo tempo em que encontra prazer em trabalhar como requer a cultura. Em outras palavras, canalizar a energia humana afim de que a sociedade da qual se trata possa continuar a funcionar”.

Resulta então que este modelo de mulher se mostra alienado ao acatar com prazer, e acriticamente, as normas sociais emanadas de uma super-estrutura que procura a sua alienação.

Eis porque a Revista Feminina não serve somente ao evidente propósito de vender produtos. Vende também estilos de vida prazenteiros, modos de sentir e de pensar destinados a que as suas leitoras acatem, tomando pela realidade, uma realidade fabricada pelos aparelhos ideológicos da super-estrutura dominante. Vende uma racionalidade que define o que a leitora deverá entender como bom ou como mau, o desejável e o indesejável, o aceitável e o inaceitável.

A possibilidade como da de integração da mulher dentro de uma sociedade regida por esses

Se “expor a vida” — segundo o escritor — “é falar de sindicalismo”, o que pode enfrentar quem edita uma revista cultural que, durante dez anos, divulgou na Guatemala o pensamento e a sensibilidade de poetas como Otto René Castillo, Roque Dalton e Leonel Rugama, que estudou a fundo a realidade sócio-económica do país, que publicou os pujantes desenhos antifascistas de Ramírez Amaya, e que manifestou uma solidariedade activa para com a Frente Sandinista de Libertação Nacional e para com os processos de resistência antiditatorial de outros povos?

ALERO teve três épocas. Algumas delas sumamente críticas. A mais durável foi a terceira, coincidente com o reforço de Roberto Valdeavellano e a direcção de Roberto Díaz Castillo e Carlos Enrique Centeno, assentou assentou novos rumos gráficos nessas publicações político-culturais.

Em princípios de 1978, os directores de ALERO reagiram contra as espessas nuvens que começaram a se formar sobre a revista. As ameaças da extrema-direita e o medo de alguns sectores académicos, mais interessados nos postos burocráticos do que em atitudes consequentes de luta, frustraram a possibilidade de que o número 30 da publicação continuasse com a sua tónica anti-imperialista e antiditatorial.

“E permiti-me também informar-vos que, não obstante o terror fascista ali reinante, como em outros regimes da nossa América, novas gerações de jovens escritores e artistas criam, com dignidade e sacrifício, e desejam para o futuro, na sua obra literária e artística, uma denúncia imbarável da barbárie, e uma mensagem de fé, impulso e exemplo para a libertação final e definitiva. Sirva de exemplo a revista ALERO”. Foram palavras de Manuel Galich, outro escritor guatemalteco, durante o II Congresso da União dos Escritores de Cuba (em Outubro de 1977).

Em Março do corrente ano, os responsáveis pela ALERO, inquietos pela indefinição do Conselho Universitário sobre a necessidade de continuar a editar a publicação, lançaram os *Cadernos Universitários*, patrocinados pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da USCG.

A luta continua, pois, nesse país onde as máquinas de escrever são metralhadoras, e onde pensar ou expressar o pensamento com dignidade e em voz alta equivale, rotineiramente, ao fuzilamento sumário.

parâmetros, estará determinada pelo seu acatamento a estas normas que lhes são apresentadas como universais. A sua rebeldia significará que será, não somente uma pessoa não funcional para o sistema, mas também uma pessoa susceptível de ser repudiada pela sociedade. O seu alienado acriticismo é o que determinará que ela, mulher, poderá actuar como aliada dos aparelhos ideológicos do *status quo*, e como inimiga de toda a iniciativa destinada a provocar a mudança.

OS "PORQUÊS"

O fenómeno que explica a universalidade do modelo feminino e a homogeneidade das revistas entre si, mesmo quando são editadas em países diversos do Mundo, é o papel jogado nelas pela publicidade.

No caso da Revista Feminina, esta é maioritariamente de produtos transnacionais, isto é, essa publicidade ocupa a maior proporção do total para isso destinado... Não somente é superior em quantidade, mas também, significativamente, ocupa os espaços publicitários mais importantes, como são as capas e as contracapas. E também de uma maneira maioritária, os produtos transnacionais fazem os seus anúncios em páginas a cores e o seu tamanho é, geralmente, de uma página ou mais.

Esses factores demonstram alguns aspectos chaves:

Que ao adquirir os espaços mais caros das revistas, ao escolher o tipo de publicidade



Propagandar uma «certa forma de feminilidade»...

mais caro, e ao superar em quantidade a publicidade dos produtos nacionais, a publicidade transnacional constitui o suporte mais forte das revistas femininas, principalmente na América Latina.

Os valores que esta publicidade promove — e em especial aqueles que constroem um modelo feminino — são os seguidos pelo resto da publicidade e pelo conteúdo a.

Os produtos transnacionais são aqueles que conduzem os estilos de consumo que a publicidade promove.

O modelo de mulher que a ordem transnacional impõe é uma proposta determinada em função dos estilos de vida gerados precisamente por esses estilos de consumo determinados pela publicidade. A aparência, as preferências, as atitudes da mulher, serão as adequadas para responder às necessidades de um modo de produção imitativo daqueles existentes nos países desenvolvidos e dos quais são dependentes.

Sem considerar outras alternativas, a estrutura transnacional do poder estará impondo a opção de um estilo de produção e de consumo, como se esses fossem os únicos possíveis; a opção da produção de um automóvel individual sobre um bom transporte colectivo; a opção pela produção de bens sumptuários acima da produção de produtos básicos, destinados à satisfação das necessidades básicas das maiorias.

No final de contas, estará a apoiar os sistemas políticos que tornam possível esta ordem das coisas.



Angola nova distribuidora

EM despacho do Secretário do Comité Central para o DEPI (Departamento de Educação Político-Ideológica) do MPLA-Partido do Trabalho, foi constituída a **EPIL — Empresa Distribuidora Livreira**, com objectivos bem precisos.

A **EPIL** vem substituir a **Empresa de Apoio Técnico** do antigo Departamento de Orientação Revolucionário do MPLA,

na área da distribuição de publicações, sejam de origem interna ou externa.

Mas essa tarefa de distribuição será ampla, pois que abará a venda não só de material de propaganda e publicações, mas também discos, material escolar e didáctico, jogos educativos, brinquedos educativos, etc..

Cabrá também à **EPIL** pôr em funcionamento não só as livrarias já existentes, algumas delas de

portas fechadas desde há algum tempo, como também agilizar as actividades das já operacionais e, principalmente, abrir novos postos de distribuição em todo o território angolano.

Os **Cadernos do Terceiro Mundo** passam pois a ter a sua distribuição em Angola feita pela nova empresa, e a nossa equipe envia ao seu Director, Ernesto Joaquim Escórcio, os votos de felicidades e de bom trabalho na execução das tarefas que lhe foram confiadas.

Moçambique

Programação experimental de TV

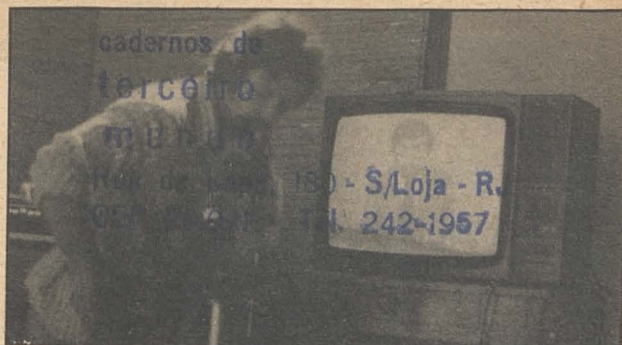
Teve início no passado dia 25 de Agosto, uma série de sessões experimentais de programas de TV, pela primeira vez na República Popular de Moçambique. Segundo anunciou o Ministro dos Transportes e Comunicações, José Luís Cabaço, o actual projecto terá um mês de duração, devendo cobrir áreas seleccionadas do Grande Maputo.

O epreendimento nasceu de uma proposta de uma empresa italiana e tem por objecto permitir um estudo das capacidades técnicas e das potencialidades educa-

tivas e de pobilização deste importante meio de comunicação de massas. Participam do projecto, pela parte moçambicana, o Ministério da Informação, a Universidade Eduardo Mondlane, a Rádio Moçambique e os Correios e Telecomunicações de Moçambique.

O programa inaugural do circuito experimental incluiu um documentário sobre o próprio projecto de TV em Moçambique. José Luís Cabaço explicou detalhadamente a experiência inédita, e foram mostradas cenas sobre a montagem dos equipamentos. Além

de desenhos animados, os telespectadores tiveram a oportunidade de acompanhar noticiário nacional e internacional. Um dos acontecimentos apresentados foi o encontro entre o presidente Samora Machel e G. K. Chinkali, Ministro dos Transportes da Zâmbia. A primeira apresentação foi concluída com a apresentação do filme colorido "Nachingwea, a inteligência e a mão", que aborda o processo de transformação de um homem através do seu engajamento na guerra popular de libertação nacional.



CULTURA

um cinema comprometido com a libertação

Jorge Sanjinés, o cineasta latino-americano premiado na Europa e o mais proibido no seu país, fala-nos sobre a sua obra e do impacto que produziu na Bolívia a estreia dos seus filmes.

Renato Andrade



O cinema de Jorge Sanjinés é político e revolucionário. O que não significa, no entanto, que seja panfletário ou dogmático. É político porque é militante junto das grandes massas camponesas. É revolucionário porque nos apresenta uma visão estética da história actual desta região da América Latina.

Nascido em La Paz, Bolívia, há 43 anos, Jorge Sanjinés é, sem dúvida, um dos poucos criadores autênticos produzido pela revolução de Abril de 1952. Entre esses poucos há que incluir os muralistas e pintores como Lorgio Vaca, Atilio Carrasco e Solón Romero. Mas como a revolução de Abril se viu frustrada e atraçoada nos seus impulsos mais genuínos, a produção artística teve e tem de continuar a fazer-se em oposição à concepção e vontade oficial. É por isso que a obra cinematográfica de Sanjinés, reconhecida e aplaudida na América Latina, em África e na Europa era desconhecida — e em parte continua a sê-lo, — no seu próprio país. E em pleno processo de democratização, quando no plano político partidário se pratica um amplo pluralismo, o alto comando militar e as autoridades municipais proibem a exibição das películas de Jorge Sanjinés.

Ante esta situação e sabendo das inquietações e planos do Grupo UKAMAU, entrevistámos Jorge Sanjinés. Oferecemos, pois, aos nossos leitores a sua versão directa sobre as experiências, projectos e projecções deste novo cinema alternativo.

O Grupo UKAMAU realizou uma experiência de contacto directo com um público de extracção popular num ciclo realizado na Cinemateca Boliviana. O que nos pode dizer dessa experiência?

A experiência de convocar um público bem popular para assistir a sessões de cinema numa sala como a Cinemateca Boliviana foi altamente positiva... Contra todos os que auguravam que a iniciativa estava votada ao fracasso, já que a sala para além de se situar longe era completamente desconhecida para os sectores populares, nós conseguimos um êxito sem precedentes, e logo desde o primeiro dia. Inclui-se com as primeiras películas do ciclo — Ukamau e Yawar Mallku, — que já tinham sido estreadas há alguns anos e repostas em diversas salas da cidade de La Paz em diferentes oportunidades. O que se passou? Foi que procurámos sensibilizar o povo através de avisos, letreiros, programas de rádio na língua que fala esse sector maioritário da nossa população em La Paz, o aymará; e porque essa publicidade não procurava enganar ninguém, mas sim fazia referência ao real conteúdo das obras, destacando o interesse que tinham para as classes mais exploradas, por estarem dirigidas justamente para elas e por tratarem dos seus problemas mais graves...

Fizeram-se exposições móveis nos bairros periféricos da cidade com fotografias das películas e texto em aymará; percorreram-se ruas dessas zonas em que através de aparelhagem sonora dirigiamos-nos a essas populações em idioma nativo; colocaram-se placares pintados com legendas em aymará (deve ter sido a primeira vez que isso se fez...) e fez-se publicidade em aymará em duas ou três rádios que são muito ouvidos pelo nosso povo... O resultado não se fez esperar: desde a primeira sessão que se esgotou a lotação (era também a primeira vez que havia lotação esgotada na história da Cinemateca) e isso começou a ser costume. De tal modo que quando havia dois ou três lugares vazios produzia-se o alarme entre nós. Quando veio a ordem de proibição de a *Coragem do Povo*, tivemos na última sessão provavelmente mais de mil pessoas que não conseguiram obter bilhete. Durante todo o ciclo (só chegaram a passar-se três das cinco películas programadas) os revendedores do mercado negro tiveram "a sorte grande". No último dia chegaram-se a vender entradas a 80 pesos, quando o seu valor normal era de 15...

AS GARRAS DA CENSURA

No entanto temos de reconhecer que esta última película tinha atraído o interesse também de sectores da burguesia e pequena burguesia. Nessa altura, quando se chegou a essa derradeira sessão, já não tínhamos necessidade de fazer nenhuma publicidade, já tínhamos desatado o ciclone de curiosidade e interesse. À medida que a película foi sendo conhecida (no-

te-se que antes de ser proibida ela chegou a cumprir quatro semanas de cartaz com enchen-tes permanentes) ir ver a película, para muita gente, começou a ser algo mais do que ir ao cinema... sabia-se do que se tratava... que ele constituía uma grave denúncia, com nomes, apelidos e fotografias dos responsáveis, e que alguns destes ainda detinham cargos no governo... depreendia-se que muito em breve se descarregaria sobre essa sala e sobre a película a brutal garra da censura. E quando esta chegou — desmascarando a falsidade das autoridades que prometeram ao povo respeitar os seus direitos de cidadãos, — a reacção das pessoas foi tremenda: choveram comunicados, protestos, reclamações. Foi tão poderosa a indignação e tão amplo o seu espectro social que se não tivéssemos pesado bem o crítico momento político em que vivia a Bolívia nesses dias prévios às eleições, nós teríamos conseguido a revogação da ordem organizando a resistência. Mas abstinemo-nos de o fazer, justamente como uma irrefutável demonstração que não nos animavam impulsos provocadores e essa conduta era igualmente guiada pela consciência de que actuando assim evitávamos ser utilizados como um pretexto mais, como um problema mais que nesses dias a reacção procurava para exacerbar os ânimos golpistas.

Qual é a resposta e o comportamento do público camponês?

A experiência e a resposta do público camponês frente às nossas películas são muito alentadoras para impulsionar a nossa permanente busca de uma linguagem própria, capaz de se consubstanciar com o espírito do povo a quem nos dirigimos. As nossas duas últimas obras são principalmente dedicadas aos camponeses.

Também foi essa a orientação das duas primeiras películas (Ukamau e Yawar Mallku), mas por estarem concebidas em estruturas de linguagem culturalmente alheias aos camponeses *quechua-aymarás* — não obstante serem faladas em quechua e aymará, — fracassaram na sua intenção de comunicação com esses meios. Foram películas de muito êxito entre as camadas citadinas; críticos e intelectuais gostaram delas e chegaram a elogiá-las. O público das classes médias nas cidades assistiu em massa. Mas, o espectador do campo, o sujeito e o protagonista dessas películas ficava frio e apático. Compreendemos, tempo depois, que esse desfazamento se devia à linguagem utilizada. Não bastava que a temática abordasse problemas próprios dos sectores sociais a quem desejávamos chegar, era necessário que esses camponeses sentissem que não se falava deles e dos seus problemas a partir dos confins de outra cultura e também era necessário que sentisse que os seus assuntos tão-pouco eram tratados a "partir de cima". Era pois urgente que participassem internamente nas obras e que essas obras fossem produto próprio da sua identidade cultural.

o povo está com a «Coragem do Povo»



Entre os múltiplos testemunhos obtidos pelo Grupo UKAMAU dos espectadores dos filmes de Sanjinés, recolhemos o desta mulher do povo, vendedeira num dos mercados da capital, La Paz.

A senhora Betzabé, viúva, de 42 anos, mãe de cinco filhos – nenhum vai à escola por falta de meios, trabalhando como trabalhadores ambulantes, – também assistiu à projecção dos filmes. Entrevistada por Beatrice Palácios, cineasta e jornalista, a senhora Betzabé afirmou:

– Todas nós sabemos como sofremos com este maldito, traidor dos bolivianos, chamado “presidente” da Bolívia. Por todas estas coisas, ainda há bem pouco falava com a minha comadre Higinia que é *mañaza* (vendedora de carne) e dizia-lhe ela: “Falta pouco, mas muito pouco; penso que já amanhã vão tirar o filme que estão a passar na Cinemateca. O Governo vai tirar a película que todas nós no mercado deveríamos ver”.

Pois bem, a comadre La Conchita, foi com a cunhada e saiu a chorar ao ver o verdadeiro povo lutar pelos seus direitos. Disse-nos que todos nós deveríamos ir ver a “fita”. E eu disse-lhe: é que vamos, comadre.

– Dizem que há bichas ...

– Não importa comadre, vamos amanhã, nem que haja de perder tempo nas bichas...

E foi assim que fomos todas juntas, cinco amigas lá do mercado. Mas antes estivemos horas e horas nas bichas... Três fizemos bicha para a sessão da *matinée* e duas estiveram na bicha para a sessão da noite. Eu e a minha comadre pensámos: é uma lição, e uma lição há que a ver duas ou três vezes para a aprender. E assim foi. Todas nós cinco vimos duas vezes o filme no mesmo dia. Mas com alguma dificuldade, pois toda aquela gente dava empurrões...

– E que lhe pareceu a fita?

– Olhe, diria que me pareceu uma verdadeira lição. Nunca vi coisa assim. Raramente vou ao cinema, não me chama a atenção; a não ser quando as minhas amigas me avisam que se trata de um filme onde se aprende.

Todas nós saímos do cinema chorando de raiva com este atrevimento da parte dos poderosos, dos maus bolivianos que sem vergonha matam os seus próprios irmãos com o consentimento dos chamados “pais da pátria”, presidentes, não? ... são uns mal nascidos, adúlteros de poderosos, dos gringos...

Esta lição dada por mulheres valentes e esforçados mineiros não tem medida, a sua inteireza levava-os a morrer pelos seus direitos, queriam o bem estar do verdadeiro povo, o povo *cholo*, índio que somos todos nós. Por isso, lhe digo menina, que esta lição nos ensina a falar alto, a unirmo-nos e a ir por diante. E se esses tipos se viram contra nós, tomar mais força. Porque os militares e os ricos seguramente vão reagir... E por isso lhe digo que na idade que tenho recebi uma verdadeira lição, para avançar amanhã com passo firme para poder lutar também pelos nossos direitos!

– O que é para si o cinema?

– Bom, o cinema como este, para mim, é o cinema-verdade, o cinema-povo, o cinema-lição. Onde a lição se aprende sem saber ler o abecedário.

– Você sabe ler?

– Não menina, não tive a sorte de aprender...

– E o que pensa do governo ter proibido o filme?

– O que posso pensar dessa sem-vergonha. A esses senhores – falo dos de cima, – não lhes interessa que os de baixo aprendam lições verdadeiras porque não querem que os olhem como eles realmente são. Eles querem que nós só pensemos em *vendejas* (coisas para vender), nas nossas coisas... mas nunca irão querer que nos organizemos... Sim senhor... que nos organizemos para lutar pelos direitos que temos, fazer respeitar tudo o que faz este povo. E não o direito que eles ganharam à custa de roubo e de mãos ensanguentadas. E penso que terão de acabar por deixar passar o filme, senão... vão ter pouca sorte esses malditos. O povo está com a *Coragem do Povo*!

O PROBLEMA CAMPONÊS: O MAIS IMPORTANTE PARA OS BOLIVIANOS

Foi necessário que passassem vários anos para darmos conta do que criávamos. E a Bolívia é um país complexo pelas características culturais distintas dos grupos sociais que a habitam: cerca de 70 por cento da população é *quechua-aymara*, que tem uma cultura distinta da cultura ocidental do resto da população, que sendo minoritária continua a ser política e economicamente dominante.

A nós interessa-nos essa grande maioria, que definirá, tanto pelo seu peso demográfico como pelas leis irrefutáveis da História, o futuro da Bolívia. São esses milhões de camponeses quem já começam a pesar na vida política — ninguém na Bolívia pode ser eleito presidente sem contar com o apoio maioritário dos camponeses, — e os problemas que colocam são, para nós, os problemas mais importantes dos bolivianos.

Por isso dirigimos o nosso cinema para eles e pensamos também que o imperialismo — que compreendeu na perfeitão esse fenómeno, — também tem apontadas contra esse sector as suas melhores armas.

Agora, partindo de muitas experiências de confrontação dos nossos trabalhos, de numerosas projecções das primeiras películas nos campos, fomos compreendendo as nossas próprias falhas e limitações. Penso que agora sabemos um pouco mais da cultura do nosso povo. Começamos, igualmente, a incorporar no nosso cinema elementos culturais elaborados pelo povo *quechua-aymara* numa operação que terá necessariamente que ser feita de forma dialéctica, para conseguir que as obras sejam já, de alguma forma, um produto mais da cultura do povo. Não posso dizer que tenhamos inteiramente alcançado esse objectivo, estamos a caminho e talvez os nossos trabalhos não sejam mais que isso: um caminho para uma cultura popular boliviana, que definirá, durante a libertação, o perfil definitivo do meu lindo país e do meu amado povo. Por momento, as nossas últimas obras, já não encontram a resistência de antes entre os espectadores camponeses, que se identificam com as películas não só no seu plano temático como também nos seus aspectos formais.

Em tua opinião, qual é o teu melhor filme?

Penso que cada um dos nossos filmes foi no seu momento o melhor para nós. No seu conjunto são um desenvolvimento, um processo, nenhum se podia dar sem o anterior.

Por exemplo, a passagem do protagonista individual ao protagonista colectivo, foi muito gradual. Se em "Ukamau" os problemas são rigorosamente resolvidos no interior de *Mayta*, o protagonista indígena, em "Yawar Mallku" os problemas já não são privados ainda que se desenrolem na dinâmica circunstancial de dois

protagonistas, são problemas que dizem respeito a toda a comunidade.

Na "Coragem do Povo" avança-se mais ainda, desaparecem os protagonistas "chave" e surgem numerosos protagonistas unidos e vinculados por um drama comum a todos: a exploração e a repressão. Já não interessam como indivíduos isolados, já não é vital o seu próprio psicologismo, importam à medida que se relacionam com os demais e transmitem o destino aos demais.

E no "Inimigo Principal", desaparece por completo o protagonista individual e surge o povo no seu conjunto como o sujeito fundamental e são os seus interesses os que importam e contam.

O CINEMA COMO ARMA DE LUTA

Para responder directamente a pergunta direi que o nosso melhor filme tem de ser o que seja mais útil, o que mais nos sirva como arma na luta desencadeada, e esse filme é "Fora Daqui!". Porque é o que acumula toda a experiência anterior e o que melhor serve o povo.

Nenhuma das nossas anteriores películas deram resultados tão positivos como esta. É a que permite um amplo processo de reflexão e a que maior informação fornece.

A Bolívia entrou a 6 de Agosto numa etapa de legalidade constitucional onde estarão vigentes os direitos de livre expressão do pensamento, de investigação e difusão das ideias. Em tua opinião será possível passar a exhibir livremente os teus filmes?

Não sabemos o que se passará na Bolívia e creio que ninguém o sabe com segurança, nem mesmo aqueles que planificaram o que se deverá passar... As armadilhas estendidas pelo aparelho empresarial-militar-imperialista para assegurar um governo "democrático burguês controlável" têm muitas possibilidades de surtir efeito porque, desgraçadamente, muitas delas foram passivamente aceites pelas próprias frentes e partidos de esquerda, talvez numa atitude irreflectida de sobrestimação das suas possibilidades eleitorais. As regras do jogo que foram aceites são demasiado perigosas, como é pensar que a classe dominante irá entregar à esquerda de uma forma tão elegante os instrumentos que a possam controlar.

A GUERRA DO CHACÓ EM FILME

Sabemos que o grupo UKAMAU prossegue um ambicioso projecto cinematográfico de realizar um filme sobre a Guerra do Chaco. Qual a razão da preferência deste tema?

Sim, temos já muito avançado o trabalho de investigação, o guião (que está já concluído) e a preparação.



Em uma passagem de *El Coraje del Pueblo*, ao centro, Domitila Chungara, dirigente feminina das minas bolivianas, protagonista das suas próprias lutas

Escolhemos este tema por diversas razões. Em primeiro lugar porque é um velho sonho que acariciamos desde que nos vimos com uma câmara nas mãos e o conhecimento para dela tirar partido; em segundo lugar porque esse tema e a sua elucidação é importante para o nosso povo, em especial porque não existem trabalhos de relevo que permitam interpretar e reflectir sobre este transcendente problema da história moderna da Bolívia, partindo da experiência popular, da assimilação histórica que fizeram aqueles que realmente perderam a Guerra do Chaco: os operários e camponeses.

Outra razão para escolha do tema da Guerra do Chaco é o carácter anti-imperialista que nos propusemos cumprir com o cinema nesta etapa da luta pela libertação. O papel que o imperialismo jogou na Guerra do Chaco é por demais evidente e a sua desmontagem e denúncia interessam-nos muito...

Quando começam a filmar?

Se tudo correr bem devemos começar a filmar no mês de Outubro. Mas também dependemos de factores de financiamento. É possível que se conseguirmos repôr até lá os nossos filmes ainda não exibidos na Bolívia (são três) possamos obter talvez os recursos suficientes para a produção da película. Estamos, por outro lado, a tentar procurar financiamento "não condicionado" em outras partes, mas é difícil.

PARA QUE SERVE O CINEMA HOJE

A editorial Siglo XXI do México acaba de lançar à venda um livro sobre cinema do qual és autor juntamente com o grupo UKAMAU.

Qual é a importância desse trabalho no teu labor de criador cinematográfico?

O livro resume a nossa experiência de quinze anos de trabalho cinematográfico. Na realidade trata-se da recompilação de vários trabalhos soltos anteriormente publicados ou de teses para congressos que pelo seu ordenamento, conteúdo e globalidade permitem seguir esse processo a que me referi no início desta entrevista. Temos a esperança de que o livro será útil ao leitor que queira conhecer o que pode procurar num cinema fora do sistema industrial e que procura servir as pessoas, e por outro lado pensamos também que ele pode ser útil a jovens cineastas que procuram respostas para a pergunta: para que serve o cinema hoje?

Qual foi a tua maior alegria como cineasta?

Tive grandes alegrias. Penso, contudo, que a primeira e a mais inesquecível foi quando pela primeira vez exibí o nosso filme *Revolución* perante o público. A reacção entusiasta e emocionada das pessoas fez-me um imenso bem; até há alguns minutos antes não sabia se *Revolución* era um filme ou um ininteligível pesadelo. Tinha muitas dúvidas, e em alguns momentos — foram dias inteiros — dessa crise por que passei estive quase convencido a não o terminar, porque temia que aquilo que para mim era claro e decifrável pela familiaridade que tinha com os elementos e símbolos tratados, não seria senão um absurdo para os outros.

Penso e sinto também que uma das minhas grandes satisfações como cineasta foi a que vivi recentemente, ao sentir o apoio do meu povo ao nosso trabalho, a bela e solidária defesa que o povo fez de "A Coragem do Povo" face à retrógrada censura do governo.

Filmografia de Jorge Sanjinés

Uma cena
de *Fora d'Aquí!*



córtas-metragens

- 1958 — Cobre
La Guitarrita
- 1959 — El Maguito
- 1962 — Sonhos e Realidades
Un día Paulino
- 1963 — Revolución — Prêmios: «Joris Ivens»,
Festival de Leipzig (1964);
Primeiro Prêmio do Festival
de Mérida (1968); Prêmio Es-
pecial no Festival de Viña del
Mar (1967)
- 1964 — Bolivia Avanza
- 1965 — Aysa (média-metragem)
realizou ainda 27 reportagens
e 4 documentários menores
(período 1965-1966 do Instituto
Cinematográfico Boliviano).

Longas-metragens

- 1966 — Ukamau (Así es)
Guião: Oscar Soria
Produção: Instituto Cinemato-
gráfico Boliviano
Prêmios: Grandes directores
e Prêmio da crítica no Festival
de Cannes (1967) e Flaherty
no Festival de Locarno (1967).
- 1969 — Yawar Mallku (Sangue de Condor)
Guião: Oscar Soria e Jorge
Sanjinés
Produção: UKAMAU
Prêmios: George Sadoul, crítica
francesa, melhor filme estran-
geiro (1969); Timón de Oro do
Festival de Veneza (1969); Es-
piga de Ouro no Festival de
Valladolid (1970). Prêmio Di-

reitos Humanos do Festival de
Estrasburgo (1971).

- 1970 — Os Caminhos da Morte
Guião: Jorge Sanjinés
Produção: Ricardo Rada e Atí-
lio Carrasco.

A película não pôde ser
concluída devido a proble-
mas técnicos e à destrui-
ção de grande parte do
material no laboratório de
revelação.

- 1971 — A Coragem do Povo
Guião: Oscar Soria, Jorge San-
jinés e a participação de mi-
neiros e protagonistas dos
acontecimentos.
Produção: Rádio e TV italiana.
Prêmios: O.C.I.C. no Festival
Internacional de Cinema de
Berlim (1972); Grande Prêmio
do Festival da Figueira da Foz
(1975).

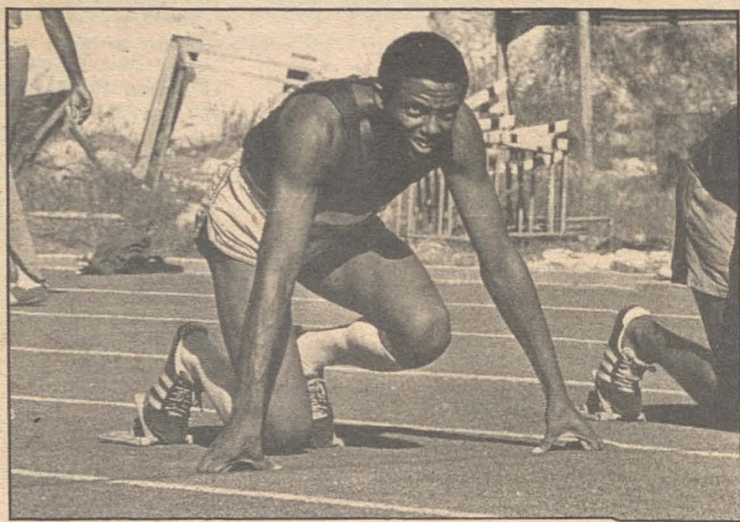
- 1973 — O Inimigo Principal
Guião: Jorge Sanjinés, Oscar
Zambrano e Mario Arieta.
Produção: Grupo UKAMAU
Prêmios: Primeiro Prêmio por
votação do público no Festival
de Venámadena (1974); Pri-
meiro Prêmio do Simpósio no
XIX Festival Internacional de
Karlova Vary (1974).

- 1977 — Fora d'Aquí! (Lucsi Caimanta)
Guião: Jorge Sanjinés e Beatriz
Palacios.
Produção: Co-produção do
grupo UKAMAU com a uni-
versidade dos Andes (Vene-
zuela) e a Universidade Cen-
tral do Equador.

DESPORTO

CUBA

em vinte anos,
uma potência desportiva



Antes da tomada do poder pelos revolucionários, a presença cubana nas competições desportivas era insignificante. Hoje, vinte anos decorridos, Cuba é uma das principais forças do desporto mundial.

Duda Guennes

HÁ países que praticam o desporto de uma maneira quase **monocultural**. Portugal, por exemplo, tem grande tradição no hóquei patinado,

várias vezes campeão mundial da modalidade. Paquistão e União Indiana disputam entre si a supremacia no hóquei de campo. Uganda, Tanzânia, Quê-

nia e Etiópia destacam-se nas provas atléticas de fundo. Na Islândia joga-se o xadrez.

Um país grande como o Brasil, com mais de 110 milhões de

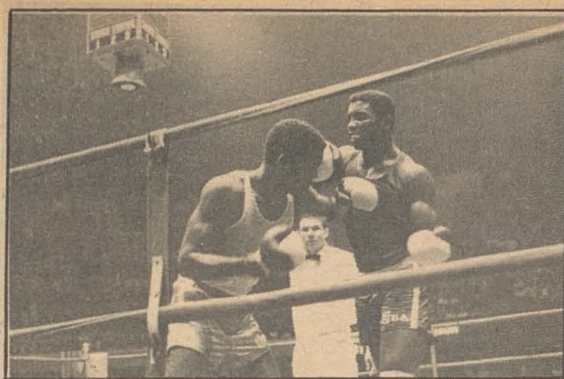
habitantes, elegeu o futebol como o jogo nacional, e praticamente só o futebol é estimulado como desporto de massas, visando a profissionalização do atleta e as receitas dos estádios. Desenvolvendo um futebol de alta competição, o Brasil já foi três vezes campeão mundial, e é o único país que já participou nas onze Taças do Mundo realizadas. Nas outras competições, Olimpíadas, campeonatos de modalidades amadorísticas, como os jogos Pan-Americanos, a presença brasileira tem sido anêmica.

O desporto tem um preço social muito elevado. Para praticá-lo é necessário estádios, técnicos, aparelhagem, material apropriado, medicina especializada e, principalmente, atletas e público. Desporto é um direito de todos e fundamental para o desenvolvimento físico e mental da população. O recorde ou a medalha é apenas a ponta do iceberg, reflectindo um profundo trabalho de base. Esse trabalho de base significa massificação.

ENÓMINO CUBANO

Antes da tomada do poder em 1959 pelos revolucionários, a presença cubana nas competições desportivas era insignificante. Hoje, 20 anos decorridos, Cuba é uma das principais forças do desporto mundial. Com um pouco mais de 9 milhões de habitantes, Cuba conquistou 146 medalhas (65 de ouro) nos últimos Jogos Pan-Americanos, em San Juan de Porto Rico, ficando apenas depois dos Estados Unidos e à frente de países como Canadá, México, Brasil, Argentina, todos maiores e mais populosos que a pequena ilha do Caribe.

Já nos jogos Olímpicos de 1976, em Montreal - Canadá, Cuba ficou na oitava posição em número de medalhas de ouro, só atrás das super-potências desportivas, como a URSS, RDA, RFA, Japão, Polónia e Bulgária. Desses países, apenas a Bulgária é menos populoso que Cuba. Cuba ficou também



em primeiro lugar entre os latinos, à frente da Roménia, França e Itália, países de longa tradição olímpica.

Massificação é a prática que os cubanos adoptaram para explicar o melhoramento do desempenho a todos os níveis, principalmente nas escolas primárias, o que possibilita o surgimento de alguns praticantes mais bem dotados, os quais passam a receber instruções específicas nas diversas especialidades espalhadas pelo país.

A instrução especializada tem início na quarta classe primária, nas escolas de todo o país, onde a educação física é obrigatória. Os alunos mais destacados já vão sendo encaminhados para as primeiras competições a nível local e depois para os jogos escolares e juvenis nacionais. Durante essas competições, técnicos observam o desempenho dos atletas e convidam os que mais se destacarem para completar seus estudos em Havana, na Escola Superior de Aperfeiçoamento Atlético (ESPA).

Na ESPA, o aluno-atleta irá completar os seus cursos secundários ou universitários enquanto pratica treino intensivo, orientado pelos melhores professores do país e com todas as facilidades de instalações e equipamento completo para todo o tipo de desporto.

Neste ano lectivo, que começou no início de Setembro, 1046 alunos — de ambos os sexos — estavam matriculados na ESPA. Será certamente desses alunos que surgirão os no-

vos Juantorena, Silvio Leonard, Alejandro Casanas (todos recordistas mundiais) ou Teófilo Stevenson, duas vezes campeão olímpico e pan-americano de peso-pesado em boxe, e hoje considerado um dos maiores pugilistas do mundo. Alguns peritos chegam a afirmar que ele tem tudo para ser o grande sucessor de Classius Clay, se quisesse tornar-se profissional.

INTERESSE NACIONAL

Em 1961, dois anos depois da vitória socialista, foi criado o Instituto Nacional de Desportos, Educación Física y Recreación (INDER), o verdadeiro motor que impulsionou com êxito as actividades desportivas a uma latura jamais imaginada. "Massividade" passou a ser a palavra de ordem. Diversificação também. O beisebol, o desporto monocultural cubano, continuou a ser a actividade favorita, mas teve de dividir com outras modalidades as preferências do público. Hoje, Cuba é uma potência desportiva numa variada gama de provas: volei feminino e masculino, basquete feminino, halterofilismo, boxe, atletismo e tiro. Está em franca ascensão no remo, water-polo, luta, xadrez, ginástica e ciclismo. É incipiente no futebol (apesar da medalha de prata conquistada nos últimos Pan-Americanos) e natação; não ganhou uma única medalha nos Pan-Americanos. Os Estados Unidos obtiveram 47.

Para o governo cubano "o

desporto, em todas as suas formas, bem como educação física e a recreação, constitui um interesse fundamental da Nação". O Sistema Nacional de Educação Física e Orientação Desportiva tem como função organizar todas as actividades referentes a este item, desde a construção de ginásios e campos até à coordenação regional, permitindo a ampliação das práticas atléticas também pelo interior do país.

Em 1962, a revolução cubana já tinha conseguido acabar com o profissionalismo no desporto, e em 1967 passou a ser proibido cobrar bilhetes para as actividades desportivas em todo o país. Os convites são distribuídos em escolas e locais de trabalho. A presença de aficionados é grande, e o número de

praticantes sempre a crescer. Nos jogos Olímpicos de 1980 em Moscovo, Cuba espera fazer bela figura. Para tanto vem treinando intensamente.

Não será nenhuma surpresa que Stevenson venha subir ao pódio pela terceira vez e pela terceira vez receber a medalha de ouro. Terá 28 anos de idade, em pleno esplendor da forma física e bastante motivado. Será a primeira vez na história das Olimpíadas que um pugilista conseguirá esta façanha. Mesmo vindo a consegui-lo, uma coisa é certa: Stevenson não irá profissionalizar-se. Em entrevista recente declarou:

"O único desporto verdadeiro é o amador. Um dos objectivos da revolução cubana foi liquidar o desporto profissional.

O profissionalismo representa injustiça. Atrocidades são cometidas contra atletas profissionais. Estou a falar de exploração".

Stevenson é deputado à Assembleia Nacional de Poder Popular, órgão máximo da representatividade do povo cubano, que o trata como herói nacional.

O PROGRESSO DO DESPORTO EM CUBA

Desde 1959, ano da revolução vitoriosa e também o ano em que se realizou pela primeira vez os Jogos Pan-Americanos, Cuba vem sistematicamente evoluindo, como demonstra o quadro, pelo número de medalhas.



1959 - CHICAGO	Ouro	Prata	Bronze	Total
Estados Unidos	120	72	52	244
CUBA	2	5	5	12
Argentina	2	21	12	42
Canadá	7	20	27	54
México	6	10	15	31
Brasil	8	8	5	21
1963 - SÃO PAULO				
Estados Unidos	108	55	36	199
CUBA	4	5	4	13
Argentina	8	16	18	42
Canadá	10	26	27	63
México	3	8	15	30
Brasil	18	20	18	52
1967 - WINNIPEG				
Estados Unidos	120	63	42	225
CUBA	8	12	26	46
Argentina	9	14	11	34
Canadá	12	38	43	93
México	5	15	24	44
Brasil	11	10	5	26
1975 - MÉXICO				
Estados Unidos	112	78	45	235
CUBA	51	45	28	124
Argentina	3	5	6	14
Canadá	18	33	38	89
México	9	11	33	55
Brasil	7	13	23	43
1979 - San Juan - PORTO RICO				
Estados Unidos	127	92	45	264
Cuba	65	49	32	146
Argentina	12	7	17	36
Canadá	24	44	68	136
Brasil	9	13	18	40

ECONOMIA

A OPEP solidária com o Terceiro Mundo



cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20021 - Tel. 242-1957

O engenheiro René Ortiz, secretário-geral da OPEP, explica a política deste organismo, referindo-se particularmente, às medidas adoptadas para ajudar os países em vias de desenvolvimento consumidores de petróleo.

José Steinsleger

ANTE a deliberada e arbitrária redução dos preços do petróleo por parte das companhias transnacionais, um grupo de nações produtoras

de petróleo uniram-se, em Setembro de 1960, e constituíram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em poucos anos, a OPEP al-

cançou o controle gradual e relativo da indústria petrolífera, em particular todos aqueles aspectos explosivos nas suas relações com as companhias.

pág. 1

As maiores realizações da OPEP têm lugar durante a década de 1970: introduzem-se princípios para a preservação do poder aquisitivo das receitas geradas pelas exportações do hidrocarbonante, bem como se incrementam as relações deste organismo com os países do Terceiro Mundo.

A solidariedade da OPEP para com o mundo dependente e empobrecido pela exploração é concretizada em Dezembro de 1970, quando decide uma estratégia unificada de preços. Neste caso, o objectivo perseguido procurava negociar aumentos nos preços referenciais (*posted prices*) e o aumento da taxa de imposto do rendimento a um mínimo de 55 por cento. A estratégia foi montada num marco de referência: os comités de preços regionais da OPEP (área do Golfo, área Mediterrânea, área Venezuelana, área da Indonésia).

Mais tarde, o Acordo de Teerão marcou mais um triunfo da OPEP. Nesta altura, ficou aberto o caminho para a transferência da responsabilidade em determinação dos preços de petróleo, deslocando-a das companhias petrolíferas para os legítimos donos: os países da OPEP.

PRESEVAR A SOBERANIA

Em Setembro de 1971, chega-se a acordo para iniciar o processo de participação dos países membros nas operações de exploração que as companhias realizam. Em princípios de 1972, a OPEP começa a inquietar-se em virtude do deterioramento do poder de compra das suas receitas petrolíferas, causadas pela baixa do dólar e de outras moedas importantes.

Em fins de 1972, já se tinham concretizado os acordos que permitiram administrar pelo menos 20 por cento da produção: Arábia Saudita, Abu Dhabi, Kuwait, a Qatar assinaram o documento, e deixaram estabelecido que, em Janeiro de

1973, os citados países adquiririam 25 por cento de participação nas operações das companhias, elevando-se a 51 por cento em 1982.

A soberania dos membros da OPEP foi reafirmada quando, entre os anos de 1973 e 1974, liquidaram a arbitrariedade das companhias, preservando deste modo as suas fontes de receitas.

Durante todo o ano de 1974, a OPEP continuou a operar sob o sistema de regalias e imposto de rendimento, que chegaram a 20 por cento e a 85 por cento, respectivamente. Em Abril desse ano formou-se do Banco de Desenvolvimento da OPEP, que entrou em actividade em 1976 com o nome de Fundo Especial da OPEP. Uma declaração solene adoptada pelos chefes de Estado e soberanos da OPEP, em Março de 1975, estimulou o espírito de soberania, cooperação e diálogo para enfrentar os problemas da economia mundial e a necessidade de uma conferência especial para que as nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento discutam os problemas e os modos de acção necessários para o desenvolvimento de uma Nova Ordem Económica Internacional.

A iniciativa culminou com o estabelecimento da Conferência para a Cooperação Económica Internacional (CIEC) mais conhecida como Norte-Sul.

AJUSTAR O PREÇO DO PETRÓLEO

Na sua passagem por Quito, capital de um dos últimos países incorporados na OPEP, os *Cadernos do Terceiro Mundo* tiveram a oportunidade de entrevistar o seu secretário-geral, o engenheiro René Ortiz, tendo mantido com ele em diálogo esclarecedor em muitos aspectos.

Porque foi que, em Dezembro de 1978, a OPEP decidiu, em Abu Dhabi, ajustar os preços do petróleo que se tinham mantido congelados durante dois anos consecutivos?

A base desse resolução foi

consequência da desastrosa queda do dólar a níveis nunca antes atingidos, bem como dos efeitos da inflação provenientes dos países industrializados que levou à deterioração significativa do poder aquisitivo das receitas petrolíferas da OPEP em mais de 30 por cento. A responsabilidade da OPEP perante a comunidade internacional tornou-se de novo palpável ao decidir, ainda que na base de uma declinação das suas receitas petrolíferas de 30 por cento, uma compensação parcial das perdas mediante o ajuste do preço do petróleo numa média de 10 por cento anual.

Poderia dizer-nos que sucedia paralelamente no mercado durante o ano de 1978?

Contrárias às políticas de sobre-accumulação (*stockpiling*) estabelecidas pelos países industrializados e às condições dominantes num mercado caracterizado no dito período por um excesso de oferta de petróleo, as companhias começaram a reduzir os níveis de inventários na segunda metade de 1978. Para tal recorreram ao petróleo em stock para o processamento nas refinarias, atingindo níveis muito abaixo dos acordados pela Agência Internacional de Energia (AIE). Além disso, começou a observar-se um estranho fenómeno de escalonamento de preços de produtos derivados do petróleo nos mercados internos dos países industrializados.

Quais as razões desses fenómenos contraditórios?

Em princípio não existia o incentivo económico para manter tão altos níveis de inventários, uma vez que não havia uma perspectiva clara de aumento, (a OPEP há dois anos que congelara os seus preços). Não havia, por conseguinte, necessidade de sacrificar o consumidor aparentemente, com altos custos de inventários.

Por outro lado, para os países europeus e para o Japão, a situação era favorável: o dólar continuava a baixar em comparação com outras moedas fortes

e, obviamente, as compras petrolíferas para esses países tinham comparativamente vantagens, pois esses consumidores realizavam compras de bruto barato, a expensas dos países da OPEP. Além do mais, há que acrescentar a tudo isso o princípio de um ligeiro escalonamento de preços de petróleo bruto proveniente dos jazigos do Mar do Norte, e um inverno particularmente rigoroso como não se virá há muitos anos.

Consequentemente, encontramos um mercado de consumidores completamente desequilibrado. Enquanto uns países faziam esforços de economia, outros tinham voltado aos seus hábitos passados de consumo. A oferta dos países produtores, ante uma procura restringida ao petróleo da OPEP, tinha de adaptar-se forçosamente a essas condições.



O Secretário-Geral da OPEP com o nosso correspondente em Quito

dentro de um certo caos. As companhias e intermediários-comerciantes (brokers) dos países consumidores faziam uma grande colheita de lucros em detrimento das economias dos países consumidores e, em particular, dos países subdesenvolvidos com pouca ou nenhuma capacidade de negociação. Os lucros que, sem qualquer direito, estavam a acumular as companhias e os intermediários, alertou a OPEP, e isso levou a que se estabelecessem medidas de direito a fim de conter a especulação.

A decisão da OPEP em Junho passado em Genebra de propiciar uma estabilização no mercado mediante a determinação de preços máximos para o petróleo bruto que os seus países membros exportam, é um caso único na história da indústria petrolífera. É um ganho mais de responsabilidade e solidariedade que deveria ser apreciado mais compreensivamente pela comunidade internacional.

Quais as variáveis de que dependerão os preços do petróleo em 1980?

Sem dúvida a inflação e o comportamento do dólar nos mercados internacionais. Igualmente a redução do consumo de petróleo e as políticas de austeridade. O denominado "ouro negro" é um recurso não-renovável e, por isso, haverá que vigiá-lo com cuidado. Se a tendência actual não se modi-

ficar, o petróleo esgotar-se-á dentro de 30 a 40 anos. Talvez uma notável contribuição para a mistura energética de consumo se pudesse alcançar com o desenvolvimento e administração de energias alternativas, convencionais e não-convencionais, tais como a nuclear, solar, geotérmica, carvão, etc. Tudo isto dependerá da adopção de políticas lúcidas e compreensivas dos governos industrializados e em vias de desenvolvimento.

UMA ESCASSEZ ARTIFICIAL

A que atribui a escassez ocorrida nos Estados Unidos e noutros países industrializados?

Trata-se de uma escassez artificial. Obedece mais a factores internos que aos acontecimentos ocorridos durante o primeiro trimestre de 1979 no Irão. Ante uma circunstância de oferta e procura ajustada, o lógico era que os principais países consumidores industrializados, adoptassem uma política pragmática de redistribuição da oferta nas suas três formas de procura, por exemplo, consumo real, reposição de inventários nas mãos das companhias aos níveis obrigatórios, e a sobre-acumulação de reservas estratégicas. Isto seria o razoável. Mas essa política não foi adoptada. Contrariamente à lógica,

AS CONSEQUÊNCIAS DA MUDANÇA DE REGIME NO IRÃO

Qual o impacto da crise política no Irão no mercado internacional?

No primeiro trimestre de 1979, o mercado encontrava-se numa situação ajustada de oferta e procura, principalmente derivada dos factos anteriores enunciados, e agravados pelas suspensões das exportações petrolíferas do Irão. Há que reconhecer e apreciar um facto notável de responsabilidade por parte dos países da OPEP, ante uma situação totalmente inesperada, como a experimentada nesse trimestre. Alguns países membros, com capacidade flexível de incremento da produção, actuaram rapidamente para preencher o vazio que estava a criar-se com a suspensão das operações no Irão.

Os países interessados na oferta corresponderam do mesmo modo que os da OPEP e tiveram proveito de crise?

Apesar da atitude cooperativa e positiva por parte de alguns países da OPEP, o mercado continuou desenvolvendo-se

adoptaram-se as duas segundas formas de procura, à custa da primeira: o consumo real.

O resultado óbvio foram as bichas nas estações de serviço. Algo ainda mais surpreendente: com o fim de invalidar a acusação de escassez de provisões de petróleo que pesa sobre os países da OPEP, podemos assinalar que nos primeiros meses deste ano, o organismo aumentou a sua produção à volta de 5,5 por cento, comparando-se este dado com o mesmo período de 1978. Quer dizer, 1,5 milhões de barris diários adicionais, em média.

Por seu turno, os produtores não-membros da OPEP aumentaram a sua produção em 6,2 por cento, se se comparar com o mesmo período de 1978, ou seja mil e oitocentos milhões de barris adicionais. Consequentemente, existiram cerca de 2,3 milhões diários de barris adicionais à produção registada no mesmo período em 1978. Com estes dados espero demonstrar claramente que não havia nenhuma escassez, e anular qualquer acusação injustificada que tenha sido feita contra os países da OPEP.

UM FUNDO FINANCEIRO A LONGO PRAZO

Que aconteceu acerca do espírito de solidariedade e cooperação da OPEP com as nações do Terceiro Mundo na Conferência Norte-Sul, e em Maio do presente ano na V Conferência da UNCTAD?

Na Norte-Sul a solidariedade da OPEP evidenciou-se quando o seu poder de negociação se viu enriquecido por uma atitude construtiva e positiva de discutir assuntos relacionados com a energia sempre que houvesse um apoio tangível para analisar os assuntos económicos, financeiros, monetários, tecnológicos e de comércio que pesam sobre a comunidade internacional na busca de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Em Maio passado a OPEP teve consciência clara dos mal-in-

tencionados esforços, facilmente identificáveis, destinados a dividir o Grupo dos 77 entre produtores e importadores de petróleo. Mas, apesar dessas intenções para introduzir o assunto da energia dentro das deliberações da UNCTAD, felizmente, o Grupo dos 77, com grande sabedoria, identificou a origem dessas pretensões, e esperou habilmente as diferenças de critérios do grupo terçiomundista.

Outro exemplo da solidariedade da OPEP para com os países em desenvolvimento, como parte integrante do Terceiro Mundo, tornou-se notória na passada Conferência de Ministros, reunidos em Genebra em Junho de 1978. Concordeu-se em recomendar aos governos dos países membros a aprovação da reposição, adicional, dos recursos financeiros, do Fundo Especial da OPEP, numa quantidade equivalente a 800 milhões de dólares.

Também se resolveu que o Comité Ministerial de Estraté-



gia a Longo Prazo da OPEP, estudará uma proposta para o estabelecimento de um fundo financeiro a longo prazo. Para ele, os países industrializados contribuirão com o equivalente à inflação exportada desses mesmos países, através dos seus bens manufacturados.

Os países da OPEP, por seu lado, contribuirão, com um equivalente aos seus aumentos de preços, com o objectivo de alcançar uma compensação para os países em desenvolvimento, e mitigar os efeitos consequentes da inflação importada.

Finalmente, na mesma reunião, a OPEP recusou qualquer tentativa de diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento que não aborde os actuais problemas que a comunidade mundial enfrenta, no que respeita à transferência de tecnologia adequada, às reformas do sistema monetário e financeiro, ao comércio mundial e às matérias-primas e outros assuntos-chave.

Papua-Nova Guiné

Os primeiros homens brancos que chegaram à ilha (1526) eram portugueses. Nova Guiné foi reclamado, sem êxito, pela Espanha e finalmente, no século XVII, a parte ocidental foi colonizada pela Holanda. Na parte oriental instalaram-se os alemães, que deram ao arquipélago vizinho o nome do seu chanceler Bismark (1884). Ti-veram em seguida que dividir a península de Papua com os ingleses que a administravam da Áustria.

Terminada a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações, que assumiu o encargo das colônias alemãs, também cedeu à Austrália como mandato a parte germânica. Invasidas pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, as ilhas voltaram à Austrália ao terminar o conflito.

Em 1964 unificou-se a administração das duas partes (a metade ocidental foi anexada pela Indonésia com o nome de Irian) e outorgou-se a Papua-Nova Guiné um estatuto de autonomia dentro da Comunidade da Austrália. Finalmente, em 1957, o governo trabalhista australiano decidiu terminar com a anacrônica situação colonial e as ilhas conseguiram a independência.

Economicamente, porém, o novo Estado continua atado ao governo de Camberra, que traz anualmente uns 200 milhões de dólares ao seu orçamento.

O Pangu (*Papua and New Guinea Union*), partido fundado pelo jornalista e professor Michael Somare, foi o principal porta-voz do sentimento independentista. Convertido em primeiro-ministro, Somare está consciente das dificuldades que enfrenta. Ao icar pela primeira vez a bandeira nacional (negra, vermelha e amarela) propôs simplesmente "erguermos-nos nos nossos pés e trabalhar ainda mais duro".

Nas montanhas remotas da segunda ilha do Mundo (depois da Groenlândia), sessenta mil fiéis de um estranho culto reúnem-se periodicamente em pequenos grupos, constroem pistas de aviação simuladas, e fazem pregações ao homem branco que vem do céu em asas metálicas para que lhes traga bens preciosos como latas de cerveja ou cigarros com filtro.

Poucos exemplos tão eloquentes como este descrevem a pesada herança com que Papua-Nova Guiné emerge do colonialismo. Com grande parte da sua população na idade da pedra, o jovem país já sofre o tremendo impacto cultural e económico da moderna "sociedade de consumo", que lhe mostrou seus prazeres, mas não os caminhos para chegar a eles. Preso entre dois mundos, num país sem estradas, mas com 476 precários aeroportos, muitos habitantes de Papua-Nova Guiné ainda conseguem suas mulheres em luta a machado e lança com as tribos vizinhas... Mas agora fazem-no ao som da música *beat* dos seus rádios transistorizados.

Um dos principais problemas de Papua-Nova-Guiné é a falta de sentimento nacional de uma população dividida em 700 tribos, cada uma com o seu próprio dialecto. Há um movimento separatista em Papua que reclama uma maior participação no orçamento, e outro em Bougainville, que procura uma união da pequena ilha com o resto das Ilhas Salomão. Estes últimos podem alegar razões geográficas, históricas e culturais, mas como na sua ilha se encontram as minas de cobre que originam metade das entradas de divisas do país, Somare jamais admitirá a secessão.

No cobre e no petróleo, que começam a ser explorados na costa, cifram-se as esperanças de Papua-Nova-Guiné para um desenvolvimento independente. Mas a *Texaco* e a *Kennecott*, entre outras corporações, já estão cortejando o governo de Port Moresby à procura de concessões. No entanto é improvável que as multinacionais sejam recebidas com a mesma euforia com que o são os homens brancos de asas metálicas. O país já assiste como observador às reuniões do CIPEC procurando defender o preço do seu minério.



Governo: Tore Lokoloko, governador geral, e Michael Somare, primeiro-ministro. Capital: Port Moresby (75 000 habitantes). Superfície: 461 962 km². População: 2 800 000 habitantes. Moeda: kina, mas circula também o dólar australiano. Idioma oficial: inglês, mas a maioria fala dialecto "pidgin" e outros. Festa Nacional: 16/9 (Independência, 1975). Religião: animista, síncretica e cristã. PNB per capita: 480 dólares anuais em 1975. Educação: apenas metade da população em idade escolar recebe instrução primária. Saúde: um médico para 10 000 habitantes.

Papua-Nova Guiné é membro pleno da ONU e da Commonwealth. Observador na CIPEC (Conselho Intergovernamental de Produtores e Exportadores de Cobre).

Paquistão



Como muitos países do Terceiro Mundo, o Paquistão é jovem como Estado, mas muito velho na sua história. Os vestígios arqueológicos atestam a presença de civilizações avançadas na região de há cinco mil anos. Persas, gregos, hunos e iranianos sucederam-se no território, que os árabes converteram ao islamismo no século VIII. Em 1773, os britânicos colonizaram-no. Juntamente com o resto da península indostânica passa a ser "a jóia mais apreciada" da coroa da rainha Victoria, posteriormente proclamada imperatriz da zona.

Enquanto Mahatma Gandhi organizava a população hindú na luta contra o colonialismo inglês, o poeta e filósofo Mohamed Iqbal fazia o mesmo nas regiões muçulmanas do norte da Índia. Os estudantes islâmicos nacionalistas cunham o nome de "Pakistan" para expressar a ansia de união das suas diversas origens (Penchab, Afgan, Kashmir, Islam, Sindi e Belucistan).

Ao conquistarem a independência, a Índia e o Paquistão — divididos pelo sentimento religioso — formam dois Estados. As partes Ocidental e Oriental (Bengala) do Paquistão ficam territorialmente separadas por mais de 1500 km de território indiano.

A situação de Cachemira (Kashmir), onde a maioria muçulmana ficou submetida à autoridade hindu conduziu, em 1948, à primeira guerra entre ambos os países. O conflito voltou a estalar em 1965, e o problema fronteiriço ainda hoje é motivo de disputas.

Entretanto, as relações entre o sector oriental e o ocidental deterioraram-se. O contraste entre a pobreza de Bengala e a relativa prosperidade do Paquistão Ocidental deram em 1971, a vitória eleitoral à Liga Awami, que defendia a separação de Bengala. O triunfo não foi reconhecido pelo regime de Yahya Khan, e os dirigentes da Liga

Awami, exilados na Índia, promoveram a intervenção de Nova Delhi.

A chegada ao poder de Zulfikar Ali Bhutto e do seu Partido do Povo (PPP) foi acompanhada do afastamento do Paquistão da Comunidade Britânica, e da sua aproximação aos países árabes islâmicos. Bhutto redistribuiu terras entre os camponeses, nacionalizou as indústrias alimentares básicas, e assegurou aos operários a estabilidade laboral. No plano externo projectou a convocatória de uma conferência cimeira do Terceiro Mundo, e ameaçou abandonar o pacto militar CENTO (constituído pelo Paquistão, Irão, Turquia e EUA) para poder ingressar no Movimento dos Países Não-Alinhados.

Esta ameaça e o seu ambicioso acordo atómico com a França, tornaram-no inimigo de Washington. Em pouco tempo, uma grande manobra "destabilizadora" (denunciada por Bhutto como orquestrada pela CIA), confrontou-o com os sectores religiosos mais ortodoxos, e abriu o caminho para o golpe militar que a 5 de Julho de 1977 eia o general Zia Ul Haq ao poder.

Zia prometeu eleições "em 90 dias", mas perante a evidência, o acto eleitoral foi adiado indefinidamente, montando-se em contrapartida uma campanha de acusações contra o ex-primeiro-ministro que foi condenado à morte e executado por uma suposta participação no assassinato de um líder político da oposição.

A desnacionalização da indústria, as medidas anticamponesas e a repressão a sindicatos e partidos, já opuseram o governo de Zia à maioria do povo paquistanês. Este mantém, contudo, o plano de desenvolvimento nuclear traçado por Bhutto, o que já tem provocado fricções diplomáticas com o seu aliado norte-americano e com a França, que perante a pressão de Washington, mostra-se pouco disposta a cumprir os compromissos assumidos.

No plano interno, pese embora a repressão, os observadores estimam que se as eleições convocadas para 17 de Novembro de 1979 se realizarem, o PPP dirigido agora pela senhora Begum Nusrat, viúva de Bhutto, ganharia esmagadoramente.



Capital: Islamabad; 250 000 habitantes (1977) — **Superfície:** 796 095 km² — **População:** 75 280 000 habitantes (1975), 75 por cento rural — **Idiomas:** urdú (oficial), prinjabi, baluchi, pushtu e inglês — **Religião:** muçulmana, 98 por cento. Foi restabelecida a shariah — **Moeda:** rúpia — **Festa Nacional:** 23 de Março, República (1956) — **Rendimento per capita anual:** 160 dólares — **Analfabetismo:** 80 por cento — **População estudantil:** 9 por cento — **Médicos:** 1 por cada 3806 habitantes — **GOVERNO:** General Mohamed Zia Haq, chefe de Estado.



Peru

efício (1879-1883), que a Bolívia e o Peru — debilitado por rivalidades internas — perderam frente ao Chile.

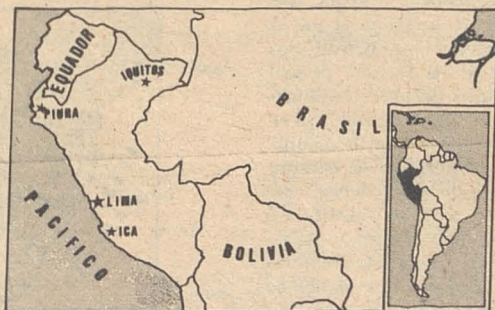
Nas primeiras décadas do nosso século, uma perspectiva transformadora foi aberta pela **APRA, Aliança Popular Revolucionária Americana**, partido de inspiração marxista e vocação latino-americana, que conseguiu um amplo apoio popular. Haya de la Torre, seu dirigente máximo, entrou de imediato em duras polémicas com

José Carlos Mariátegui, o fundador do PC peruano. Adotando posições anticomunistas, a **APRA** passou rapidamente a ser instrumentalizada pelos Estados Unidos como ponta de lança contra a esquerda. Triunfador em várias instâncias eleitorais, sempre frustradas pela intervenção militar, a **APRA** foi-se desgastando em actividades conspirativas e desprestigiando-se por contínuas claudicações.

Dissidentes da **APRA** e sectores da esquerda revolucionária tentaram na década de 60 a luta guerrilheira. Apesar do seu

rápido fracasso, o movimento teve um grande impacto político, e convenceu os oficiais mais lúcidos da necessidade de intervenção para transformar uma situação social potencialmente explosiva.

Cercado pela pressão financeira do FMI e pelo ataque político da oligarquia, ambiciosa de recuperar o poder, Morales inicia um processo de retorno a um governo civil. Nas eleições de Junho de 1978, a **APRA**, social-democrata, a esquerda e a direita tradicional (**PPC**), obtiveram resultados aproximadamente iguais para uma Assembleia Constituinte que redigiu o texto — não apoiado pelos partidos de esquerda — que vigoraria a partir das eleições presidenciais convocadas para 1980. A morte do fundador do **APRA**, Victor Raúl Haya de la Torre, em 1979, com a consequente disputa interna para a sua sucessão, e as negociações em curso sobre uma possível candidatura única dos partidos populares, são as principais interrogações abertas sobre o processo de regresso a um governo civil.



Capital: Lima; 4 000 000 habitantes (1976) — **Superfície:** 1 285 215 km² — **População:** 16 360 000 habitantes (1977), 36 por cento rural — **Idioma:** espanhol e quechua (oficiais), aymará — **Religião:** maioria católica (oficial) — **Moeda:** sol — **Festa Nacional:** 31 de Julho, Independência (1821) — **Rendimento per capita anual:** 800 dólares (1976) — **Analfabetismo:** 27,6 por cento (1972) — **População estudantil:** 31 por cento — **Médicos:** 1 por cada 1818 habitantes — **GOVERNO:** Francisco Morales Bermúdez, presidente.

Qatar



Num pequeno país desértico onde não há um só rio, 400 herdades estão a produzir hoje quase todos os produtos agrícolas que requer o consumo da população. Este milagre de transformar o deserto num pomar tem um nome: petróleo. Meio milhão de barris por dia — quase cinco por cada habitante — podem produzir, com efeito, estas maravilhas. E também criam muitas dores de cabeça ao emir reinante, que não quer que a riqueza traga consigo a “democracia moral” a esta sociedade de beduínos e pescadores de pérolas.

Quando os turcos conquistaram os emiratos árabes do Golfo Árabe na segunda metade do século XIX, estes não tinham outro atractivo além da posição estratégica, frente ao Irão. O domínio otomano foi substituído ao terminar a Primeira Guerra Mundial, pelo dos vencedores britânicos. Ao retirarem-se em 1971, os ingleses conservaram as propriedades dos poços de petróleo, que se tinham multiplicado desde que o “ouro negro” apareceu em Qatar em 1940.

O imenso poder da *Royal Dutch/Shell* não parecia preocupar demasiado o xeque Ahmad bin Ali al-Thani, já que os lucros aduaneiros e petrolíferos traziam à sua fortuna pessoal 15 milhões de libras esterlinas cada ano. Mas a família real al-Thani pensava de maneira diferente, e antes de se cumprir meio ano de vida independente do país, resolveu substituir o monarca pelo seu primo Khalifa, encarregando-o de “remover os elementos que se opõem ao progresso e modernização”.

O xeque Khalifa criou um Conselho de Ministros e um Conselho Assessor para compartilhar a responsabilidade do seu poder absoluto e prometeu “uma nova era de governo esclarecido, justiça social e estabilidade”. Redistribuindo o lucro petrolífero, suprimiu todos os

impostos aos habitantes, e estabeleceu a gratuidade da assistência médica e do ensino. A sua maior realização talvez seja a subvenção e promoção de actividades produtivas, não-petrolíferas, refletidas simbolicamente numa primeira exportação de tomates ao iniciar o seu mandato.

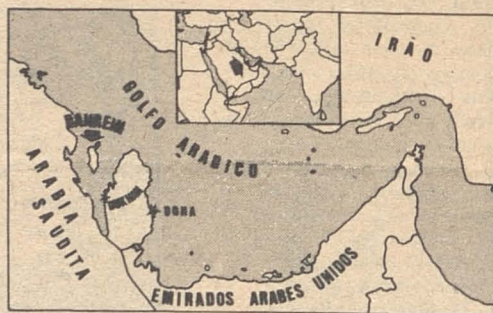
Para reduzir a dependência de um só produto, impulsionou-se a pesca e acelerou-se a industrialização, fabricando cimento e fertilizantes, criando novas indústrias siderúrgicas e aproveita-se a posição estratégica para oferecer serviços comerciais e financeiros à economia da região. Sobre estes pilares basear-se-á o desenvolvimento de Qatar quando o petróleo se esgotar, dentro de trinta anos.

Como elemento indispensável de controlo, em 1972 foi criada uma empresa petrolífera estatal, a *Qatar National Petroleum Company*, e em Fevereiro de 1977 completou-se a expropriação das instalações petrolíferas estrangeiras.

O Qatar foi o primeiro país a aderir à OPEP, após a criação da organização petrolífera pe-

los cinco maiores produtores, em 1961. Em 1973 apoiou o boicote decretado por motivo da guerra árabe-israelita e, nesse mesmo ano, propôs a criação de um Mercado Comum do Golfo, com uma moeda unificada. Ainda que esta ideia não se tenha concretizado, o Qatar persiste nas suas intenções integracionistas, apoiando todos os propósitos de coordenação dos Estados Árabes da região nos aspectos económicos, culturais e informativos.

No imediato, o maior problema do país é o demográfico, já que a sua expansão económica tem exigido uma intensa imigração de técnicos e trabalhadores estrangeiros (europeus e norte-americanos os primeiros, iranianos, paquistaneses, hindus e palestinos os segundos). Para evitar uma transformação profunda da cultura local, o governo promove preferentemente a imigração de outros países árabes.



Capital: Doha; 135 000 habitantes (1975) — **Superfície:** 11 000 km² — **População:** 205 000 habitantes (1978), 56 por cento rural e nómada — **Idioma:** árabe — **Religião:** islâmica — **Moeda:** rial qatarião — **Festa Nacional:** 1 de Novembro, Independência (1971)

Rendimento per capita anual: 9090 dólares (1975) — **Analfabetismo:** 80 por cento — **População estudantil:** 14 por cento — **Médicos:** 1 por cada 925 habitantes — **GOVERNO:** Khalifa bin Hamad al-Thani, xeque e ministro do Petróleo e Finanças.



Quénia

Cinco sextos do território do Quénia estão cobertos por savanas semi-áridas. O sexto restante, de clima acolhedor e terras férteis, foi escolhido pelos britânicos para aí se estabelecerem quando consolidaram o seu domínio colonial sobre o Quénia em 1895.

Os agricultores nativos, de origem *kikuyu*, foram relegados para reservas inóspitas. As tensões sociais que isto produziu na colónia agravaram-se com a introdução de milhares de hindus, que monopolizavam o pequeno comércio servindo de intermediários entre os colonos brancos e a maioria negra.

A *União Africana do Quénia*, organização política que defendia os interesses dos *kikuyus*, começou a actuar em 1944. Liderada por Jomo Kenyatta, neto de feiticeiros e educado em Oxford, a *KAU* organizou greves, marchas camponesas sobre a cidade e manifestações de massas.

Quase simultaneamente, o grupo *Mau-Mau*, organização político-religiosa que adquiriu a forma de sociedade secreta, lançou as suas primeiras ofensivas. O programa dos *Mau-Mau* compreendia reivindicações políticas (autonomia governativa, recuperação de terras, igualdade de salários) e culturais (abolição do cristianismo, repúdio da influência europeia, restauração dos costumes tradicionais e da religião animista).

Em 1952, em resposta à série de atentados da seita contra a propriedade e a vida dos brancos, a administração colonial decretou o "estado de emergência", prendeu os principais dirigentes nacionalistas (entre eles Kenyatta), dissolveu os partidos políticos e desterrou milhares de *kikuyus* para campos de concentração.

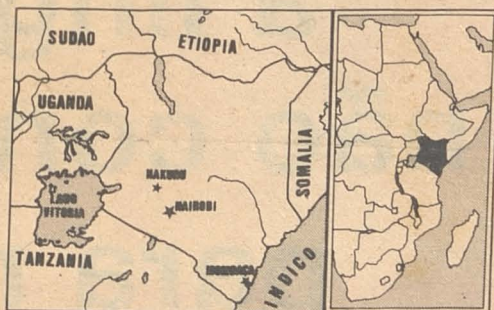
Após anos de repressão desmedida e matanças indiscriminadas, o *KAU* pôde voltar à legalidade em 1960, com o nome de *KANU* (União Nacional Africana do Quénia). Apoiado pelos sectores urbanos e tribais mais evoluídos, conseguiu vencer os movimentos políticos de origem tribal que encorajavam o poder colonial nas eleições. Em 1962 Kenyatta é libertado, e em 1963 torna-se presidente do país, cuja independência tinha sido reconhecida pouco tempo antes.

Mas como Kenyatta (nome de guerra que significa "Dardo Flamejante do Quénia") deixou cair de imediato no esquecimento a sua vocação de líder nacional, governando em benefício da sua própria etnia *kikuyu*, relegando para segundo plano os restantes grupos. O seu regime deu alento à livre empresa e à penetração das transnacionais. Esmagados pelas dívidas, os camponeses que tinham recuperado as suas terras, voltaram a perdê-las. Uma burguesia negra, formada em grande parte por familiares e amigos de Kenyatta, substituiu os antigos colonos brancos. O *KANU*, que foi um modelo para outros

partidos africanos em luta contra o poder estrangeiro, sucumbiu ao neocolonialismo, chegando inclusive a admitir a presença de forças militares britânicas no porto de Mombassa e a sua utilização na famosa agressão de Entebbe contra a Uganda.

Isso levou à rutura de relações entre o Quénia e o Uganda, enquanto que a diversidade de orientação económica criou atritos com a Tanzânia. A Comunidade Económica de África Oriental, um ambicioso projecto integrador destes três países criado em 1967, não pôde então prosperar e foi definitivamente dissolvido em 1977.

Kenyatta morreu em Setembro de 1978, aos oitenta e cinco anos de idade. É Daniel Arap Moi, até então vice-presidente, pertencente à pouco numerosa etnia *kalenjin*, que o sucede no cargo. Os observadores creem que isso será um factor de equilíbrio entre os *kikuyus* e *loas*, as duas etnias maioritárias. Os principais problemas do Quénia actual são, no entanto, as divisões tribais, mas a corrupção, o desemprego, a pauperização das grandes maiorias e o manejo da economia do país por interesses estrangeiros.



Capital: Nairobi; 700 000 habitantes (1977) — **Superfície:** 582 600 km² — **População:** 14 340 000 habitantes (1977), 84 por cento rural — **Idiomas:** suahili (oficial), inglês, *kikuyu* e *kamba* — **Religião:** animista, cristã e muçulmana — **Moeda:** xelim — **Festa Nacional:** 12-XII, Independência (1963) — **Rendimento per capita anual:** 209 dólares (1975) — **Médicos:** 1 por cada 16 600 habitantes — **GOVERNO:** M. Daniel Arap Moi, presidente.



a língua
não constitui
para nós
uma barreira

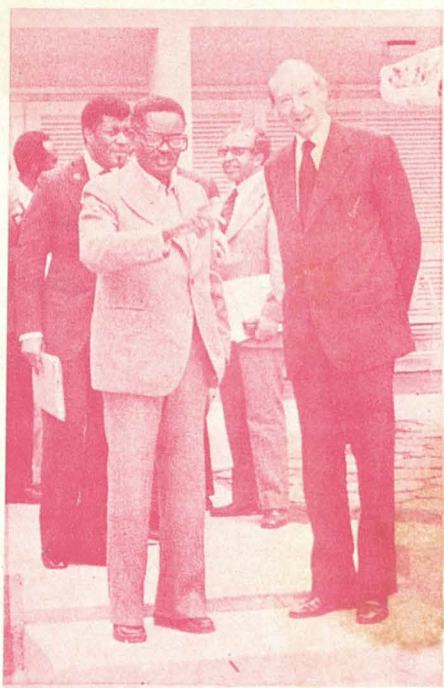
s vozes da imprensa alternativa



A Revista Angolana - Ano 3 - N.º 23 Preço Kz. 30.00 Julho 1979 Ano da Formação de Quadros

COM AS FAPLA
EM KALUEQUE

KURT WALDHEIM VISITOU ANGOLA



ÁFRICA TÊXTIL — FIAR, TECER E GERAR RIQUEZAS
MONRÓVIA — CAPITAL DA O.U.A.

NOVEMBRO, editada em Luanda. Revista ilustrada.

Redacção: Av. Salvador Correia, 147-3.º

Caixa Postal 3947 — Luanda, República Popular de Angola

